

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL
SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL NO ESTADO
VOLUME I
CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO

7300538

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL
SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL NO ESTADO
VOLUME I

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL
SITUAÇÃO ATUAL DO SANEAMENTO RURAL NO ESTADO
VOLUME I

CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO

JANEIRO/89

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Max Freitas Mauro

COORDENAÇÃO ESTADUAL DO PLANEJAMENTO
Albuíno Cunha de Azeredo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
Sebastião José Ballarini

COORDENADOR TÉCNICO

Robson Luiz Pizziollo

GERENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTUDOS TÉCNICOS REGIONAIS

Maria Heloísa Dias

EQUIPE TÉCNICA

Altamiro Enésio Scopel (Antecedentes de Planejamento)

Carmem Edy Loss Casotti (Perfil Econômico)

Cleide Lucia Gomes Greco (Antecedentes de Planejamento)

Marcos Batista de Rezende (Geografia, Clima e Recursos Hídricos) - FSESP

Marília Marina de Sales (Perfil Sanitário)

Miriam Santos Cardoso (População e Educação)

Regina Schiavine da Silva (Antecedentes de Planejamento e População)

EQUIPE DE APOIO DO IJSN

APRESENTAÇÃO

O presente documento representa a concretização de uma das etapas visando a formulação do Programa Estadual de Saneamento Rural - PESR. O PESR, por sua vez, é parte integrante de um programa maior denominado "PROGRAMA NACIONAL DE SANEAMENTO RURAL" que apoia-se em três segmentos de ações, a saber: (a) definição, ao nível nacional, das políticas e diretrizes governamentais concernentes ao subsetor Saneamento Rural; (b) elaboração, ao nível estadual, dos Programas Estaduais de Saneamento Rural, os quais constituirão a base operativa do PNSR; e (c) formulação, a nível municipal e da comunidade, dos Projetos Locais de Saneamento Rural - PLSR.

O PNSR objetiva conseguir a melhoria de vida da população rural - concentrada em comunidades entre 200 e 5.000 habitantes - em termos de saúde, bem-estar e desenvolvimento comunitário. Mais especificamente, o PNSR objetiva ampliar os níveis de cobertura dos serviços de saneamento e fortalecer os comportamentos da população rural em relação aos meios de resolução dos problemas de saneamento e saúde.

O Programa Estadual de Saneamento Rural baseia-se nos princípios, políticas, diretrizes e estratégias do Programa Nacional e define os objetivos e metas a serem alcançados ao nível estadual. Através do PESR, serão definidos os elementos constituintes da estratégia de intervenção no Saneamento Rural, basicamente: as responsabilidades das instituições governamentais e da comunidade; a organização institucional; as ações locais de saneamento; os esquemas de organização, educação e participação comunitária; os esquemas tecnológicos; os mecanismos de financiamento dos investimentos e dos custos operacionais dos serviços; as ações de capacitação dos recursos humanos; a sistemática de informação, documentação e comunicação; os mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa.

A formulação do Programa Estadual será realizada em três etapas, a saber: (a) Diagnóstico da Situação do Saneamento Rural no Estado; (b) Propostas para Implementação do Programa de Saneamento Rural; e (c) Elaboração do Programa Estadual de Saneamento Rural.

A primeira etapa - diagnóstico - se subdivide em duas partes distintas: "CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO" e "AVALIAÇÃO DO SUBSETOR DE SANEAMENTO RURAL".

O presente documento "CARACTERIZAÇÃO GERAL DO ESTADO", tem por objetivo proporcionar uma visão de conjunto da realidade do Estado, nos aspectos geográficos, recursos hídricos, demográfico, econômico, saúde e educação.

LISTAGEM DE MAPAS

Divisão Político-Administrativa

MAPA I - Diferenciações Climáticas

MAPA II - Mapa Climático (Classificação de Köppen)

MAPA III - Duração do Período Seco

MAPA IV - Isotermas Anuais

MAPA V - Isoietas Anuais (m m)

MAPA VI - Mortalidade Infantil

MAPA VII - Malária

MAPA VIII - Esquistossomose

MAPA IX - Doença de Chagas

MAPA X - Leishmaniose

MAPA XI - Tracoma

MAPA XII - Hanseníase

MAPA XIII - Áreas de Produção-Agricultura/Café

MAPA XIV - Áreas de Produção-Agricultura/Café

MAPA XV - Áreas de Produção-Agricultura/Café

MAPA XVI - Áreas de Produção-Agricultura/Café

MAPA XVII - Áreas de Produção-Agricultura/Café

MAPA XVIII - Áreas de Produção-Pecuária

MAPA XIX - Áreas de Produção-Pecuária

MAPA XX - Áreas de Produção-Pecuária

MAPA XXI - Áreas de Produção-Indústria

MAPA XXII - Áreas de Produção-Indústria

MAPA XXIII - Áreas de Produção-Indústria

MAPA XXIV - Áreas de Produção-Indústria

MAPA XXV - Áreas de Produção-Indústria

MAPA XXVI - Áreas de Produção-Indústria

MAPA XXVII - Ligações Viárias mais Importantes

MAPA XXVIII - Polos Regionais/Regiões Polarizadas

MAPA XXIX - Rede Urbana - 2010 - Espírito Santo

SUMÁRIO**PÁGINA**

APRESENTAÇÃO

1. INTRODUÇÃO	12
2. CLIMA E GEOGRAFIA	15
2.1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	15
2.2. RELEVO DO ESTADO	16
2.3. LITORAL	18
2.4. CLIMA	19
3. POPULAÇÃO	21
3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	21
3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES	23
3.2.1. Localidades Rurais com menos de 200 habitantes..	23
3.2.2. Localidades Rurais com 201 a 500 habitantes ...	35
3.2.3. Localidades Rurais com 501 a 1000 habitantes...	43
3.2.4. Localidades Rurais com 1001 a 2000 habitantes..	47
3.2.5. Localidades Rurais com 201 a 5000 habitantes ..	48
3.2.6. Localidades Rurais com mais de 5000 habitantes..	49
3.3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	50
4. RECURSOS HÍDRICOS	55
4.1. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	55
4.2. ÁGUAS SUPERFICIAIS	58
4.2.1. Apresentação	58
4.2.2. Caracterização Preliminar das Principais Bacias Hidrográficas do Estado do Espírito Santo	58
4.3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

PÁGINA

5. PERFIL SANITÁRIO	78
5.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	78
5.2. MORTALIDADE GERAL	80
5.3. MORTALIDADE INFANTIL	82
5.4. MORTALIDADE INFANTIL DE 1 a 4 ANOS	88
5.5. MORTALIDADE PROPORCIONAL	98
5.6. NATALIDADE E ESPERANÇA DE VIDA	109
5.7. MORBIDADE	110
5.7.1. Malária	110
5.7.2. Esquistossomose	111
5.7.3. Doença de Chagas	111
5.7.4. Leishmaniose	112
5.7.5. Tracoma	112
5.7.6. Hanseníase	113
5.7.7. Gastroenterite	114
5.7.8. Outras Patologias	114
6. PERFIL ECONÔMICO	123
6.1. AVALIAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO -1960/1980..	123
6.2. SETOR PRIMÁRIO	125
6.3. SETOR SECUNDÁRIO	129
6.4. SETOR TERCIÁRIO	133
6.5. PERSPECTIVAS	138
6.6. ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA	140
6.7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
7. EDUCAÇÃO	148
7.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS	148
7.2. CONDIÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO	148
7.2.1. Os ganhos em alfabetização	152

PÁGINA

7.3. ÍNDICE DE ESCOLARIDADE	157
7.4. ENSINO REGULAR - 1º e 2º GRAUS	166
7.5. ENSINO SUPERIOR	170
7.6. ENSINO PROFISSIONALIZANTE	173
8. ANTECEDENTES DE PLANEJAMENTO	192
8.1. PLANEJAMENTO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO	192
8.1.1. Instituições Responsáveis	193
8.1.2. Mecanismo de Coordenação Funcional	195
8.1.3. A Atuação do Governo Estadual	196
8.2. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	197
8.2.1. Considerações Gerais	197
8.2.2. As Prioridades do Governo	198
8.2.3. Rebatimento dos Projetos Governamentais com Saneamento Rural	200

1.

INTRODUÇÃO

A proposta de elaboração do documento Diagnóstico da "SITUAÇÃO DO SANEAMENTO RURAL NO ESTADO" objetiva fornecer um estudo informativo e avaliativo que permita conhecer a realidade do subsetor Saneamento Rural no Estado e os recursos disponíveis para atender as populações, bem como perceber as necessidades de saneamento nas comunidades rurais.

Vale ressaltar que o presente documento se propõe a dar um enfoque apenas informativo, uma vez que na etapa seguinte, a ser consubstanciada no documento "AVALIAÇÃO DO SUBSETOR DE SANEAMENTO RURAL", será elaborado um estudo avaliativo dos diversos aspectos da problemática do saneamento rural.

Haja vista os objetivos específicos desta etapa dos trabalhos, foram utilizados basicamente dados secundários, porém observados critérios e métodos na utilização dos mesmos, a fim de zelar pela confiabilidade e fidedignidade das informações prestadas.

Assim, serão apresentados, nas páginas seguintes, estudos informativos a respeito da realidade do Estado do Espírito Santo, no que diz respeito aos seguintes aspectos: Geografia e Clima, Divisão Político-Administrativa, Recursos Hídricos, População, Perfil Sanitário, Educação, Economia e Planejamento Governamental.

Vale ressaltar, ainda, que o presente documento deverá passar necessariamente por um processo de maior aprofundamento nas análises específicas e globalizantes, a fim de permitir, posteriormente, um estudo avaliativo, onde deverão ser determinados os fatores limitantes do desenvolvimento do Saneamento Rural no Estado e obtidas conclusões sobre cada um dos

aspectos abordados na problemática do saneamento rural, que indicarão as dificuldades a serem superadas e constituirão o embasamento das proposições do Programa Estadual.

DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA

2.

GEOGRAFIA E CLIMA

2.1. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

O Espírito Santo, com área de 45.597Km², apresenta forma retangular, com maiores distâncias no sentido norte-sul.

Identifica-se com a Região Sudeste pela posição geográfica e pelas características do relevo e clima, bem como pelas formas de povoamento, vinculadas à cultura cafeeira.

O Estado tem 858Km de divisas terrestres e 401Km de costa, perfazendo o seu perímetro a extensão total de 1.259Km.

O Estado se limita:

ao norte com os Estados da Bahia e Minas Gerais

ao sul com o Estado de Rio de Janeiro

a oeste com os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro

a leste com o Oceano Atlântico

POSIÇÃO GEOGRÁFICA

Nº LOCAL	SITUAÇÃO	LATITUDE SUL	LONGITUDE W. GREENWICH
PONTOS EXTREMOS			
1. Extremo Norte	Cabeceira do córrego do Limoeiro, divisa com Minas.	17°52'	40°28'
2. Extremo Sul	Divisa com Minas, Foz do rio Itabapoana, divisa com o Estado do Rio	21°17'38"	40°58'18"
3. Extremo Oeste	Fazenda dos Três Estados (confluência dos rios São João e Preto, para formação do rio Itabapoana. Divisa com Minas e Rio de Janeiro.	20°46'05"	41°52'21"
4. Extremo Leste	Foz do riacho Doce, divisa com a Bahia	19°37'30"	39°49'30"

2.2. RELEVO DO ESTADO

O relevo do solo espírito-santense é dos mais curiosos. Apresenta uma grande variedade de planos e altitudes. O rio Doce, vindo de Minas, atravessa o centro geográfico do Estado, dividindo-o, em duas metades quase iguais. A do norte com 24.399Km² e a do sul com 24.458Km².

A região ao sul do rio Doce, nas suas linhas gerais, pode ser descrita como um grande maciço montanhoso cercado por uma estreita faixa de terras baixas. Esse maciço, contraforte da Serra da Mantiqueira, penetra no Estado pela zona em que se forma o Pontão da Bandeira, com seus 2.890 metros de altitude e, que já foi considerado o ponto culminante do Brasil.

Nessa região tem as suas maiores altitudes representadas pelo próprio Pon
tão da Bandeira e pelos de Cruzeiro e Calçado, quase da mesma altitude.
Aí tem, ao mesmo tempo, a sua melhor largura em planta.

Desce, de maneira mais ou menos rápida, a altitudes inferiores a 750m
para logo voltar a ultrapassar os 1.000m no ponto de onde arranca o con
traforte conhecido como Serra da Chibata ou do Espigão, que vai servir de
divisa com o Estado de Minas Gerais, até as proximidades do rio Doce.
Daquele ponto, denominado pico do Guandu (altitude de 1.500m), penetra o
maciço em pleno território espírito-santense, com pouca largura (40m),
para espalhar-se, tomando toda a parte central da zona entre os rios Doce
e Itabapoana.

No alto dele ficam as pontas culminantes do interior espírito-santense:
o pico da Pedra Azul- no ponto da junção das divisas dos municípios de
Cachoeiro de Itapemirim, Alfredo Chaves e Domingos Martins-, e a Pedra de
Forno Grande, no Município de Conceição do Castelo. A altitude de ambos
é de 2.000m aproximadamente.

Desse maciço assim localizado, descem as águas para o norte, sul e
leste, formando todos os rios da região. Os do norte correm para o rio
Doce, os de leste vão pelo caminho mais curto, para o oceano. Os do sul,
depois de correrem nessa direção numa parte de seu percurso, infletem para
leste em busca de mar.

Quanto à região norte do rio Doce, o aspecto é profundamente diferente.
O sistema da Mantiqueira termina bruscamente ao encontrar a fossa repre
sentado pelo vale daquele rio. Daí para o norte apenas uma única fratu
ra poderá talvez pertencer a esse sistema. É a serra do Sousa, entre os
vales dos rios Mutum (Espírito Santo) e Resplendor (Minas Gerais), numa
extensão de cerca de 45Km.

Atravessando para a região norte do Estado, ocorre o evanescimento súbi
to dos relevos montanhosos de rochas cristalinas e a expansão, para o
interior, dos tabuleiros, que se tornam mais amplos à medida que avança

mos para o norte, onde uma ondulação topográfica colinosa uniformemente se estende até penetrar em Minas Gerais.

Em face desse quadro podemos dizer que as linhas orográficas principais do Estado são duas serras que cortam o território transversalmente, de oeste para leste, vindo a terminar próximo a costa. Todas as serras do Espírito Santo se enquadram com facilidade nessa disposição.

2.3. LITORAL

O litoral do Espírito Santo é variado e contrastado, apresentando-se, em certos trechos, estreito, recortado e escarpado, pela aproximação do mar das encostas, modelados em rochas do complexo cristalino; ora, esse litoral torna-se amplo, retilíneo e interiorizado, pelo maior desenvolvimento das formações detríticas terciários e quartenários.

Ao norte do Estado, a faixa litorânea é larga, com extensos cordões arenosos junto ao mar, baixadas e tabuleiros mais para o interior. No baixo rio Doce, a planície fluvio-marinha é ampliada pela grande extensão das formações holocênicas e pelos sucessivos cordões arenosos. No sul do Estado, entretanto as formações Pré-Cambrianas da encosta se aproximam ou mergulham sob o mar, como na baía do Espírito Santo, emoldurando o belo sítio da cidade de Vitória. Novos alargamentos da planície costeira são observados nos baixos cursos dos rios Itapemirim e Itabapoana.

Os tabuleiros formam, no norte do Espírito Santo, níveis de baixas altitudes (30 a 60m) nos interflúvios dos rios Mucuri e Itaúnas, sendo precedidos na faixa mais próxima do mar pelas baixadas e pelos cordões arenosos quartenários.

No baixo rio Doce as formações dos tabuleiros são recobertas por ampla deposição flúvio-marinha, de aluviões e de formação de restingas. Já ao sul de Vitória essas formações estreitam-se pela aproximação do mar dos maciços e das encostas que acompanham quase todo o litoral.

2.4. CLIMA

A posição geográfica do Espírito Santo, o relevo de seu solo, as suas diversas altitudes, a sua orla marítima, o regime de seus ventos, fazem com que o seu clima seja realmente temperado e particularmente ameno e salubre. Esses fatores concorrem para que ele nunca atinja a extremos. Não há, no Estado, calores ardentes e insuportáveis nem frios intensos e danosos. O calor das zonas baixas é sempre compensado pelo frio de suas grandes elevações. Dentro dessa média geral temperada encontra-se uma variedade grande de temperatura. É essa variedade que faz com que dentro de seu território haja terras e zonas propícias a todas as culturas.

De uma forma simplificada os climas do Espírito Santo podem ser definidos em função das altitudes. Isto se deve à forma do território, estreito no sentido leste-oeste e formando, na sua maior dimensão, uma faixa costeira no sentido norte-sul.

Próximo ao litoral a estação situa-se no outono-inverno (de abril a setembro) ainda que atenuada, pois as frentes que se formam com os avanços das massas frias provenientes do sul do continente, acarretam precipitações relativamente abundantes nesse período. É contudo bastante sensível o predomínio das chuvas na primavera-verão (outubro a março).

A amplitude térmica fica entre 5° e 6°. Apenas em Conceição da Barra é ligeiramente menor (4,8°). O total das chuvas no mês mais seco é geralmente inferior a 60mm. Apenas São Mateus, Conceição da Barra e Iconha apresentam média mensal mínima ligeiramente superior, isto é, 62mm, 68mm e 63mm, respectivamente. Assim todo o litoral pode ser classificado como Aw.

Esse clima se estende para o interior através dos vales que dissecam profundamente a encosta rebaixada das serras costeiras. Acentua-se, entretanto, a estação seca de outono-inverno. Também o regime térmico se modifica, dando margem a que se tornem mais nítidas as diferenças entre as médias do mês mais quente e mais frio, acentuando a amplitude térmica.

Assim temos que em toda a faixa de altitudes de zero a 300m, o clima se classifica como Aw - quente e úmido com chuvas de verão - da classificação de Koppen.

A partir da cota 300, a encosta leste do maciço central até a cota 400 pode ser classificada como AM - clima quente e úmido com pequena estação seca - apresentando índices crescentes de pluviosidade anual que tem o seu máximo no Município de Domingos Martins, com 2.173mm. No restante da faixa entre 300 e 500m de altitude predomina o tipo de clima Cwa - subtropical ou tropical de altitude com chuvas de verão e verões quentes.

Na faixa entre 500 e 1.000m de altitude predomina o clima CFA - tropical de altitude com chuvas bem distribuídas durante o ano e verões quentes, sem estação seca.

Finalmente, entre as cotas 1.000 e 1.500m predomina o clima mesotérmico CFB, de verões brandos e sem estação seca.

3.

POPULAÇÃO

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A determinação da população atual (1988) em comunidades rurais de até 5.000 habitantes, apresenta uma série de dificuldades que vão desde a definição da terminologia até a obtenção de dados junto aos órgãos oficiais.

Para o Programa Estadual de Saneamento Rural-Espírito Santo, o termo comunidade rural é aplicado a pequenas localidades que possuem alguns aspectos de urbanização como: arruamento, proximidade das casas, equipamentos sócio-comunitários (igreja, escola), pequeno comércio, etc. No entanto, observou-se o aspecto da atividade principal da população, como agricultura.

Para se obter dados que determinassem a população atual e futura procurou-se empregar fontes de informação mais apropriadas uma vez que optou-se por levantamento em fontes secundárias.

No entanto, a falta de uma sistematização de tais dados nos órgãos estatísticos aumentou o grau de dificuldade esperado.

Tomou-se, por base, os órgãos prestadores de serviços à população no que se refere a água, esgoto, luz e telefone. Destacou-se, então, o serviço elaborado pela Companhia Estadual de Saneamento - CESAN - no qual são listadas localidades do Estado com população projetada de 1986 a 1992. Esta projeção se baseou numa pesquisa de campo aplicada pela empresa no ano de 1986, sendo utilizado a taxa fixa de crescimento entre 1980 (FIBGE) e 1986 (CESAN).

Para completar a listagem elaborada pela CESAN, foram buscados dados na FRESP, ESCELSA (Espírito Santo Centrais Elétricas) e algumas prefeituras

municipais.

O fato de que a compilação dos dados de população feita através de fontes tão diversas, tem que ser levado em consideração na elaboração do planejamento das ações locais.

No entanto, apesar de todos os entraves, este levantamento permite a visualização do quadro populacional das comunidades rurais do Estado.

Verifica-se que o estado possui poucas localidades rurais com mais de 1.000 habitantes, sendo que a grande maioria delas tem menos de 200 habitantes. Esta característica de localidades de pequeno porte é um fator que deverá ser considerado na elaboração do Programa Estadual de Saneamento Rural devendo de alguma forma abranger essas comunidades.

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Ibicaba	74	Distrito	Afonso Cláudio
Piracema	94	Distrito	"
São Francisco	147	Povoado	"
Cinco Pontões	70	Povoado	"
Santa Luzia	124	Povoado	"
São Jorge	159	Povoado	"
Boa Vista	86	Povoado	Alegre
Flores de Aparecida	62	Povoado	"
Juraci	151	Povoado	"
Pedro Rocha	75	Povoado	"
Placa	138	Povoado	"
Ponte de Brauma	104	Povoado	"
Roseira	78	Povoado	"
São Francisco	105	Povoado	"
São João	120	Povoado	"
Crubixá	123	Distrito	Alfredo Chaves
Ibitirui	194	Distrito	"
Matilde	93	Distrito	"
Ribeirão do Cristo	7	Distrito	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Urânia	64	Distrito	Alfredo Chaves
Iiritiba	172	Distrito	Anchieta
Alto Pongal	148	Povoado	"
Vila Goimbé	140	Povoado	"
Praça do Oriente	122	Povoado	Atílio Vivacqua
Fleixeiras	93	Povoado	"
Comboios	155	Povoado	Aracruz
Córrego D'Água	180	Povoado	"
Gemuruna	184	Povoado	"
Irajá	85	Povoado	"
Pau-Brasil	122	Povoado	"
Putiri	44	Povoado	"
Ribeirão do Meio	150	Povoado	"
Taquaral	169	Povoado	"
Mar Azul	90	Povoado	"
Vila Nova do Bananal	119	Distrito	Baixo Guandu
Alto Santa Rosa	85	Povoado	"
Patrimônio do Divino	55	Povoado	"
Palmares	160	Povoado	B. de S. Francisco

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Bela Vista	83	Povoado	Boa Esperança
Valani	49	Povoado	"
Coutinho	95	Povoado	C. de Itapemirim
Castelinho	160	Povoado	"
Alto Gironda	150	Povoado	"
Concórdia	65	Povoado	"
Córrego do Brás	105	Povoado	"
Montevideó	60	Povoado	Castelo
São Manoel	50	Povoado	"
Ribeirão do Meio	50	Povoado	"
Pedregulho	60	Povoado	"
Ângelo Frechiani	141	Distrito	Colatina
Boapada	175	Distrito	"
Povoação de Baunilha	122	Povoado	"
São João Grande	144	Povoado	"
Belém	52	Povoado	C. da Barra
Água Preta	88	Povoado	"
Santa Luzia	61	Povoado	"
Santa Luzia	75	Povoado	C. do Castelo

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Mata Fria	50	Povoado	C. do Castelo
Vargem Grande	105	Povoado	"
Idaiá	125	Povoado	"
Ribeirão do Meio	50	Povoado	"
Santo Antônio	75	Povoado	"
São José do Angá	50	Povoado	"
Ribeirão de Santa Tereza	75	Povoado	"
Patrimônio da Penha	89	Povoado	Div. S. Lourenço
Melgaço	57	Distrito	Domingos Martins
Parajú	188	Distrito	"
Soido	175	Povoado	"
Vitor Hugo	40	Povoado	"
São Paulo de Aracê	50	Povoado	"
Biriricas	75	Povoado	"
S. M ^a do Araguaia	75	Povoado	"
Lajinhas	50	Povoado	"
Novo Horizonte	50	Distrito	Ecoporanga
Itapeba	147	Povoado	"
São Geraldo	154	Povoado	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Ribeirãozinho	172	Povoado	Ecoporanga
Irundi	50	Distrito	Fundão
Santo Antônio	100	Povoado	Guaçuí
Patrimônio dos 300	50	Povoado	"
Fazenda do Galho	64	Povoado	"
Fazenda São Domingos	145	Povoado	"
Pratinha	100	Povoado	"
Rio Calçado	7	Distrito	Guarapari
Todos os Santos	50	Distrito	"
Amarelos	134	Povoado	"
São Miguel	118	Povoado	"
Rio Claro	131	Povoado	"
Criciuma	48	Povoado	Ibatiba
Santa Clara	35	Povoado	"
Pendanga	68	Distrito	Ibiraçu
Pedro Palácio	128	Povoado	João Neiva
Demétrio Ribeiro	180	Povoado	"
Barra do Triunfo	175	Povoado	"
Rio Lampê	125	Povoado	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Picuan	60	Povoado	João Neiva
São Benedito	60	Povoado	"
Rio Prata	125	Povoado	"
Juá	75	Povoado	"
Itaçu	193	Distrito	Itaguaçu
S. Sebastião de Sobreira	50	Povoado	"
Itapecoá	30	Distrito	Itapemirim
Joacima	150	Povoado	"
Barbados	120	Povoado	"
Praça Oito	173	Povoado	Itarana
Jotibocas	75	Povoado	"
Santíssima Trindade	154	Distrito	Iúna
São J. Príncipe	100	Povoado	"
Uberaba	85	Povoado	"
São José Soaqui	95	Povoado	"
Laranja da Terra	125	Povoado	"
São Francisco	100	Povoado	"
São José do Jaguaré	101	Povoado	Jaguaré
São João do Estivado	176	Povoado	"
Dezoito	132	Povoado	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Córrego da Onça	48	Povoado	Jaguaré
São Roque	72	Povoado	"
Rancharia	105	Povoado	Jerônimo Monteiro
Desengano	169	Distrito	Linhares
Rio das Palmas	168	Povoado	"
Humaitá	190	Povoado	"
Guaxé	180	Povoado	"
Araribóia	165	Povoado	"
Palhal	65	Povoado	"
Santo Hilário	150	Povoado	"
S. Sebastião da Terra Roxa	50	Povoado	"
Baixo Quartel	150	Povoado	"
Pintada	120	Povoado	"
Bagueira	90	Povoado	"
Barro Novo	128	Povoado	"
Paraisópolis	125	Povoado	"
Sapucaia	184	Distrito	Marilândia
Patrão Mor de Baixo	133	Povoado	"
Pirangi	50	Povoado	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Alto Liberdade	45	Povoado	Marilândia
Nossa Senhora da Aparecida	35	Povoado	"
Santo Isidoro	65	Povoado	"
Dona América	50	Distrito	Mimoso do Sul
Palmerinha	48	Povoado	"
Santa Rosa	125	Povoado	"
Jacutinga	200	Povoado	"
Ramal da Fumaça	55	Povoado	Montanha
Três de Agosto	55	Povoado	"
Três de Março	112	Povoado	"
Vieira Machado	169	Distrito	Muniz Freire
Meio Quartel	57	Povoado	"
Fortaleza	70	Povoado	"
Rio Preto	50	Distrito	Nova Venécia
Água Preta	50	Povoada	"
Guarabu	90	Povoado	"
Córrego Areia	70	Povoado	"
Luzilândia	38	Povoado	"
Penha	82	Povoado	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Refrigério	30	Povoado	Nova Venécia
São Gonçalo	122	Povoado	"
Alto Muniz	63	Povoado	Nova Venécia
Água Limpa	58	Povoado	"
Poção	99	Povoado	"
Vila Nova	112	Povoado	"
Conceição do XV	115	Povoado	"
Patrimônio do Vermelho	40	Povoado	"
Palmerino	179	Distrito	Alto Rio Novo
Montes Claros	129	Povoado	Pancas
São José de Jundiá	129	Povoado	Pinheiros
Dois de Julho	160	Povoado	Pedro Canário
Aghá	167	Distrito	Piúma
Nova Esperança	100	Povoado	"
Marobá	20	Povoado	Presidente Kennedy
São Bento	30	Povoado	"
Monte Feliz	155	Povoado	"
São Paulo	117	Povoado	"
Mineirinho	145	Povoado	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Criadouro	99	Povoado	Presidente Kennedy
Santa Lúcia	145	Povoado	"
Panorama	150	Povoado	Rio Bananal
Santa Helena	60	Povoado	"
Santo Isidoro	75	Povoado	"
Princesa	20	Distrito	Rio Novo do sul
Santa Rita	130	Povoado	"
Arroio das Pedras	200	Povoado	"
São Francisco	200	Povoado	"
Copaiba	200	Povoado	"
São Vicente	75	Povoado	"
São Domingos	75	Povoado	"
Djalma Coutinho	5	Distrito	Santa Leopoldina
Garrafão	31	Distrito	Stª. Mª de Jetibá
Jetibá	19	Povoado	"
Mangaraí	59	Distrito	Santa Leopoldina
Caramuru	83	Povoado	"
Barracão S. Jorge	99	Povoado	"
Baixo S. Sebastião	128	Povoado	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Regência	49	Povoado	Santa Leopoldina
Barracão Rio Poumouser	73	Povoado	"
Barra do Mangaraí	47	Povoado	"
Alto Santa Maria	100	Povoado	"
Recreio	62	Povoado	"
Alto São Sebastião	59	Povoado	"
Santa Júlia	41	Distrito	Santa Tereza
Tabocas	98	Povoado	"
Caldeirão	146	Povoado	"
Agnaldo Rúdio	62	Povoado	"
Agrovile Santa Tereza	15	Povoado	"
S. Sebastião da B. Seca	75	Povoado	São Gabriel da Palha
Araras	98	Povoado	"
Córrego Bley	40	Povoado	"
Penha da Barra Seca	80	Povoado	"
General Rondon	92	Povoado	"
Águas Claras	78	Povoado	"
São João	55	Povoado	"
Boa Vista	75	Povoado	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.1. LOCALIDADES RURAIS COM MENOS DE 200 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Ebenezer	60	Povoado	São Gabriel da Palha
Córrego Queixada	54	Povoado	"
Córrego Jacoud	44	Povoado	"
Córrego Dourado	70	Povoado	"
Airituba	150	Distrito	São José do Calçado
Patrimônio do Divino	120	Povoado	"
Nova Verona	63	Distrito	São Mateus
Santa Leocádia	159	Povoado	"

*Os dados referem-se exclusivamente a população concentrada.

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.2. LOCALIDADES RURAIS COM 201 A 500 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Brejetuba	366	Distrito	Afonso Cláudio
Fazenda Guandu	392	Distrito	"
Joatuba	212	Distrito	Laranja da Terra
Vila Pontões	292	Distrito	Afonso Cláudio
Laranja da Terra	231	Povoado	Laranja da Terra
São Luiz de Miranda	245	Povoado	Afonso Cláudio
Ararai	246	Distrito	Alegre
Café	422	Distrito	"
Santa Angélica	250	Distrito	"
Santa Marta	423	Distrito	Ibitirama
São José de Caparaó	275	Povoado	"
Sagrada Família	305	Distrito	Alfredo Chaves
Jabaquara	423	Distrito	Anchieta
Belo Horizonte	280	Povoado	"
José Carlos	240	Distrito	Apiacá
Bom Sucesso	232	Povoado	"
Assombro	240	Povoado	Aracruz
Barra do Sahy	431	Povoado	"
Biriricas	250	Povoado	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.2. LOCALIDADES RURAIS COM 201 A 500 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Caieiras Velha	265	Povoado	Aracruz
Grapuama	274	Povoado	"
Mucurutá	475	Povoado	"
Praia dos Padres	350	Povoado	"
Santa Rosa	241	Povoado	"
São José	500	Povoado	"
Portal de Santa Cruz	315	Povoado	"
Alto Mutum Preto	462	Distrito	Baixo Guandu
Ibituba	430	Distrito	"
Km 14 do Mutum	401	Distrito	"
Mascarenhas	420	Povoado	"
Itaperuna	300	Distrito	B. S. Francisco
Poranga	221	Distrito	"
Vargem Alegre	437	Povoado	"
Cafelândia	222	Povoado	"
Bom Destino	303	Povoado	"
Monte Senir	408	Povoado	"
Conceição do R. XV de Novembro	335	Povoado	"
Km 20	245	Povoado	Boa Esperança

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.2. LOCALIDADES RURAIS COM 201 A 500 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Burarama	398	Distrito	C. Itapemirim
Vargem Grande do Soturno	297	Distrito	"
Córrego dos Monos	428	Povoado	"
S. José das Fruteiras	462	Povoado	Vargem Alta
Boa Esperança	330	Povoado	"
Prosperidade	284	Povoado	"
Estrela do Norte	373	Distrito	Castelo
Monte Pio	260	Povoado	"
Baunilha	451	Distrito	Colatina
Graça Aranha	491	Distrito	"
Morelo	300	Povoado	"
Divisa	203	Povoado	"
São Salvador	225	Povoado	"
Camargo	375	Povoado	C. do Castelo
Monforte Frio	430	Povoado	"
Aracê	390	Distrito	Domingos Martins
Araguaia	340	Distrito	"
Perobas	237	Povoado	"
Ponto Alto	251	Povoado	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.2. LOCALIDADES RURAIS COM 201 A 500 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Mundo Novo	316	Distrito	Dores do R. Preto
Perobas	224	Povoado	"
Muritiba	250	Povoado	Ecoporanga
Santa Terezinha	432	Povoado	"
Santa Rita	284	Povoado	"
Biriricas de Baixo	217	Povoado	Fundão
São Pedro de Rates	388	Distrito	Guaçuí
São Tiago	348	Distrito	"
São Pedro	350	Povoado	Guarapari
Santa Mônica	394	Povoado	"
Acioli	391	Distrito	João Neiva
Cavalinho	446	Povoado	"
Piraqueçu	380	Povoado	"
Caboclo Bernardo	385	Povoado	"
Santo Afonso	260	Povoado	Ibiraçu
Duas Barras	231	Distrito	Iconha
Monte Belo	215	Povoado	"
Palmeiras	393	Povoado	Itaguaçu
Lagoa Dantas	285	Povoado	Itapemirim

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.2. LOCALIDADES RURAIS COM 201 A 500 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Gomes	244	Povoado	Itapemirim
Limão	230	Povoado	"
Brejo dos Patos	310	Povoado	"
Lagoa do Siri	215	Povoado	"
Saco dos Cações	300	Povoado	"
Sossego	215	Povoado	Itarana
Pequiá	484	Distrito	Iúna
Nossa Senhora das Pratas	245	Povoado	"
Santa Cruz	300	Povoado	"
Fátima	319	Povoado	Jaguaré
Palmito	500	Povoado	"
Giral	352	Povoado	"
São José da B. Seca	270	Povoado	"
Parada Cristal	375	Povoado	Jerônimo Monteiro
Regência	310	Distrito	Linhares
São Jorge da B. Seca	270	Distrito	"
Comendador Rafael	302	Povoado	"
Juncado	420	Povoado	"
Japira	290	Povoado	"

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.2. LOCALIDADES RURAIS COM 201 A 500 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Rio do Norte	287	Povoado	Linhares
Olaria	415	Povoado	"
Chumbado	300	Povoado	"
São Geraldo	418	Distrito	Mantenópolis
São José	464	Povoado	"
Monte Sinai	403	Povoado	Marilândia
Patrimônio do Rádio	435	Povoado	"
Conceição do Muqui	309	Distrito	Mimoso do sul
Stº Antônio do Muqui	408	Distrito	"
São José das Torres	344	Distrito	"
São Pedro Itabapuana	253	Distrito	"
São Rafael	250	Povoado	"
Bom Sucesso	450	Povoado	"
São Sebastião do Norte	303	Povoado	Montanha
Água Boa	247	Povoado	Mucurici
Estrela do Norte	230	Povoado	Mucurici
Itaici	390	Distrito	Muniz Freire
Menino Jesus	427	Distrito	"
Camará	332	Distrito	Muqui

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.2. LOCALIDADES RURAIS COM 201 A 500 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Guararema	305	Distrito	Nova Venécia
Todos os Santos	203	Povoado	"
Boa Vista	353	Povoado	"
São Luiz Rei	203	Povoado	"
Cristalino	218	Povoado	"
São João da Cachoeira Grande	332	Povoado	"
Praça Rica	345	Povoado	"
Monte Carmelo	239	Povoado	Pancas
São Lourenço	400	Povoado	"
Vila Fernandes	295	Povoado	Pinheiros
Lagoa Seca	230	Povoado	"
Jaqueira	371	Povoado	Presidente Kennedy
Santo Eduardo	254	Povoado	"
Campo Novo	250	Povoado	"
Fazenda São Geraldo	280	Povoado	"
Cachoeirinha	240	Povoado	Rio Novo do Sul
Capim Angola	260	Povoado	"
São Caetano	295	Povoado	"
Quarteirão de Santana	240	Povoado	Rio Novo do Sul

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.2. LOCALIDADES RURAIS COM 201 A 500 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Alto Rio Poumouser	327	Povoado	Santa Leopoldina
São Jacinto	450	Povoado	Santa Tereza
São Roque da Terra Roxa	240	Povoado	São Gabriel da Palha
São José	234	Povoado	"
Alto Calçado	365	Distrito	São José de Calçado
Itauninhas	323	Distrito	São Mateus
Santa Maria	413	Povoado	"
Paulista	493	Povoado	"
Pedra D'Água	315	Povoado	"
São Geraldo	310	Povoado	"
Km 35	470	Povoado	"

*Os dados referem-se exclusivamente a população concentrada.

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.3. LOCALIDADES RURAIS DE 501 A 1.000 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Sobreiro	880	Distrito	Laranja da Terra
Anutiba	756	Distrito	Alegre
Rive	661	Distrito	"
Mãembá	573	Povoado	Anchieta
Cachoeiro	536	Povoado	Aracruz
Ribeirão do Sapé	554	Povoado	"
Governador L. de Aguiar	663	Distrito	Água Doce do Norte
Santa Luzia do Azul	531	Distrito	"
Santo Agostinho	959	Distrito	"
Vila Nelita	647	Distrito	"
Cachoeirinha de Itaúnas	583	Distrito	Barra de S. Francisco
Monte Sinai	641	Distrito	"
Paulista	964	Distrito	"
Santo Antônio	611	Distrito	"
Córrego Azul	629	Povoado	"
Santo Antônio Pouso Alegre	783	Distrito	Boa Esperança
São José Sobradinho	549	Distrito	"
Conduru	873	Distrito	C.de Itapemirim
Jaciguá	661	Distrito	Vargem Alta

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.3. LOCALIDADES RURAIS DE 501 A 1.000 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Pacotuba	545	Distrito	C. de Itapemirim
São Vicente	570	Povoado	Vargem Alta
Gironda	671	Povoado	C. de Itapemirim
Sambra	767	Povoado	"
Aracuí	838	Distrito	Castelo
Governador Linderberg	843	Distrito	Colatina
Novo Brasil	729	Distrito	"
Itaúnas	801	Distrito	C. da Barra
São João de Viçosa	591	Povoado	C. do Castelo
Isabel	822	Distrito	Domingos Martins
Cotaxé	720	Distrito	Ecoporanga
Joaçuba	810	Distrito	"
Santa Luzia do Norte	626	Distrito	"
Prata dos Baianos	823	Povoado	"
Praia Grande	649	Distrito	Fundão
Cristal	665	Povoado	Ibiraçu
Aricanga	535	Povoado	"
Bom Destino	759	Povoado	Iconha
Itaimbé	755	Distrito	Itaguaçu

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.3. LOCALIDADES RURAIS DE 501 A 1.000 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Rio Muqui	737	Distrito	Itapemirim
Itaoca	672	Povoado	"
Grauna	914	Povoado	"
Boa Vista do Sul	505	Povoado	"
Campo Acima	980	Povoado	"
Garrafão	935	Povoado	"
Jacarandá	560	Povoado	"
Barra Seca	651	Distrito	Jaguaré
Água Limpa	824	Povoado	"
São Rafael	529	Distrito	Linhares
Farias	783	Povoado	"
Povoação do Rio Doce	590	Povoado	"
Rio Quartel	724	Povoado	"
Rio Doce	835	Povoado	"
Stª Luzia de Mantenópolis	698	Distrito	Mantenópolis
Ponte de Itabapoana	789	Distrito	Mimoso do Sul
Itamira	869	Distrito	Mucurici
Povoado São Pedro	670	Povoado	Muniz Freire
Patrimônio do XV	624	Distrito	Nova Venécia

continua

continuação

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.3. LOCALIDADES RURAIS DE 501 A 1.000 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Cedrolândia	515	Povoado	Nova Venécia
Lajinha	817	Distrito	Pancas
Taquara	729	Povoado	Pedro Canário
Florestas do Sul	826	Povoado	"
São Jorge Tiradentes	506	Distrito	Rio Bananal
Vinte Cinco de Julho	574	Distrito	Santa Tereza
Varzea Alegre	766	Povoado	"
Santo Antônio	898	Povoado	"
Fartura	557	Distrito	São Gabriel da Palha
Barra Nova	572	Distrito	São Mateus
Nestor Gomes	713	Distrito	"
Nova Lima	899	Povoado	"

*Os dados referem-se exclusivamente a população concentrada.

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.4. LOCALIDADES RURAIS COM 1.001 A 2.000 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Serra Pelada	1154	Distrito	Afonso Cláudio
Celina	1164	Distrito	Alegre
Ubu	1349	Povoado	Anchieta
Barra do Riacho	1877	Povoado	Aracruz
Coqueiral	1925	Povoado	"
Itapina	1169	Distrito	Colatina
São Domingos	1550	Distrito	"
Sayonara	1159	Povoado	Conceição da Barra
Imburana	1146	Distrito	Ecoporanga
Timbuí	1921	Distrito	Fundão
Portal de Paineiras	1065	Povoado	Itapemirim
Irupi	1242	Distrito	Iúna
Itabaiana	1398	Distrito	Mucurici
Piaçu	1119	Distrito	Muniz Freire
Vila Pavão	1943	Distrito	Nova Venécia
Vilã Verde	1199	Distrito	Pancas
São João do Sobrado	1643	Distrito	Pinheiros
São João de Petrópolis	1617	Distrito	Santa Tereza

*Os dados referem-se exclusivamente a população concentrada.

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.5. LOCALIDADES RURAIS DE 2.001 A 5.000 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE *	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Guaraná	2.908	Distrito	Aracruz
Jacupemba	2.479	Distrito	"
Vila do Riacho	4.390	Distrito	"
Santa Cruz	3.886	Distrito	"
Itaoca	2.967	Distrito	C. Itapemirim
Cobraice	2.805	Povoado	Conceição da Barra
Santana	2.785	Povoado	"
Marechal Floriano	2.643	Distrito	Domingos Martins
Perocão	4.250	Povoado	Guarapari
Itaipava	3.123	Distrito	Itapemirim
Bebedouro	2.501	Distrito	Linhares
Canivete	2.960	Povoado	"
Vinhático	2.103	Distrito	Montanha
Ponto Belo	3.735	Povoado	Mucurici
Cristal do Norte	3.093	Distrito	Pedro Canário
São Roque	2.425	Distrito	Santa Tereza
Valério	2.995	Distrito	São Gabriel da Palha

*Os dados referem-se exclusivamente a população concentrada.

3.2. LOCALIDADES RURAIS DISCRIMINADAS POR NÚMERO DE HABITANTES

3.2.6. LOCALIDADES RURAIS COM MAIS DE 5.000 HABITANTES

LOCALIDADE	Nº HABITANTE*	CATEGORIA	MUNICÍPIO
Braço do Rio	6.359	Distrito	Conceição da Barra
Córrego D'Água	6.856	Distrito	Linhares

*Os dados referem-se exclusivamente a população concentrada.

3.3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

As transformações econômicas e sociais registradas em nosso Estado se deram a partir de 1850 com a consolidação da lavoura cafeeira. A monocultura do café, marcou no período de 1850 a 1960, uma etapa decisiva no processo histórico do Espírito Santo e em seu desenvolvimento sócio-econômico. O café, através de sua exploração agrícola, armazenamento, beneficiamento e exportação, ocupou de maneira dominante a economia capixaba.

Assim também, a dinâmica demográfica seguiu as normas da expansão cafeeira, que definiu a lógica da ocupação do espaço.

Como seria bem difícil a coleta de dados que propiciasse um estudo da evolução da população do Estado desde 1850, foi estabelecido a década iniciada em 1940, como referência deste trabalho.

Nesta década o Espírito Santo era um Estado eminentemente rural, onde apenas um quinto da população vivia em cidades ou vilas, representando 1,9% da população brasileira. Havia um equilíbrio urbano/rural de suas partes, caracterizado pela juventude da população e o caráter pouco diferenciado do movimento migratório, com composições de população não muito distintas.

A década de cinquenta significou o auge do processo baseado na monocultura do café, no capital comercial e na expansão de fronteiras. Em relação à década anterior não apresentou nenhuma alteração qualitativa, sendo importante analisar os fenômenos demográficos enquanto resultantes de um processo temporalmente anterior e que, nesse momento, atinge seu limite de esgotamento.

Segundo o demógrafo Antônio Celso Dias Rodrigues há uma relação vital entre "estado" e "movimento" de população e, sendo assim, os fenômenos fundamentais - fecundidade, mortalidade e migrações vão ter reflexos diferenciados e pesos distintos dependendo da estrutura de população em que essas leis vão interferir, assim como a resultante do movimento em termos de composição demográfica pode gerar situações desiguais para as

mesmas leis de movimento.

De posse desse argumento e com os dados desses fenômenos fundamentais dessa época o demógrafo afirma que "é possível caracterizar não só o peso global do movimento migratório e fundamentalmente seu papel perturbador (do ponto de vista estatístico) sobre os componentes do crescimento".

A população do Espírito Santo passa, nessa década, de 957 mil habitantes para quase 1,5 milhões, o que representa um incremento médio anual de quase 4% ao ano, contra menos de 3% na média brasileira. Do total de habitantes que se incorporam a população inicial, cerca de 43% aparecem enquanto resultante do saldo migratório. Sendo que o crescimento natural do Estado foi menor que a média brasileira.

A década de sessenta é resumida pelo demógrafo no seguinte: "Todos os indicadores demográficos obtidos para o decênio comparativamente para o Espírito Santo e para o Brasil (fecundidade, natalidade, mortalidade, expectativa de vida, etc.) são razoavelmente próximos, com uma única diferença fundamental: enquanto na média brasileira crescimento natural e total se igualam, no caso capixaba, para um crescimento natural na ordem de 2,41% ao ano tem-se uma variação real de 1,3%, o que significa que de cada 100 pessoas geradas pela diferença entre natalidade e mortalidade a cada ano, 50 deixavam o Estado (...)"

Na década de 70, ocorrem mudanças fundamentais na dinâmica demográfica do Estado. A partir de então, a ocupação do espaço é submetido a outra lógica, a do capital inicial, que ao reproduzir-se age sobre o espaço transformando-o pela especialização.

Alguns documentos que tratam deste assunto colocam como causa fundamental ao êxodo rural ocorrido nesta época, a erradicação dos cafezais. Segundo o demógrafo Antônio Celso Dias Rodrigues este fato somente antecipa um processo que se esgotaria, gradualmente em fins da década de setenta (...) "as regiões onde a ocupação era mais antiga, já apresentavam várias décadas de expulsão demográficas, em alguns casos, absoluto (...) esse

processo era pouco percebido, na existência, ainda no interior do Espírito Santo, de espaços a ocupar".

A partir dessa ruptura, todo o espaço passa a ser locus de produção e consumo do capital. Passa-se a observar, uma especialização do espaço, com as diversas regiões absorvendo funções diferenciadas. Em vista desta especialização ocorre uma maior concentração demográfica em algumas regiões, com esvaziamento de outras. A distribuição diferenciada dos investimentos e de recursos provoca a ocupação desigual dos espaços.

O eixo regional do crescimento demográfico, no Espírito Santo, fica deslocado não sentido sul/norte para o sentido oeste/leste, criando-se uma dependência entre concentração e esvaziamento.

A microrregião de Vitória, nas duas últimas décadas, apresenta um fenômeno concentrador a ponto de representar, em 1980, um terço do total estadual e mais da metade da população urbana aqui residente. Aparece com taxas de crescimento acima dos seis por cento ao ano, sendo que só 2,5% de vidas ao crescimento vegetativo.

No conjunto do Espírito Santo a dinâmica de população se caracterizou pelo envelhecimento da estrutura demográfica por um notável processo de urbanização e concentração demográfica, por um aumento importante da expectativa de vida, não só ao nascimento, bem como para todas as idades nos dois sexos e por aumento da proporção de pessoas em idades ativas com consequente diminuição da taxa de dependência teórica.

TABELA 1

POPULAÇÃO RURAL* POR TAMANHO DE COMUNIDADE - 1988/2003

CLASSES DE TAMANHO	LEVANTAMENTO DO ESTADO		POPULAÇÃO RURAL PROJETADA							
	1988		1991		1995		2.000		2.003	
	Nº DE LOCALIDADES	POPULAÇÃO	Nº DE LOCALIDADES	POPULAÇÃO	Nº DE LOCALIDADES	POPULAÇÃO	Nº DE LOCALIDADES	POPULAÇÃO	Nº DE LOCALIDADES	POPULAÇÃO
Até 200 habitantes	217	21.353	206	21.177	191	20.369	173	19.793	50	16.725
De 201 a 500 habitantes	144	46.867	141	45.789	140	44.905	146	48.287	154	48.976
De 501 a 1000 habitantes	69	48.838	75	53.178	76	53.738	73	51.755	82	58.920
De 1001 a 2000 habitantes	18	25.640	23	29.665	38	50.870	44	59.984	45	63.899
De 2001 a 5000 habitantes	17	52.053	20	65.021	16	53.847	21	66.395	25	81.227
Acima de 5000 habitantes	2	13.215	2	17.674	6	49.864	10	102.178	11	141.398

* Segundo definição do PNSR.

TABELA 2

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL E TAXAS DE CRESCIMENTO (1940-2010)

ANO	POPULAÇÃO				TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO		
	TOTAL	URBANA	RURAL	% POP. RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL ¹
1940*	790.149	158.025	632.124	80,0	-	-	-
1950*	957.238	199.186	758.052	79,2	1,9	2,3	1,8
1960*	1.418.438	403.461	1.014.887	71,6	4,0	7,3	3,0
1970*	1.599.333	712.916	877.417	54,9	1,2	6,0	(1,5)
1980*	2.023.340	1.351.646	671.694	33,2	2,4	6,5	(2,6)
1985**	2.301.133	1.690.965	610.168	26,5	2,6	4,6	(1,9)
1990**	2.602.058	2.032.854	569.204	21,9	2,5	3,8	(1,4)
1995**	2.948.321	2.420.305	528.016	17,9	2,5	3,6	(1,5)
2000**	3.319.275	2.831.312	487.963	14,7	2,4	3,2	(1,6)
2010**	4.142.184	3.718.834	423.350	10,2	2,2	2,8	(1,4)

*Fonte: Espírito Santo Século 21: A dinâmica demográfica no Espírito Santo entre 1940 e 1980. O potencial demográfico no Espírito Santo de 1980 à 2010 - Antônio Celso Dias Rodrigues - 1988.

**Fonte: Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo - 1985 - 2010 - Vol. 3 - Instituto Jones dos Santos Neves - 1985.

1 - Os números entre parenteses indicam taxas negativas.

4.

RECURSOS HÍDRICOS

4.1. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

No Estado do Espírito Santo, cerca de 2/3 da área é ocupada por rochas cristalinas de idade pré-cambrianas e o restante por um manto de sedimentos terciários e quaternários.

O comportamento hidrogeológico da província cristalina apresenta potencialidade quase que praticamente nula, quando analisamos as vazões dos poços existentes nesta área. Contudo, vale salientar que não existe no Estado um mapeamento geológico e hidrogeológico sistemático.

Nesta área ocorrem rochas de médio a alto grau de metamorfismo, originada de rochas ígneas e/ou sedimentares intensamente deformadas por sucessivas fases tectônicas, metamórficas e por efeito de granitização. Essas rochas não apresentam quebraimento que as caracterize como aquíferos fissurados. A topografia resultado do modelamento morfológico dessas rochas é bastante acidentada e marcada por uma drenagem encaixada. A exploração da água subterrânea nessa área fica restrita ao decomposto quando espesso, aos aluviões e as cunhas de Pé de Monte.

O comportamento hidrogeológico da província sedimentar representados pelos arenitos grosseiros da Formação Barreiras (Terciário) apresentam potencialidades hidrogeológicas para abastecer as comunidades situadas em suas áreas de afloramento. É necessário esclarecer que apesar de sua grande expressão areal o Grupo Barreiras não apresenta grandes espessuras no Estado. A oeste esta espessura é da ordem de 10 a 15 metros, aumentando gradativamente para leste (balneários). O Grupo Barreiras apresenta uma morfologia marcante, superfícies tabulares com vales encaixados, profundo e em forma de U.

O cadastramento de Poços Artesianos do Estado do Espírito Santo foi desenvolvido por técnicos da Companhia Espírito Santense de Saneamento - CESAN, com vista ao fornecimento de informações básicas sobre os recursos subterrâneos disponíveis, que pudesse subsidiar futuros projetos com o aproveitamento desse tipo de manancial em todo o Estado.

Foram cadastrados 227 poços artesianos, sendo que, 76 poços foram perfurados no cristalino e 151 poços nos sedimentos, obtendo-se os seguintes resultados:

TABELA 3
REGIÃO NORTE

	Q (MÁX.)	MUNICÍPIO	Q (MÍN.)	MUNICÍPIO
Sedimentar	10,2 l/s	Conceição da Barra	0,08 l/s	Aracruz
Cristalino	7,78 l/s	Montanha	0,14 l/s	Lajinha

TABELA 4
REGIÃO SUL

	Q (MÁX.)	MUNICÍPIO	Q (MÍN.)	MUNICÍPIO
Sedimentar	7,4 l/s	Anchieta	0,67 l/s	Itapemirim
Cristalino	7,9 l/s	Venda Nova	0,42 l/s	Cachoeiro de Itapemirim

TABELA 5
GRANDE VITÓRIA

	Q (MÁX.)	MUNICÍPIO	Q (MÍN.)	MUNICÍPIO
Sedimentar	14,7 l/s	Vitória	0,12 l/s	Serra

TABELA 6
CENTRO OESTE

	Q (MÁX.)	MUNICÍPIO	Q (MÍN.)	MUNICÍPIO
Cristalino	10 l/s	Baixo Guandu	0,83 l/s	João Neiva

Ao analisar todo o conjunto pesquisado descritos nas tabelas acima, conclui-se que a possibilidade maior de obtenção de sucesso em todo o Estado do Espírito Santo está nas perfurações de formação sedimentar.

Apesar das Tabelas números 4 e 6 apresentarem valores de vazões significativos para a formação cristalina, os mesmos não representam a realidade do Estado, pelo fato deste valor ser localizado para um determinado poço.

4.2. ÁGUAS SUPERFICIAIS

4.2.1. APRESENTAÇÃO

O primeiro documento a tratar das Bacias Hidrográficas do Estado do Espírito Santo integra um conjunto de trabalhos elaborados segundo a metodologia de Projeto ES Século 21.

Trata-se de um projeto de mobilização do Sistema Político, do Sistema Econômico e da Sociedade Civil para assumir os problemas e potencialidades do Estado e implementar as soluções que melhor atenda aos anseios da sua população.

O diagnóstico preliminar das principais Bacias Hidrográficas do Estado, que integra esse documento, reúne as informações básicas e fundamentais ao estudo da utilização racional e integrada dos Recursos Hídricos, como veremos a seguir.

4.2.2. CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR DAS PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

BACIA DO RIO ITAÚNAS

A bacia hidrográfica do rio Itaúnas tem no Espírito Santo uma área aproximada de 4.448Km (9,8% da área do Estado). O rio é formado por dois braços, norte e sul. Os afluentes mais importantes são: o rio Angelim, o rio Preto ou Itauninhas, rio Ribeiro Dourado, rio Santana, rio São Domingos, córrego Dezoito, córrego Claro e o Ribeirão Suzano. As Altitudes no rio Itaúnas variam de 300 a 500m nas cabeceiras. Na região costeira o seu relevo é de planície. O morro do Agudo com aproximadamente 400m de altitude está na Bacia do Itaúnas. Faz parte também do relevo desta bacia a Serra do Map-Map-Crac. A variação da temperatura na bacia fica entre 5°C e 6°C. A temperatura nas proximidades da foz é um pouco menor, ou seja, 4,8°C. O clima na bacia é do tipo AW (clima quente e

úmido), com estação seca no outono/inverno. As chuvas ocorrem com maior intensidade no verão e o mês mais seco tem uma precipitação de 60mm. A vegetação primitiva da bacia nas cabeceiras pode ser classificada como florestas de encostas e montanhas altas, e florestas do tipo dos tabuleiros ao longo da maior parte do curso do rio. Na foz do rio encontra-se a restinga.

O potencial hidrelétrico da bacia é avaliado em 25,9 MW, contudo este potencial não vem sendo utilizado na geração de energia elétrica. Com relação ao uso industrial da bacia destacam-se 3 destilarias de álcool e uma série de farinheiras. A produção anual de vinhoto pelas destilarias é estimado em 569.200m³. Outro uso da bacia é para irrigação de diferentes culturas e exploração de petróleo.

Devido a inexistência de dados não é possível se caracterizar a disponibilidade hídrica do rio Itaúnas.

Os problemas prioritários na bacia do Itaúnas que deverão ser estudados são: instalação de estações fluviométricas para caracterização da disponibilidade hídrica; elaboração de estudos que permitam identificar a deterioração dos recursos hídricos pelo lançamento de efluentes industriais e domésticos; viabilidade da implantação de barragens acumuladoras de água para atender à irrigação.

BACIA DO RIO SÃO MATEUS

O rio São Mateus nasce na Serra dos Aimorés no estado de Minas Gerais, onde as altitudes chegam a atingir 1.000 metros. A área da bacia do rio São Mateus é de 13.482,00Km². A distribuição da área da bacia é de 40% para o Estado de Minas Gerais e de 60% para o Estado do Espírito Santo. A bacia do rio São Mateus limita-se ao norte com a bacia do rio Itaúnas, ao sul com a bacia do rio Doce e a leste com o Oceano Atlântico.

O rio São Mateus é formado pelo braço norte denominado Cotaxé e pelo braço sul ou Cricaré. Os afluentes mais importantes do rio Cotaxé na região do Estado do Espírito Santo são: córrego Muritiba, Ribeirão Sagoti e córrego do Desespero, pela margem esquerda; e Ribeirão da Prata, Ribeirão Santa Rita, rio Dois de Setembro, rio Quinze de Novembro e córrego Santa Joana, pela margem direita. Os principais afluentes do rio Cricaré são: córrego do Garfo, córrego dos Paulistas, rio Preto, córrego Todos os Santos, córrego Rapadura, córrego Grande, pela margem esquerda; e Ribeirão São Francisco, córrego Várgem Alegre, rio Muniz Freire, córrego Cristalino, córrego Boa Esperança, rio Preto, córrego Tapuio, pela margem direita.

Após a confluência dos rios Cotaxé e Cricaré destacam-se os seguintes afluentes do rio São Mateus: rio São Domingos e o córrego Grande, pela margem esquerda; e o córrego Bamburral e o rio Mariricu, pela margem direita.

A estação das chuvas compreende os meses de setembro a abril, sendo dezembro o mês mais chuvoso. O período das secas ocorre nos meses de junho a agosto. O mês mais seco é agosto. A precipitação anual varia desde 1.300mm no litoral até o mínimo de 600mm no Estado de Minas Gerais. Nas cabeceiras do rio a precipitação é cerca de 80mm.

A região litorânea da bacia é formada por vegetação típica das áreas inundáveis. Nas partes mais altas estão as florestas.

Os principais centros urbanos da bacia do rio São Mateus são: Conceição da Barra, São Mateus, Nova Venécia, Barra de São Francisco, Ecoporanga, Mantenópolis, Atalaia e Mendes Pimentel.

A disponibilidade hídrica superficial do rio São Mateus é cerca de 30,00m³/seg. (Estação Pluviométrica de Piaúnas).

A energia hidráulica disponível no rio São Mateus é aproximadamente 103.9MW.

O rio São Mateus é o manancial utilizado para os sistemas de abastecimento de água das cidades de Barra de São Francisco, Nova Venécia e São Mateus. É também o corpo receptor dos efluentes domésticos e industriais destas cidades.

A exploração do petróleo pela Petrobrás no Espírito Santo é realizada principalmente na bacia hidrográfica do rio São Mateus. Os impactos nas áreas de exploração vêm sendo considerados por essa empresa.

Outra atividade industrial é relativa às destilarias de álcool que vem utilizando o processo de fertirrigação com vinhoto. Não se tem conhecimento, até o momento, dos efeitos deste processo no meio ambiente da bacia.

A prática de irrigação, em diversas culturas, vem sendo muito empregada na bacia. Saliente-se que a água subterrânea vem tendo um papel de destaque nestas irrigações. Existe a necessidade de se avaliar os impactos causados pela captação desta água.

A cultura de café abrange extensas áreas da bacia. Neste caso há de se avaliar os impactos causados pelos agrotóxicos.

O reflorestamento vem ocorrendo em certas regiões da bacia principalmente nas proximidades da Foz do rio São Mateus. Entende-se a necessidade de que esse reflorestamento faça parte de um plano global de reflorestamento da bacia para protegê-la principalmente contra a erosão e assoreamento dos seus cursos d'água.

A exemplo da bacia do rio Itaúnas, é necessário que se elaborem estudos visando à implantação de barragens de acumulação d'água na bacia do rio São Mateus.

Devido a instabilidade da foz do rio São Mateus é necessário que estudos sejam feitos para a regularização da foz. Isto permitirá o acesso permanente de embarcações pesqueiras pertencentes a uma das maiores comunidades pesqueiras do Estado do Espírito Santo, ou seja a cidade de Conceição.

ção da Barra. Além disso, deve-se desenvolver estudos com o objetivo de se impedir o processo de erosão atual da praia mais importante de Conceição da Barra Bugia.

BACIA DO RIO BARRA SECA

O rio Barra Seca nasce no contraforte do Pega-Bem na Serra do Aimorés. O rio percorre 120Km até encontrar Suruaca. Após essa Lagoa o rio acompanha o mar numa extensão de 25Km. O rio possui uma queda d'água denominada Cachoeira da Onça localizada junto a estrada que liga Nova Venécia a Colatina.

As reservas biológicas de Sooretama do IBDF e da CVRD estão localizadas na bacia.

Na região da Lagoa Suruaca vem sendo realizadas dragagens e retificações nos cursos d'água a partir da década de 60. É nesta região onde se encontra uma grande jazida de turfa que corresponde a 20% das reservas de Turfa Energética do Brasil.

BACIA DO RIO DOCE

O rio Doce nasce na Serra da Mantiqueira e no complexo do espinhaço, no Estado de Minas Gerais. O rio percorre 970Km até atingir o Oceano Atlântico na localidade de Regência, no Estado do Espírito Santo. A área da bacia hidrográfica é 83.431Km², sendo 11.579Km² em terras capixabas e 71.852Km² em terras mineiras.

O rio Doce é inicialmente chamado de Xopotó, seguindo rumo de NE encontra o rio Piranga. Próximo à Ponte Nova encontra o Ribeirão do Carmo. A partir dessa confluência recebe o nome de Rio Doce.

O alto curso do rio Doce possui declives acentuados. A seguir, após receber o rio Piracicaba apresenta um trecho (140Km) menos acidentado. Neste trecho estão as Cachoeiras dos Óculos, Inferno e Jacutinga. A foz do rio Piracicaba é considerada como o limite entre o alto e o médio

rio Doce. Entre as cidades de Aimorés e Baixo Guandu está o trecho de maior declividade do rio Doce ou seja 23Km. Na parte baixa a declividade é de 42Km em 143Km. Os afluentes mais importantes são os rios Piracicaba, Santo Antônio, Corrente Grande, Suaçui Pequeno, Suaçui Grande, Pancas, Cuieté, Manhuaçu, Guandu, Santa Joana e Santa Maria do Rio Doce.

As estruturas geológicas ao longo dos 970Km do rio Doce podem ser classificadas em: Mantiqueira e Espinhaço; região ondulada do norte; planalto deprimido e serra litorânea; e a planície litorânea (Restingas e Tabuleiros).

O rio Doce desce da cota 77 metros, nas vizinhanças da cidade de Baixo Guandu, até a cota 30 metros. No trecho do rio compreendido entre Colatina e Linhares a cota do rio é cerca de 30 metros.

Os solos nas áreas montanhosas são relativamente férteis, enquanto que os solos das restingas e tabuleiros são arenosos e pouco favoráveis à agricultura.

O clima da bacia do rio Doce está sob a atuação das massas de ar tropical atlântica, polar atlântica e as correntes do oeste. As massas tropical atlântica e polar atuam durante o ano inteiro. As correntes de oeste estão presentes no final da primavera e no verão.

Até as altitudes de 500m a temperatura média na bacia é de 18°C. No litoral, a temperatura média anual é superior a 24°C e a média das mínimas ultrapassa, em julho, 16°C; na zona da mata e na encosta oriental do espinhaço a temperatura média anual varia de 20° a 24°C sendo a médias das mínimas entre 10° e 16°C. Nas regiões do Maciço Caparaó e na Mantiqueira (altitudes 700 e 800m), a temperatura no verão varia entre 18°C e 20°C. No inverno as temperaturas baixam a 8°C e 10°C, eventualmente atingem 0°C.

Nas áreas elevadas a precipitação total anual variam de 1700 a 1800mm. Nos fundos de vales a precipitação total anual oscila entre 1000 e

e 1200mm. O período chuvoso abrange os meses de novembro a março, sendo dezembro o mês com as maiores precipitações. As secas se estendem de abril até outubro. O mês menos chuvoso é o de julho.

A disponibilidade hídrica superficial do rio Doce é de 1139,1m³/seg. (vazão média de longo período na estação fluviométrica de Linhares).

O potencial energético do rio Doce é cerca de 70MW.

Devido ao plantio de cacau, café e outras lavouras e a utilização da madeira como lenha, a vegetação da bacia do rio Doce sofreu um desmatamento desenfreado e predatório. Está localizada na bacia do rio Doce o Parque Florestal Estadual do Rio Doce, remanescente da Floresta Tropical Atlântica nos municípios de Timóteo, Marliéria e Dionísio na confluência dos rios Doce e Piracicaba, criado em 1944 e regulamentado em 1960.

A Lagoa Juparanã, com 60Km² de espelho d'água, é formada pelo mais importante afluente do rio Doce no Estado do Espírito Santo ou seja o rio São José. Em abril de 1981 foi divulgado pelo Ministério das Minas e Energia o documento intitulado "Planejamento da utilização de recursos hídricos - bacia do rio Doce caracterização da área e dos usos da água". No ano de 1982 foi apresentado pelo Grupo Interministerial de Trabalho para realizar estudos para a prevenção e o controle das enchentes do rio Doce. Os resultados destes estudos estão contidos no Plano Nacional de Recursos Hídricos do Ministério das Minas e Energia datado de 1985. Os problemas prioritários identificados na bacia do rio Doce foram: interferência entre as barragens previstas para geração, contenção de cheias e navegação, e a ferrovia EFVM; enchentes (Municípios de Linhares e Colatina no E.S.); assoreamento e poluição dos rios pelas atividades de mineração (erosão crítica em Colatina e Linhares); deterioração dos recursos hídricos pelo lançamento de efluentes industriais domésticos; doenças de veiculação hídrica região capixaba da bacia: em 1978 2000 casos de esquistossomos e 300 de enterite e outras doenças diarreicas; deterioração dos recursos hídricos, devido à evolução da ocupação na bacia e das

atividades industriais (prevê-se que a população urbana da bacia crescerá em 65% no período de 80/95 e o emprego industrial 52%); uso múltiplo de proteção dos reservatórios planejados.

Os problemas prioritários recomendados pelos estudos são: aproveitamento integrado dos recursos hídricos do rio Doce; recuperação e conservação dos recursos hídricos em áreas críticas da poluição; disciplinamento do uso e da ocupação do solo na bacia; combate à esquistossomose; prevenção e controle de cheias englobando sistema de alerta para previsão de cheias, barragens de contenção de cheias, obras de proteção local às regiões urbanas e melhorias nos cursos d'água, obras de proteção às planícies litorâneas da Suruaca (margem esquerda) e do riacho (margem direita), disciplinamento do uso e ocupação do solo nas áreas inundáveis (zoneamento de áreas urbanas e rurais).

A bacia do rio Doce tem um comitê de estudos integrados formado pelo Ministério das Minas e Energia.

BACIA DO RIO SANTA MARIA DA VITÓRIA

O rio Santa Maria da Vitória nasce na região Serrana do Centro do Estado do Espírito Santo, no município de Santa Leopoldina, numa região conhecido como Alto Santa Maria. Ele percorre aproximadamente 97Km e desemboca no Oceano Atlântico, na baía de Vitória. A bacia de contribuição d'água do rio é de 1400Km², estando esta localizada entre os meridianos 40°20' e 41°00' W, e os paralelos 19°50' e 20°00' S, tendo por limites a leste o Oceano Atlântico, ao norte as bacias dos rios Reis Magos e Doce, a oeste a bacia do rio Doce, ao sul a bacia do rio Jucu.

O clima da bacia Hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória é mesotérmico, caracterizado por temperaturas de 18°C média e mínima de 13°C.

A pluviosidade da bacia na região litorânea é menor do que na região Serrana. A precipitação total anual média na bacia é de 1412mm.

A bacia Hidrográfica é formada por nove sub-bacias de contribuição ou sejam: Duas Bocas (63,31Km²), Mangaraí (156,65Km²); Da Prata (40Km²), Caramuru (188Km²), Bonito (47Km²), São Luiz (12,4Km²), Das Pedras (32Km²), Poussmouser (104Km²) e Claro (20Km²). O total das áreas das sub-bacias representa 47,38Km% da área total da bacia do rio Santa Maria da Vitória.

A declividade média do rio é de 0,19145 m/m. A declividade entre a Foz e a nascente é igual a 0,00854 m/m.

A extensão total dos cursos d'água da bacia é de 4149,5Km. A densidade de drenagem do rio é 0,5Km/Km² o que caracteriza o rio como bem drenado.

A disponibilidade hídrica superficial é aproximadamente 19m³/seg.

Considerando-se as diversas exigências de abastecimento público de água, quais sejam, de vazão, de qualidade de água, de proximidade do centro urbano da cidade de Vitória, o rio Santa Maria da Vitória constitui-se atualmente único manancial supridor de água da região norte da cidade de Vitória. Nesta região estão localizadas as instalações do Porto de Tubarão de propriedade da CVRD. O consumo d'água atual deste complexo é da ordem de 626ℓ/dia. Além disso, este manancial atende a sede do Município da Serra, os balneários de Jacaraípe, Manguinhos, Nova Almeida e Carapebus, e as indústrias do planalto de Carapina e a CST. A vazão d'água total captada hoje no rio Santa Maria da Vitória é cerca de 2,2m³/seg. Para o ano 2001 este manancial será utilizado para atender uma vazão de abastecimento d'água de 5,2m³/seg correspondendo a uma população de 45.517/hab. da região da Grande Vitória. Existem no rio Santa Maria da Vitória 2 (duas) usinas hidrelétricas: Cachoeira Suíça e do rio Bonito. O potencial energético é em torno de 3,6MW.

A reserva de "Duas Bocas", uma das mais importantes do Estado do Espírito Santo, faz parte integrante da bacia do rio Santa Maria da Vitória. Aí existe um reservatório de acumulação d'água que é o manancial de grande parte do município de Cariacica.

Está prevista a implantação de uma barragem de acumulação d'água nas proximidades da localidade de Santa Maria de Jetibá com a finalidade de regularizar a vazão do rio Santa Maria da Vitória em 13,5m³/seg.

A bacia do rio Santa Maria da Vitória, abrange os Municípios de Vitória Serra, Cariacica, Viana, Domingos Martins e Santa Leopoldina. A importância deste rio reside principalmente nos seguintes aspectos:

- . O rio Santa Maria da Vitória é a única fonte de abastecimento de água do complexo da CVRD em Tubarão, do Planalto de Carapina, dos balneários Nova Almeida, Manguinhos, Jacaraípe, Carapebus e a Sede do município da Serra num raio de 80Km;
- . A bacia do rio tem importante papel no abastecimento de alimentos da capital do Estado, em especial no setor hortifrutigranjeiros;
- . A bacia tem um grande potencial de lazer e turismo, o qual vem sendo progressivamente destruído;
- . Existem dois aproveitamentos hidrelétricos no rio de fundamental importância no setor energético do Estado do Espírito Santo.

A bacia hidrográfica do rio Santa Maria da Vitória, sendo de porte médio e já se tendo bastante conhecimentos acumulados, serve de área piloto no Estado do Espírito Santo para projeto de controle ambiental.

O programa para este controle ambiental deverá abranger: informações de mográficas geológicas, hidrometeorológicas, cartográficas, ecológicas, edafológicas, industriais, turismo e recreação, aproveitamento hidráulico. Estas informações formariam as bases para a definição de áreas críticas e serviriam para elaboração das proposições de medidas para alcançar o enquadramento a ser proposto. Estas proposições também visariam a otimização do uso da água da bacia hidrográfica, tendo em vista a

satisfação das necessidades dos diversos usuários. Este programa deve também incluir estudos de impacto ambiental relativos à implantação da barragem de regularização no rio em questão.

BACIA DO RIO JUCU

A bacia hidrográfica do rio Jucu está situada entre os paralelos 20°S e 30°S. As suas cabeceiras situam-se na Serra do Castelo. O rio tem uma extensão aproximada de 80Km até a foz no Oceano Atlântico. A área da bacia é estimada em 2100Km².

Nas cabeceiras as altitudes alcançam mais de 1000 metros atingindo no extremo sudoeste 1500 metros.

No trecho médio as altitudes são da ordem de 800 metros. Na parte baixa as altitudes se mantêm abaixo de 200 metros.

O clima é diversificado na bacia. Na parte baixa ele é tropical a partir da localidade de Viana, no restante ele é temperado brando.

A temperatura média anual cresce de 18°C nas cabeceiras até 24°C na foz. A umidade relativa cresce da mesma forma de 80% a 85%. A evaporação anual varia de 1000mm, na foz, até 800mm nas nascentes.

A época chuvosa é o verão e a seca o inverno.

Na parte central da bacia a seca é mais atenuada.

As precipitações crescem a partir da foz, 1100mm anuais, até o meio da bacia, 1600mm anuais, decaindo a seguir até as cabeceiras, 1100mm.

O rio Jucu possui dois formadores principais: braço norte e braço sul cujas áreas de drenagem são de 920Km² e 480Km². Outro afluente importante é o rio Jacarandá.

Existe na bacia um aproveitamento hidroelétrico, a Usina Jucu, localizada no braço sul com potência efetiva de 2280KW. O potencial energético da bacia é de 129,80MW.

A disponibilidade hídrica superficial do rio Jucu é de 15,30m³/seg. no braço norte em Ponte do Jucu.

O rio Jucu é um dos principais mananciais supridores d'água da região da Grande Vitória.

Próxima a BR 101 e localizada na margem esquerda do rio Jucu está uma importante indústria de bebidas (cervejaria Antártica).

Estudos ambientais desenvolvidos pelo Instituto Jones dos Santos Neves mostram que a bacia do Jucu recebe uma carga de nutrientes e agrotóxicos originados principalmente pelo escoamento de águas das áreas cultivadas. Contudo, com relação a qualidade das águas os estudos concluem que a situação dos cursos d'água analisado, é de maneira geral satisfatório. Também, foi constatado que as águas são impróprias para banho. Relativamente as atividades poluidoras existente na área da bacia no município de Domingos Martins, os estudos do IJSN listam as seguintes fontes de degradação ambiental: lançamento de resíduos doméstico, industrial e hospitalar em cursos d'água e aterros inadequados, efluentes de currais e pocilgas sem o devido tratamento, uso de pesticidas e herbicidas; desmatamento das margens dos cursos d'água, efluentes dos abatedouros de aves e bovinos sem o tratamento prévio, efluentes das indústrias de produtos minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, madeira, mobiliário, couros e peles e similares, vestuário, calçados e artefatos de tecidos, alimentos, bebidas, editorial e gráfica, construção civil e outras.

As recomendações dos estudos para a preservação e recuperação ambiental no município incluem: elaboração de zoneamento ambiental, reflorestamento das margens dos cursos d'água, implantação de sistemas de coleta e tratamento dos esgotos sanitários dos núcleos urbanos, aplicação e elaboração da legislação ambiental no município, incentivo a exploração econômica de

espécies vegetais, realização de estudos de impacto ambiental dos projetos na área da bacia, emprego de programas de manejo integrado do solo e da água, fiscalização e proibição de desmatamentos em terrenos com inclinação superior a 100% de declividade, preservação da vegetação natural existente nos topos dos morros.

Apesar dos estudos elaborados pelo IJSN se referirem a região da bacia no município de Domingos Martins, os resultados obtidos não seriam muito diferentes daqueles considerando-se toda a bacia, pois a mesma não é uma bacia de grandes dimensões.

BACIA DO RIO ITAPEMIRIM

As nascentes do rio Itapemirim estão na Serra do Caparaó. A bacia situa-se ao sul do Estado do Espírito Santo e corta todo o Estado na direção oeste-leste tendo os seguintes limites: ao norte com as bacias dos rios Jucu, Doce e Novo, a nordeste com o Estado de Minas Gerais, ao sul com a bacia do rio Itabapoana e a leste com o Oceano Atlântico.

O rio Norte Braço Direito, o rio Santa Clara e o rio Pedra Roxa formam o rio Norte Braço Direito. O rio Norte Braço Esquerdo, os rios Pardinho e Pardo se reúnem para se encontrar com o rio Norte Braço Direito. A partir daí é originado o rio Itapemirim.

Os principais afluentes no rio Itapemirim são: rio Norte Braço Direito, rio Norte Braço Esquerdo, rio Castelo, rio Alegre e rio Muqui do Norte.

A área da bacia hidrográfica do rio Itapemirim é de 6.014Km², tendo uma extensão de aproximadamente 680Km.

A cobertura vegetal da bacia praticamente não existe mais, a não ser nas regiões mais acidentadas.

O período chuvoso abrange principalmente os meses de dezembro, janeiro,

e fevereiro, sendo o período seco os meses de junho, julho e agosto.

A precipitação anual varia de 900mm, ao longo do curso principal do rio, até 1600mm nas partes laterais.

A temperatura média anual varia desde 24°C na foz até 17°C na parte alta da bacia. A evaporação anual varia de 100mm a 800mm.

A disponibilidade hídrica superficial é cerca de 74m³/seg. (em Cachoeiro de Itapemirim).

O potencial energético do rio Itapemirim é aproximadamente de 158,7MW.

Semelhante a outras bacias hidrográficas do estudo, o desmatamento na bacia do rio Itapemirim tem sido muito intenso.

Devido ao lançamento de resíduos sólidos e líquidos sem tratamento, a partir da cidade de Cachoeiro de Itapemirim o rio apresenta evidência de degradação qualitativa e quantitativa.

Encontram-se na bacia várias cidades importantes como Castelo, que é o centro onde se comercializa o principal produto agrícola da região, o café.

No baixo Itapemirim encontra-se uma Usina de Açúcar.

A maior parte da bacia se desenvolve numa região muito acidentada e que devido ao desmatamento vem sofrendo uma erosão muito acelerada.

A exploração do mármore em áreas da bacia produz efluentes cujo destino final é o rio Itapemirim. Contudo, não se tem notícia de estudos que contemplem o respectivos impactos.

Na foz do rio Itapemirim há uma comunidade pesqueira cuja área física vem sendo submetida a um intenso processo de erosão provocado principalmente pelo rio, colocando em risco a integridade física de aproximadamente 60

(sessenta) residências.

O rio Itapemirim é o supridor d'água da cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

BACIA DO RIO ITABAPOANA

Os rios São João, que nasce no Estado de Minas Gerais, e o Preto, que nasce na Serra do Caparaó, formam o rio Itabapoana.

A divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo é o rio Itabapoana numa extensão de 144Km.

Os principais afluentes, do lado do Estado do Espírito Santo, são: rio Mu ribeca, rios São Pedro, Muqui do Sul e Preto, córrego São Pedro e São Bento, rio Calçado e Ribeirão, Barra Alegre e Boa Vista.

A área da bacia hidrográfica do rio Itabapoana é 5952Km².

A disponibilidade hídrica superficial do rio Itabapoana é de 50,00m³/seg em Ponte do Itabapoana.

A energia hidráulica é da ordem 97,5MW.

As cidades de Bom Jesus do Norte no Espírito Santo e Bom Jesus do Itabapoana localizam-se nas margens do rio Itabapoana e contribuem para a degradação hídrica do mesmo através do lançamento de efluentes domésticos e urbanos sem tratamento prévio. Além disso, estas cidades utilizam as águas deste rio para consumo próprio.

A cultura de café é predominante principalmente nas cabeceiras do rio onde é prática comum o emprego de agrotóxicos.

As enchentes causadas pelo rio têm sido um problema muito frequente para

as cidades ribeirinhas.

O rio Itabapoana por ser a divisa entre dois estados é considerado um rio Federal e portanto sob os cuidados da União, o Ministério das Minas e Energia - DNAEE. Para os rios Federais têm sido criados comitês de estudos integrados das bacias Federais. Saliente-se que o rio Itabapoana ainda possui o seu comitê.

A exploração de ouro no leito do rio Itabapoana tem sido muito frequente. Não se tem conhecimento de estudos de impactos ambientais causados por esta atividade neste rio.

BACIA DO RIO PIRAQUÊ-AÇU

Os rios formadores do rio Piraquê-Açu são o rio Lombardia, que nasce na reserva Biológica da Nova Lombardia numa altitude máxima de 1000m, e o córrego Lampê. A extensão do rio Piraquê-Açu é cerca de 25Km e deságua no Oceano Atlântico na localidade de Santa Cruz no município de Aracruz. Os limites da bacia do rio Piraquê-Açu são: ao sul a bacia do rio Riacho, a oeste com a bacia do rio Doce.

Os principais afluentes são o córrego do Pavor, córrego Santa Joana, córrego Engenho, córrego da Minhoca e rio Piraquê Mirim.

A bacia do rio Piraquê-Açu tem uma área aproximada de 42Km². A cobertura vegetal é nativa nas cabeceiras.

Na localidade de Santa Cruz está a foz do rio no Oceano Atlântico.

As cidades de João Neiva e Aracruz estão situadas nesta bacia e utilizam as águas do rio para abastecimento próprio.

Nas partes próximas a foz do rio está um manguezal de dimensão considerável.

Os índios Tupiniquins habitam nesta bacia numa área próxima a foz do rio.

BACIA DO RIO REIS MAGOS

A nascentes do rio Reis Magos é no município de Santa Teresa, no local de nominado de Alto Piabas numa altitude máxima de 760m. A foz está localizada em Nova Almeida.

A bacia hidrográfica abrange os municípios da Serra, Fundão, Santa Leopoldina e Santa Teresa.

O clima da bacia é tropical úmido.

Os principais afluentes são: rio Piabas, rio São José, Saltinho e Carneiro, rios Mineiro e Mineirinho, rio São Lourenço, rio Timbuí e rio Calogi.

A bacia hidrográfica tem uma área de 700Km².

A densidade de drenagem do rio é 0,51 corresponde a um perímetro de todos os rios de 1226Km.

A disponibilidade hídrica superficial do rio Reis Magos é de 1,57m³/ seg. em Valsugana Velha.

O potencial energético é cerca de 29MW.

O rio Reios Magos deságua no Oceano Atlântico no balneário de Nova Almeida.

Na região baixa do rio existem projetos de porte envolvendo culturas de arroz e feijão. Esta região tem problemas com as enchentes do rio.

Também a cultura de café é bastante encontrada na bacia.

BACIA DO RIO BENEVENTE

O rio Benevente nasce no município de Alfredo Chaves na localidade de São Bento numa altitude de cerca de 800m. A bacia deste rio ao norte, limita-se com a bacia do rio Jucu, a oeste com a do rio Itapemirim e a do rio Novo, ao sul, com o Oceano Atlântico e a leste com o município de Guarapari.

Os principais afluentes do rio Benevente são pela margem direita: rio Mara vilha, rio Crubixá, rio Pongal; pela margem esquerda: rio Tritimirim, rio Batatal, rio Caco de Pote, rio Corindiba, rio Grande e Salinas.

A extensão do rio Benevente da foz, na cidade de Anchieta até a cidade de Alfredo Chaves é de 34Km. A área da bacia do rio Benevente é aproximadamente 1260Km².

O clima tropical quente e úmido AW e AM (KOPPNE) predomina na bacia do rio Benevente. Nas nascentes o clima é tropical de altitude ou mesotérmico.

A declividade média do rio Benevente é 0,012.

A disponibilidade hídrica superficial total do rio é estimada em 30m³/seg.

O potencial energético é avaliado em 30,4MW.

Este rio tem a sua foz, no Oceano Atlântico, na cidade de Benevente. Neste local está situado um dos maiores manguezais do Estado do Espírito Santo.

A bacia deste rio parte baixa, vem sofrendo um processo de ocupação muito rápido. A utilização da bacia é feita principalmente pela agropecuária, destacando-se a cultura do café.

BACIA DO RIO NOVO

O rio Novo nasce na Serra da Concórdia numa altitude de 500m e tem a foz

na periferia da cidade de Piúma. A bacia localiza-se principalmente no município de Itapemirim.

A bacia hidrográfica do rio Novo tem 722Km². Limita-se ao leste com o Oceano Atlântico, a oeste e ao sul com a bacia do rio Itapemirim e ao Norte com o rio Benevente. A extensão do rio Novo é cerca de 70Km.

Como cobertura vegetal destaca-se o cultivo da cana de açúcar na parte baixa da bacia.

Os principais afluentes são: o rio Concórdia, o rio Itabapoana e rio Icoha (175Km²).

As precipitações na bacia variam desde 1000 até 1700mm anuais. A temperatura anual decresce de 24°C na foz até 22°C nas cabeceiras. A evaporação anual decresce de 1000 a 900mm. O clima é em geral tropical úmido sendo o extremo meridional semi-úmido.

O rio Novo deságua no Oceano Atlântico na cidade de Piúma.

A disponibilidade hídrica superficial do rio é avaliado em 8,52m³/seg em Pau D'Alho.

Este rio é o manancial supridor de água do sistema de abastecimento da cidade de Piúma.

No início deste ano verificou-se uma mortandade de peixes muito significativa no rio, contudo não foi possível se diagnosticar as causas para tal fenômeno. Efetivamente, comprovou-se que o oxigênio dissolvido da água do rio atingiu valores abaixo dos limites para a sobrevivência dos peixes.

3 4.3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GEOGRAFIA DO BRASIL - REGIÃO SUDESTE
FUNDAÇÃO IBGE

2. GEOGRAFIA DO ESPÍRITO SANTO
CÍCERO MORAES

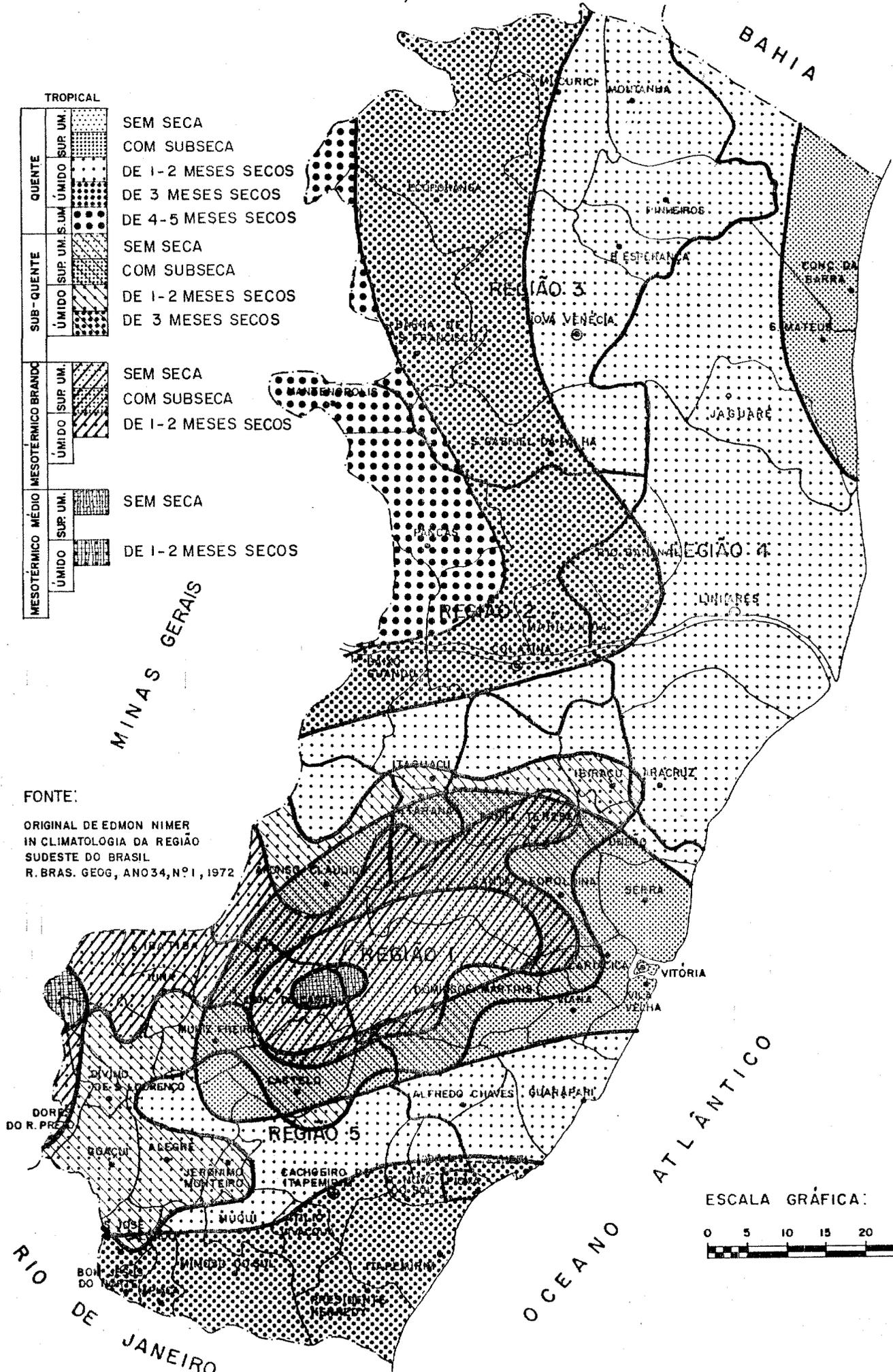
3. CADASTRAMENTO DE PEÇAS ARTESIANAS DO ES
GEÓLOGO MARIO ANTÔNIO BARCELOS LIMA

4. DIAGNÓSTICO PRELIMINAR DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ES
PROJETO ES SÉCULO 21
ENGº ROBSON SARMENTO
ENGº JOSÉ SERAFIM

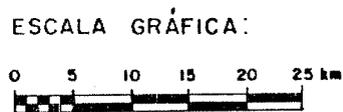
MAPA I

DIFERENCIAÇÕES CLIMÁTICAS

TROPICAL		QUENTE		SUB-QUENTE		MESOTÉRMICO BRANCO		MESOTÉRMICO MÉDIO	
ÚMIDO	SUR. UM.	ÚMIDO	SUR. UM.	ÚMIDO	SUR. UM.	ÚMIDO	SUR. UM.	ÚMIDO	SUR. UM.
[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]
SEM SECA	COM SUBSECA	DE 1-2 MESES SECOS	DE 3 MESES SECOS	SEM SECA	COM SUBSECA	DE 1-2 MESES SECOS	SEM SECA	DE 1-2 MESES SECOS	
[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]
DE 4-5 MESES SECOS		SEM SECA	COM SUBSECA	DE 1-2 MESES SECOS	DE 3 MESES SECOS				
[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]	[Pattern]



FORTE:
 ORIGINAL DE EDMON NIMER
 IN CLIMATOLOGIA DA REGIÃO
 SUDESTE DO BRASIL
 R. BRAS. GEOG., ANO 34, Nº 1, 1972



DESENHO: BETH

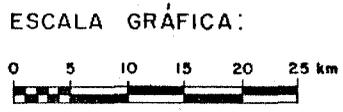
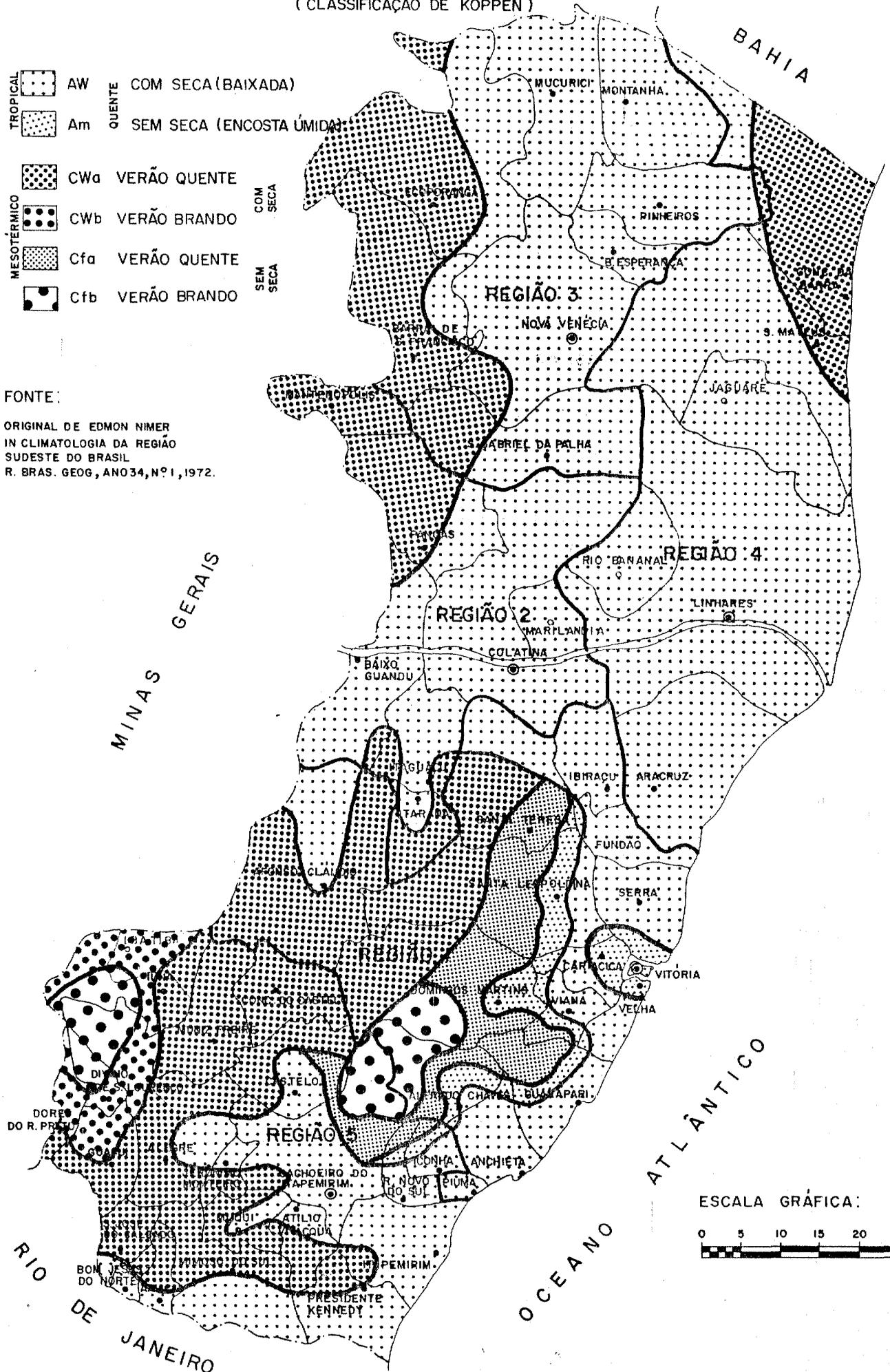
MAPA II

MAPA CLIMÁTICO
(CLASSIFICAÇÃO DE KÖPPEN)

- | | | | |
|-------------|--|-----|--------------------------|
| TROPICAL | | AW | COM SECA (BAIXADA) |
| | | Am | SEM SECA (ENCOSTA ÚMIDA) |
| MESOTÉRMICO | | Cwa | VERÃO QUENTE |
| | | Cwb | VERÃO BRANDO |
| | | Cfa | VERÃO QUENTE |
| | | Cfb | VERÃO BRANDO |

FONTE:

ORIGINAL DE EDMON NIMER
IN CLIMATOLOGIA DA REGIÃO
SUDESTE DO BRASIL
R. BRAS. GEOG., ANO 34, Nº 1, 1972.



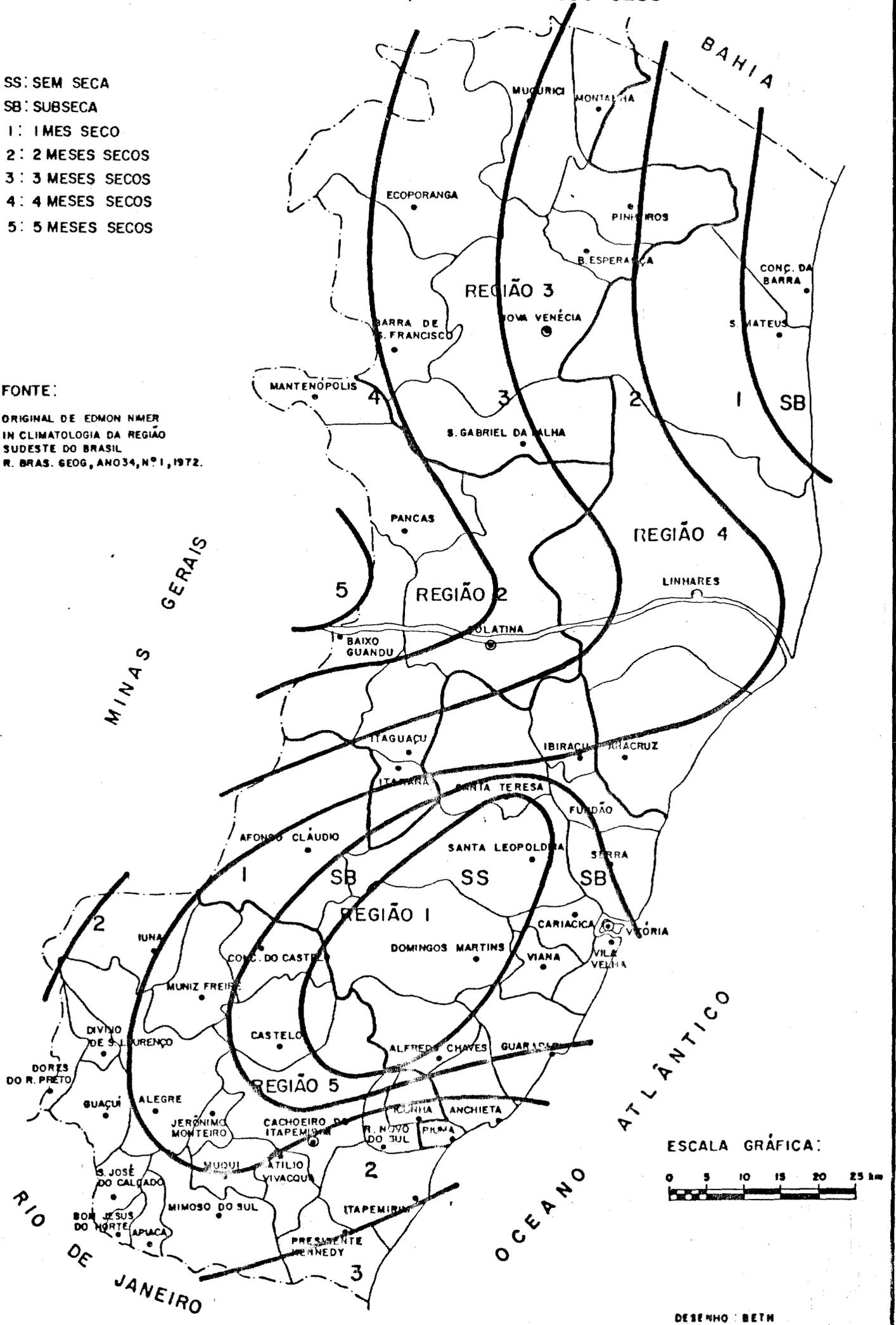
DESENHO: BETH

MAPA III
DURAÇÃO DO PERÍODO SECO

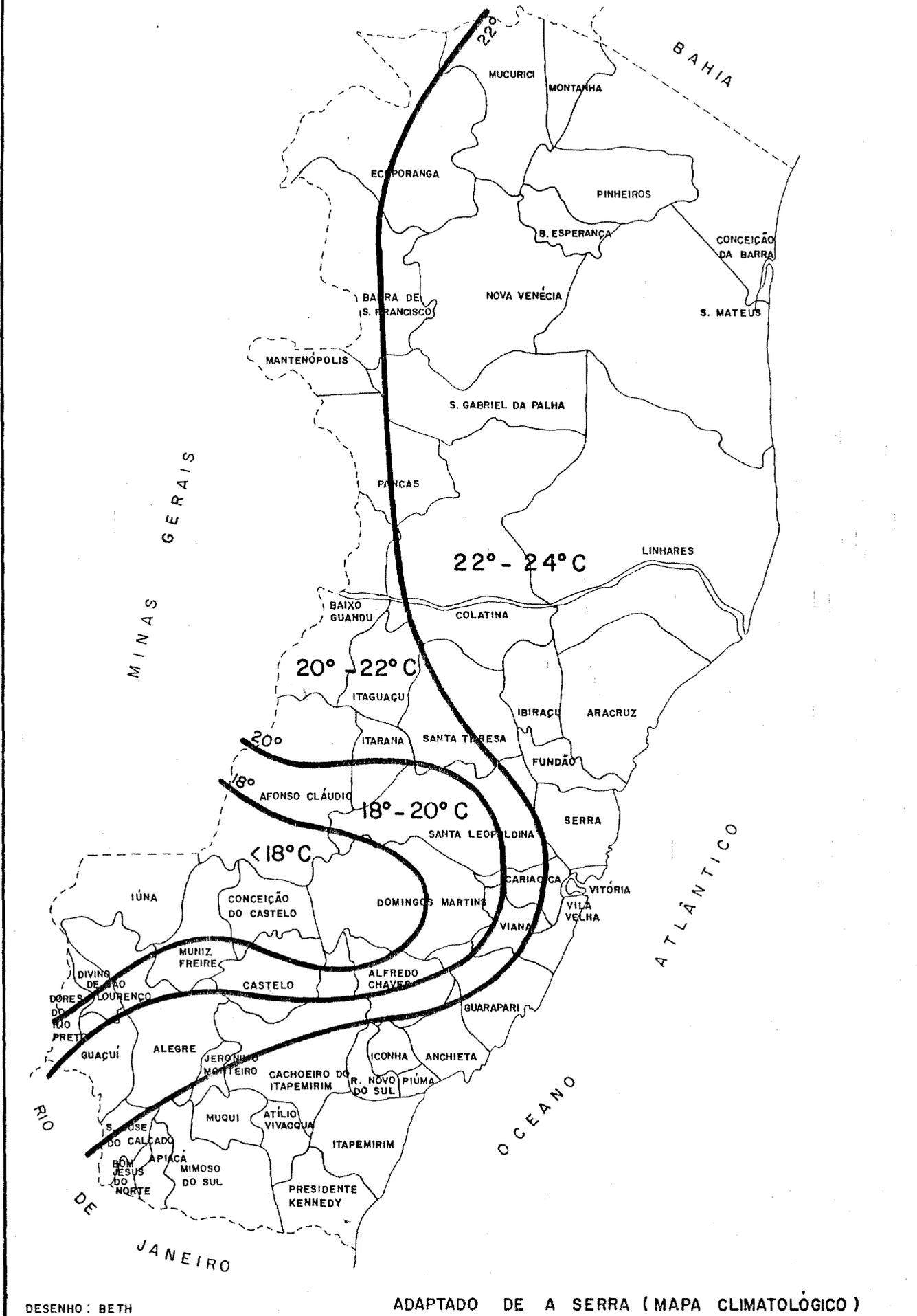
- SS: SEM SECA
- SB: SUBSECA
- 1: 1 MES SECO
- 2: 2 MESES SECOS
- 3: 3 MESES SECOS
- 4: 4 MESES SECOS
- 5: 5 MESES SECOS

FONTE:

ORIGINAL DE EDMON NIMER
IN CLIMATOLOGIA DA REGIÃO
SUDESTE DO BRASIL
R. BRAS. GEOG., ANO 34, N.º 1, 1972.



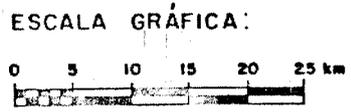
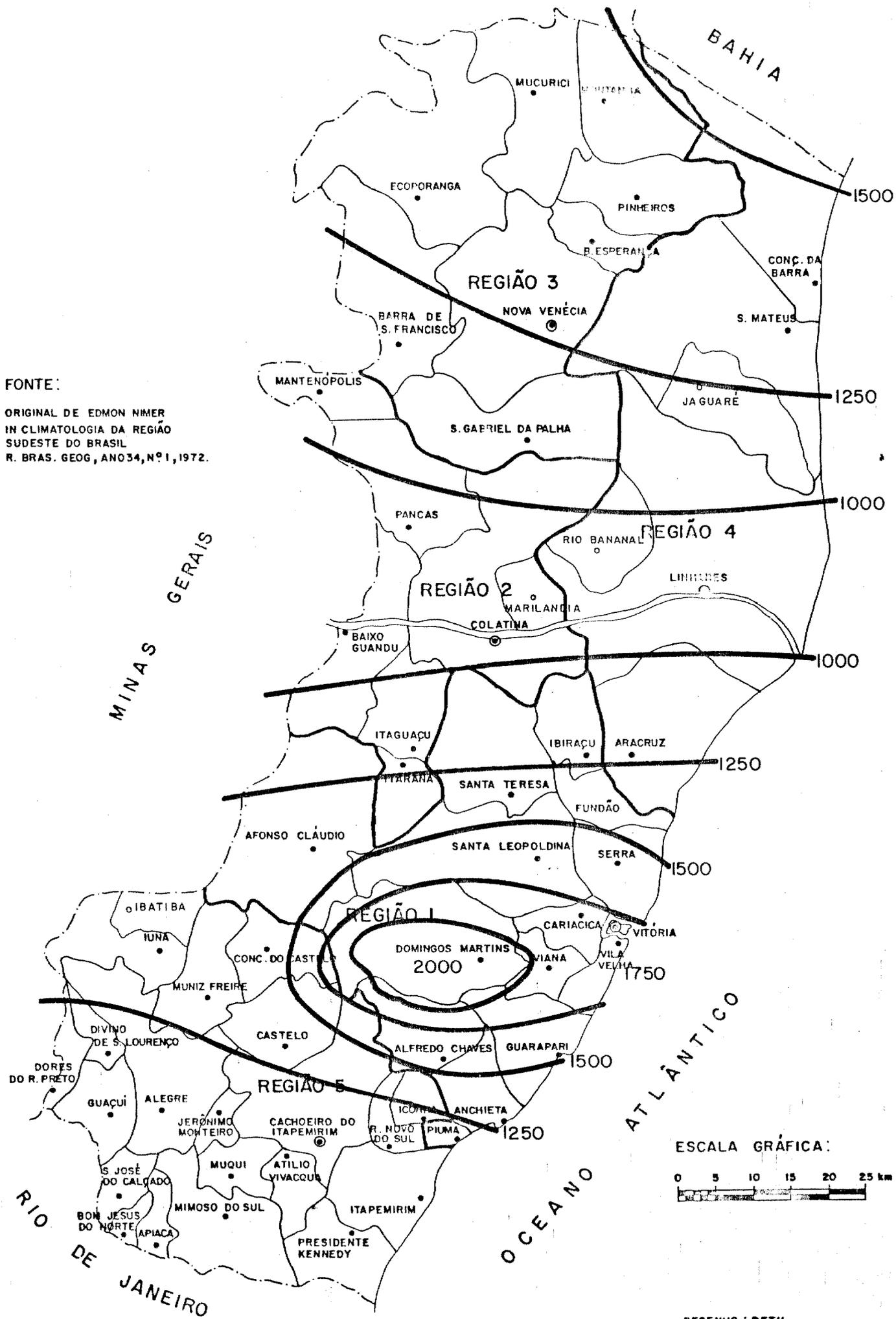
MAPA IV
ISOTERMAS ANUAIS



MAPA V
ISOIETAS ANUAIS (mm)

FONTE:

ORIGINAL DE EDMON NIMER
IN CLIMATOLOGIA DA REGIÃO
SUDESTE DO BRASIL
R. BRAS. GEOG, ANO 34, Nº 1, 1972.



DESENHO: BETH

5.

PERFIL SANITÁRIO

5.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A análise das condições de saúde no Espírito Santo será feita aqui através da Mortalidade Geral, Mortalidade Infantil, Mortalidade de 1 a 4 anos, Mortalidade Proporcional, Natalidade e Morbidade.

A disponibilidade dos dados estatísticos, que no Espírito Santo se revela extremamente precária, é o principal obstáculo para a elaboração do perfil sanitário, havendo situações de completa inexistência de informações, informações parciais, dados desatualizados ou sem qualquer tratamento, além do sub-registro comum a outros estados.

Como consequência, é impossível, por exemplo, se chegar através do incremento natural ao cálculo da esperança de vida ou da natalidade, resguardando-se um mínimo de confiabilidade. Não há dados, também, para observação dos rebatimentos das intoxicações por agrotóxicos sobre o perfil de morbi-mortalidade, uma vez que a Fundacentro, órgão responsável no Estado pelo funcionamento dos dados, fez apenas uma única pesquisa por amostragem da qual não se tem os resultados.

O estudo das endemias cujo controle e combate estão a cargo da SUCAM, quais sejam Malária, Esquistossomose, Doença de Chagas, Leishmaniose e Tracoma tem como limitação o fato de se constituírem ou não em prioridade do órgão, definida por sua capacidade de operação, o que determina também a qualidade, natureza ou abrangência dos dados disponíveis.

As estatísticas fornecidas pela Secretaria de Estado da Saúde (SESA), principalmente as de Mortalidade Geral e Infantil estão desatualizadas, enquanto as de Mortalidade Proporcional, repassadas sistematicamente para o Ministério da Saúde (MS) para tabulação e apresentação final, encontram-se

discriminadas apenas segundo Estado, Capital e Interior e as mais recentes referem-se ao ano de 1984.

A apresentação de alguns dados em tabelas onde os municípios são agrupados por bacias, além do mapeamento também contemplar a divisão hidrográfica do Estado, justifica-se na medida em que a pretensão inicial foi a de elaborar estudos que sustentassem propostas segundo a divisão por bacias hidrográficas, o que não pode ser executado por não se dispor de uma metodologia adequada.

Assim, o agrupamento dos municípios por bacias demonstra certa fragilidade de uma vez que não foi possível chegar a índices consolidados já que a divisão hidrográfica nem sempre coincide com a administrativa, havendo situações em que um município pertence a até três bacias. Como as estatísticas de saúde são consolidados por município, sendo impossível averiguar a distribuição por distritos e vilas e, não se dispondo de instrumentos para contornar esta dificuldade, tentou-se agrupar os municípios de acordo com a extensão de seu território localizado na bacia. Entretanto, a apresentação de alguns indicadores através de mapeamento poderá superar as limitações das tabelas e contribuir para observação das condições de saúde no Estado.

A divisão do Estado por bacias hidrográficas, tendo como critério básico para agrupamento a maior parte do território, é a seguinte:

1. Bacia do rio Itaúnas: Montanha, Pedro Canário, Pinheiros, Mucurici, Conceição da Barra, Boa Esperança.
2. Bacia do rio São Mateus: Ecoporanga, Barra de São Francisco, Mantenópolis, Nova Venécia, São Mateus.
3. Bacia do rio Doce - Suruaca: São Gabriel da Palha, Jaguaré, Linhares, Rio Bananal, Pancas, Colatina, Marilândia, Baixo Guandu, Itaguaçu, Itarana, Afonso Cláudio, Santa Teresa.

4. Bacia do rio Riacho: Aracruz, Ibiragu.
5. Bacia do rio Reis Magos: Serra, Fundão.
6. Bacia do rio Santa Maria da Vitória: Santa Leopoldina, Cariacica.
7. Bacia do rio Jucu: Domingos Martins, Viana, Vila Velha.
8. Bacia do rio Guarapari: Guarapari.
9. Bacia do rio Benevente: Alfredo Chaves, Anchieta.
10. Bacia do rio Novo: Rio Novo do Sul, Iconha, Piúma.
11. Bacia do rio Itapemirim: Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Conceição do Castelo, Muniz Freire, Iúna, Alegre, Jerônimo Monteiro, Muqui, Atílio Vivacqua, Itapemirim, Ibatiba.
12. Bacia do rio Itabapoana: Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Guaçuí, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte, Apiacá, Mimoso do Sul, Presidente Kennedy.

5.2. MORTALIDADE GERAL

O coeficiente de Mortalidade Geral é um dos indicadores de mais fácil construção, uma vez que para seu cálculo utiliza-se apenas o número total de óbitos registrados em certa área durante um determinado tempo, dividido pela população da área e multiplicando-se por 1.000 o valor encontrado. O indicador mede a força do óbito incidente numa população.

A fragilidade do coeficiente de Mortalidade Geral revela-se inicialmente pela interferência da composição da população (segundo idade e sexo, entre outros) nos resultados finais e pela impossibilidade de se detectar a

centração de óbitos nas diversas faixas etárias e classes sociais. Regiões altamente desenvolvidas podem apresentar coeficientes próximos ou mais elevados que regiões subdesenvolvidas, o que não indica estar a última com melhores níveis de saúde. Cabe como exemplo citar a Dinamarca que, em 1983, apresenta uma taxa de mortalidade geral de 11,2 por 1.000 habitantes, enquanto o Espírito Santo tem para o mesmo ano a taxa de 6,1 por 1.000 habitantes. Mesmo considerando as deficiências de notificação, é verdadeiro afirmar que o Espírito Santo não tem melhores condições de saúde que a Dinamarca, embora sua taxa seja quase 50% mais baixa. Esse fenômeno ocorre por ser a população européia do tipo regressiva, ou predominantemente velha, o que eleva o risco de morte desta coletividade, e o inverso ocorre com a população brasileira, inclusive a capixaba, do tipo progressiva ou jovem.

Há que se considerar ainda, para a análise da Mortalidade Geral, o fenômeno da evasão e invasão de óbito quando localidades com melhor capacidade de assistência médico-hospitalar tendem a receber um maior número de pacientes em busca de tratamento, onde pode ocorrer e ser registrado o óbito, enquanto as regiões com baixo poder de resolutividade da rede tendem a "perder" seus óbitos para a primeira. Entretanto, deve-se destacar que, na tentativa de solucionar esta questão, as estatísticas de saúde são feitas atualmente segundo o local de residência do paciente o que pode minorar ou excluir as imprecisões estatísticas de óbito. O exame da Tabela 7 deixa perceber a pouca confiabilidade das estatísticas de Mortalidade Geral: enquanto São José do Calçado, Guaçuí e Pedro Canário têm taxas acima de 10 por 1.000 no ano de 1983, outros municípios capixabas como Iconha e Rio Bananal, tem o coeficiente em 2,8 e 3,1 por 1.000 habitantes, respectivamente. Mesmo tendo em conta certas particularidades dos municípios citados em seus aspectos sociais e econômicos, é pertinente afirmar que Iconha, Rio Bananal e Pedro Canário, por exemplo, apresentam condições de saúde bastante semelhantes o que não justifica as variações significativas das taxas de Mortalidade Geral.

As flutuações das taxas considerando os cinco primeiros anos da década de 80, mostrou decréscimo em 22 municípios capixabas, aumento em outros 23 e praticamente manutenção em outros cinco. Dentre os municípios novos cria

dos a partir de 1981 (Pedro Canário, Rio Bananal, Marilândia, Jaguaré e Ibatiba) e que até 1983 tinham seus coeficientes integrados aos municípios de origem, Pedro Canário é o que apresenta a mais alta taxa no Estado, no ano de 1985, ou seja, 19,0 por 1.000 habitantes. Guaçu, São José do Calçado, Bom Jesus do Norte, Alegre, Pancas e Conceição da Barra são também responsáveis por altos coeficientes iguais ou superiores a 8,0 por 1.000 habitantes. Para o Estado, a evolução mostra tendência a decréscimo, uma vez que baixa de 6,5 por 1.000 habitantes em 1980, para 6,1 por 1.000 habitantes em 1985 (Tabela 7).

Observando na tabela 8 a posição do Espírito Santo frente às grandes regiões brasileiras, no ano de 1980, pode-se perceber que, de acordo com as estatísticas apresentadas, a realidade de saúde no Estado vista através da Mortalidade Geral, enquadra-se dentro da realidade do Brasil, inclusive mostrando melhores níveis que a região Sudeste (7,3%) e Nordeste (6,8%). Através da tabela 8 nota-se, mais uma vez, a pouca confiabilidade das estatísticas: a região Norte que sabidamente apresenta níveis de vida bastante ruins, tem na Mortalidade Geral uma das taxas mais baixas entre as regiões brasileiras, ou seja, 5,6 por 1.000 habitantes, levando-se a reforçar a afirmativa de que as estatísticas prestam-se muito mais para avaliar evolução e tendências do que propriamente para mensurar a realidade. Desta forma, utilizar a mortalidade geral para detectar comprometimento da saúde dos grupos humanos e regiões mais penalizadas constitui tarefa bastante arriscada, descartando a possibilidade de usá-la como instrumento para definir prioridades de atuação, seja em saneamento rural, seja em qualquer outro setor.

5.3. MORTALIDADE INFANTIL

O coeficiente de Mortalidade Infantil, apontado como um dos indicadores mais sensíveis, mede o risco que corre um nascido vivo de morrer antes de completar um ano de idade, prestando-se para avaliação do estado sanitário geral e do nível de saúde de uma população a partir do agravo ocorrido com um grupo humano específico.

Mas a utilização do indicador, enquanto descritor geral, deve ser feita com certo cuidado uma vez que medidas específicas podem ser tomadas no intuito único de fazer baixar o coeficiente, medidas estas que podem não trazer reflexos sobre os demais grupos humanos. A melhoria dos serviços públicos de saúde destinados à mãe é à criança, tais como programas de pré natal, puericultura, vacinação, suplementação alimentar, etc, constituem ações específicas que podem fazer baixar o coeficiente e induzir a interpretação de melhoria geral dos níveis de saúde de um grupo humano. Na verdade, outras iniciativas de alcance amplo, tais como abastecimento de água em quantidade e qualidade adequadas, esgotamento sanitário, coleta e destinação adequada do lixo, controle de vetores e ações gerais de educação sanitária podem ser excluídas, o que leva a considerar o indicador enquanto um descritor específico.

Outras limitações para utilização do indicador ficam por conta do sub-registro, definição incorreta de nascido vivo e nascido morto, evasão e invasão de nascido vivo e de óbito de menores de 1 ano, definição de nascidos vivos no ano e declaração incorreta de idade.

Ao examinar a tabela 9 percebe-se que a Mortalidade Infantil no Espírito Santo, no período compreendido entre 1980 e 1985, apresenta decréscimo da ordem de 17,96%, embora as taxas variem consideravelmente entre os municípios. Em 1985, enquanto Conceição da Barra chega a 164,31%, Mucurici, Bom Jesus do Norte, Dores do Rio Preto, Iconha e outros não chegam ao coeficiente de 20%. Certamente muitas destas taxas estão associadas à subnotificação, não sustentando interpretações de melhor padrão sanitário, como é o caso, por exemplo, de Mucurici, Conceição da Barra e Pedro Canário, três municípios da região Norte, pertencentes à Bacia do rio Itaúnas, que, através de outros indicadores sócio-econômicos, demonstram uma realidade quase que homogênea traduzindo níveis de vida e saúde próximos e bastante comprometidos.

O recente declínio de 17,96% da Mortalidade Infantil no Espírito Santo, nos cinco primeiros anos da década de 80, tem sua interpretação e significado relativos ao se lembrar que pesquisadores da área de saúde afirmam que ao classificá-la hoje, deve-se considerar que as taxas são baixas quan

do não ultrapassam a 20 por 1.000 nascidos vivos e que acima de 60 devem ser consideradas bastante altas. Assim, o declínio de 17,96% no período estudado, que reduz a Mortalidade Infantil no Estado, no ano de 1985, a 47,31‰, não significa reduções a padrões aceitáveis, uma vez que 17 dos 58 municípios capixabas, em 1985, apresentam coeficientes extremamente altos superando 60 óbitos por mil nascidos vivos, outros 16 enquadram-se no intervalo entre 40 e 60 e mesmo aqueles que tem índices abaixo de 20 estão vinculados certamente à deficiência de registro.

Lembrando também que as estatísticas de saúde prestam-se mais para avaliar tendências do que propriamente para quantificar a realidade, a observação do Mapa VI permite verificar as diferenciações dos padrões de saúde no Espírito Santo a partir da Mortalidade Infantil. Constata-se que os municípios localizados na região Norte, integrantes da Bacia do Itaúnas, São Mateus e Doce-Suruaca são responsáveis pelas taxas mais altas, sobretudo os municípios mais próximos aos estados da Bahia e Minas Gerais.

A economia da região é caracterizada basicamente pela pecuária bovina e cafeicultura nos moldes de grandes propriedades, com utilização de "bóias frias" como forma de trabalho temporário. De importância bem menos expressiva e com o objetivo de produção industrial, há ainda plantações de cana, eucalipto e cacau, além de mandioca para produção artesanal de farinha. O cultivo de arroz, milho e feijão, que constituem a base da alimentação nacional, é insignificante ou inexistente. A indústria da região faz representar-se pelas destilarias de álcool, couro, pele e derivados, metalúrgica, materiais plásticos, mecânica, materiais de transporte, borracha, produtos alimentares, madeira e eucalipto destinado a fabricação de celulose (Aracruz Celulose) mas não atingem vulto significativo na economia da região. De uma maneira geral, as atividades econômicas desenvolvidas nestas áreas, determinam que a grande maioria da população não possa obter, com a venda de sua força de trabalho, condições para suprir a si e a sua família das necessidades básicas como alimentação e habitação, ao mesmo tempo em que resente ainda da falta de serviços coletivos básicos como água e esgoto.

Segundo a Secretaria de Estado da Saúde (SESA), através do documento "Pro

gramação Orcamentária Integrada"(POI-87), em 1986, apenas 39% da população conjunta de Montanha, Mucurici e Ecoporanga é servida por rede de água; nos municípios de Pancas e Marilândia este percentual não ultrapassa a 29%, enquanto em Rio Bananal a população abastecida se fixa em 16% do total. As maiores coberturas populacionais dos sistemas de água estão em Colatina (86%), Baixo Guandu (86%), Conceição da Barra (84%) e Aracruz (74%). Dos 23 municípios das três bacias consideradas, um total de 13 tem percentual de cobertura de abastecimento de água inferior a 50% da população de seus municípios. Segundo o mesmo documento da SESA, no que se refere aos sistemas de esgoto, a deficiência é extremamente mais grave: em 1986, 15 dos 23 municípios relacionados são totalmente destituídos de rede de esgoto e o maior percentual de cobertura é verificado no município de São Mateus e não ultrapassa a 43% da população total.

Em 1985, a Mortalidade Infantil no Espírito Santo, avaliando a região Centro e Sul de situam as bacias do Riacho, Reis Magos, Santa Maria da Vitória, Jucu, Guarapari, Benevente, Itapemirim e Itabapoana apresentam índices mais baixos, embora alguns municípios localizados no extremo Sul tenham taxas mais elevadas como Guaçuí (127,50%), São José do Calçado (80,65%), Apiacá (78,62%). Há ainda algumas taxas questionáveis acerca da veracidade dos dados tais como as apresentadas por Fundão (20,62%), Iconha (19,42%), Dores do Rio Preto (15,87%), Bom Jesus do Norte (18,07%), entre outros.

Através de indicadores econômicos pode-se verificar diferenciações significativas das regiões Centro e Sul do Estado se comparados à região Norte. Na região Sul e na Central próximo a Vitória, as propriedades rurais são, em sua maioria, de pequeno e médio porte, comportando a utilização de mão-de-obra familiar e parceria para o cultivo da terra, embora haja também núcleos de concentração fundiária em algumas poucas áreas, nos mesmos moldes que se caracterizam as propriedades do Norte do Estado.

Embora a economia da região Centro e Sul seja fundamentada também na cafeicultura e pecuária bovina, a maior desconcentração fundiária permite formas de produção mais justas além do cultivo de lavouras de subsistência,

hortas, criação de animais domésticos para consumo próprio, etc. Além da pecuária e cafeicultura, cultiva-se para comercialização, em quantidades relativas, banana, olericulturas, tomate, alho, abacaxi, mandioca, arroz, milho e feijão. No município de Itapemirim e Presidente Kennedy há plantações de cana-de-açúcar para abastecimento de uma usina de açúcar e álcool instalada no Município de Itapemirim (Palmeiras).

O pólo industrial da região Sul localiza-se sobretudo no Município de Cachoeiro de Itapemirim, incluindo indústria de produção química, metalúrgica, material elétrico e comunicação, produtos farmacêuticos e veterinários, têxtil, vestiário, couro, peles e derivados, produtos alimentares, perfumaria e sabões, mecânica, material de transporte, borracha, mobiliário, editorial gráfica além da indústria extrativa de minerais não metálicos (mármore e granito).

Na região Central, notadamente na área da Grande Vitória, o setor secundário se caracteriza por indústrias de pequeno, médio e grande porte com diversificação de gêneros e por um elevado número de unidades.

Pode-se pensar que, entre vários fatores que contribuem para que as regiões Centro e Sul do Espírito Santo tenham taxas de Mortalidades Infantil mais baixas que as dos municípios localizados no Norte do Estado, se associe também os determinantes de ordem econômica a partir da natureza fundiária desconcentrada das propriedades agrícolas e sua utilização, bem como a geração de empregos diretos e indiretos através da diversificação das indústrias de pequeno e médio porte, notadamente as do Sul do Estado.

O cruzamento da Mortalidade Infantil com saneamento básico, na perspectiva de averiguar o rebatimento dos sistemas de água e esgoto na definição das taxas alcançadas pelos municípios da região Central e Sul demonstra a existência de conflitos. A taxa de 127,50% registrada em Guaçuí, que tem 84% da população servida por rede de água, justifica-se na medida em que se sabe que a população recebe água bruta, ainda que o documento utilizado como fonte (POI/SESA) não traga este esclarecimento. Os municípios de Santa Leopoldina e Domingos Martins, embora tenham um serviço de água precário em se tratando de cobertura (16% e 20%, respectivamente), têm taxas de Mortalidade Infantil baixas, chegando o primeiro a 22,88% e o segundo

a 31,64%. É praticamente impossível verificar os reflexos do saneamento sobre as taxas de mortalidade a partir dos serviços prestados utilizando apenas dados de um único ano porque não se observa uma tendência e variações inversas, ou seja, maior cobertura significando menor taxa. As flutuações parecem não corresponder a esta tendência, e para observá-la seria necessário dados em série histórica que permitissem mensurar as modificações ocorridas a partir de alterações no funcionamento dos sistemas e alterações nas taxas.

Mas através da tabela 10 pode-se constatar a contribuição das Doenças Infecciosas e Parasitárias, cuja incidência vincula-se ao saneamento, ao total de óbitos de menores de um ano registrado no Espírito Santo, no ano de 1983. Com um total de 478 óbitos, as Doenças Infecciosas e Parasitárias são responsáveis por 18,1% das mortes entre as cinco principais causas, colocando-se como a segunda principal mas há alterações considerando Interior e Capital. Para a Capital, este grupo se desloca para o terceiro lugar com 16,6% entre as cinco primeiras, ao passo que as doenças das Glândulas Endócrinas, da Nutrição e do Metabolismo e Transtornos Imunitários respondem pelo segundo lugar com 17,5%. Já no Interior, as Doenças Infecciosas e Parasitárias atingem 18,4% entre as cinco primeiras e classifica-se como segunda causa principal, levando ao óbito 478 menores de um ano em 1983.

Levando a análise da Mortalidade Infantil do Espírito Santo ao nível de Brasil e Grandes Regiões, no ano de 1980, conforme tabela 11, nota-se que os maiores níveis são alcançados pelas regiões Norte e Nordeste e que a região Sudeste, integrada também pelo Espírito Santo, detém taxas melhores que as regiões Norte e Nordeste, embora permaneça em situação pior que a região Sul. Assim, pode-se considerar que o Espírito Santo no contexto brasileiro, assim como todos os demais estados da região Sudeste, tiveram em 1980, níveis de saúde regulares uma vez que os valores apresentados estão no intervalo entre as regiões melhor e pior situadas. A taxa de 45,2% da região Centro Oeste, a mais baixa do país, foi reduzida em decorrência do coeficiente de 33,7% apresentado por Mato Grosso que certamente está mais associada ao subregistro do que as melhores níveis de saúde.

Mas a posição do Espírito Santo e do Brasil se comparado a outros países demonstra sérios comprometimentos da saúde da população. De acordo com a tabela 12, dentro do grupo latino, o Espírito Santo (57,7%) consegue su perar as taxas de Mortalidade Infantil de Cuba (18,5%), Costa Rica (20,2%), Venezuela (31,8%), Chile (33,0%), El Salvador (42,0%) e Colombia (45,7%). Se comparado a países de maior desenvolvimento percebe-se que a posição do Espírito Santo e do Brasil é ainda mais preocupante tendo-se como objetivo a redução a níveis que permitem classificá-la como baixa, como foi alcançada pela Suécia (6,9%), Suíça (8,5%), França (10,0%), Espanha (11,1%), Estados Unidos (12,5%), Itália (14,3%), Cuba (18,5%) e até mesmo a Costa Rica (20,2%).

5.4. MORTALIDADE INFANTIL DE 1 A 4 ANOS

A evolução da Mortalidade Infantil de 1 a 4 anos, no Espírito Santo, no período compreendido entre 1980 e 1984, mostra uma tendência gradativa a declínio, acumulando 22% nos quatro anos da década, ainda que nos anos de 1982 e 1983 tenha sido verificado um pequeno aumento em relação ao ano anterior (Tabela 13). No mesmo período, a mortalidade de menores de 1 ano sofreu decréscimo de 14%, enquanto a mortalidade englobando as faixas etárias a partir de 4 anos teve um acréscimo de 11%, correspondendo, em 1984, a 77% do total de óbitos registrados no Estado.

Assim, pode-se concluir que em números absolutos a mortalidade geral aumentou no período considerado, mas o descenso percentual mais significativo ocorreu no grupo etário de menores de um ano, seguindo-se o grupo de 1 a 4 anos, enquanto o inverso, ou seja, um aumento percentual verificou-se nas faixas que congregam todos os grupos acima de 4 anos.

Analisando a tabela 14, que discrimina as cinco principais causas de óbito no grupo de 1 a 4 anos, nos anos de 1980 a 1984, no Espírito Santo, percebe-se que, embora havendo flutuações globais, estas são pouco significativas uma vez que as variações são cíclicas, fixando-se em patamares próximos, respondendo sempre por volta de 87% das causas.

Os Sinais, Sintomas e Afeccões Mal Definidas matem-se sempre como a principal causa de morte no grupo e, embora o MS relacione neste grupo os óbitos devidos a Sintomas Relacionados ao Aparelho Cardio-Vascular e Senilidade Sem Menção de Psicose, sabe-se que a ausência ou deficiência na assistência prestada ao paciente é que define a classificação do óbito neste grupo.

As Doenças Infecciosas e Parasitárias, às quais incluem-se as patologias redutíveis através do saneamento, constituem a segunda causa de morte das crianças entre 1 e 4 anos, nos anos de 1980, 1982 e 1983. Nota-se que em 1981, coloca-se como segunda principal causa as doenças do Aparelho Respiratório, enquanto as Doenças Infecciosas e Parasitárias sofrem um decréscimo de 18%, mas este decréscimo não se mantém nos anos seguintes enquanto em 1984 há uma repentina queda da ordem de 49%. É interessante notar que o grupo denominado Doença das Glândulas Endócrinas, da Nutrição e do Metabolismo e Transtornos Imunitários, que em 1980, 1981 e 1982 representa a quarta principal causa de morte passa em 1983, para o terceiro lugar, em 1984, para o segundo lugar, registrando-se no período ganhos gradativos.

A análise do documento Estatística de Mortalidade do MS, de 1984, esclarece que, neste grupo, enquadram-se os 112 óbitos de crianças entre 1 e 4 anos devidos à Deficiências Nutricionais, subdivididas em Marasmo Nutricional e Outras Formas de Desnutrição Proteico-Calórica. Em outras palavras, a fome foi a segunda causa de morte das crianças entre 1 e 4 anos no Espírito Santo, em 1984; e como a desnutrição associa-se à ausência de saneamento na definição dos óbitos infantis, pode-se pensar que a redução no percentual das Doenças Infecciosas e Parasitárias registrada neste ano, além do sub-registro deve-se também ao fato da prevalência do fator fome, que impediu o grupo etário do experimentar qualquer espécie determinante de doença infecciosa.

TABELA 7
NÚMERO DE ÓBITOS E COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL POR MUNICÍPIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1980-1985

MUNICÍPIO	1980		1983		1985	
	Nº ABS	%...	Nº ABS	%...	Nº ABS	%...
Montanha	126	7,2	112	6,1	114	5,7
Pedro Canário*	-	-	-	-	195	19,0
Pinheiros	106	5,3	133	6,6	88	5,3
Mucurici	36	3,1	38	3,6	42	5,0
Conceição da Barra	285	10,0	340	12,6	125	8,4
Boa Esperança	75	6,7	81	7,2	84	7,1
Ecoporanga	188	6,0	151	5,0	161	6,1
Barra de São Francisco	327	6,3	384	7,8	354	7,3
Mantenedópolis	124	9,1	92	5,0	102	7,4
Nova Venécia	264	5,8	236	5,2	251	5,8
São Mateus	293	5,3	283	5,0	344	6,3
São Gabriel da Palha	209	4,9	247	5,5	240	4,6
Jaguaré**	-	-	57	4,4
Linhares	734	6,0	633	4,8	708	5,8
Rio Bananal***	-	-	60	3,1
Pancas	248	8,2	258	8,8	254	8,0
Colatina	683	6,1	711	6,3	672	6,3
Marilândia****	-	-	38	4,0
Baixo Guandu	194	7,5	188	7,3	191	7,5
Itaguaçu	91	6,9	76	5,8	100	7,0
Itarana	54	6,1	68	8,0	64	7,1
Afonso Cláudio	382	7,9	357	7,8	372	7,6
Santa Tereza	149	5,8	142	5,7	169	6,4
Aracruz	201	5,6	240	5,8	257	5,8
Ibiraçu	124	6,1	155	7,2	122	4,9
Fundão	51	5,5	56	5,8	65	6,6
Serra	523	6,3	700	6,9	631	6,2
Santa Leopoldina	140	5,7	180	7,0	155	5,9
Cariacica	1.222	6,5	1.391	6,0	1.283	5,3
Domingos Martins	167	6,0	178	6,1	188	6,4
Viana	136	5,8	132	4,8	153	5,3
Vila Velha	1.128	5,5	1.290	5,6	1.288	5,1
Guarapari	228	5,9	231	5,0	275	5,8
Alfredo Chaves	50	4,7	39	3,8	51	4,7
Anchieta	59	5,6	61	5,0	73	6,3
Rio Novo do Sul	45	5,1	35	4,1	50	5,7
Iconha	62	7,5	43	5,3	25	2,8
Piúma	21	3,9	24	4,0	31	5,0
Cachoeiro de Itapemirim	978	7,9	1.013	7,7	1.091	7,9
Castelo	204	7,9	157	6,2	155	5,9
Conceição do Castelo	83	4,8	67	4,0	104	5,6
Muniz Freire	105	5,5	142	7,9	122	6,4
Lúna	246	6,5	217	5,5	196	6,0
Alegre	317	9,5	254	7,8	272	8,6
Jerônimo Monteiro	68	8,2	58	6,8	67	7,6
Muqui	135	10,8	94	7,6	99	7,9
Atílio Vivacqua	37	6,2	19	3,4	23	4,2
Itapemirim	235	6,7	240	6,7	210	4,9
Ibatiba*****	-	-	7,9	5,8
Dores do Rio Preto	20	5,0	24	6,2	19	4,5
Divino São Lourenço	13	3,8	11	3,5	22	7,0
Guaçu	200	10,3	272	10,8	209	10,7
São José do Calçado	98	10,7	94	10,4	94	11,1
Boa Jesus do Norte	51	7,8	49	6,8	61	8,0
Apiaçá	39	6,6	54	8,9	43	7,1
Mimoso do Sul	181	7,8	166	6,5	177	7,8
Presidente Kennedy	38	3,9	29	3,2	35	5,0
Vitória	1.405	6,8	1.447	6,2	1.433	5,6
Ignorado	13	-	236	-	4	-
Estado	13.191	6,5	13.856	6,4	13.953	6,1

Fonte: SESN/GPS - Serviço de Estatística Vital 1980, 1983
IBGE - Estatística do Registro - Civil - 1985.

*Dados até 1982 incluídos em Conceição da Barra
**Dados até 1980 incluídos em São Mateus
***Dados até 1982 incluídos em Linhares
****Dados até 1980 incluídos em Colatina
*****Dados até 1980 incluídos em Lúna

- Ausência de Dados
... Dados existentes, porém desconhecidos

TABELA 8

COEFICIENTE DE MORTALIDADE GERAL SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES DO BRASIL E ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1980

REGIÃO	POPULAÇÃO	NÚMERO ÓBITOS	COEFICIENTE PARA 1.000
Norte	5.885.586	32.815	5,6
Nordeste	34.855.469	237.395	6,8
Sudeste	51.746.318	379.003	7,3
Sul	19.038.935	121.148	6,4
Centro Oeste	7.544.935	38.849	5,1
Brasil	119.070.865	809.213	6,8
Espírito Santo	2.023.340	13.191	6,5

Fonte: Laurenti et alli. Estatística de Saúde, 1985
SESA/GPS - Serviço de Estatística Vital, 1987

TABLA 9
NÚMERO DE ÓBITOS DE MENORES DE 1 ANO E COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL POR MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1980-1985

MUNICÍPIOS	1980		1983		1985	
	Nº ÓBITOS < 1 ANO	COEF. p/1.000	Nº ÓBITOS < 1 ANO	COEF. p/1.000	Nº ÓBITOS < 1 ANO	COEF. p/1.000
Montanha	42	127,66	28	79,55	22	64,90
Pedro Candário*	-	-	-	-	62	104,91
Pinheiros	27	90,91	45	155,71	22	86,61
Mucurici	04	25,71	04	48,19	02	13,89
Conceição da Barra	110	131,74	117	148,85	40	164,61
Boa Esperança	27	75,84	36	125,00	27	90,30
Ecoporanga	43	78,90	46	117,35	32	86,49
Barra de São Francisco	77	70,06	90	91,37	77	74,76
Mantenópolis	36	116,88	22	98,65	26	119,82
Nova Venécia	62	53,49	68	63,49	46	42,99
São Mateus	70	53,48	66	60,33	64	55,22
São Gabriel da Palha	42	31,25	51	44,23	41	35,10
Jaguarié**	-	-	10	32,89
Linhares	201	64,61	177	75,03	179	75,27
Rio Bananal***	-	-	08	20,36
Pancas	77	112,08	63	108,43	62	105,98
Colatina	142	50,93	144	60,45	107	43,21
Marilândia****	-	-	04	21,98
Baixo Guandu	39	72,90	32	69,87	20	40,82
Itaguaçu	26	71,43	13	44,98	16	51,95
Itarana	10	45,45	08	33,61	05	20,00
Afonso Claudio	89	66,52	70	54,60	68	51,95
Santa Teresa	19	28,70	15	25,04	21	33,76
Aracruz	53	49,86	59	55,40	83	84,09
Ibiraçu	27	51,63	18	33,27	21	37,37
Fundão	09	52,02	05	35,71	04	20,62
Serra	127	59,32	160	77,11	103	50,49
Santa Leopoldina	18	56,11	24	35,29	17	22,88
Cariacica	236	53,25	300	55,36	210	37,55
Domingos Martins	34	23,44	22	27,64	23	31,64
Viana	30	50,42	25	44,25	26	41,14
Vila Velha	211	41,11	187	37,63	169	32,48
Guarapari	47	52,70	44	47,15	45	48,34
Alfredo Chaves	08	9,01	02	10,10	09	44,12
Anchieta	08	27,59	13	41,67	11	42,15
Rio Novo do Sul	09	57,69	03	23,26	07	43,48
Iconha	06	25,86	07	36,46	04	19,42
Piúma	02	16,39	03	30,00
Cachoeiro de Itapemirim	187	63,69	157	56,41	118	41,40
Castelo	32	48,12	25	42,96	24	35,24
Conceição do Castelo	15	44,51	11	27,71	31	69,20
Muniz Freire	21	41,58	25	48,92	24	45,80
Lúna	42	50,24	48	64,78	47	64,12
Alegre	63	93,06	44	68,01	53	79,70
Jerônimo Monteiro	07	47,95	06	27,40	08	35,71
Muniz	35	121,95	12	48,19	12	44,44
Atilio Vivacqua	02	29,41
Itapemirim	54	76,27	40	59,26	38	53,98
Ibatiba*****	-	-	11	60,11
Oores do Rio Preto	03	19,23	04	25,16	02	15,87
Divino São Lourenço	04	102,56	02	47,62	03	53,57
Guaçu	58	136,47	56	131,76	51	127,50
São José do Calçado	19	103,26	19	106,74	15	80,65
Bom Jesus do Norte	15	150,00	04	29,41	03	18,07
Apiacá	03	28,04	10	105,26	03	33,71
Mimoso do Sul	37	71,84	28	67,63	32	78,62
Presidente Kennedy	10	70,42	04	40,40	04	37,74
Vitória	309	48,21	230	29,66	210	31,18
Ignorado	-	-	52	-	1	-
Estado	2.884	57,67	2.744	53,82	2.383	47,31

Fonte: SESA/GPS - Serviço de Estatística Vital - 1980-1985
IBGE - Estatística de Registro Civil - 1984-1985.

*Dados até 1983 incluídos em Conceição da Barra
**Dados até 1989 incluídos em São Mateus
***Dados de 1980 incluídos em Linhares
****Dados de 1980 incluídos em Colatina
*****Dados de 1980 incluídos em Lúna

- Ausência de Dados
... Dados existentes, porém desconhecidos

TABELA 10
 PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTALIDADE INFANTIL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 1983

GRUPO DE CAUSAS	CAPITAL		INTERIOR		ESTADO	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Algumas Afecções Originárias no Período Pré-natal	160	50,0	1.258	54,3	1.418	53,8
Doenças Infecciosas e Parasitárias	53	16,6	425	18,4	478	18,1
D. Gland End. Nutric. Met. Transt. Imunitários	56	17,5	270	11,7	326	12,4
Doenças Aparelho Respiratório	25	7,8	222	9,6	247	9,4
Anomalias Congênitas	26	8,1	140	6,0	166	6,3
SUBTOTAL	320	95,2	2.315	93,1	2.635	93,4
OUTRAS CAUSAS	16	4,8	171	6,9	187	6,6
TOTAL POR TODAS AS CAUSAS	336	100,0	2.486	100,0	2.822	100,0

Fonte: Ministério da Saúde - Estatística de Mortalidade Brasil, 1983.

TABELA 11

COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL POR REGIÃO E ESTADOS BRASILEIROS -
1980

ESTADO	COEF. MORTAL. POR 1.000	ESTADO	COEF. MORTAL. POR 1.000
BRASIL	68,1	SUDESTE	56,9
NORTE	89,1	Minas Gerais	58,2
Rondônia	87,3	Espírito Santo	57,7
Acre	95,0	Rio de Janeiro	62,4
Amazonas	63,5	São Paulo	54,2
Roraima	130,3		
Pará	102,6	SUL	46,1
Amapá	67,8	Paraná	53,1
		Santa Catarina	41,6
NORDESTE	107,2	Rio Grande do Sul	40,6
Maranhão	39,1		
Piauí	61,2	CENTRO-OESTE	45,2
Ceará	108,0	Mato Grosso do Sul	60,6
Rio Grande do Norte	104,0	Mato Grosso	33,7
Paraíba	145,9	Goiás	84,4
Pernambuco (1981)	196,6	Distrito Federal	43,6
Alagoas	148,1		
Sergipe	50,1		
Bahia	65,5		

Fonte: Rouquayrol, M.Z. Epidemiologia & Saúde, 1986

SESA/GPS - Serviço de Estatística Vital, 1987.

TABELA 12

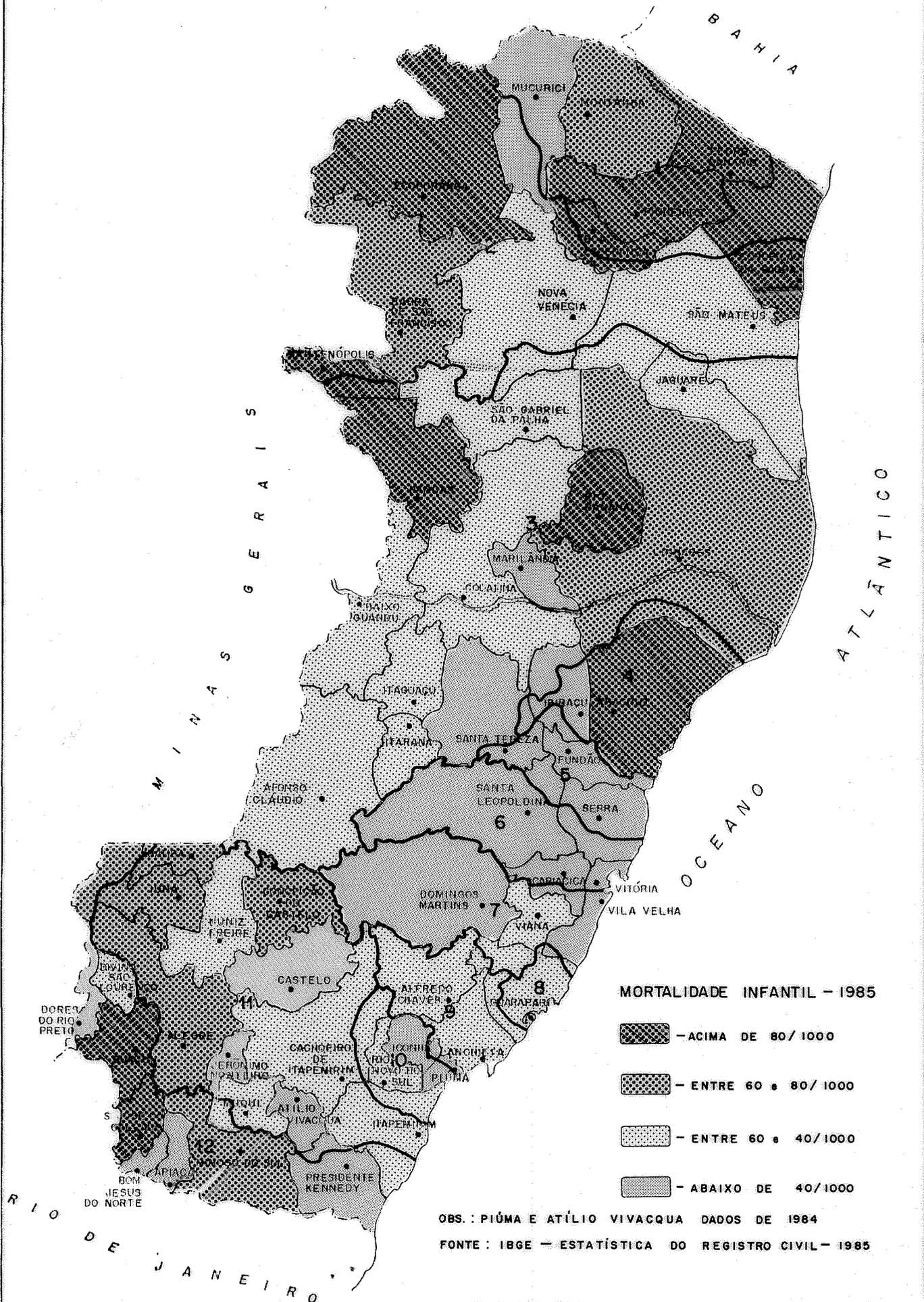
COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL E OUTROS PAÍSES EM 1980 OU ANOS PRÓXIMOS

PAÍS	COEF. MORTAL. POR 1.000	PAÍS	COEF. MORTAL. POR 1.000
Suécia	6,9	El Salvador	42,0
Suíça	8,5	Colômbia (1981)	45,7
França	10,0	México (1979)	59,8
Espanha	11,1	Argentina	62,0
Estados Unidos	12,5	Paraguai	64,0
Itália	14,3	Guatemala	66,5
Cuba (1981)	18,5	Haiti	117,7
Costa Rica	20,2	Bolívia (1982)	124,4
União Soviética	28,8	Afeganistão	181,6
Venezuela	31,8	Brasil	68,1
Chile	33,0	Espírito Santo	57,7

Fonte: LAURENTI et alli. Estatística de Saúde, 1985.

PROGRESSO (Dezembro/1983, Janeiro/1985).

MAPA VI



OBS.: PIUMA E ATÍLIO VIVACQUA DADOS DE 1984
 FONTE: IBGE - ESTATÍSTICA DO REGISTRO CIVIL - 1985

ESCALA 1/1.600.000

FONTE: CARTAS TOPOGRÁFICAS DO IBGE, SUDENE E CARTAS NAÚTICAS DA DHN-MM
 ELABORAÇÃO - DIVISÃO DE CARTOGRAFIA DO PROJETO RADAMBRASIL.

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL

TABELA 13
NÚMERO DE ÓBITOS POR FAIXA ESTÁRIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1980-84

ANOS	TOTAL	< 1 ANO	1 - 4 ANOS	+ 4 ANOS
1980	12.867	2.836	773	9.258
1981	12.859	2.735	646	9.478
1982	13.156	2.653	705	9.798
1983	13.617	2.822	811	9.984
1984	13.421	2.488	633	10.300

Fonte: Ministério da Saúde - Estatística de Mortalidade Brasil -
1980-1981-1982-1983-1984.

TABELA 14

MORTALIDADE DE 1 A 4 ANOS SEGUNDO AS CINCO PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.

1980 - 84

GRUPOS DE CAUSA	1980		1981		1982		1983		1984	
	Nº ABS	%								
Doenças Infecciosas e Parasitárias	138	20,5	99	17,4	134	21,9	157	22,2	83	14,9
D.Glândulas End.Nutr.Met. e Transtornos Imunitários	79	11,8	72	12,6	92	15,0	131	18,5	112	20,2
D.Aparelho Respiratório	124	18,5	107	18,8	107	17,5	117	16,6	98	17,6
Sinais Sint. e Afecções Mal Definidas	263	39,2	241	42,4	205	33,5	241	34,1	199	35,8
Causas Externas	67	10,0	50	8,8	74	12,1	61	8,6	64	11,5
Subtotal	671	86,8	569	88,1	612	86,8	707	87,2	556	87,8
Outras Causas	102	13,2	77	11,9	93	13,2	104	12,8	77	12,2
Total por todas as Causas	773	100,0	646	100,0	705	100,0	811	100,0	633	100,0

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE - Estatística de Mortalidade Brasil, 1980, 1981, 1982, 1983 e 1984.

5.5. MORTALIDADE PROPORCIONAL

O estudo da mortalidade por causa e grupo etário se configura num dos mais eficazes instrumentos para avaliação dos níveis de saúde de uma coletividade, por revelar com que frequência se distribui os óbitos nos vários grupos de idade e quais as causas que determinam o fenômeno.

O cálculo da Mortalidade Proporcional, seja para a definição das causas mais expressivas de morte, seja para obtenção da Razão e da Curva, consiste apenas em detectar o percentual de óbito segundo idade ou causa que se quer evidenciar em relação ao total geral de óbitos numa área e tempo considerados, dispensando, portanto, a utilização de dados gerais de população. Aqui serão apresentados dados a partir das sete primeiras causas de morte, Razão de Mortalidade Proporcional (Indicador de Swaroop e Uemura) e Curva de Mortalidade Proporcional (Curva de Nelson de Moraes). Serão procedidas comparações regionais e internacionais.

Os dados referentes ao Espírito Santo são fornecidos pelo Ministério da Saúde (MS), através do documento Estatística de Mortalidade/Brasil que, além de não existir informação por município, apenas Interior e Capital do Estado, quantificam no máximo 75% dos fenômenos ocorridos, segundo afirmações do próprio MS. Alguns dados de outros países foram retirados de bibliografia especializada.

Com respeito a posição do Espírito Santo frente ao país e outros estados (São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais), no ano de 1983, a tabela 15 mostra as variações no quadro de mortalidade a partir das sete principais causas de morte.

Em 1983, as Doenças do Aparelho Circulatório representam a primeira causa de morte para o Brasil (29,6%), Espírito Santo (27,5%), São Paulo (39,4%), Rio Grande do Sul (40,4%) e Minas Gerais (31,4%) e somente para Pernambuco esta aparece como segunda causa de morte e de forma bem menos expressiva, atingindo 13,5%. Considerando que as Doenças do Aparelho Circulatório, enquanto causa de morte, tendem a atingir de forma mais acentuada os grupos

etários mais velhos, pode-se se averiguar que os estados com melhores níveis de saúde, como o Rio Grande do Sul, tem nas Doenças do Aparelho Circulatório um percentual bastante elevado. Porém, assegurar que um alto percentual nesta causa básica significa conseqüentemente bom nível de saúde, é bastante temerário uma vez que no Espírito Santo por exemplo, no ano de 1983, um total de 17% dos 3.560 óbitos, ou seja, 603 óbitos, ocorreram nos grupos etários de menores de 1 até 49 anos de idade.

As desigualdades na distribuição da Mortalidade Proporcional nos estados ficam mais evidenciadas quando se analisa a segunda causa de morte. Para o Brasil, esta se configura nos Sinais, Sintomas e Afecções Mal Definidas e os estados portadores de piores níveis de saúde tendem a acompanhar de forma mais ou menos próxima a média nacional, enquanto os de melhores níveis tendem a se distanciar, inclusive substituindo por outras a segunda causa.

Nota-se que os Sinais, Sintomas e Afecções Mal Definidas atingem no Brasil 24,4% entre as sete primeiras causas de morte, no Espírito Santo 22,5% e em Minas Gerais 21,5%. Já em Pernambuco, esta constitui a primeira causa, com 54,4% dos óbitos atribuídos às sete principais, enquanto no Rio Grande do Sul aparece como quinta causa, com 10,7% e em São Paulo como sétima causa, com 6,5%.

Embora o MS, em sua Lista Brasileira para a Mortalidade, agrupe como causa básica de morte dentre os Sinais, Sintomas e Afecções Mal Definidas, as Senilidades sem Menção de Psicose e os Sintomas relacionados ao Aparelho Cardiovascular, sabe-se que quantidades expressivas de óbitos são classificadas nesta categoria quando o paciente não teve acesso aos serviços médicos ou estes se traduziram ineficientes até mesmo na hora do preenchimento do atestado de óbito. Assim, qualquer dúvida ou dificuldade na definição do quadro clínico que levou à morte, pode sempre ser classificada como "Mal Definida" e até mesmo por isto indica comprometimento das condições de saúde de um grupo humano.

Os determinantes da terceira causa da morte no Espírito Santo, com 13,3%

dos óbitos dentre as sete primeiras, se agrupam nas Causas Externas, devendo-se destacar que o percentual alcançado pelo Estado é superior a média apresentada pelo Brasil (11,5%) e superior também aos demais estados apresentados, excetuando-se São Paulo que posiciona-se próximo, com 13,6% do total das sete primeiras causas, mas estas constituem a segunda causa de morte neste Estado.

Embora não possa ser verificado na Tabela 15, mas apenas no documento Estatístico de Mortalidade do MS, tanto para a Capital quanto para o Interior do Estado se situa como primeiro determinante dos óbitos por Causas Externas, Outros Acidentes, incluindo efeitos tardios, e efeitos adversos de drogas, medicamentos e substâncias biológicas usadas com finalidade terapêutica. Acredita-se que os óbitos enquadrados nesta categoria são devidos à prescrição e administração inadequada de medicamentos por parte dos profissionais de saúde.

Como segundo determinante dos óbitos por Causas Externas, colocam-se os Acidentes de Transporte, caracterizados enquanto acidentes de trânsito e veículo motor que, juntamente com o terceiro determinante, os Homicídios e lesões provocados intencionalmente por outras pessoas, demonstram e ilustram a violência em que convivem os grupos humanos quer no Espírito Santo ou em outros Estados.

A quarta principal causa de morte fica por conta de Algumas Afecções Originadas no Período Pré-natal enquanto os Neoplasmas respondem pelo quinto lugar.

As Doenças Infecciosas e Parasitárias, às quais estão incluídas as doenças que têm sua incidência relacionada com saneamento básico, representam a sexta causa de morte no Espírito Santo, alcançando 7,8% do total de óbitos entre as sete principais causas. O impacto do óbito por doença infecciosa é sentido mais fortemente no grupo infantil, notadamente nos menores de 1 ano, podendo-se considerar que dos 513 óbitos registrados no Espírito Santo, no ano de 1983, um total de 478 o foi neste grupo etário. Sabe-se também que estes não se distribuem homoganeamente entre a população, sendo as flutuações conseqüências também das condições de saneamento. Estudo reali

zados na Região Sudeste¹ dão conta que, em 1980, a probabilidade de morrer antes de completar o primeiro ano de vida era 30% maior entre as crianças residentes em domicílios com condições de saneamento inadequadas, do que entre as crianças residentes em domicílios com condições adequadas. Desta forma, é pertinente afirmar que um grande percentual das mortes de menores de 1 ano ocorridas em 1983, no Espírito Santo, foi registrado nas áreas periféricas dos centros urbanos e nas pequenas localidades que carecem de saneamento básico, podendo-se esperar reduções significativas no índice mediante a implementação de saneamento básico.

A análise da Razão de Mortalidade Proporcional revela que, segundo a classificação proposta por Swaroop e Uemura, o Espírito Santo, em 1983, com 49,8%, encontra-se no 3º Nível, portanto a grande distância do valor 75%, que representa o limite mínimo das populações consideradas com elevado nível de saúde. E apesar de quase inexpressivas, observam-se diferenças do indicador entre Capital e Interior do Estado, cabendo a primeira, em 1980 e 1981, uma posição ligeiramente melhor que a de outras regiões do Estado, embora tenha sido esta diferença anulada em 1983, quando registra-se uma pequena queda nos níveis de saúde no Espírito Santo, tanto Interior quanto Capital (Tabela 16 e 17).

Quanto aos valores do indicador de Swaroop e Uemura de algumas capitais brasileiras, observa-se na Tabela 18 que Vitória, com 49,6% é a Capital com pior nível de saúde dentre as demais capitais que integram a região Sudeste, ou seja, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo. Constata-se, ainda, que as capitais dos estados da região Sul são as de melhores condições sanitárias, sobretudo Porto Alegre, com razão de mortalidade proporcional de 67,7% enquanto as capitais da região Nordeste apresentam os piores níveis de saúde, notadamente Teresina, com 36,8%.

¹ IBGE: Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil; Aspectos Sócio-Econômicos da Mortalidade Infantil em Áreas Urbanas - 1980.

Através da Figura 1 pode-se visualizar a posição intermediária do Espírito Santo se comparado a Rio Grande do Sul e Pernambuco, que integram as duas regiões com melhor e pior nível de saúde no país, respectivamente. As curvas de Nelson de Moraes ilustram as diferenças entre os três estados, encontrando-se o Rio Grande do Sul com curva de transição para o Tipo IV (Nível de Saúde Elevado) e, em contrapartida, Espírito Santo e Pernambuco têm curva Tipo III (Nível de Saúde Regular), embora Pernambuco tenha piores níveis de saúde.

Ao se levar a análise da Razão de Mortalidade Proporcional ao nível de outros países, em 1980 ou anos próximos, conforme Tabela 19, observam-se nitidamente as desigualdades dos padrões de saúde em diversas partes do mundo e o quanto a população brasileira, e especialmente a do Espírito Santo, convive com quadros de saúde muito aquém daqueles considerados aceitáveis. Os países da Europa e América do Norte, o Japão e Israel enquadram-se no 1º nível, portanto apresentam níveis de saúde elevados uma vez que 75% ou mais da população morre com idade acima de 50 anos. Chile e Costa Rica são os únicos países latino-americanos que conseguem se situar no 2º nível, o que representa dizer que são os países com melhor padrão sanitário. No 3º nível estão incluídos Brasil e Espírito Santo, Egito e México e no 4º nível enquadra-se a Guatemala, com níveis de saúde bastante baixo já que 78% da população morre com menos de 50 anos de idade.

Convém lembrar que os valores da RMP, embora seja este um indicador sensível, não refletem a verdadeira realidade do país como um todo. Como se viu anteriormente, as desigualdades regionais são patentes no Brasil que em 1980, por exemplo, tem o Rio Grande do Sul que alcança índices elevados dentro do 2º nível, enquanto persiste na maioria das regiões, estados com níveis bastante baixos, evidenciando-se Rondônia e Roraima. Pode-se perceber também que o Espírito Santo, embora integrado geograficamente à região Sudeste, apresenta valores de mortalidade proporcional compatíveis com os valores dos estados da região Nordeste e Centro Oeste. (Figura II).

TABELA 15

MORTALIDADE PROPORCIONAL POR SETE PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSAS NO BRASIL, ESPÍRITO SANTO E OUTROS ESTADOS

1983

GRUPOS DE CAUSA	BRASIL		ESPÍRITO SANTO		SÃO PAULO		PERNAMBUCO		RIO GRANDE DO SUL		MINAS GERAIS	
	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%	ABS	%
Doenças do aparelho circu- latório	201.158	29,6	3.231	27,5	59.940	39,4	6.725	13,5	18.795	40,4	24.456	31,4
Sinais, sintomas e afecções mal definidas	165.774	24,4	2.649	22,5	9.911	6,5	27.102	54,4	4.996	10,7	16.715	21,5
Doenças infecciosas e pa- rasitárias	57.598	8,5	913	7,8	10.346	6,8	3.735	7,5	1.659	3,6	7.225	9,3
Neoplasmas	67.472	9,5	1.088	9,2	20.538	13,5	2.026	4,0	7.843	16,8	7.477	9,6
Causas externas	78.008	11,5	1.564	13,3	20.612	13,6	4.132	8,3	5.454	11,7	7.216	9,3
Algumas afecções origina- das no período perinataT	53.056	7,8	1.418	12,0	12.956	8,5	3.730	7,5	2.561	5,5	8.303	10,7
Doenças do aparelho respi- ratório	59.444	8,7	905	7,7	17.767	11,7	2.372	4,8	5.281	11,3	6.420	8,2
SUBTOTAL	679.510	88,1	11.768	86,4	152.070	85,5	49.822	91,7	46.589	88,7	77.812	86,6
OUTRAS CAUSAS	91.693	11,9	1.849	13,6	25.695	14,5	4.491	8,3	5.916	11,3	11.999	13,4
TOTAL POR TODAS AS CAUSAS	771.203	100,0	13.617	100,0	177.765	100,0	54.313	100,0	52.505	100,0	89.811	100,0

Fonte: Ministério da Saúde - Estatística de Mortalidade Brasil. 1983.

TABELA 16
 RAZÃO DE MORTALIDADE PROPORCIONAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 1980-1983

LOCAL	1980		1981		1983	
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	%
Estado	6.182	48,2	6.462	50,4	6.746	49,8
Capital	674	52,0	713	54,2	760	49,6
Interior	5.508	47,7	5.749	49,9	5.986	49,8

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE - Estatística de Mortalidade Brasil,
 1980, 1981, 1983:

NOTA: Excluídos óbitos de idade ignorada

TABELA 17
 VALOR DA RAZÃO DE MORTALIDADE PROPORCIONAL

NÍVEIS	%
1º Nível	75 a 100
2º Nível	50 a 74
3º Nível	25 a 49
4º Nível	Inferior a 25

FONTE: ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia & Saúde - 1986

TABELA 18
RAZÃO DE MORTALIDADE PROPORCIONAL DE ALGUMAS CAPITALS BRASILEIRAS
1983

CAPITAL	RMP %
Belém	47,0
São Luiz	39,7
Teresina	36,8
Fortaleza	40,3
Recife	52,8
Belo Horizonte	50,7
Vitória	49,6
Rio de Janeiro	68,6
São Paulo	57,0
Curitiba	56,8
Porto Alegre	67,7

FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE - Estatística de Mortalidade Brasil, 1983.

NOTA : Excluídos óbitos de idade ignorada.

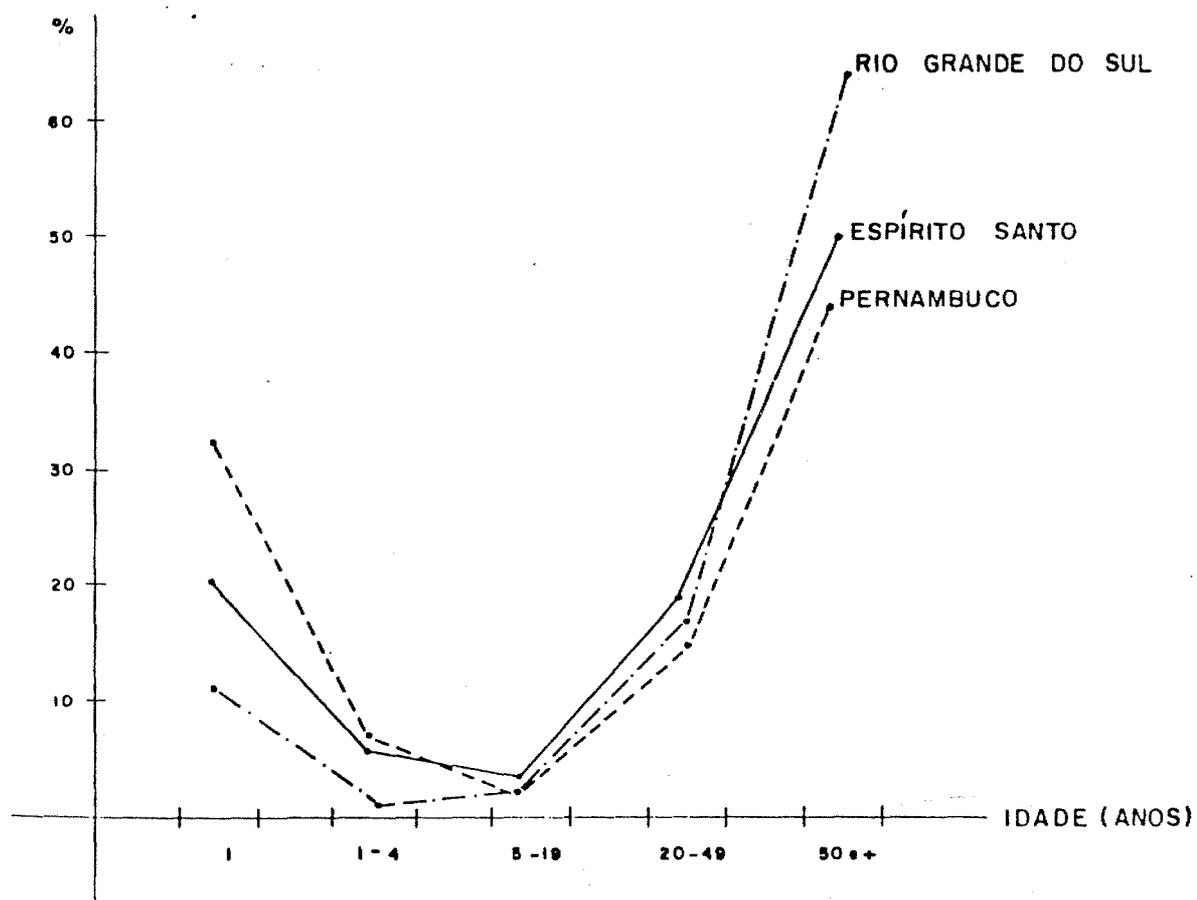
TABELA 19
 RAZÃO DE MORTALIDADE PROPORCIONAL DO ESPÍRITO SANTO, BRASIL E OUTROS PAÍSES
 EM ANOS RECENTES

PAÍS	ANO	RMP %
Suécia	1980	93
Inglaterra	1979	93
República Federal da Alemanha	1980	91
Holanda	1979	91
França	1980	89
Japão	1980	86
Estados Unidos	1978	86
Israel	1980	85
Canadá	1979	85
Chile	1979	67
Costa Rica	1979	59
Tailândia	1980	52
Brasil	1980	49
Espírito Santo	1980	48
México	1978	43
Egito	1978	43
El Salvador	1980	33
Guatemala	1980	22

Fonte: Ministério da Saúde - Estatística de Mortalidade Brasil, 1980.
 ROUQUAYROL, M.Z. Epidemiologia & Saúde, 1986.

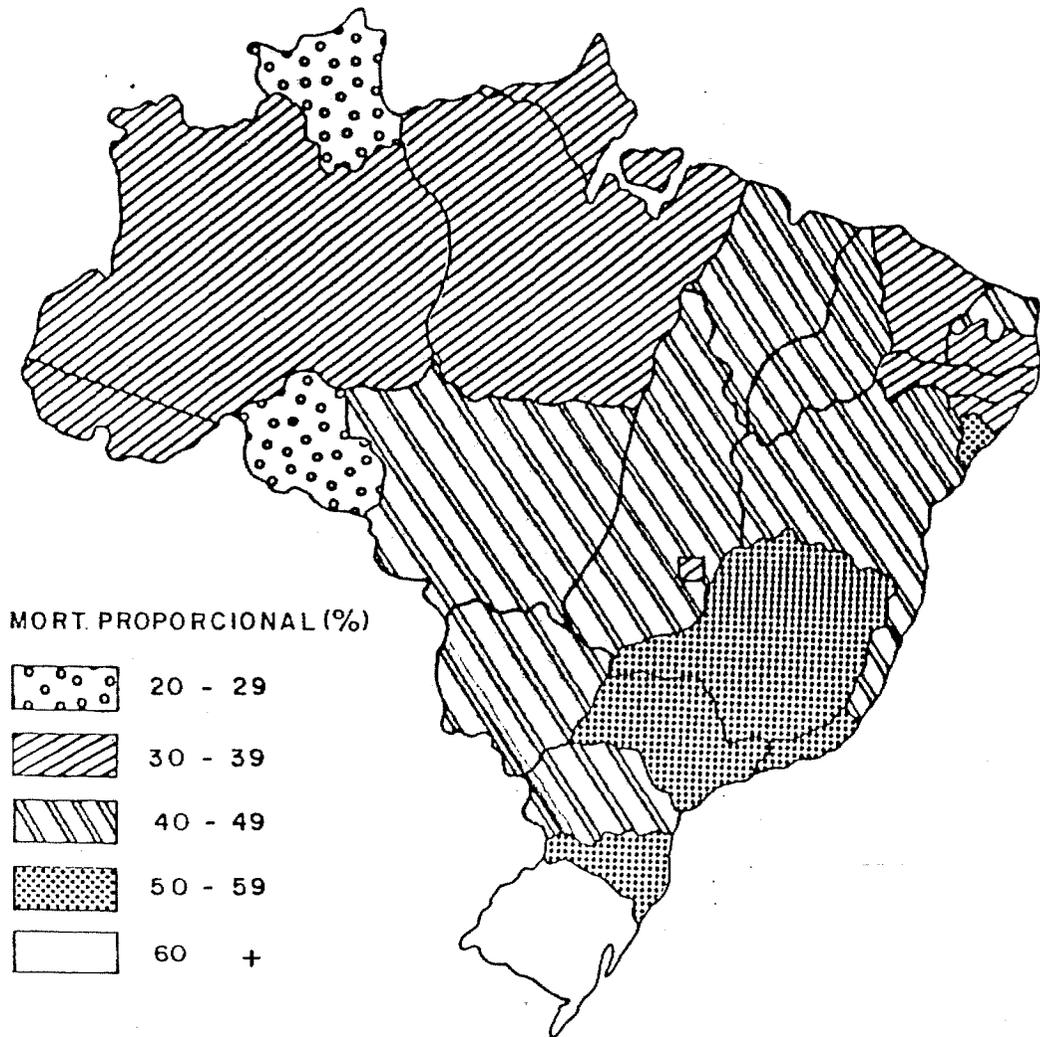
Nota: Excluídos óbitos de idade ignorada para o Brasil e Espírito Santo.

FIG.1 - CURVA DE MORTALIDADE PROPORCIONAL DO ESPÍRITO SANTO ,
PERNAMBUCO E RIO GRANDE DO SUL -1983.



FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE - ESTATÍSTICA DE MORTALIDADE BRASIL 1983.

FIG. 2 - RAZÃO DE MORTALIDADE PROPORCIONAL DOS ESTADOS BRASILEIROS
1980.



FONTE : BARROS, M.B. DE A. CONSIDERAÇÕES SOBRE A MORTALIDADE PROPORCIONAL NO BRASIL EM 1980. REV. SAÚDE PÚBLICA, SÃO PAULO, 1984.

5.6. NATALIDADE E ESPERANÇA DE VIDA

Tanto a Natalidade quanto a Esperança de Vida não podem ser obtidas para o Espírito Santo com um certo grau de confiabilidade, a partir do incremento natural, em decorrência da precariedade dos dados de estatística vital disponíveis.

Mas, de acordo com o documento RH.02, do Projeto Espírito Santo Século XXI, a evolução da taxa de natalidade segundo cálculos de projeções demográficas, no período entre 1940 e ano 2010, é o seguinte.

ESTADO	1940/ 1950	1950/ 1960	1960/ 1970	1970/ 1980	1980/ 1990	1990/ 2000	2000/ 2010
ES	38,9	41,8	35,0	33,7	32,02	31,2	30,28

Entretanto, a estimativa para a Esperança de Vida não foi encontrada na bibliografia pesquisada e a impossibilidade absoluta de sua obtenção a partir do incremento natural, justifica sua não inclusão neste perfil.

5.7. MORBIDADE

Para a avaliação do perfil de morbidade no Espírito Santo serão apresentados dados relativos à Malária, Esquistossomose, Doença de Chagas, Leishmaniose, Tracoma, Hanseníase, Gastroenterite e outras doenças de maior incidência.

Em muitos momentos, a qualidade dos dados estatísticos compromete a utilização do indicador visando a definição das condições sanitárias da população capixaba, impedindo tentativas de aprofundamento das análises ao nível de municípios, embora seja possível averiguar no âmbito global, principalmente através de mapeamento, as particularidades mais graves no que se refere à incidência de doenças no Estado.

5.7.1. MALÁRIA

O Mapa VII mostra a distribuição de malária no Espírito Santo dividida em Área de Ataque com Borrifação Suspensa (ABS), Consolidação Grupo III, II e I. Estas áreas apresentam níveis decrescentes de gravidade correspondendo também a diminuição da diversificação dos trabalhos executados pela SUCAM, de acordo com classificação do perfil malariométrico. Pode-se perceber, através do mapa, que os municípios localizados na região Norte do Estado apresentam perfil mais grave enquanto os municípios da região Central e Sul estão isentos de Malária ou estão enquadrados no Grupo I.

A Tabela 20, que complementa as informações do Mapa VII, mostra que o número total de casos de Malária no Espírito Santo aumentou 385% no período entre 1980 e 1987, e a tendência a declínio verificado nos três primeiros anos da década sofre uma acentuada inversão e apenas em 1987 registra-se um aumento de 38% se comparada a 1986.

Por sua vez, o IPA (Índice Parasitológico Anual) eleva-se de 0,11% para 0,51% no período de 1980 a 1987, devendo-se destacar que este índice, mesmo na dependência das particularidades do perfil malariométrico de cada área, ao atingir 0,50% sugere preocupações para uma região como o Espírito Santo.

Através da Tabela 21, nota-se o aumento de casos importados e autóctones, mas enquanto os importados aumentam 525%, os autóctones sofrem um acréscimo de 2.266% comparando-se 1987 a 1980. Daí conclui-se que o perfil malarígeno do Estado está se agravando, sobretudo porque o maior aumento se dá nos casos autóctones, e que os trabalhos da SUCAM foram comprometidos principalmente a partir de 1983.

5.7.2. ESQUISTOSSOMOSE

Nos anos de 1978 a 1980, a SUCAM definiu a área endêmica de esquistossomose no Espírito Santo abrangendo 17 municípios cuja prevalência apresenta-se superior a 4%. Esta área, identificada através de inquérito de prevalência realizado em 15% dos escolares da zona rural, concentra-se a maior parte na porção Ocidental do Estado, na faixa contígua à Minas Gerais, incluindo os municípios da região Norte, Central e Sul (Mapa VIII).

De acordo com a Tabela 22, elaborada com dados dos serviços de notificação compulsória da SESA, a incidência de esquistossomose no Estado sofre um de crescimento de 80% no período de 1980 a 1986, passando a incidência de 221,42‰ para 107,44‰. A análise da distribuição da esquistossomose no Estado mostra que, em 1980, cerca de 80% dos casos concentra-se na área endêmica ao passo que, em 1986, os casos nesta região passam a representar 62% do total.

5.7.3. DOENÇA DE CHAGAS

De acordo com os relatórios de atividades da SUCAM, "o Espírito Santo não é um Estado reconhecidamente endêmico em relação à Doença de Chagas", uma vez que o inquérito sorológico realizado em 1978 apontou apenas 70 reações confirmadas das 32.000 amostras submetidas à imunofluorescência.

Apesar disso, um levantamento triatomínico realizado paralelamente ao inquérito sorológico constatou a presença de vetores na maioria dos municípios capixabas, mas fixação da área endêmica circunscrita a 15 municípios considerou a espécie de triatomíneo encontrado e os hábitos domiciliares do vetor (Mapa IX). Os relatórios da SUCAM afirmam também serem altos os índi

ces de infecção natural, havendo casos de transmissão comprovadamente autóctone o que revela a possibilidade de se estabelecer o ciclo intradomiciliar da endemia, mas não há dados estatísticos para avaliação.

5.7.4. LEISHMANIOSE

Em 1986, os trabalhos conjuntos da SUCAM e dos serviços de saúde apontam a existência de Leishmaniose em 37 dos 58 municípios capixabas, levando a concluir que esta patologia constitui uma endemia de larga ocorrência no Estado, segundo consta nos relatórios da SUCAM. Mas, por sua vez, a SESA, através do Serviço de Vigilância Epidemiológica, revela a ocorrência de 117 casos em 21 municípios e não em 37 como afirma a SUCAM.

Afora o conflito de dados, o que se observa ao examinar a Tabela 23, cuja fonte é a SESA, é que há um aumento de 62% no número de casos de Leishmaniose em 1986 se comparado a 1980, e os municípios de Itarana e Domingos Martins respondem pelas maiores incidências.

A Leishmaniose na forma Tegumentar (LTA) é registrada desde 1984 nos municípios de Viana, Cariacica, Guarapari, Domingos Martins, Santa Leopoldina, Linhares, São Gabriel da Palha, Afonso Cláudio e Itarana mas a área de alta incidência, segundo a SUCAM, se limita atualmente a cinco municípios entre os citados anteriormente (Mapa X).

A Leishmaniose na forma visceral (Calazar), de acordo com a SUCAM, tem sido frequente em Pancas e Baixo Guandu e segundo os relatórios de atividades, em 1984, a ocorrência de 10 casos novos levou o órgão a um trabalho mais ostensivo na área.

5.7.5. TRACOMA

Os Municípios de Ecoporanga, Nova Venécia, Barra de São Francisco e Mucurici foram identificados, através de inquérito epidemiológico realizado entre 1976 e 1978, como zona hiperendêmica de Tracoma. Em 1978, a SUCAM inicia

os trabalhos de combate ao Tracoma a partir dos cinco bolsões identificados nos quatro municípios, abrangendo as zonas rural e urbana. Neste ano a prevalência oscila entre 20% a 43% e o índice de infecção entre 3,5% a 17%. Mas, a medida que a SUCAM amplia seus trabalhos através de inquéritos epidemiológicos, novos focos vão sendo identificados, estendendo a região endêmica, que em 1986 abrange 17 municípios localizados na região Norte, enquanto outros cinco da região Central constituem área de vigilância (Mapa XI).

De acordo com a Tabela 24, que relaciona o número de pessoas examinadas e o percentual de infecção, dentre os municípios trabalhados pela SUCAM chegou-se a um índice de infecção na zona rural de 6,1% e na zona urbana de 6,9%. Os municípios de Linhares (19,7%), Boa Esperança (8,5%) e Barra de São Francisco (7,95%) são os que apresentam os maiores índices para a zona rural, enquanto nas zonas urbanas dos municípios endêmicos o índice não ultrapassa a 4%, exceção a Barra de São Francisco que chega a 8,54%.

5.7.6. HANSENÍASE

A análise da incidência de Hanseníase no Espírito Santo feita através do Mapa XII, deixa perceber que esta endemia representa para o Estado um grave problema de saúde pública, uma vez que a ocorrência de casos em quase todos os municípios leva a que a grande maioria possa ser enquadrada como de baixa endemicidade, um total de nove sejam portadores de média endemicidade enquanto Mantenópolis classifica-se como de alta endemicidade.

Embora haja um Programa Nacional de Hanseníase para o combate desta endemia, é senso comum, pelos menos no Espírito Santo, que o Programa não tem conseguido alcançar seus objetivos e, mesmo não sendo possível contar com dados estatísticos, os profissionais da área de saúde sustentam que está ocorrendo um aumento expressivo do número de casos em vários municípios do Estado. Considerando a ineficácia dos serviços de saúde e que, em 1979, o Espírito Santo foi o oitavo estado de maior prevalência, com 2,40%, é de se supor que o quadro tenha se agravado deste então e que há um grande número de portadores de hanseníase desassistidos e desconhecidos dos serviços de saúde.

5.7.7. GASTROENTERITE

A análise da Tabela 25, referente à incidência de Gastroenterite no Espírito Santo, nos anos de 1980 a 1986, deve ser feita sob o crivo da avaliação de que as estatísticas de saúde são muito mais um instrumento para apontar tendências do que propriamente para quantificar a realidade. Assim, observa-se, no Estado, uma tendência linear e gradativa de aumento da incidência de gastroenterite, chegando, em 1986, a um acréscimo de 186% se comparado a 1980. Nota-se, também, que o maior impulso na elevação do percentual deu-se no ano de 1984 em relação a 1983, ocorrendo depois uma certa estabilização.

Entretanto, a observação da incidência ao nível dos municípios demonstra variações significativas e pouco confiáveis, levando ao questionamento dos dados apresentados pelos serviços de saúde. São exemplo da pouca confiabilidade dos dados, os números apresentados por Mucurici que, nos anos pesquisados, mostra uma baixíssima incidência, chegando ao máximo de 47,24% no ano de 1983. Em 1986, não há um único caso de gastroenterite no município. Um outro exemplo pode ser visto em Alfredo Chaves que apresenta números reduzidos de infecções intestinais e, quando se sabe da relação destas patologias com saneamento básico, causa espanto os índices apresentados por que se sabe que a população da sede do município recebe água bruta em seus domicílios e não há serviços de tratamento de esgoto.

Mesmo observando que a incidência de gastroenterite é alta no Espírito Santo e que tanto a mortalidade infantil quanto a mortalidade de 1 a 4 anos tem nestas patologias um determinante significativo, os dados apresentados por município são bastante frágeis e como consequência é de pouca propriedade tentar estabelecer perfis localizados fundamentando-se neste indicador.

5.7.8. OUTRAS PATOLOGIAS

A Tabela 26 que apresenta os dados de morbidade consolidado para o Espírito Santo nos anos de 1980 e 1986, atesta a precariedade dos serviços de saúde e das condições de vida da população visto que as patologias que alcançam as maiores incidências estão vinculadas, na maioria das vezes, a inefi

cácia dos programas de saúde ou ao saneamento deficiente.

Como se viu anteriormente, a gastroenterite responde, em 1986, pela maior incidência dentre todas as patologias enquanto a esquistossomose e a hepatite alcançam também índices significativos, sendo que a esquistossomose, em anos anteriores chega a valores bem mais altos que os de 1986.

As doenças evitáveis através de vacinação persistem com índices expressivos, podendo-se destacar o sarampo que, em 1987, com a incidência de 189,54‰ responde pelo terceiro lugar entre as principais patologias, revelando que a rotina de vacinação não alcança níveis satisfatórios. Ainda sobre o grupo infantil incidem fortemente a pneumonia, que responde pela segunda principal causa (189,54‰) e a varicela que alcança 91,83‰, em 1986. São bastante significativas também as incidências de sífilis (107,01‰) e meningite determinada (23,17‰) e a poliomielite que volta a registrar casos em 1986, o que não ocorreu nos dois anos anteriores.

TABELA 20
EXAMES POSITIVOS E ÍNDICE PARASITÁRIO ANUAL DE MALÁRIA POR MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1980-1987

MUNICÍPIO	1980		1983		1986		1987	
	EXAME POSITIVO	IPA						
ATAQUE COM BORRIFAÇÃO SUSPensa								
Aracruz	0	0,00	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
Boa Esperança	2	0,16	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
Conceição da Barra	6	0,16	0	0,00	3	0,15	7	0,47
Jaguaré*	-	-	-	-	11	1,31	21	2,73
Linhares	28	0,26	18	0,14	56	0,46	73	0,58
Pedro Canário**	-	-	-	-	10	0,76	3	0,30
Montanha	2	0,12	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
Rio Bananal***	-	-	-	-	3	0,15	21	1,04
Nova Venécia	2	0,03	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
Pinheiros	1	0,04	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx	xxx
São Mateus	5	0,10	4	0,07	14	0,25	110	2,18
SUBTOTAL	46	0,13	22	0,10	97	0,41	235	1,03
GRUPO III								
Cariracó	6	0,62	1	0,06	4	0,20	2	0,07
Barra de São Francisco	9	0,16	7	0,14	36	0,68	25	0,61
Ecoporanga	14	0,29	5	0,17	20	0,65	17	0,69
Mucurici	1	0,04	0	0,00	2	0,15	1	0,10
São Gabriel da Palha	3	0,07	3	0,07	29	0,59	66	1,37
Serra	3	0,15	15	0,17	37	0,39	30	0,23
Vila Velha	2	0,19	0	0,00	1	0,05	8	0,40
SUBTOTAL	38	0,18	31	0,12	129	0,46	149	0,50
GRUPO II								
Boa Esperança	xxx	xxx	0	0,00	5	0,39	5	0,44
Montanha	xxx	xxx	3	0,16	5	0,24	4	0,20
Nova Venécia	xxx	xxx	13	0,26	62	0,17	18	0,40
Pinheiros	xxx	xxx	3	0,14	5	0,21	8	0,40
SUBTOTAL	-	-	19	0,19	77	0,70	35	0,36
GRUPO I								
Anchieta	1	0,07	0	0,00	3	0,22	0	0,00
Cachoeira de Itapemirim	0	0,00	1	0,23	0	0,00	0	0,00
Castelo	0	0,00	1	0,27	0	0,00	0	0,00
Colatina	3	0,02	11	0,09	38	0,31	31	0,29
Fundão	0	0,00	0	0,00	1	0,10	1	0,11
Guarapari	1	0,05	2	0,05	4	0,09	19	0,36
Ibirajá	0	0,00	00	0,00	3	0,14	1	0,04
Iconha	0	0,00	0	0,00	0	0,00	4	0,62
Itapemirim	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	0,02
Mariândia****	-	-	-	-	0	0,00	1	0,14
Mimoso do Sul	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Pancas	1	0,07	0	0,00	17	0,96	12	0,85
Prúma	1	0,24	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Presidente Kennedy	0	0,00	0	0,00	0	0,00	2	0,24
Viana	2	0,24	0	0,00	2	0,13	4	0,22
Aracruz	xxx	xxx	0	0,00	3	0,07	10	0,20
SUBTOTAL	9	0,03	15	0,04	71	0,15	86	0,23
SUBTOTAL ÁREA NÃO MALÁRICA	56	-	42	-	146	-	217	-
SUBTOTAL ÁREA MALÁRICA ¹	93	0,11	87	0,09	378	0,34	505	0,51
TOTAL GERAL	149	-	129	-	524	-	722	-

Fonte: MS/SUCAM - Diretoria Regional do Espírito Santo

- Ausência de Dados

xxx Dados apresentados em outro Grupo

¹ Em 1983, incluídos 4 LIC (Lâmina de Investigação de casos) nos Exames Positivos

*Dados até 1980 incluídos em São Mateus
**Dados até 1983 incluídos em Conceição da Barra
***Dados até 1980 incluídos em Linhares
****Dados até 1980 incluídos em Colatina

TABELA 21

CLASSIFICAÇÃO DE CASOS DE MALÁRIA POR INVESTIGAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

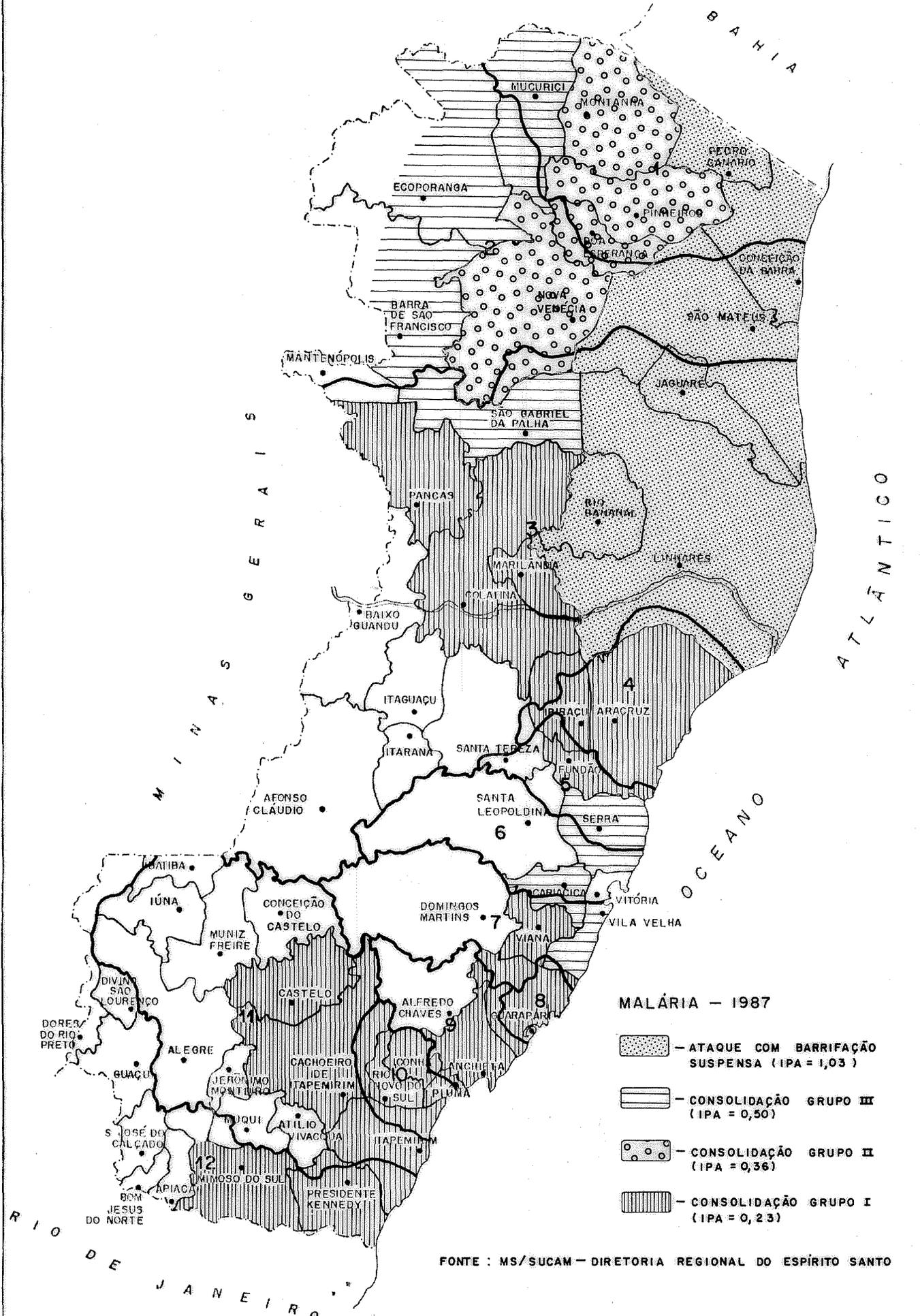
1980-1987

ANO	AUTÓCTONE	IMPORTADO	OUTROS*	TOTAL
1980	9	73	67	149
1983	16	106	7	129
1986	59	390	75	524
1987	213	456	53	722
TOTAL	297	1.025	202	1.524

Fonte: MS/SUCAM - Diretoria Regional do Espírito Santo. 1980

*Grupo incluindo casos Introduzidos, Crypticos ou casos não investigados, classificados de "Perdidos".

MAPA VII



- MALÁRIA - 1987**
-  - ATAQUE COM BARRIFAÇÃO SUSPENSA (IPA = 1,03)
 -  - CONSOLIDAÇÃO GRUPO III (IPA = 0,50)
 -  - CONSOLIDAÇÃO GRUPO II (IPA = 0,36)
 -  - CONSOLIDAÇÃO GRUPO I (IPA = 0,23)

FONTE : MS/SUCAM - DIRETORIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO

ESCALA 1/1.800.000

FONTE: CARIAS TOPOGRÁFICAS DO IRGE, SUDENE E CARIAS NAÚTICAS DA DIN-MM
ELABORAÇÃO - DIVISÃO DE CARTOGRAFIA DO PROJETO RADAMBRASIL.

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL

TABELA 22
NÚMERO DE CASOS E INCIDÊNCIA DE ESQUISTOSSOMOSE, POR MUNICÍPIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1980-1985

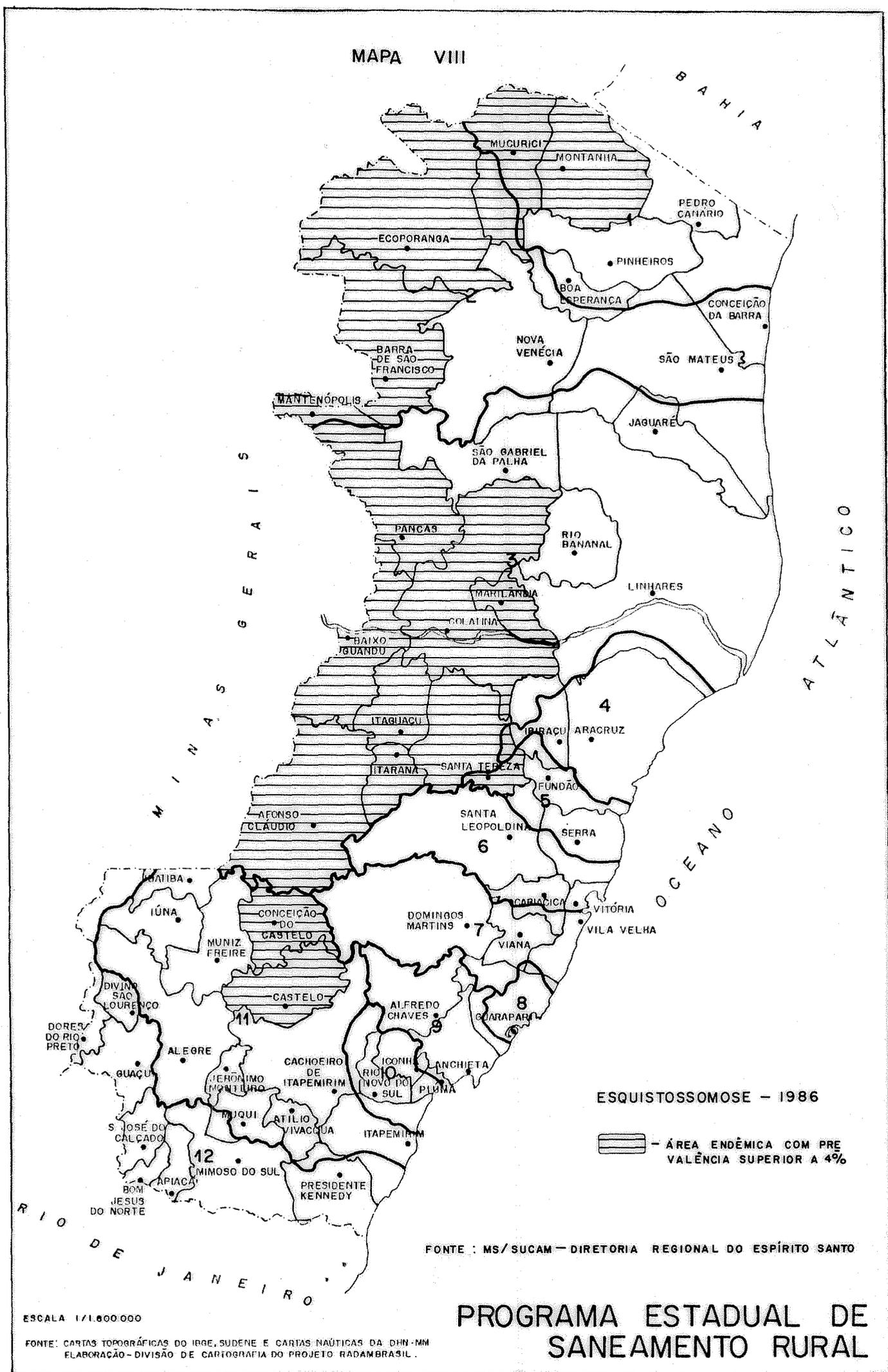
MUNICÍPIO	1980		1983		1985	
	Nº ABS	%...	Nº ABS	%...	Nº ABS	%...
Montanha	11	63,04	86	471,03	38	199,38
Pedro Canário	-	-	-	-	13	60,59
Pinheiros	01	5,00	-	-	10	49,98
Mucurici	61	8,66	25	236,71	38	399,25
Conceição da Barra	01	3,52	05	18,50	01	7,20
Boa Esperança	-	-	03	26,71	-	-
Ecoporanga	10	31,86	63	206,69	62	211,62
Barra de São Francisco	24	46,50	258	519,89	13	27,50
Mantenaópolis	38	279,56	31	217,13	-	-
Nova Venécia	13	28,44	51	112,52	03	6,73
São Mateus	04	7,26	04	8,80	03	6,43
São Gabriel da Palha	01	2,36	-	-	07	14,80
Jaguari	-	-	01	9,00	-	-
Linhares	04	3,25	11	9,59	01	0,82
Rio Bananal	-	-	03	16,40	-	-
Pancas	1.032	3.422,09	256	876,32	17	60,59
Colatina	223	199,60	143	138,82	04	3,89
Marilândia	-	-	-	-	14	153,21
Baixo Guandu	320	1.229,78	411	1.584,61	145	562,52
Itaguaçu	224	1.690,06	133	1.018,45	27	211,62
Itarana	770	8.619,72	507	6.000,00	387	4.892,55
Afonso Cláudio	573	1.187,10	281	616,32	121	285,23
Santa Teresa	265	1.027,29	270	1.074,30	214	888,41
Aracruz	24	66,92	08	19,27	05	10,58
Ibiraçu	37	182,26	31	145,29	22	98,37
Fundo	01	10,86	02	20,76	-	-
Serra	78	94,60	202	199,39	97	80,70
Santa Leopoldina	-	-	03	11,71	-	-
Carliacica	109	57,62	255	109,81	213	77,20
Domingos Martins	06	21,74	03	10,42	22	73,54
Viana	74	315,44	101	368,38	104	331,48
Vila Velha	317	155,77	295	127,41	254	97,83
Guarapari	01	2,59	24	52,77	34	64,80
Alfredo Chaves	22	205,07	02	19,54	-	-
Anchieta	-	-	01	8,27	02	15,70
Rio Novo do Sul	-	-	-	-	02	24,01
Iconha	01	12,04	-	-	-	-
Piúma	-	-	-	-	01	15,40
Cachoeiro de Itapemirim	12	9,71	08	6,06	25	17,87
Castelo	120	465,60	253	1.009,05	258	1.070,94
Conceição do Castelo	13	74,94	45	265,96	107	652,71
Muniz Freire	01	5,27	763	4.249,04	101	602,13
Júna	13	34,48	-	-	03	10,20
Alegre	-	-	03	9,19	06	19,04
Jerônimo Monteiro	04	48,31	-	-	-	-
Muqui	-	-	-	-	-	-
Atílio Vivacqua	-	-	-	-	01	18,92
Itapemirim	-	-	04	11,11	-	-
Ibatiba	-	-	-	-	07	57,09
Dores do Rio Preto	-	-	01	25,78	-	-
Divino São Lourenço	-	-	-	-	-	-
Guaçu	05	25,74	05	24,41	12	55,80
São José do Calçado	-	-	-	-	-	-
Bom Jesus do Norte	-	-	-	-	-	-
Apiaçá	-	-	-	-	-	-
Mimoso do Sul	-	-	-	-	-	-
Presidente Kennedy	-	-	04	43,64	-	-
Vitória	128	61,67	133	57,21	91	35,41
Estado	4.481	221,42	4.688	215,89	2.485	107,44

Fonte: SESA/DAB - Serviço de Vigilância Epidemiológica, 1988

- Ausência de Dados

... Dados existentes, porém desconhecidos

MAPA VIII



ESQUISTOSSOMOSE - 1986

 - ÁREA ENDÊMICA COM PRE VALÊNCIA SUPERIOR A 4%

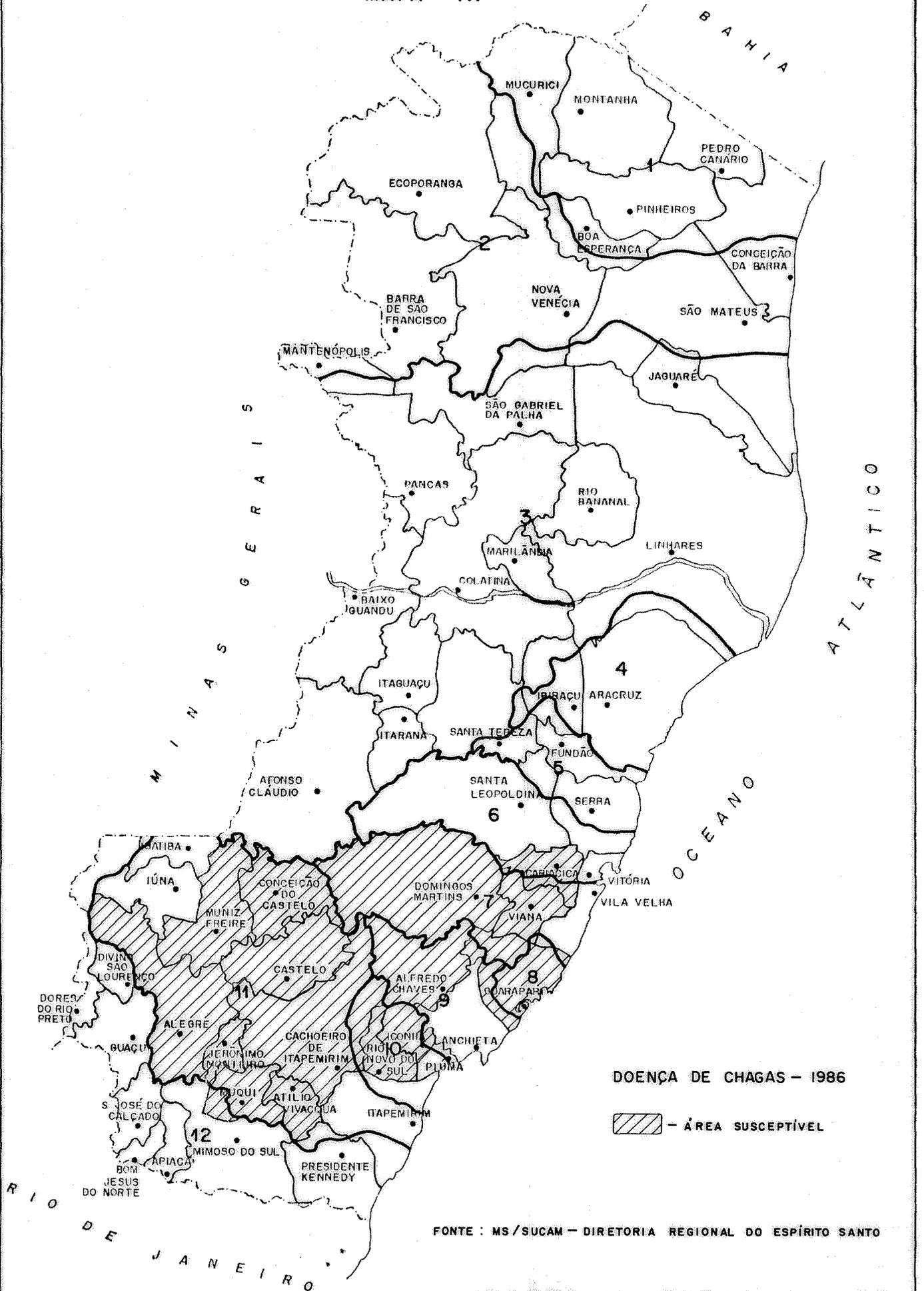
FONTE : MS/SUCAM - DIRETORIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO

ESCALA 1/1.600.000

FONTE: CARTAS TOPOGRÁFICAS DO IRGE, SUDENE E CARTAS NAÚTICAS DA DHN-MM
ELABORAÇÃO - DIVISÃO DE CARTOGRAFIA DO PROJETO RADAMBRASIL.

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL

MAPA IX



DOENÇA DE CHAGAS - 1986

 - ÁREA SUSCEPTÍVEL

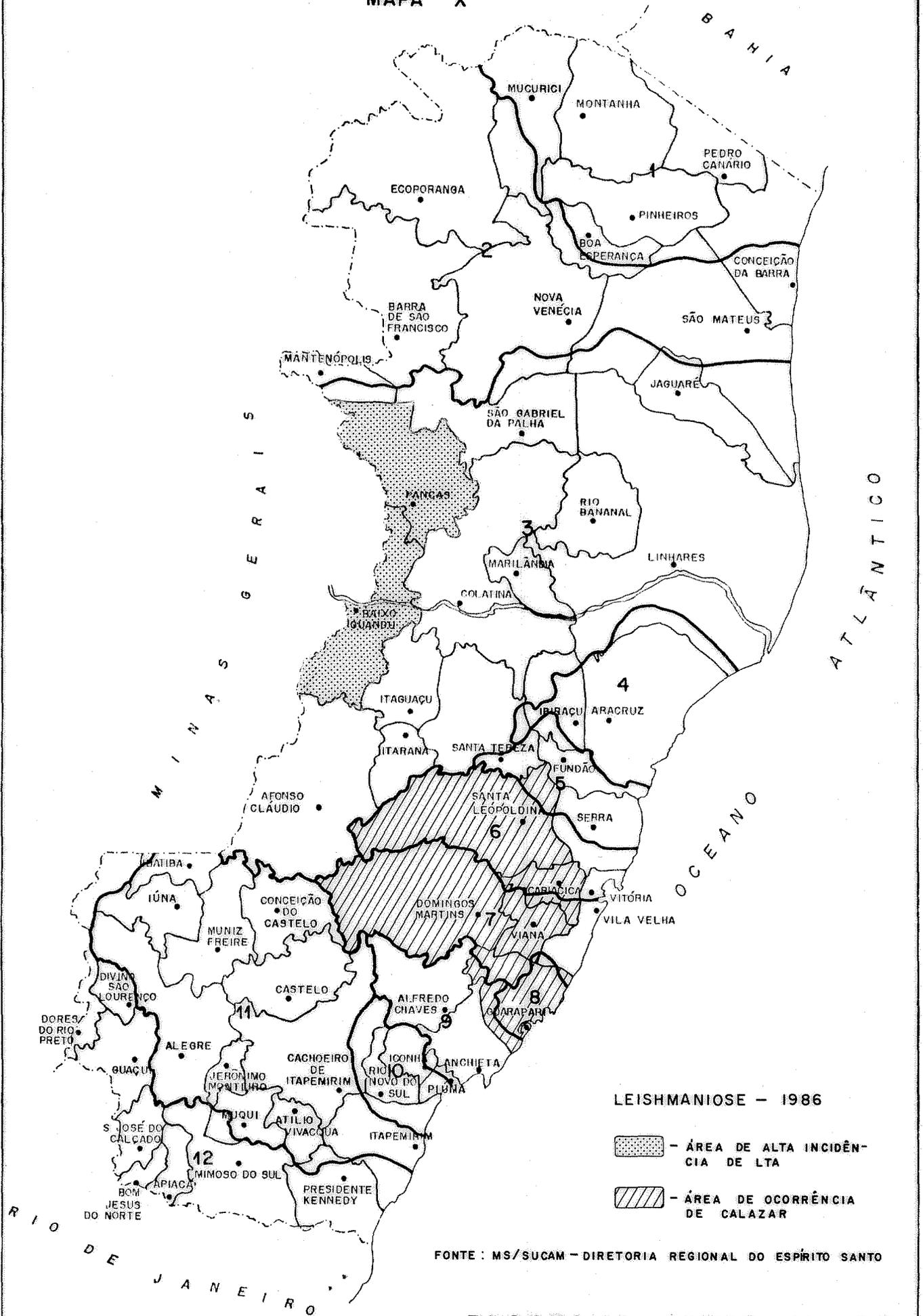
FONTE: MS/SUCAM - DIRETORIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO

ESCALA 1/1.600.000

FONTE: CARTAS TOPOGRÁFICAS DO IPGE, SUDENE E CARTAS NAÚTICAS DA DDM-MM
ELABORAÇÃO - DIVISÃO DE CARTOGRAFIA DO PROJETO RADAMBRASIL.

PROGRAMA ESTADUAL DE
SANEAMENTO RURAL

MAPA X



FONTE: MS/SUCAM - DIRETORIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO

ESCALA 1/1.600.000

FONTE: CARTAS TOPOGRÁFICAS DO IBGE, SUDENE E CARTAS NAÚTICAS DA DIHN-MM
ELABORAÇÃO - DIVISÃO DE CARTOGRAFIA DO PROJETO NADAMBRAZIL.

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL

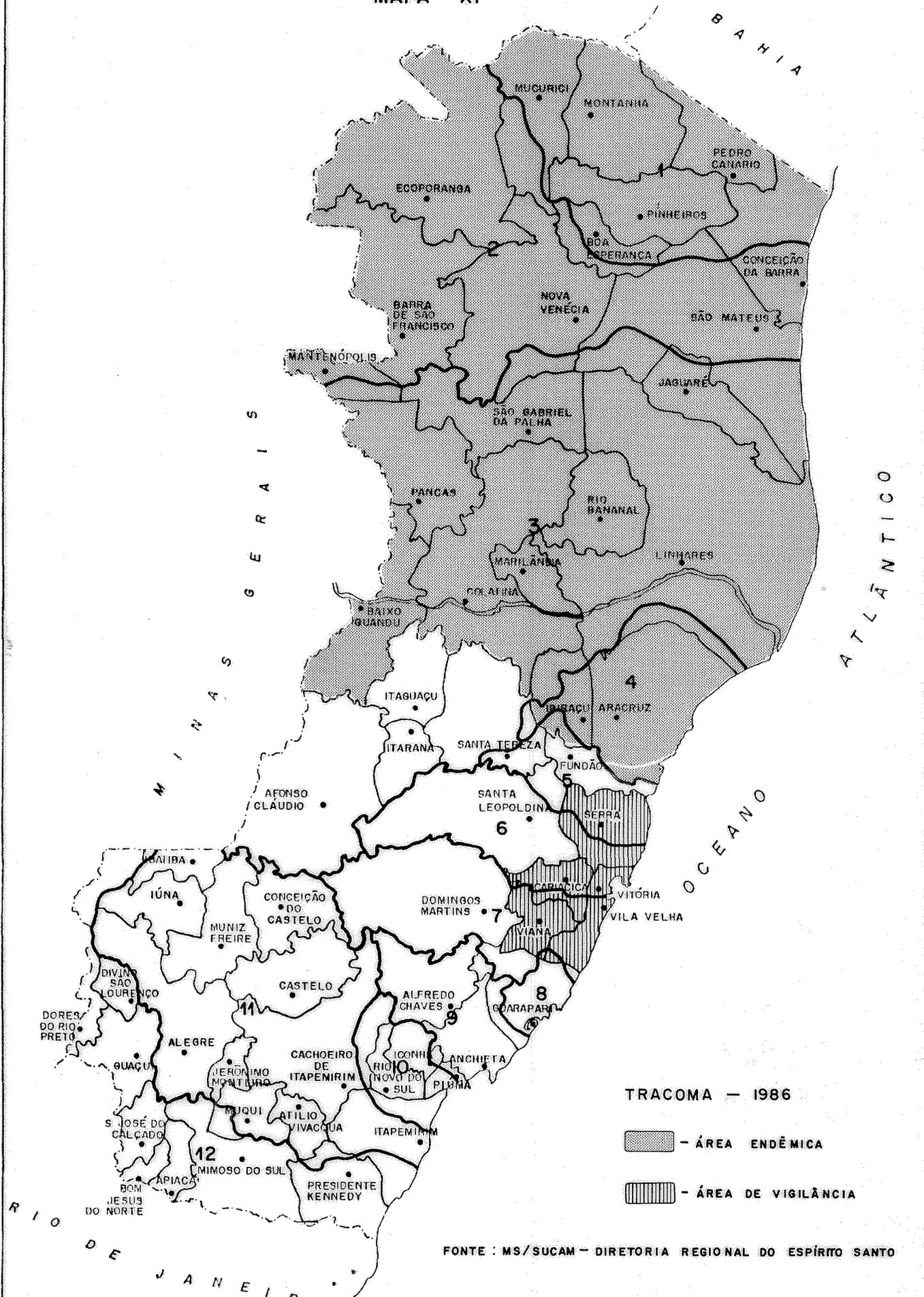
TABELA 24
NÚMERO DE PESSOAS EXAMINADAS E PERCENTUAL DE INFECÇÃO POR TRACOMA, POR MUNICÍPIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1986

MUNICÍPIOS	RURAL		URBANA	
	NR EXAMES	% INF.	NR EXAMES	% INF.
Montanha	32	0,32	46	-
Pedro Canário	12	2,66	51	1,41
Pinheiros	06	0,06	76	2,24
Mucurici	-	-	08	-
Conceição da Barra	47	-	03	-
Boa Esperança	74	8,55	24	0,48
Ecoporanga	-	-	26	0,52
Barra de São Francisco	38	7,95	61	8,54
Mantenópolis	-	-	43	-
Nova Venécia	23	-	69	2,07
São Mateus	06	-	42	2,10
São Gabriel da Palha	17	1,91	32	2,56
Jaguare	-	-	25	3,75
Linhares	73	19,7	377	3,77
Rio Bananal	-	-	12	-
Pancas	-	-	19	0,76
Colatina	12	-	09	-
Mariilândia	02	-	13	-
Baixo Guandu	-	-	15	-
Itaguaçu
Itarana
Afonso Cláudio
Santa Teresa
Aracruz	1.094	3,35	25	4,00
Ibiraçu	26	1,82	17	1,19
Fundão
Serra	-	-	10	-
Santa Leopoldina
Cariacica	-	-	10	-
Domingos Martins
Viana
Vila Velha
Guarapari
Alfredo Chaves
Anchieta
Rio Novo do Sul	-	-	03	-
Iconha
Piúma
Cachoeiro de Itapemirim
Castelo
Conceição do Castelo
Muniz Freire
Júna
Alegre
Jerônimo Monteiro
Muqui
Atílio Vivacqua
Itapemirim
Ibatiba
Dores do Rio Preto
Divino São Lourenço
Guaçu
São José do Calçado
Bom Jesus do Norte
Apiacá
Mimoso do Sul
Presidente Kennedy
Vitória

Fonte: MS/SUCAM - Diretoria Regional do Espírito Santo - 1988

- Ausência de Dados
... Dados existentes, porém desconhecidos.

MAPA XI



TRACOMA - 1986

■ - ÁREA ENDÊMICA

▨ - ÁREA DE VIGILÂNCIA

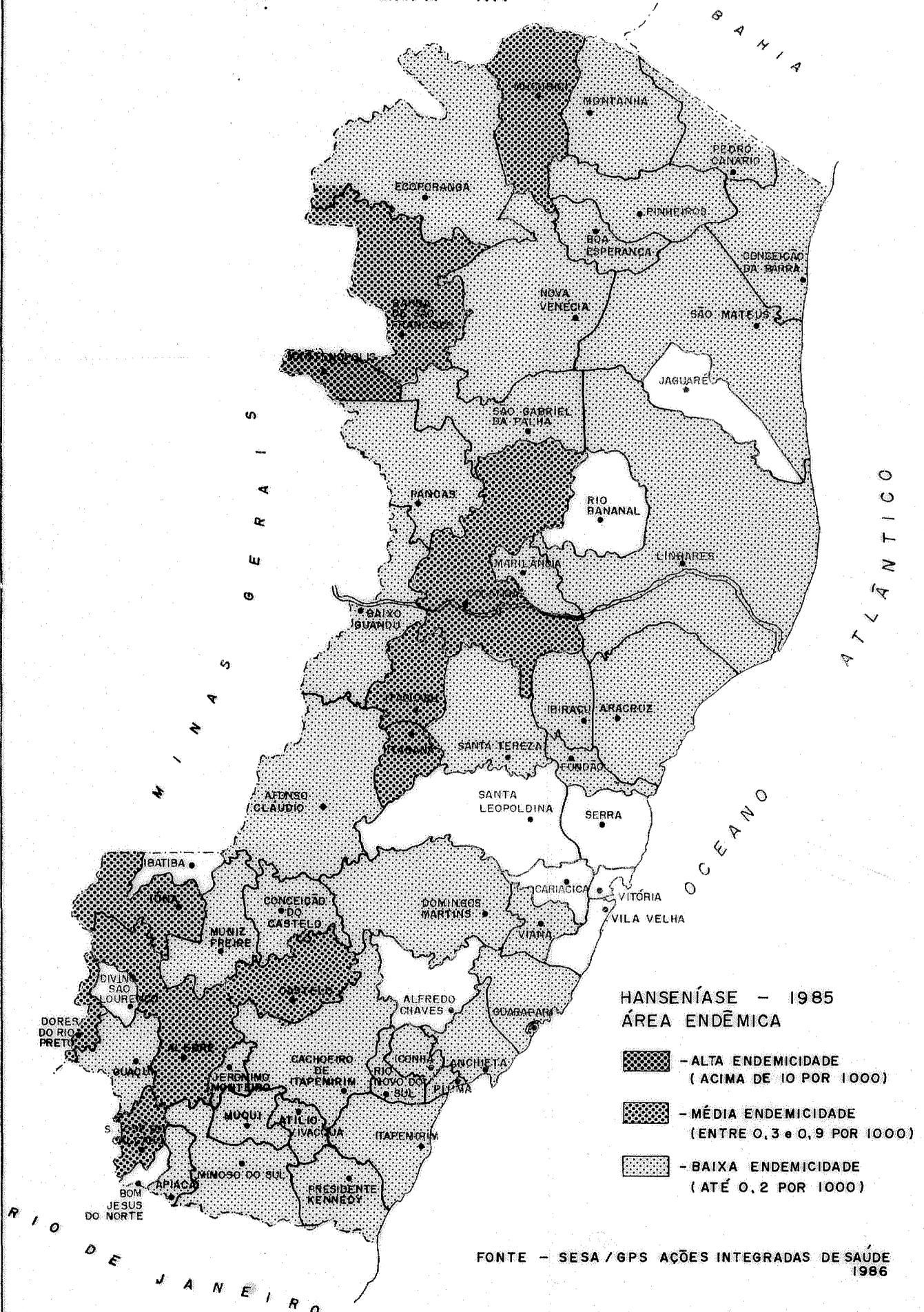
FONTE : MS/SUCAM - DIRETORIA REGIONAL DO ESPÍRITO SANTO

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL

ESCALA 1/1.600.000

FONTE: CARTAS TOPOGRÁFICAS DO IRGE, SUDENE E CARTAS NAÚTICAS DA DIN-MM
ELABORAÇÃO - DIVISÃO DE CARTOGRAFIA DO PROJETO RADAMBRASIL.

MAPA XII



FONTE - SESA / GPS AÇÕES INTEGRADAS DE SAÚDE 1986

PROGRAMA ESTADUAL DE SANEAMENTO RURAL

ESCALA 1/1.600.000

FONTE: CARTAS TOPOGRÁFICAS DO IBGE, SUDENE E CARTAS NAÚTICAS DA DHN-MM
ELABORAÇÃO - DIVISÃO DE CARTOGRAFIA DO PROJETO RADAMBRASIL.

TABELA 25
NÚMERO DE CASOS E INCIDÊNCIA DE GASTROENTERITE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
1980-86

MUNICÍPIOS	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	Nº ABS	% ₁₀₀₀												
Montanha	02	11,46	03	16,92	70	389,34	100	547,70	107	577,66	85	452,20	34	178,39
Pedro Canário	-	-	-	-	-	-	-	-	12	100,48	07	59,89	02	17,49
Piñheiros	-	-	11	54,57	14	69,53	03	14,92	04	19,73	03	14,97	02	10,00
Mucurici	01	8,66	01	8,86	02	18,27	05	47,24	02	19,53	02	20,25	-	-
Conceição da Barra	01	3,52	01	3,56	11	39,92	01	3,70	02	13,78	-	-	02	14,39
Bom Esperança	02	17,96	01	8,93	05	44,59	13	115,74	20	177,78	02	17,73	06	53,15
Escopomanga	-	-	16	51,21	-	-	-	-	07	23,27	06	20,22	03	10,24
Barra de São Francisco	84	162,76	13	25,42	61	121,05	82	165,24	31	63,47	60	124,87	41	86,74
Mantópolis	-	-	02	14,40	-	-	89	623,38	188	1.023,02	241	1.640,79	74	497,65
Nova Venécia	-	-	04	8,74	01	2,20	128	202,41	153	339,34	152	338,78	73	163,53
São Mateus	89	161,50	141	252,57	71	126,37	37	81,42	16	34,96	03	6,51	06	12,86
São Gabriel do Oeste	01	2,36	01	2,31	-	-	01	2,23	43	94,09	01	2,15	07	14,80
Jupiaé	-	-	-	-	-	-	02	18,01	-	-	-	-	01	9,09
Limoeiro	-	-	11	10,65	77	68,73	01	0,87	23	19,60	36	29,99	16	13,05
Rio Bananal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	5,22	-	-
Pancas	01	3,32	04	13,35	02	6,76	01	3,42	20	69,39	11	38,69	42	149,67
Colatina	204	182,60	143	138,71	186	180,50	131	127,17	106	102,96	58	56,36	62	60,27
Marilândia	-	-	-	-	-	-	01	10,93	01	10,93	03	32,80	01	10,95
Baixo Guandu	-	-	-	-	02	7,70	-	-	01	3,86	02	7,74	03	11,64
Itaguaçu	08	60,36	04	30,20	49	372,40	60	459,45	31	239,64	02	15,56	04	31,36
Itarana	206	2.366,06	259	2.952,58	202	2.342,84	151	1.788,93	132	1.590,45	136	1.678,80	163	2.000,69
Afonso Claudio	40	82,87	39	81,88	21	45,04	38	83,35	20	44,91	25	57,51	20	47,15
Santa Teresinha	02	7,75	03	11,63	08	13,41	03	11,94	21	84,79	04	16,37	11	45,67
Aracruz	171	476,79	231	610,46	220	554,60	95	228,79	140	322,20	65	143,14	35	74,06
Ibiraçu	-	-	-	-	02	9,53	06	28,12	07	32,29	11	49,92	04	17,89
Fundo	02	21,71	01	10,53	01	10,53	14	145,35	49	503,34	107	1.083,43	109	1.090,76
Serra	33	40,82	22	24,69	65	68,33	132	130,29	368	341,96	321	281,38	255	212,14
Santa Leopoldina	92	372,92	114	455,00	49	193,44	53	206,95	97	374,70	80	305,70	66	249,49
Caríacica	33	17,44	28	13,73	166	76,17	441	189,92	777	314,84	752	287,34	533	193,18
Bom Jesus Litorâneo	05	18,17	26	92,61	41	144,24	11	138,19	26	89,11	15	50,76	12	40,11
Viana	70	298,39	20	80,50	25	95,73	41	149,54	64	222,75	68	226,03	127	404,79
Vila Velha	21	18,32	10	4,69	58	26,09	149	64,36	358	148,60	280	111,77	215	82,81
Guarapari	02	5,18	02	4,89	04	9,26	21	46,18	190	397,41	351	699,15	376	716,56
Alfredo Chaves	-	-	01	9,45	01	9,61	02	19,54	19	189,49	01	10,16	16	165,69
Anchieta	-	-	04	34,25	01	8,41	01	8,27	02	16,26	39	311,48	30	235,37
Rio Novo do Sul	96	1.029,38	109	1.231,45	82	936,93	77	832,47	146	1.708,00	51	604,62	34	408,17
Iconha	60	722,54	58	704,65	50	614,10	20	248,08	20	251,16	137	1.742,12	93	1.194,76
Plúma	-	-	-	-	-	-	-	-	01	16,41	11	174,82	07	107,76
Cachoeiro de Itapemirim	03	2,43	36	28,37	24	18,55	236	178,81	679	504,29	1.264	920,40	2.228	1.592,42
Castelo	58	225,04	33	128,38	14	55,12	36	143,58	14	56,57	20	81,90	06	24,91
Conceição do Castelo	46	265,19	114	660,41	43	251,34	87	514,18	73	436,24	127	766,77	86	524,20
Muniz Freire	02	10,53	01	5,35	01	5,44	02	11,14	03	17,09	05	29,13	02	11,93
Itá	01	2,65	-	-	18	65,21	-	-	02	7,81	01	3,45	01	3,40
Alegre	13	38,75	16	47,95	12	36,36	22	67,39	53	164,34	44	138,00	03	9,52
Jardino Botânico	-	-	-	-	-	-	03	34,98	08	92,39	02	22,83	03	33,90
Muniz	-	-	-	-	-	-	-	-	05	41,03	07	58,03	06	50,14
Alfio Viviança	-	-	-	-	01	17,39	04	71,16	11	199,27	20	370,51	17	321,61
Itapemirim	01	2,85	-	-	-	-	01	11,11	03	8,28	16	43,88	06	16,36
Ibatiba	-	-	-	-	-	-	-	-	01	8,42	-	-	01	8,16
Encruzado	-	-	07	176,14	09	229,47	09	232,02	02	52,36	03	79,70	-	-
Divino São Lourenço	06	175,44	16	473,79	07	214,26	21	659,96	28	903,23	36	1.191,26	29	989,77
Guaçu	499	2.569,38	481	2.426,96	617	3.061,88	381	1.859,99	297	1.428,99	214	1.010,82	140	650,96
São José do Calçado	-	-	-	-	04	44,09	-	-	05	56,03	03	33,85	-	-
Bom Jesus do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Apiacá	08	122,87	-	-	-	-	02	32,99	-	-	01	17,50	02	36,13
Mimoso do Sul	-	-	08	34,56	-	-	02	8,85	02	8,96	06	27,24	17	78,19
Presidente Kennedy	-	-	14	145,38	12	127,60	18	196,38	14	156,67	07	80,41	09	106,06
Vila Rica	121	50,38	162	74,88	169	75,38	388	166,91	973	404,27	892	358,12	627	243,92
Estado	1.986	98,01	2.171	104,37	2.478	116,59	3.120	143,68	5.337	240,56	5.797	255,70	5.667	245,02

Fonte: SESAB/SPS - 1987

- Associação de Dados

... Dados constantes de parâmetros de dados

TABELA 26
 NÚMERO DE CASOS E INCIDÊNCIA DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
 1980 - 86

DOENÇAS	1980		1981		1982		1983		1984		1985		1986	
	Nº ABS	% ₀₀₀												
Blastomicose	20	0,99	30	1,44	25	1,18	20	0,92	31	1,40	25	1,10	19	0,83
Coqueluche	1.386	68,48	815	39,18	1.100	51,75	874	40,25	667	30,06	879	38,77	616	26,64
Difteria	23	1,14	22	1,06	04	0,19	12	0,55	14	0,63	01	0,04	05	0,22
Sífilis	2.945	145,52	2.404	115,58	1.406	66,15	1.509	69,49	2.044	92,13	2.287	100,88	2.475	107,01
Outras D.S.T.	432	21,35	926	44,52	559	26,30	442	20,35	401	18,44	418	18,44	385	16,65
Esquistossomose	4.481	221,42	15.534	746,86	5.266	247,78	4.688	215,89	15.662	705,97	3.103	136,87	2.485	107,44
Febre Tifóide	99	4,89	198	9,52	53	2,49	119	5,48	71	3,20	45	1,98	15	0,65
Hepatite	643	31,77	901	43,32	623	29,31	891	41,03	762	34,35	1.033	45,56	860	37,19
Leishmaniose	72	3,56	105	5,05	163	7,67	70	3,22	110	4,96	114	5,03	117	5,06
Leptospirose	-	-	-	-	12	0,56	18	0,83	21	0,95	14	0,62	20	0,87
Doença Meningocócica	41	2,03	41	1,97	28	1,32	46	2,12	47	2,12	49	2,16	61	2,64
Meningite Determinada	100	4,94	129	6,20	262	12,33	366	16,85	352	15,87	410	18,08	536	23,17
Meningite não especi ficada	191	9,44	179	8,61	181	8,52	274	12,62	173	7,80	155	6,84	186	8,04
Pneumonia	2.886	142,60	5.205	250,25	5.540	260,67	3.132	144,23	3.496	157,58	6.677	294,52	5.468	236,41
Poliomielite	07	0,35	02	0,10	01	0,05	04	0,18	-	-	-	-	02	0,09
Raiva	01	0,05	04	0,19	01	0,05	-	-	01	0,05	-	-	01	0,05
Sarampo	3.545	175,16	782	37,60	1.188	55,90	2.169	99,88	692	31,19	1.635	72,12	4.384	189,54
Tétano Acidental	47	2,32	83	3,99	26	1,22	37	1,70	47	2,12	39	1,72	35	1,51
Tétano Neonatal	11	0,54	15	0,72	08	0,38	07	0,32	09	0,41	10	0,44	11	0,48
Toxoplasmose	-	-	-	-	-	-	-	-	17	0,77	22	0,97	24	1,04
Varicela	1.078	53,26	947	45,53	606	28,51	938	43,20	1.862	83,93	1.836	80,98	2.124	91,83

FONTE: SESA/GPS - Serviço de Vigilância Epidemiológica - 1987

6.

PERFIL ECONÔMICO

6.1. AVALIAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS DO ESTADO - 1960-1980

Apenas recentemente o Espírito Santo integrou-se ao processo de acumulação nacional, ao passar de uma economia agrícola, baseada na monocultura cafeeira, para uma economia urbana-industrial.

Até a década de 60, todo o peso da economia do Estado residia no café. Essa década é um marco na história econômica capixaba. Foi nesse período que se efetivou a erradicação dos cafezais a nível nacional. Como alternativa foram elaborados programas governamentais para recuperação econômica das áreas atingidas pela destruição das lavouras de café. Esses programas não surtiram os efeitos esperados no Espírito Santo.

A desestruturação da economia capixaba ocorreu num momento de expansão do grande capital. Esse novo ciclo expansionista, determinado a nível nacional, a partir do pólo hegemônico de São Paulo, requeria novos mercados. O Espírito Santo, estrategicamente localizado, inserido na região de maior desenvolvimento econômico do país, apresentava todas as condições para se integrar à economia nacional.

Iniciaram-se, assim, grandes transformações que permitiram em duas décadas mudar a face econômica do Estado.

Para se ter uma idéia da profundidade das transformações ocorridas basta efetuarmos comparações de alguns dados por setor: "Em 1960 o Setor Primário respondia por 49% da renda gerada e 68% dos empregos. Em 1980 esses valores são, respectivamente, 10% e 36%. Por sua vez a indústria representava tão somente 5,3% da renda e 5,9% do emprego, passando em 1980

para 32% e 22%, respectivamente. E, ao terciário correspondia em 1960, 45% da renda e 26% do emprego e, em 1980, 58% da renda e 43% do emprego"¹.

A agricultura se processava em moldes tradicionais. O Espírito Santo, historicamente, sempre apresentou menor concentração fundiária que o restante do país e a maior parte de seu território estava subdividido em pequenas e médias propriedades. Nelas prevaleciam as lavouras do tipo permanente, onde era cultivado o café, em quase sua totalidade. Outras atividades agrícolas se desenvolviam paralelamente, mas eram pouco expressivas e destinadas basicamente a auto-cosumo. Em termos de pecuária, o maior peso recaía no rebanho bovino, concentrado principalmente na região sul. A mão-de-obra era tipicamente familiar e de parceria.

Com a irradiação das lavouras de café inicia-se um processo de concentração fundiária e expande-se a ocupação da região norte do Estado, onde a extração da madeira ganha peso. O ciclo anterior da agricultura era madeira-lavoura-pastagens reduzindo-se, então, as matas-pastagens. Como consequência lógica da concentração da terra e do aparecimento de grandes áreas de pastagens a pecuária surge com grande força no norte do Estado. Enquanto a região sul se especializou na produção leiteira, a norte se ateu a criação de rebanhos bovinos destinados ao corte.

A indústria e os serviços tinham pouca expressão e ligavam-se ao café (beneficiamento, financiamento e comercialização). Salientamos ainda a existência de indústrias dos ramos tradicionais como Medereiro, Vestuário, Alimento, Extração de Minerais não Metálicos, etc.

É nesse período que se iniciam os processos migratórios rurais-urbanos pois, até então, a maioria absoluta da população era rural, 68%.

¹COSSETTI, Maria da Penha e TEIXEIRA DE CAMPOS JR., Carlos. Características de Área de influência da Zona do rio Doce. IJSN, 1985.

6.2. SETOR PRIMÁRIO

Com a recuperação dos preços do café, a nível internacional, sua produção volta a ser incrementada. Portanto, observa-se no período compreendido entre 70 e 80 um aumento da área ocupada com este cultivo da ordem de 45% tendo, inclusive, superado a área de 1960 a ele destinada.

O café é ainda hoje o produto agrícola de maior expressão no Estado, com provado pelo Valor de Produção registrado e que supera, em 1980, em mais do que o dobro o Valor de Produção dos demais produtos agrícolas em conjunto. Esse resultado é decorrência tanto do incremento da produtividade como da elevação de seus preços.

Depois do café os principais produtos da lavoura capixaba são: feijão, milho, cacau, banana, mandioca, cana-de-açúcar e arroz.

De todas essas culturas apenas o arroz aparece com uma variação negativa tanto em Área Plantada e Quantidade Produzida quanto em Valor da Produção. Esse processo involutivo resultou dos baixos preços do produto no mercado. Já o cacau apresenta um excelente desempenho dado pela alta produtividade obtida no período e que se expressa no Valor da Produção e na Tonelagem alcançadas. A elevação de preços favoreceu também ao feijão, pois, o Valor de Produção do mesmo cresceu significativamente, apesar da redução da Área plantada e a Tonelagem produzida ter apresentado um aumento pouco expressivo.

Os ganhos de produtividade constatados para todas as culturas resultam da introdução de fatores tecnológicos e pela alteração de hábitos produtivos praticados. Portanto, obteve-se produção crescente de áreas menores, à medida em que se aliou às novas técnicas de cultivo e conservação de solo, maquinários, defensivos agrícolas e fertilizantes.

Em termos de produção animal destacam-se os Bovinos, Suínos, Equinos e Aves. Registra-se, como importante, o crescimento do Efetivo Bovino

entre 1960 e 1970, fruto da erradicação dos cafezais, da liberação de Áreas de Lavouras, do ciclo econômico matas-pastagens (principalmente no norte do Estado) e da concentração fundiária.

No que se refere à Suinocultura é interessante fazer referência ao fato de que, entre 1940 e 1980, esta atividade experimentou um grande crescimento, tendo decaído depois ao ponto de chegar à esta última década com o mesmo efetivo de cabeças apresentada na década de 1940. Em sentido contrário segue o desempenho da produção de aves, cuja variação é sempre positiva e expressiva.

Outra questão de extrema importância refere-se a Matas e Florestas, que aparecem sobre duas classificações: Naturais e Plantadas. As naturais sofrem um decréscimo de 33,1% entre 1970 e 1980, enquanto que as plantadas, no mesmo período, apresentam uma evolução da ordem de 469,9%. O Reflorestamento Homogêneo absorveu grandes parcelas de terras produtivas e o fenômeno incide, principalmente, na faixa litorânea da região norte do Estado. Essa atividade desenvolveu-se rapidamente como razão direta das grandes empresas ali instaladas: Aracruz Florestal, Aracruz Celulose, além das florestas pertencentes à Companhia Siderúrgica de Tubarão e Vale do Rio Doce.

A Modernização da economia não se deu apenas no espaço urbano, tendo se introduzido na área rural de diversas formas. Como exemplo, temos as agroindústrias, principalmente as instaladas na região norte. Elas se utilizam de produções agropecuárias que, por sua vez, ocupam extensas áreas e são, em sua maioria, pouca absorvedoras de mão-de-obra. Sob esta ótica a região norte se destaca das demais. A grande concentração fundiária registrada no Estado, nestas duas últimas décadas, verificou-se principalmente nessa região. As grandes propriedades, que aí se encontram, desenvolvem uma única atividade por unidade produtiva, concentradas espacialmente, de modo intensivo, em moldes tipicamente capitalistas e se utilizam de técnicas e tecnologias as mais modernas. As atividades que mais se destacam nesse processo são: cana-de-açúcar, eucalipto, café, cacau, pimenta-do-

reino e mamão. Estas duas últimas recentemente agregadas ao elenco de produtos agrícolas capixaba

Na região sul, a agricultura se subordina ao capital comercial, que se utiliza da estrutura fundiária local, determinando hegemonicamente a organização da produção e, de certa forma, impedindo o progresso técnico, pois "retira do controle da classe produtora um grande potencial de acumulação"². Com isso torna permanente a exploração exercida.

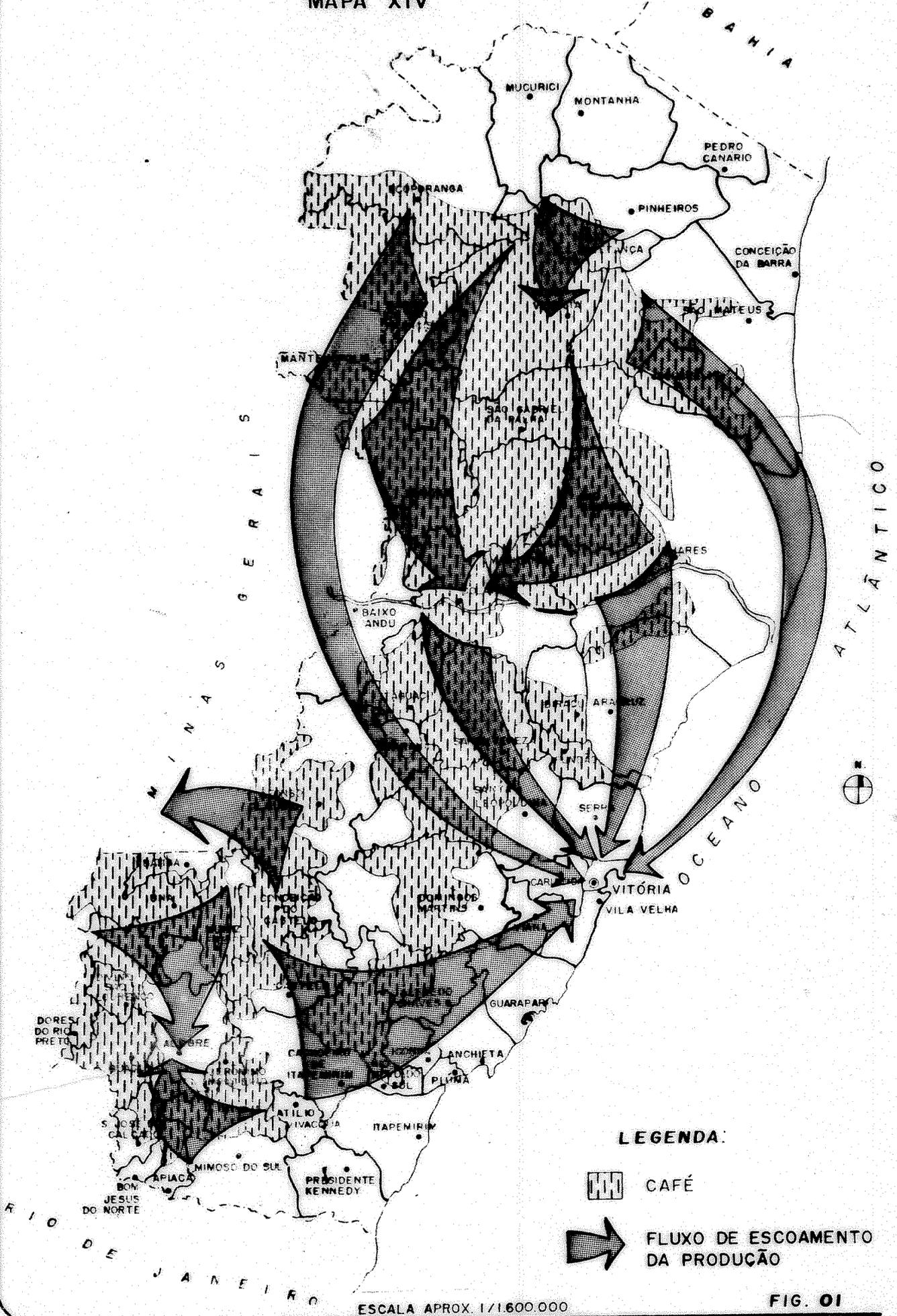
Os produtos que mais se destacam no sul são o café, a pecuária leiteira, a cana-de-açúcar e a mandioca. As duas últimas vinculadas ao capital industrial.

Já a região central se subdivide. Apresenta na área mais próxima de Vitória e na porção Serrana o maior número de pequenas propriedades responsáveis pelo abastecimento alimentar da Grande Vitória. As principais culturas são o café, hortigranjeiros e olerícolas. A área litorânea concentra os estabelecimentos de maior porte em média 200ha. Neles a principal atividade é a pecuária e o cultivo da banana.

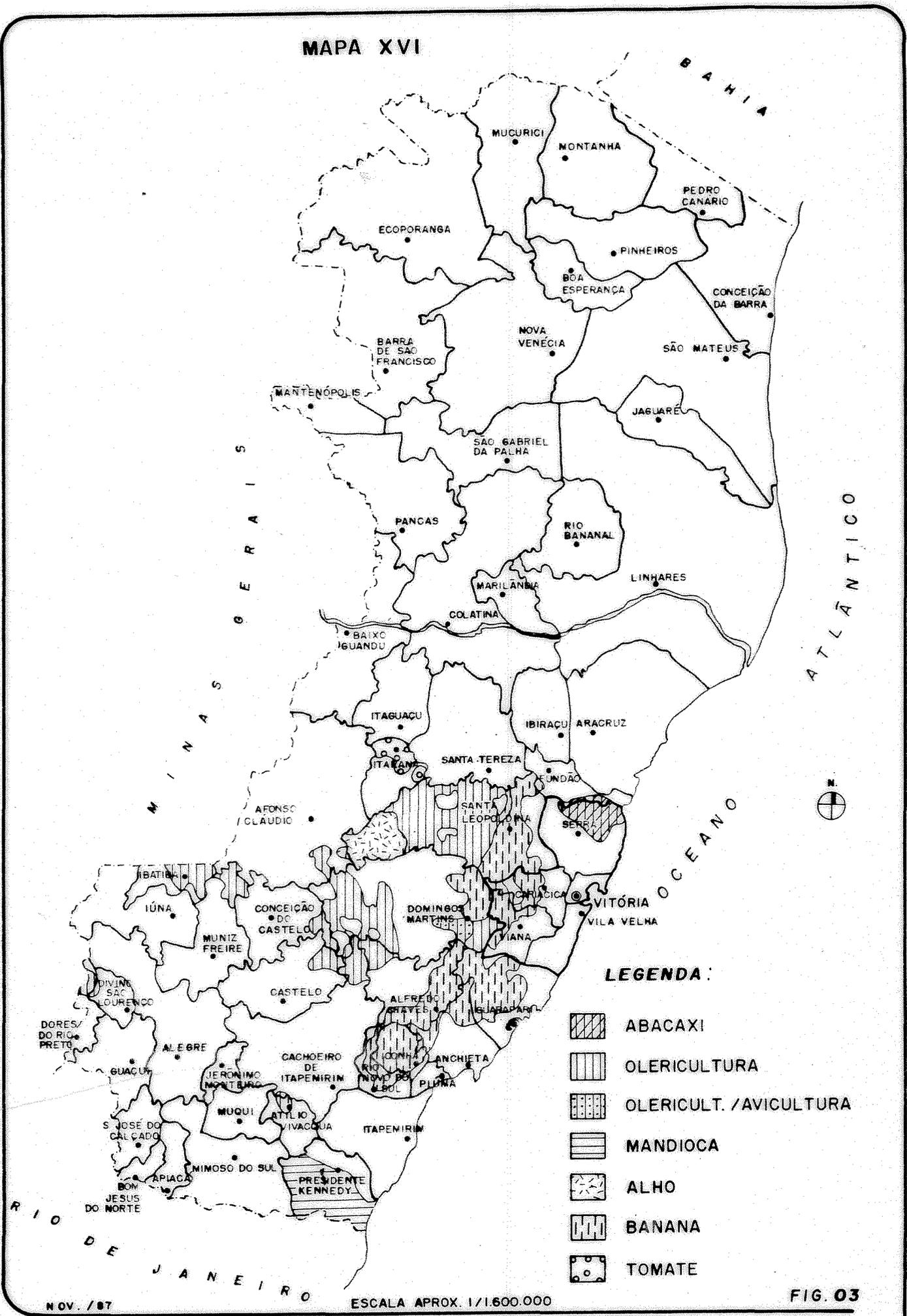
Com resultado das transformações econômicas ressaltamos um processo de concentração da propriedade. A concentração se verifica ao nível das propriedades ditas muito grandes, ou seja, com 500ha e mais. O maior decréscimo corresponde exatamente às pequenas e médias propriedades, e que estão na faixa dos menores de 100ha. Outra característica são as alterações nas relações de produção em um processo que tem seu início bem demarcado a partir

²GARCIA SIMÕES, Roberto. Programa de Desenvolvimento Regional Integrado - Região Programa V - Cachoeiro de Itapemirim - IJSN, Abril/1982.

MAPA XIV



MAPA XVI



LEGENDA :

-  ABACAXI
-  OLERICULTURA
-  OLERICULT. /AVICULTURA
-  MANDIOCA
-  ALHO
-  BANANA
-  TOMATE

NOV. /87

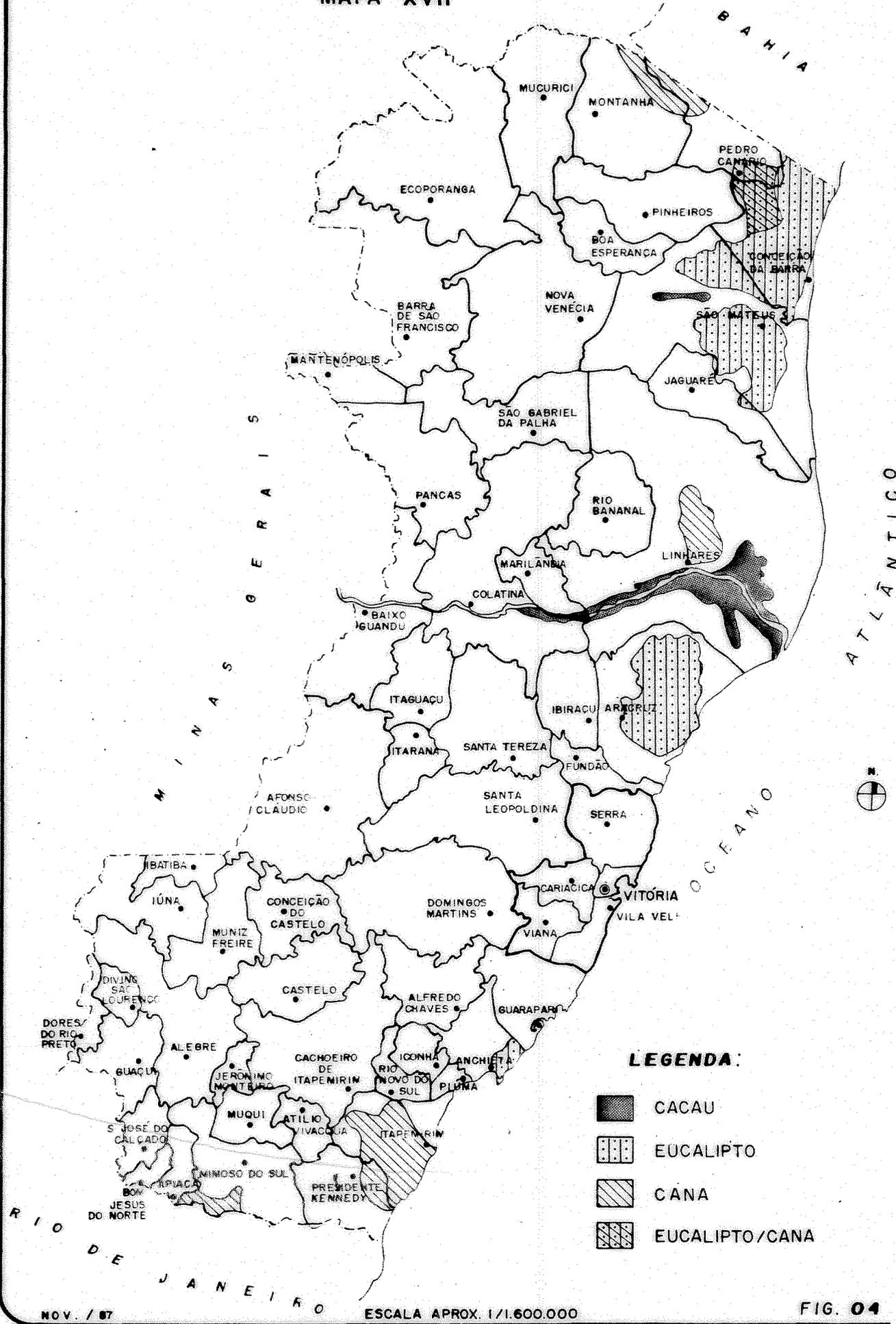
ESCALA APROX. 1/1.600.000

FIG. 03

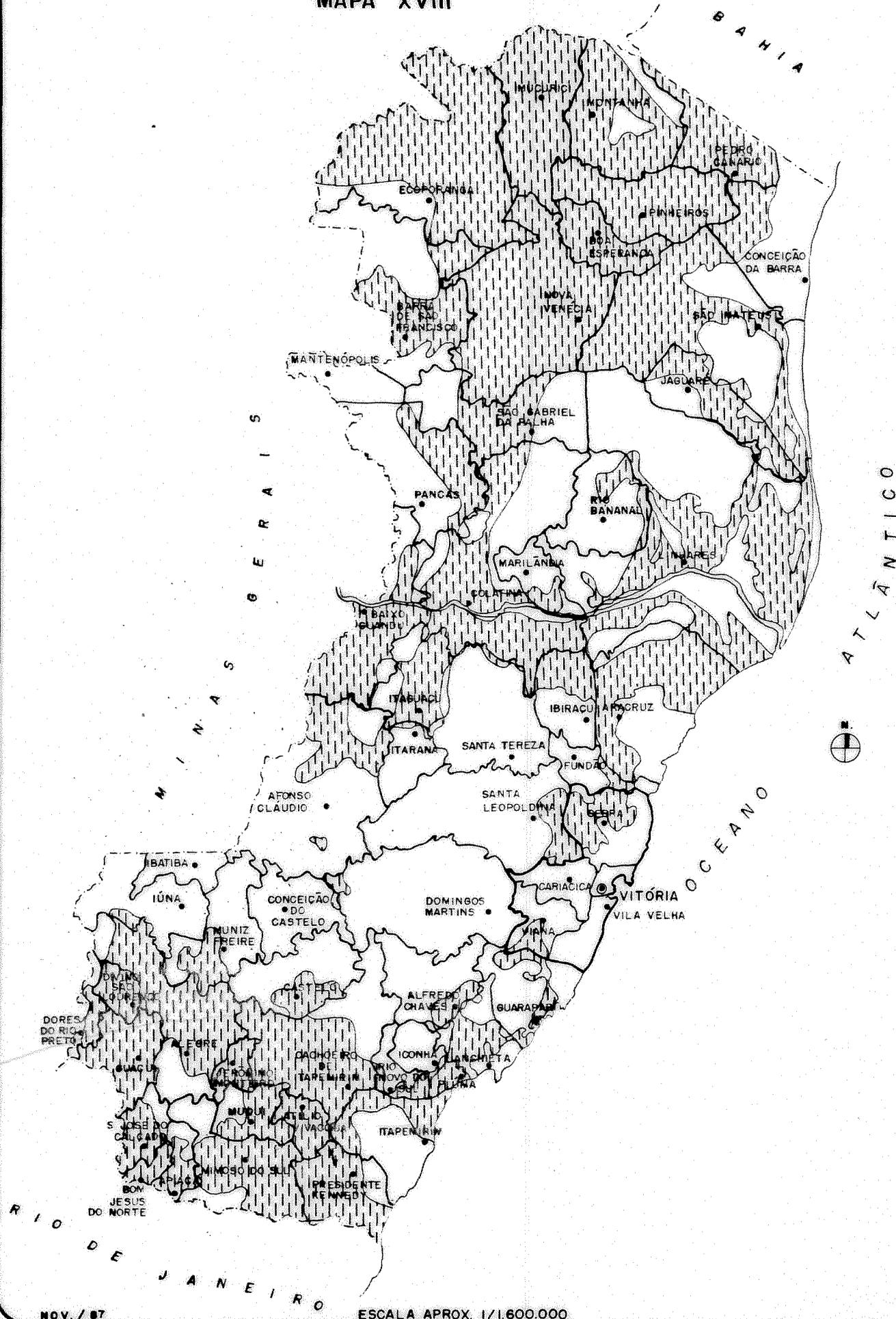
ÁREAS DE PRODUÇÃO - AGRICULTURA

PDTU - G.V.

MAPA XVII



MAPA XVIII



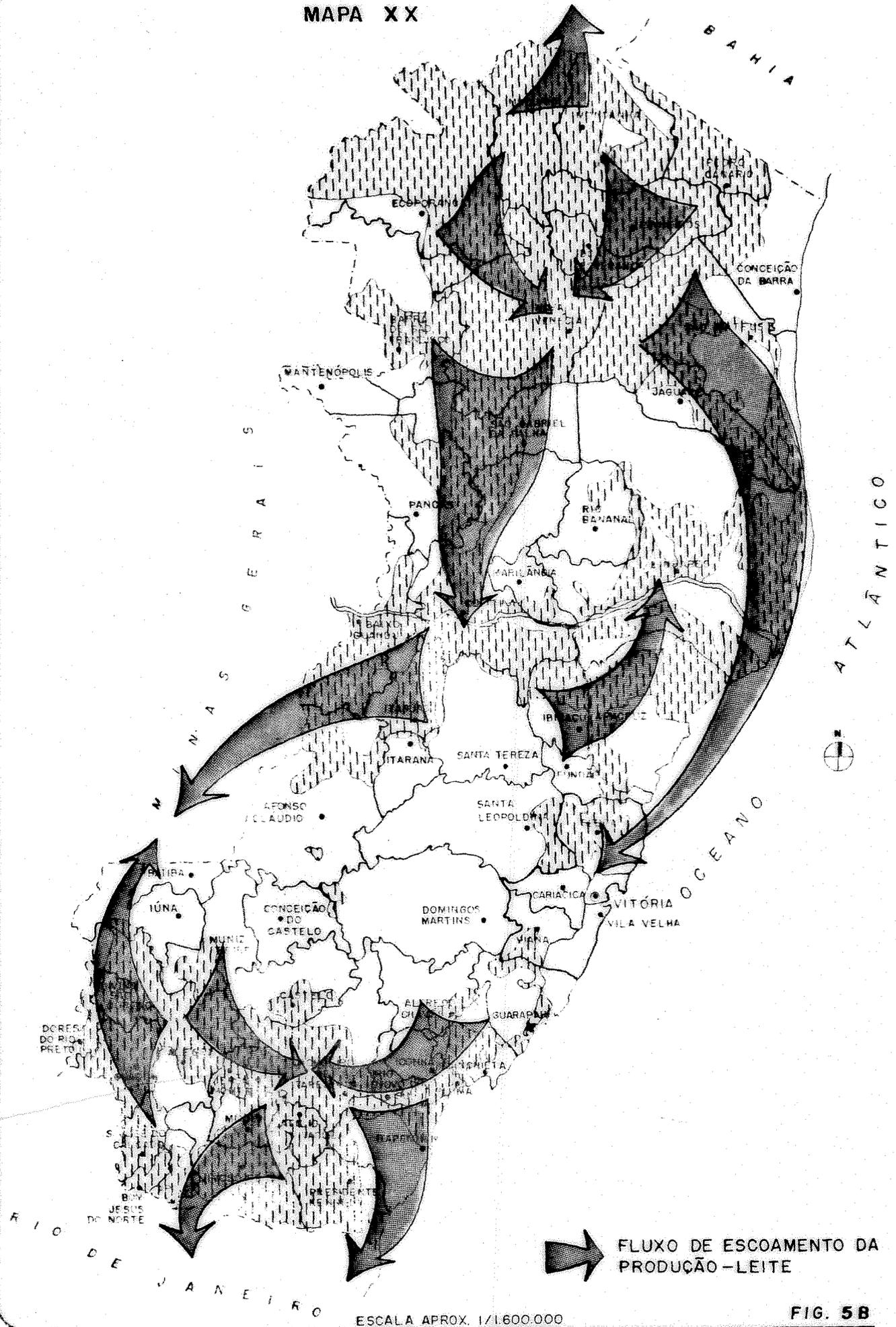
NOV. / 87

ESCALA APROX. 1/1.600.000

ÁREAS DE PRODUÇÃO - PECUÁRIA

PDTU - G.V.

MAPA XX



ÁREAS DE PRODUÇÃO - PECUÁRIA

PDTU - G.V.

6.3. SETOR SECUNDÁRIO

Com a eliminação massiva dos cafezais e a conseqüente desestruturação da economia capixaba, criou-se um elenco de condições propícias à industrialização no Estado.

O primeiro passo importante nesse sentido foi a expedição do Decreto-Lei 880, em setembro de 69, dando ao Estado um sistema de incentivos fiscais que, juntamente com a criação de uma estrutura institucional e financeira (GERES/BANDES), permitiu ao Estado integrar-se definitivamente à economia nacional. Essa corria no sentido direto da expansão capitalista que, naquele momento, buscava novos mercados em áreas periféricas. A expansão tinha, como um de seus objetivos, desenvolver pólos de segmentos industriais correlatos com as potencialidades locais.

Um dos problemas evidentes para a incorporação capitalista, principalmente do grande capital, que foi o que prevaleceu na industrialização capixaba, foi a inexistência, no Estado, de uma infra-estrutura econômica que viabilizasse aquele processo. Esse obstáculo foi superado por investimentos realizados pelo Governo Federal agregado a investimentos estaduais.

Na segunda metade dos anos 70, sob as diretrizes do II PND, ocorre a implantação do que se convencionou denominar Grandes Projetos que se destinavam à produção de insumos básicos. Essa produção não foi acidental, fazia parte da própria estratégia da expansão do grande capital e objetivava a integração do Espírito Santo ao parque industrial brasileiro, mediante a produção especializada, espacialmente localizada.

A estrutura e a natureza da economia capixaba, existente até então, fora incapaz de gerar excedentes que viessem propiciar a própria industrialização. Assim, essa se deu via capitais externos, dentro dos setores não tradicionais, resultando numa diversificação do parque produtivo do Estado.

A incorporação de modernas tecnologias, através dessa indústria emergente, induziu a uma conseqüente irradiação de sua modernização aos diversos

outros segmentos econômicos. Como consequência das mudanças verificadas nestas duas últimas décadas a economia do Espírito Santo é considerada, hoje, moderna, predominantemente urbano-industrial, onde os Setores Secundário e Terciário assumem papel preponderante na composição da Renda e do Emprego.

Em 1970 o Espírito Santo participa com 2,9% do número de estabelecimentos do Brasil. Em 1980 essa cota é de 1,71%, tendo portanto caído apesar de em números absolutos apontar para um crescimento mínimo. Ocorreu um incremento do número de indústrias no país bem maior do que o havido no Espírito Santo. Considere-se que, em 1973, o País experimentava a euforia do milagre brasileiro. No período intermediário houve um decréscimo do número de empresas, voltando a se recuperar no final da década. Assim, observa-se que entre 70/80 a evolução média do país foi de 30% enquanto que o Espírito Santo teve um incremento de apenas 6%.

Entretanto, o desempenho do setor pode ser melhor compreendido através de dados de Valor da Produção. Enquanto no período o Brasil tem um crescimento de 178% no Valor de Produção, no Espírito Santo tem 410%.

Portanto, apesar do crescimento pouco significativo do número de suas indústrias em relação ao resto do país, o Espírito Santo demonstra uma importante evolução no peso da sua participação industrial no Brasil.

Observando-se as Despesas com Operações Industriais (DOI) e os Valores da Transformação Industrial (VTI) verifica-se uma participação relativa que evolui a taxas superiores às registradas no país. Enquanto que as D.O.I. evoluem em 369% para o Estado, para o Brasil a evolução é de 207%. Esses resultados remetem a um aumento da participação do Estado neste ítem, passando de 70 para 80 de 0,68% para 0,97%. Significa dizer que o setor industrial sofreu um processo de modernização tecnológica, à medida em que incorpora ao processo produtivo maiores valores, o que termina por imprimir uma intensificação produtiva.

Também registra-se uma transformação na natureza da indústria capixaba. Até a década de 60 a composição mais importante de gêneros de indústrias, considerando-se o Valor de Produção gerado, apontam para as indústrias tradicionais: Madeira, Têxtil, Vestuário, Alimentícia e Mobiliário. Como exceção, aparece Transformação de Produtos Mineirais não Metálicos.

Já em 1970, além dos apontados acima, podemos acrescentar Extração de Minerais e Metalúrgica. Essa inclusão não significa entretanto um incremento significativo no Valor de Produção dos mesmos, mas sim, um decréscimo daquele valor para os outros gêneros de indústrias já citadas, o que equiparou o Valor de Produção de umas e outras.

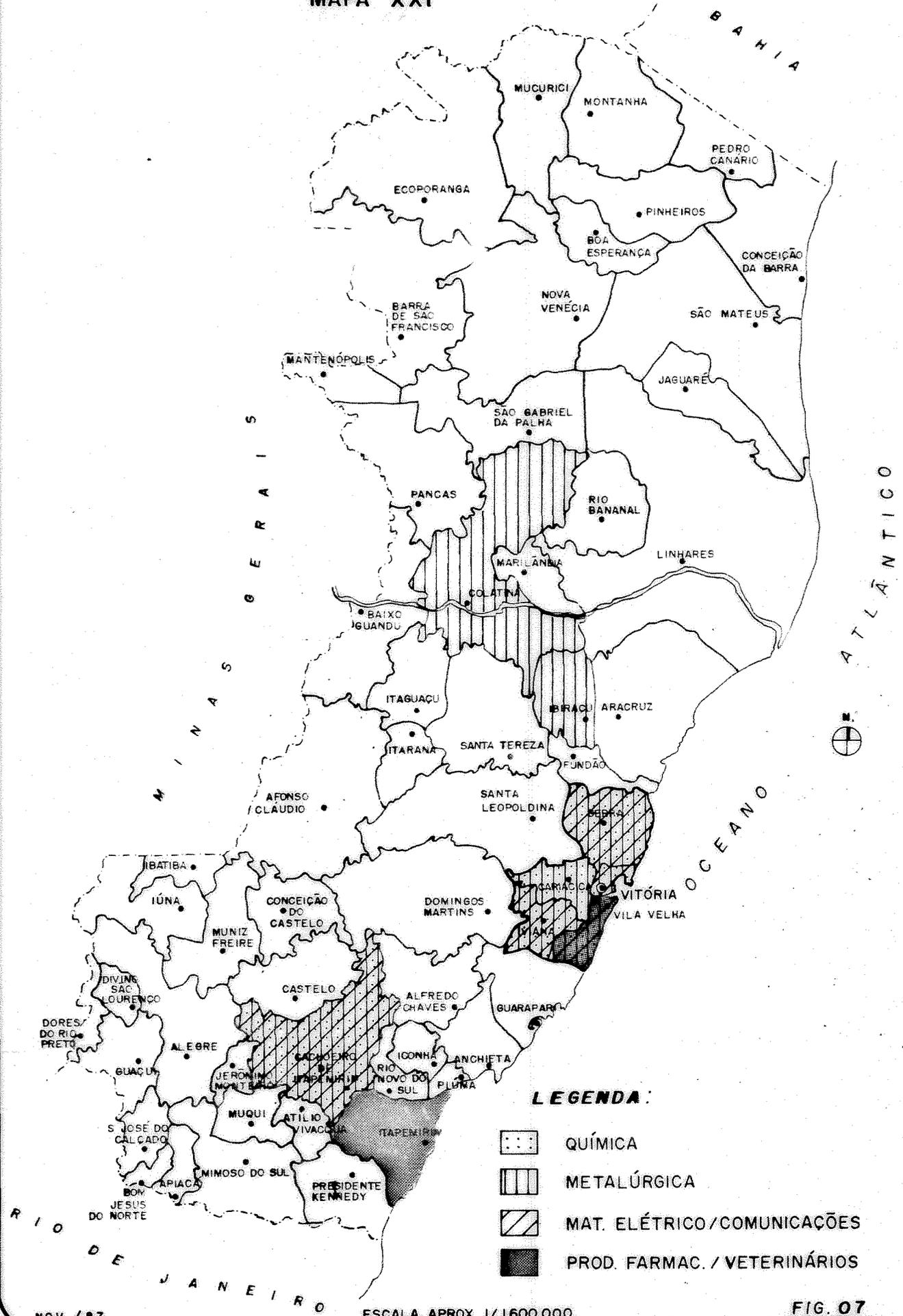
Em 1975 percebe-se um fortalecimento dos gêneros Extração de Minerais, Transformação de Minerais não Metálicos, Metalurgia e Produtos Alimentares. Fortalece-se, também, o gênero Material de Transporte, enquanto que Têxtil, Vestuário e Mobiliário apresentam tendências de crescimento de crescente.

Os dados mais interessantes aparecem no censo de 80, indicando as fortes tendências industriais do Estado em cima da Extração de Minerais, Produtos Alimentares, Papel, Papelão e Celulose (até então inexpressiva), Metalúrgica, Transformação de produtos Minerais não Metálicos, Madeira (que retoma sua participação de forma muito expressiva), e o salto também verificado no gênero da Química, todos colocados em ordem decrescente de importância.

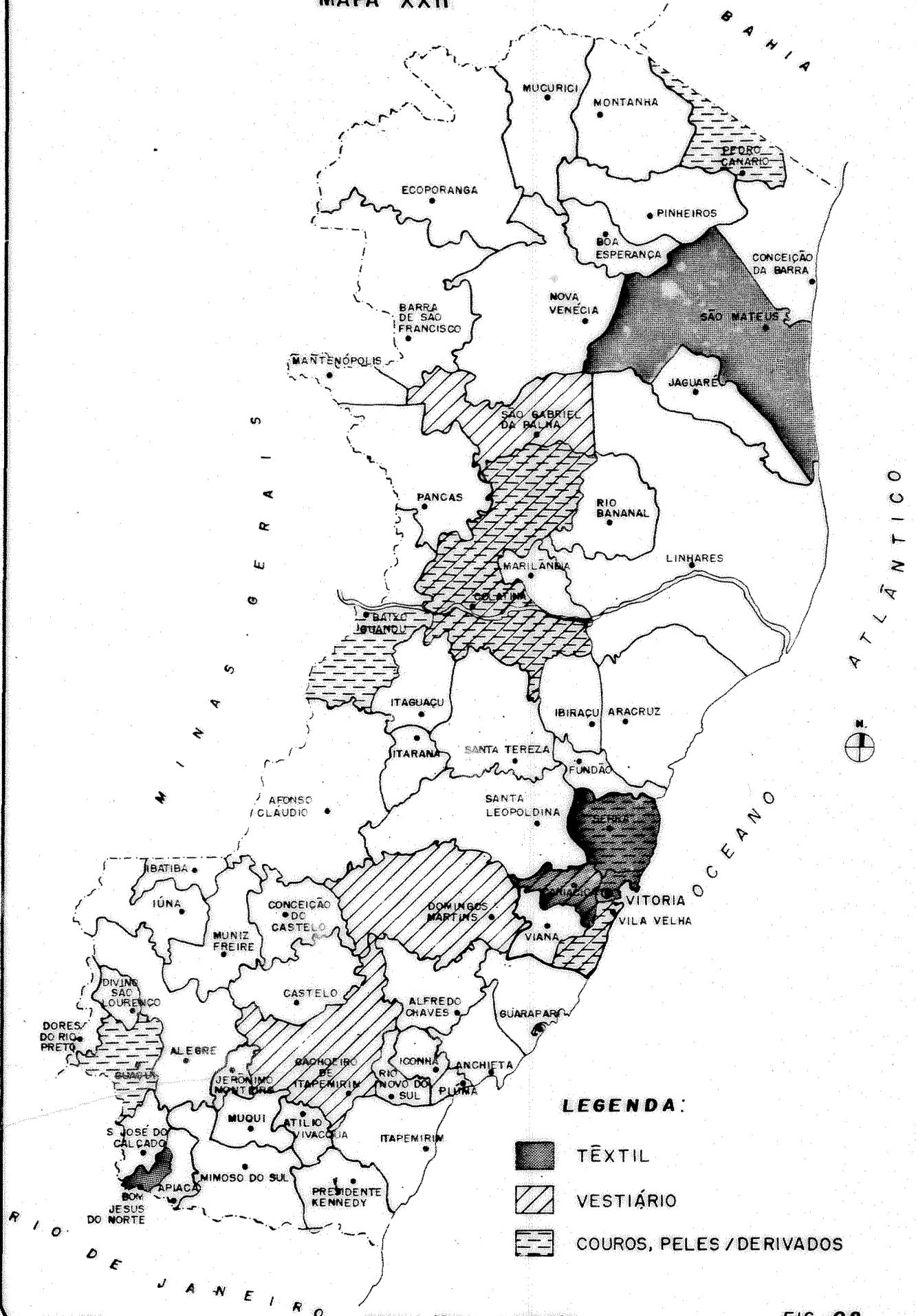
Os gêneros citados os que mais se destacam entre 70 e 80, pela evolução positiva que registram, são: Papel, Papelão e Celulose com 14.753%, Extração Mineral com 1.825%, Minerais não Metálicos com índices de 498% e Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecido com 493%.

A expressividade assumida por estes gêneros industriais são consequência dos investimentos realizados durante a década de 70 com a implantação da Aracruz Celulose, das Usinas de Pelotização de Minério de Ferro, crescente atividade de Extração de Minerais não Metálicos (mármore, granito, calcário) e no surto de microempresas registrado no setor de Vestuário, Cal

MAPA XXI



MAPA XXII



NOV./87

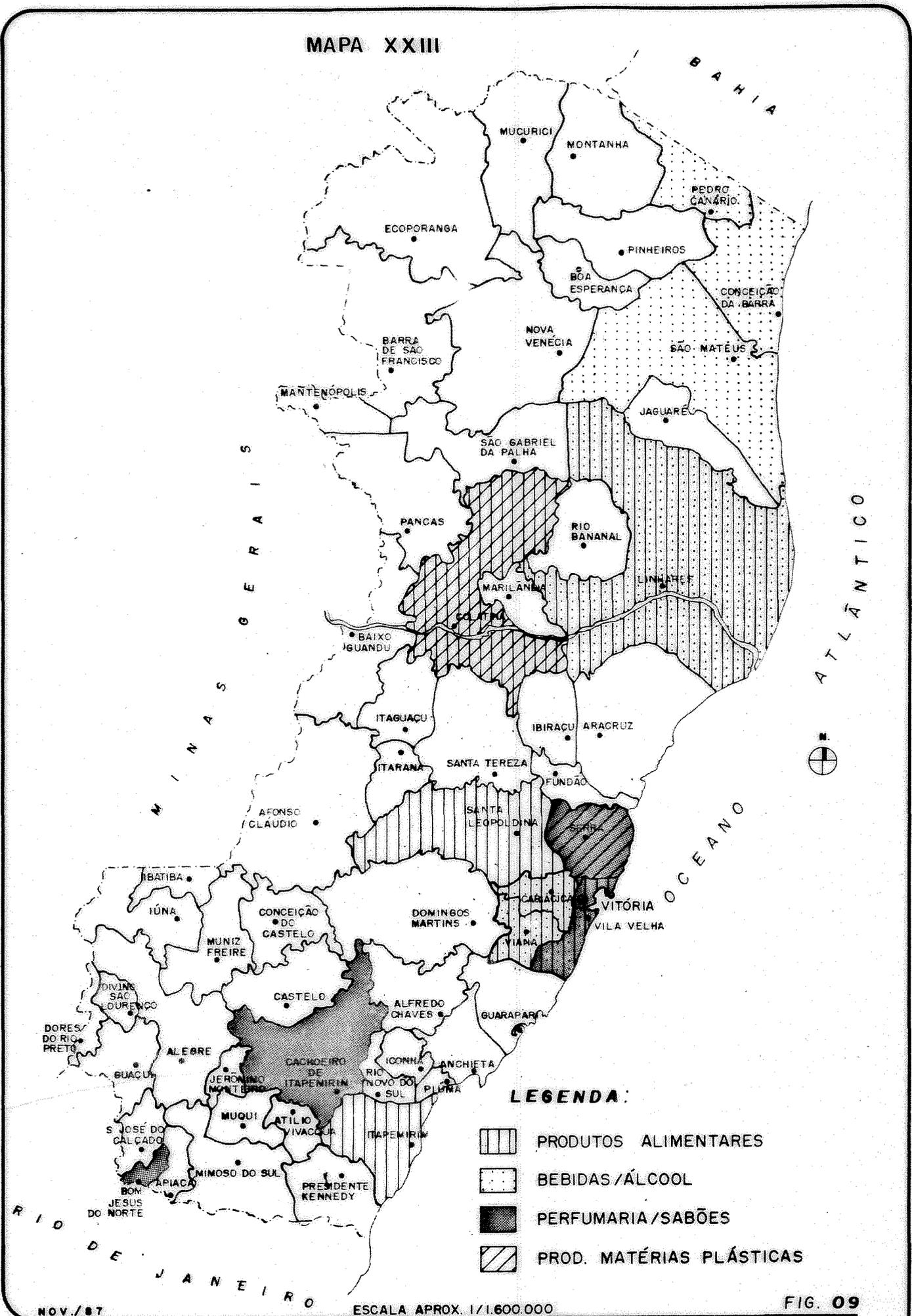
ESCALA APROX. 1/1.600.000

FIG. 08

ÁREAS DE PRODUÇÃO - INDÚSTRIA

PDTU - G.V.

MAPA XXIII



- LEGENDA:**
-  PRODUTOS ALIMENTARES
 -  BEBIDAS /ÁLCOOL
 -  PERFUMARIA/SABÕES
 -  PROD. MATÉRIAS PLÁSTICAS

NOV./87

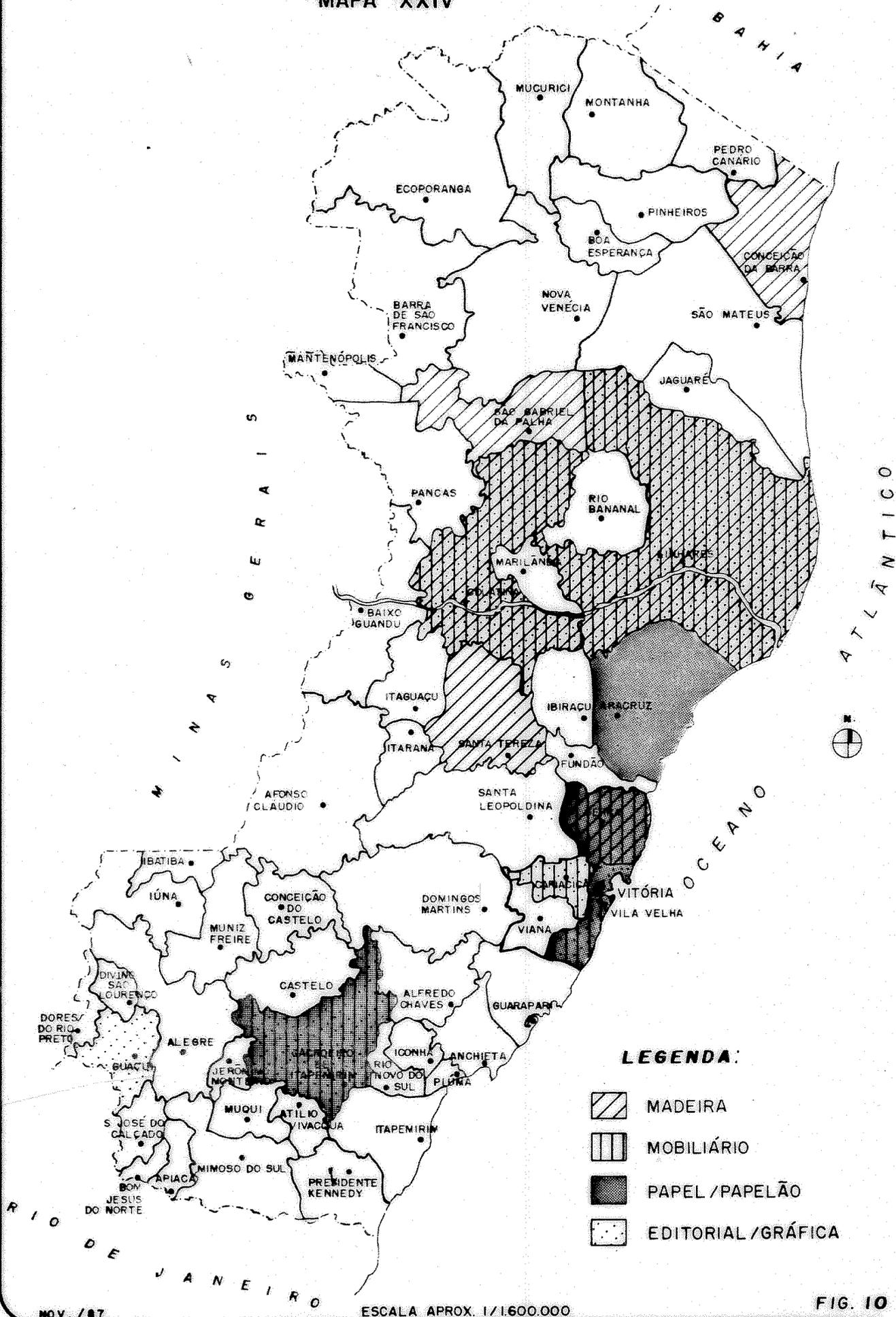
ESCALA APROX. 1/1.600.000

FIG. 09

ÁREAS DE PRODUÇÃO – INDÚSTRIA

PDTU - G.V.

MAPA XXIV



NOV. / 87

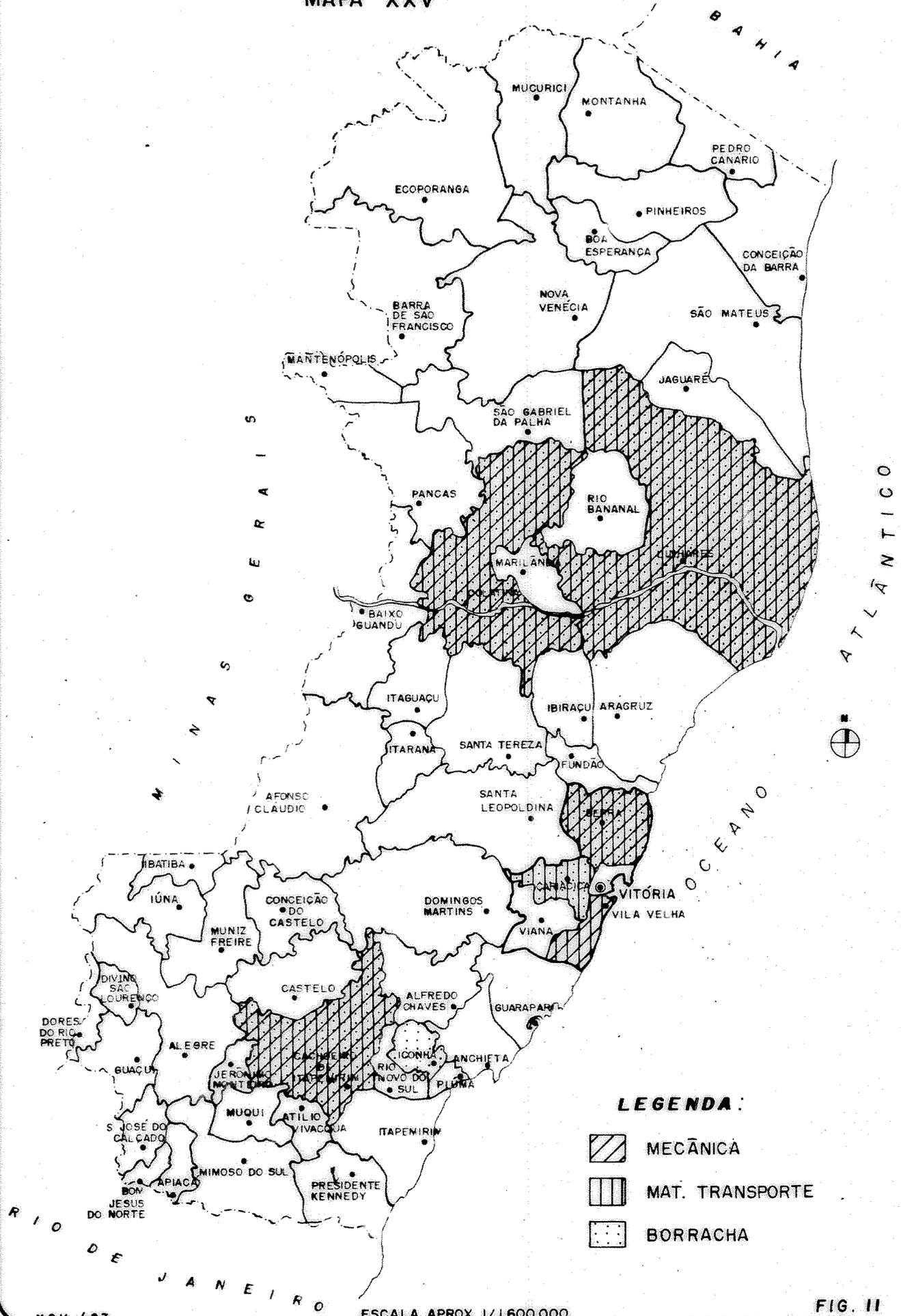
ESCALA APROX. 1/1.600.000

FIG. 10

ÁREAS DE PRODUÇÃO — INDÚSTRIA

PDTU - G.V.

MAPA XXV



NOV. / 87

ESCALA APROX. 1/1.600.000

FIG. II

ÁREAS DE PRODUÇÃO - INDÚSTRIA PDTU-G.V.

çados e Artigos de Tecidos em todo o Estado.

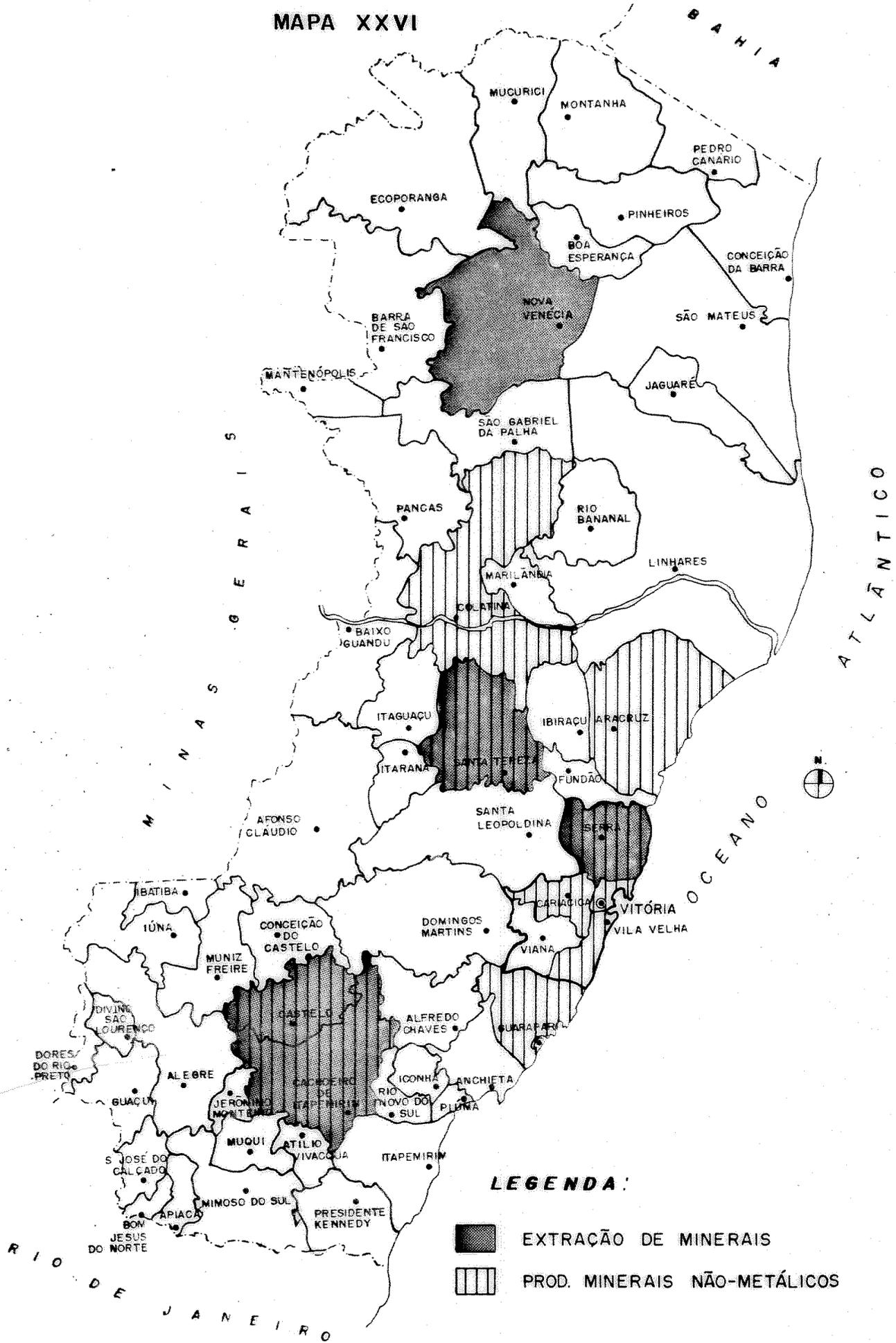
As mudanças gerais registradas na economia capixaba com a erradicação dos cafezais, com a conseqüente liberação de consideráveis contingentes no setor rural e a crescente industrialização, que ajudou a aglutinar, nas áreas urbanas, principalmente na região da Grande Vitória, aquela massa populacional, propiciaram um crescimento em alguns segmentos industriais a se considerar. Em primeiro lugar salientamos as Obras do Setor Público em investimentos de infra-estrutura urbana e social para atender à demanda crescente das mesmas. Em segundo, a indústria de Construção Civil, pela expansão do setor habitacional e pela exigência da construção do próprio parque industrial, principalmente pela Companhia Siderúrgica de Tubarão. A renda gerada pelo setor no período de 70 a 79 foi em termos relativos de 252,76%. Em 1980 o Estado contava com 218 empresas (da indústria da Construção Civil), e o número de pessoas ocupadas era de 12.437. O ramo mais destacado foi o de Construções Novas e Acréscimos de Prédios e Edifícios.

No que se refere aos Serviços Industriais de Utilidade Pública destacam-se o Saneamento Básico e a Energia.

Os dados que dispomos de 1986 indicam que os sistemas de abastecimento de água atendem a 71% da população do Estado e que ao nível urbano esse atendimento chega a 85%. Em contrapartida a rede de esgoto tem uma cobertura populacional de 14%, o que indica um déficit espantoso. Já, em termos de atendimento de água tratada, a deficiência maior verificada se dá na área rural.

Em razão do crescimento econômico e das transformações estruturais da economia capixaba, houve um substancial crescimento do consumo de energia nos últimos anos. A expansão do consumo de energia elétrica, em função da crise energética mundial, se refletiu, no Espírito Santo, através de investimento em hidrelétricas, da conversão do sistema de frequência para 60Hz e da interligação do sistema elétrico do Estado ao do Centro-Sul.

MAPA XXVI



LEGENDA:

- EXTRAÇÃO DE MINERAIS
- PROD. MINERAIS NÃO-METÁLICOS

NOV. / 87

ESCALA APROX. 1/1.600.000

FIG. 12

ÁREAS DE PRODUÇÃO - INDÚSTRIA PDTU - G.V.

Ressalta-se ainda, a eletrificação rural como um indício da modernização agrícola.

6.4 SETOR TERCIÁRIO

Até a década de 60 a maior parte da população capixaba se concentrava na área rural, 68,36%. Em 1980 apenas 36% ainda permanecia no campo. Em termos absolutos houve um decréscimo considerável da população rural e um crescimento da população urbana que passou de 60 para 80 de 31,64% para 63,92%.

Conforme já foi citado anteriormente, o Espírito Santo experimentou, nesse período, um forte processo migratório resultado das mudanças econômicas por que passou. Entre as inúmeras conseqüências registradas citamos a crescente urbanização. A concentração urbana da população induziu aos aumentos das demandas por atividades de serviços que se refletem na expansão e modernização do setor.

O setor terciário absorve parcelas crescentes da força de trabalho tendo registrado em 1980, 43,4% da PEA total do Estado.

Em termos de participação relativa de renda interna é ainda o Setor Serviços que apresenta os maiores percentuais. Esse fato é uma constante ao longo dos anos o que demonstra a importância efetiva de sua participação na economia.

Os principais subsetores são a Intermediação Financeira, que apresentou os maiores índices de evolução, seguido pelo Comércio, cujo crescimento se baseia principalmente na instalação das grandes lojas de departamentos e a entrada de cadeias nacionais de supermercados, além dos Transportes. Estes três subsetores em 70 e 75 têm uma participação relativa no Setor Terciário de 60,1% e 60,6%, respectivamente.

O crescimento do Subsetor Comércio, entre 70 e 80 é da ordem 30,51%, no que se refere ao número de Estabelecimentos tendo se registrado percentual igual para o Comércio Varejista (30,60%), enquanto que o incremento verificado no Comércio Atacadista é de 27,94%.

A absorção de mão-de-obra por este subsetor apresenta uma evolução bem alta para o mesmo período, 102,57%.

Em termos comparativos, dado o crescimento do Número de Estabelecimentos e do Pessoal, a evolução dos Salários, 82,66%, demonstra uma redução dos salários reais.

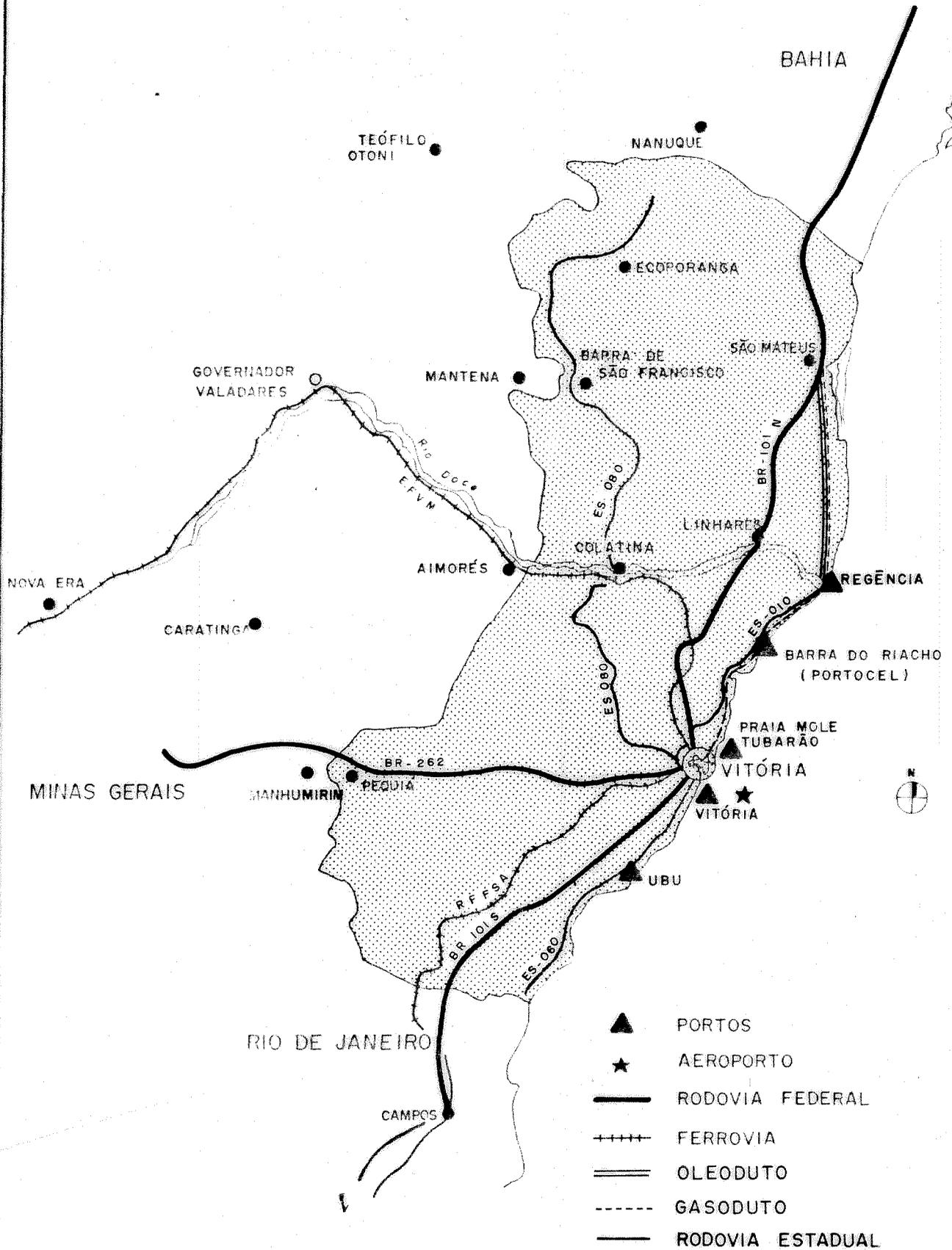
A receita obtida pelo subsetor evolui em 116,23% o que significa que o seu grande peso está justamente na geração de receita.

Embora o Comércio Atacadista apresente um reduzido número de estabelecimentos comparado ao Comércio Varejista, em função das características daquelas unidades, geralmente grandes empreendimentos, e absorva pouca mão-de-obra, a média dos salários pagos é bem mais elevada do que a do Comércio Varejista.

O comércio de Cabotagem e o comércio Exterior refletem um excelente desempenho demonstrando, principalmente, a efetiva integração da economia capixaba à economia nacional, pois muito das mercadorias exportadas passam pelo Espírito Santo em trânsito e, é necessário considerar-se, também, o intercâmbio do Estado com o resto do país. A importação evolui em 171%, entre 70 e 80 e o Frete Bruto cresce em 46%. As exportações realizadas para outros Estados, considerando-se a Tonelagem, apontam para um excelente desempenho pois a evolução é da ordem de 57,848%, enquanto o Frete Bruto evolui em 15.852%.

Grande parte do desempenho do comércio exterior é reflexo da exportação de minério de ferro e da impotência de mercadorias de empresas de outros Estados pelo Porto de Vitória.

MAPA XXVII



NOV. /87

FIG. 14

LIGAÇÕES VIÁRIAS MAIS IMPORTANTES

LOCALIZAÇÃO GERAL PDTU - G.V.

O subsetor Intermediários Financeiros compareceu com uma evolução excelente, resultado do crescimento econômico verificado no Estado e pela complexidade assumida por essa economia de cunho urbano e moderna.

As aplicações mais importantes efetivadas pelo subsetor foram dirigidas no Espírito Santo para a Indústria e a Agropecuária.

Os investimentos feitos no Estado, em grande parte induzidos pelo II PND, deram-se principalmente através do BNDES, à partir da década de 70. A evolução registrada foi da ordem de 58%, entre 70 e 75 e, 644%, entre 75 e 80.

O Crédito Cooperativo, que apresenta uma evolução de 3,432% para o período 70/80, indica o crescimento e a modernização da Agropecuária no Estado, apesar da reduzida dimensão atingida por aquela atividade dentro da economia capixaba.

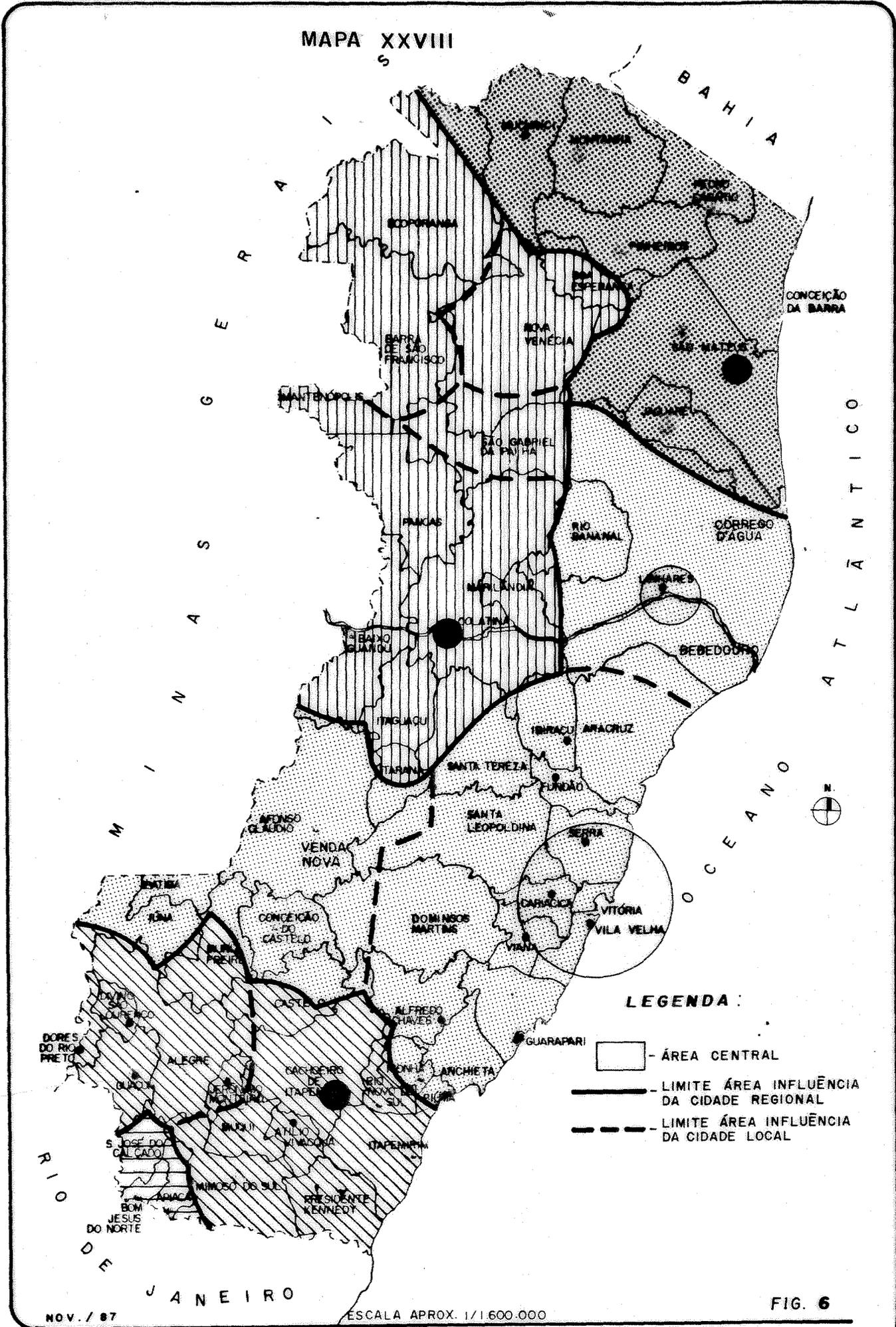
O Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo investiu principalmente no Setor Secundário entre 70 e 75 e, de 75 para 80 o montante maior dos investimentos foram orientados para o Setor Terciário - uma grande parte voltada para a infra-estrutura. Provavelmente esta mudança na alocação dos recursos foi consequência de crescentes demandas provocadas pelas transformações econômicas, que passaram a exercer pressões junto ao setor público.

Sobre o Subsetor Transporte, aqui avaliados o Rodoviário, Ferroviário, Hidroviário e Dutoviário, salientamos que não constituem, a nível nacional, um sistema interligado. Considerado em suas subdivisões apresentam desempenhos diferenciados.

A análise dos principais deles nos aponta resultados razoáveis. Entretanto uma série de estudos destinados a sua melhoria vêm sendo elaborados.

A malha viária, atualmente consolidada, atende de forma insatisfatória ao

MAPA XXVIII



NOV. / 87

ESCALA APROX. 1/1.600.000

FIG. 6

funcionamento do sistema por razão de estrangulamentos, principalmente na região da Grande Vitória, em razão do volume de tráfego aí concentrado e da limitação aos acessos existentes.

A malha ferroviária se compõe pela estrada Vitória-Minas, pertencente a Cia. Vale do Rio Doce S/A e pela Estrada Vitória-Rio de Janeiro, da Rede Ferroviária. Federais/A são utilizados para o escoamento de matérias-primas mineiras que abastecem a CST e CVRD e no escoamento de grãos do Cerrado. A Grande limitação das mesmas situa-se na dependência de atendimento de transportes por parte da RFFSA.

A malha rodoviária é constituída por quatro Rodovias Federais: BR-262 Leste-Oeste, BR-101 Norte-Sul (as principais), além das BR-259 e BR-482. A elas estão ligadas as rodovias Estaduais e Municipais. Em termos gerais o Estado está razoavelmente atendido neste aspecto, apesar da necessidade de manutenção permanente, além da recuperação de diversos trechos. Nos últimos anos deu-se atenção às estradas vicinais, destinadas principalmente ao escoamento da produção agropecuária.

O melhor desempenho fica com os transportes marítimos. *"Os portos e terminais marítimos do Espírito Santo ligam-se aos maiores centros produtores do país, através de uma expressiva e eficiente malha de sistema de transporte rodo-ferroviário, todos dotados de variado e eficaz conjunto de equipamentos operacionais e instalações que lhe permite excelentes resultados na movimentação de cargas"*¹.

A rede de dutos do Espírito Santo é especialidade no deslocamento de petróleo e derivados, gases e minérios. O mineroduto apesar de atender perfeitamente às atuais demandas já prevê uma futura ampliação. Essa forma de transporte tem um desempenho muito bom.

¹FERRAZ SIEHLING, Sandra Maria e outros. Diagnóstico Prognóstico do Setor Transporte e Estratégias dos Corredores - Governo do Estado do Espírito Santo - 1987.

MAPA XXIX

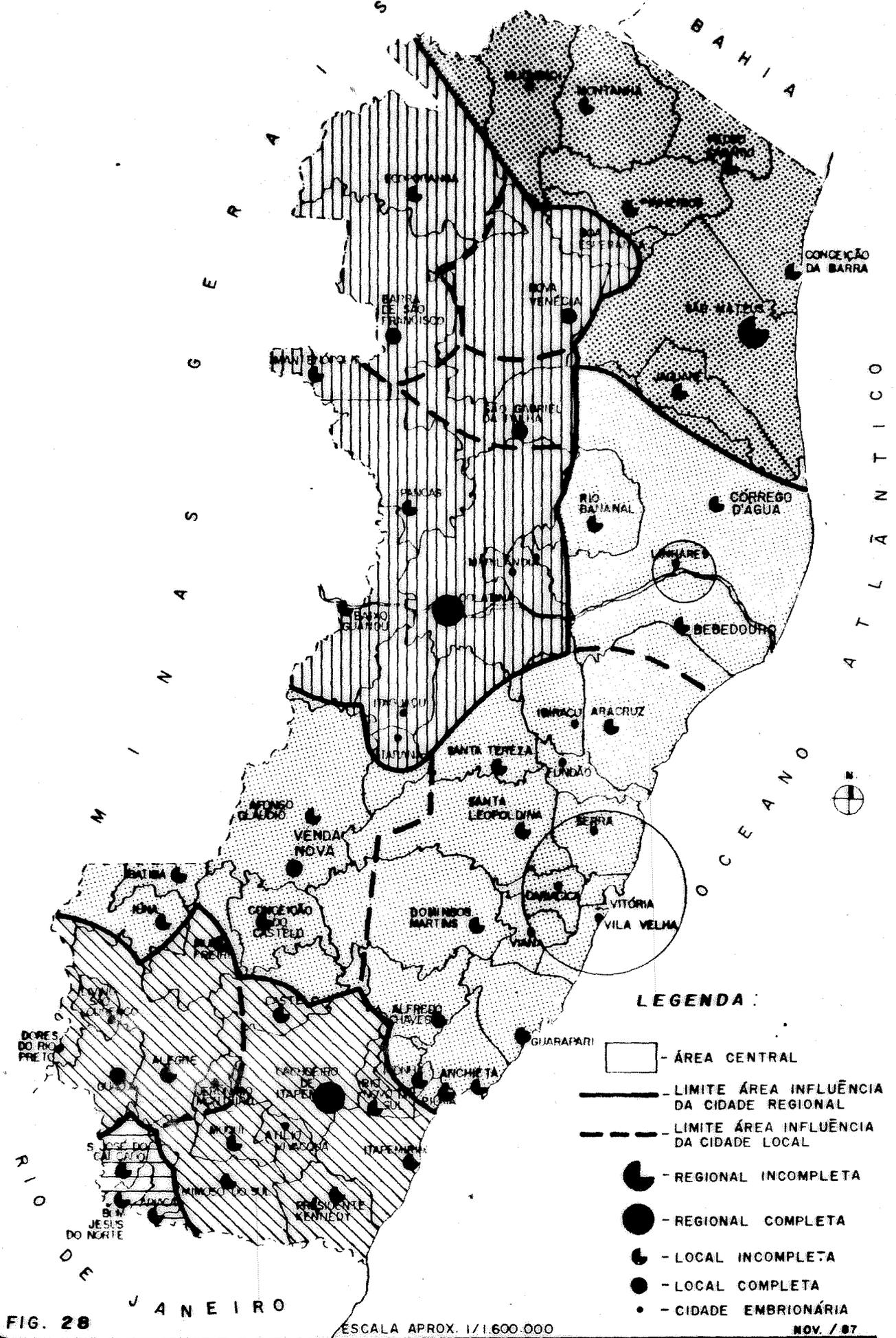


FIG. 28

ESCALA APROX. 1/1.600.000

NOV. / 87

REDE URBANA -2010- Espírito Santo P DTU - G.V.

Podemos salientar, ainda, o turismo que vem apresentando um dinamismo relevante, graças aos esforços institucionais e do setor privado, que têm investido em infra-estrutura básica própria ao seu fomento. Com isso consolida sua importância como fator de desenvolvimento econômico, social e cultural, utilizando as potencialidades locais de todas as regiões do Estado.

6.5. PERSPECTIVAS

Durante estas duas últimas décadas presenciou-se um crescimento da economia capixaba a taxas superiores às registradas pelo país. Em razão de hipóteses que apontam para uma continuada expansão da economia nacional, numa previsão que vai até 1990, pode-se considerar que o mesmo ocorrerá no Espírito Santo.

Justifica-se esse possível crescimento não apenas como reflexo do que de verá ocorrer no resto do Brasil mas, também, com base em outros dados relevantes do contexto da economia do Estado. Essas perspectivas se baseiam sobretudo nos grandes setores produtivos que apresentam, em relação aos indicadores de crescimento nacional, grande elasticidade principalmente o setor industrial.

Existem duas condições básicas para que se realizem tais previsões. A primeira refere-se ao fato de que o desenvolvimento alcançado pelo Espírito Santo, até o momento, está muito aquém do registrado nos estados vizinhos, São Paulo e Rio de Janeiro e, que compõem a mesma região. A segunda condição é que o Espírito Santo apresenta condições locais, ambientais e de recursos naturais extremamente favoráveis, propícias a investimentos, tanto públicos quanto privados.

As previsões de crescimento do PIB brasileiro até o ano de 1990 é de 7% ao ano; da Indústria, de 9%, da Agropecuária, de 5% e do Setor Serviços de 8%.

Já para o Espírito Santo as estimativas são mais otimistas, principalmente para os setores Primário (6,7% a.a) e Secundário (entre 13 e 18% a.a). As perspectivas nos indicam que a economia capixaba deve crescer a uma taxa de 10%, apresentando no final dos cinco anos considerados, um incremento no produto da ordem de 60%.

Em termos estruturais, o que deverá ocorrer é um incremento da indústria cujo peso passará de 38% para 48%, em contraposição ao Setor Terciário que apresentará decréscimos que levarão sua participação de 52% para 44% enquanto a Agricultura se manterá nos mesmos níveis.

Considerando-se os setores em separado, por ordem de importância que vêm assumindo, encontramos um quadro extremamente favorável à Indústria, cuja participação relevante na economia capixaba é incontestável. O peso maior fica a cargo de alguns gêneros da Indústria de Transformação. Estes gêneros apresentam um pequeno número de empresas e condicionam a concentração estrutural dentro do Setor, mas as dimensões das mesmas são determinantes daquele peso. Os gêneros em questão são Papel, Papelão e Celulose, Extração de minerais, Alimentício, Metalúrgico e Transformação de Minerais não Metálicos.

É importante salientar a expansão da Aracruz Celulose e a duplicação da CST, em processo. Estes fatos, por si só, responderão por um incremento elevado da economia, cujos resultados já são esperados. Uma série de estudos vêm sendo realizados em conjunto, pelo setor público e pelas Empresas envolvidas neste surto expansionista, com o objetivo de aparelhar o Estado para enfrentar problemas possíveis de estrangulamento, em várias áreas afetadas por demandas, que fatalmente surgirão.

Já as indústrias tradicionais tendem a perder importância, relativamente à sua contribuição no Valor total da Produção mas, dado o grande número de estabelecimentos, contribuem consideravelmente para a manutenção do Nível de Emprego. Na verdade a perda de importância em função do Valor de Produção das mesmas não se dá em razão do decréscimo real (do mesmo) mas, apenas em termos relativos. Isso significa que a participação das indústrias de grande porte é muitas vezes superior às destes gêneros mais tradicionais.

A agricultura deverá seguir os mesmos caminhos traçados até o presente momento, onde o café aparece como o carro-chefe, apresentando desempenhos cíclicos, em função de elevação e queda dos preços do produto a nível in

ternacional.

O setor terciário, por sua vez, tende a se homogeneizar, como fruto do comportamento geral da economia, e seu crescimento dar-se-á como decorrência do crescimento dos outros setores, da crescente urbanização e modernização de nossa sociedade.

6.6. ANÁLISE SÓCIO-ECONÔMICA

Entre 1960 e 1985 houve uma inversão dos dados de população, por situação de domicílio, no Espírito Santo. Enquanto em 60, 68,36% da população era rural, em 1985, 72,86%, passa a ser urbana.

A Região da Grande Vitória, em 85, detinha 39,55% da população do Estado.

Esses dados corroboram com as análises econômicas já efetuadas. É interessante atentar para algumas conclusões pertinentes. Se é verdade que houve uma transformação econômica que, não apenas permitiu, mas determinou uma urbanização crescente, também é verdadeiro que a urbanização não significou uma melhoria nos níveis de vida da maior parte da população. Pelo contrário. Antes, a população se concentrava nas zonas rurais e grande parte dela era detentora de pequenas e médias propriedades, o que significa que, além de uma ou outra atividade econômica, produzia também para auto-consumo. Mesmo os parceiros e empregados, naqueles moldes de produção, tinham assegurados alguns bens que determinavam uma qualidade de vida melhor. Assim, a habitação ou era própria ou era cedida. A qualidade da água era melhor, se considerarmos que os mananciais não estavam comprometidos, como atualmente, por dejetos industriais (já que as indústrias eram poucas e de natureza não poluentes), por dejetos humanos (pela dissiminação humana no espaço, hoje concentrada em Vilas, povoados e cidades e pelo próprio incremento da população) e por adubos, fertilizantes, agrotóxicos, etc. (hoje utilizados em larga escala). Além disso os

nossos recursos hídricos eram, incontestavelmente, mais volumosos, o que permitia uma diluição dos dejetos em maiores volumes d'água. E a alimentação provinha, quase toda, dos próprios estabelecimentos agrícolas.

A modernização capitalista não se efetuou apenas nas áreas urbanas, tendo se processado também na agricultura, alterando substancialmente a forma de organização da produção e as relações sociais.

A expolição dos pequenos produtores rurais, registrada no Espírito Santo, teve como resultado imediato o inchamento das cidades através de migrações, formando o que se convencionou denominar cinturões de pobreza e, no campo, o aparecimento dos trabalhadores assalariados e bóias-frias (basicamente com atividades temporárias e esporádicas).

O desequilíbrio entre o adensamento populacional verificada nas cidades e o esvaziamento das zonas rurais gerou uma série de problemas.

Para citarmos alguns, sabemos que significativa parcela da população que antes produzia para a comercialização e/ou subsistência, passou a depender da produção de alimentos dos que ainda se encontram nas zonas rurais. Porém, as transformações econômicas conduziram à concentração fundiária e à especialização da produção, normalmente voltadas à exportação e às agroindústrias.

Ou seja, o incremento da produtividade e de produção, corresponde ao crescimento da demanda. Esse crescimento articula-se com a oferta através de um processo mercantil. Mesmo no campo o homem, hoje, compra produtos primários, antes produzidos por ele próprio.

Assim, a realidade do agricultor mudou muito, pois, por haver sido expropriado de suas terras e vendido sua força de trabalho, como mera mercadoria, não lhe é permitido produzir para autoconsumo e, normalmente (principalmente entre os bóias-frias), nem mesmo é dada a habitação de que dispunha antes. Daí o surgimento de uma série de vilas e povoados, às margens de grandes empreendimentos agrícolas, sem qualquer infraestrutura.

Nas cidades, o imigrante não está em melhores condições, pois, terá que adaptar-se social e culturalmente ao novo meio, e a maioria absoluta passa por um processo de marginalização. Esse fato resulta, principalmente, da impossibilidade de ser absorvido pelo mercado de trabalho que padece de uma incapacidade estrutural de gerar empregos e também por se tratar de mão-de-obra não especializada.

Os dados de desemprego são mascarados pelo chamado subemprego. Normalmente, com o tempo, os desempregados partem para estratégias de sobrevivência dentro do setor informal da economia.

Para se ter uma idéia, somente no setor secundário, entre 1960 e 80, a Conta Própria teve um incremento de 1.229%, significando uma expansão do setor informal.

Analisando a PEA do Espírito Santo, nesse mesmo período, observa-se que esta cresceu em 102%. Essa evolução pode ser assim decomposta: Empregados, 241%; Empregadores, 63% e Conta Própria, 87%. É importante fazer referência ao decréscimo havido na posição de ocupação Parceiros, em torno de 44%.

Já, uma análise setorializada nos dá conta de alterações, por um lado, esperadas. Por exemplo, o setor Indústria registra um incremento substantivo da sua PEA, da ordem de 684%. A evolução positiva, tanto para Empregados, 62%, como Empregadores, 288%, demonstra um equilíbrio interno e aponta para uma franca expansão deste setor, a modernização da economia e urbanização crescente. Como reflexo desses fatos o setor Serviços também se expande por pressões de demanda cada vez maiores, e absorve atualmente o maior percentual da PEA do Estado entre os três setores.

Por outro lado, o setor agrícola comparece com dados que elucidam a crise e as transformações vivenciadas internamente.

Decresce o número de Empregadores e Parceiros, do que se depreende que

muitos pequenos e médios proprietários perderam suas propriedades e, lógico, isto permitiu o desalojamento dos que trabalhavam em parceria e, aqueles proprietários que resistiram, foram forçados a levarem eles próprios e suas famílias o trabalho antes executado pelos parceiros. Essa conclusão é reforçada pelo incremento do Conta Própria no setor.

Cresce, significativamente, o número de Empregados na Agricultura e se aliarmos a esse fato o decréscimo do número de Empregadores, conclui-se que houve uma alteração substantiva na estrutura da posse de terras (menor número de proprietários para crescente incorporação de terras), e o que é importante frisar, modificam-se as relações de trabalho. Com a proliferação dos latifúndios evidencia-se no campo cada vez mais a mão-de-obra assalariada e o surgimento incontestado dos bóias-frias.

Se nas cidades há um incremento dos desempregados e subempregados é porque o trabalhador rural migrou em levadas maciças. E migrou por não encontrar meios de subsistência no campo.

A análise dos dados de Rendimento Médio Mensal da PEA Capixaba mostra que 73% da mesma recebe até três salários mínimos sendo, portanto, considerados Baixa Renda. Quanto aos dados de Rendimento Médio Familiar, indicam que 46% das famílias, no Estado, percebem até 02 (dois) salários mínimos. Não dispomos de dados a nível de Rendimento Familiar para a faixa de três salários mínimos, mas não é difícil de se concluir que, mais da metade das famílias, no Espírito Santo, está na condição de Baixa Renda.

Em 1980, 66% das famílias residiam nas zonas urbanas. Entretanto do total de famílias que percebem até 01 (um) salário mínimo, 58% estão nas zonas rurais. E, à medida em que o Rendimento Médio Familiar cresce, evolui no mesmo sentido o número de famílias incluídas naquelas faixas, cuja situação de domicílio é urbana. Assim, pode-se afirmar que a concentração de menores rendimentos se dá nas áreas rurais.

Não se pode deixar de fazer referência à jornada de trabalho, visto que 38% dos trabalhadores, no Estado, têm uma jornada superior ao padrão (48

horas semanais), dado bastante significativo.

Relativamente aos Desempregados não se pode obter dados, porquanto foram incluídos os Procurando Trabalho no total dos Não Remunerados, pelo IBGE. De qualquer maneira, o cálculo de percentuais de cada setor, em relação à PEA, não fecha 100%, o que nos dá a margem de 2%, podendo ser atribuída aos Desempregados. Esse dado, porém, cresce se considerarmos o subempregado e o emprego temporário com condições de desemprego disfarçado.

Além da questão Emprego e Renda, fundamental para a avaliação da qualidade de vida, existem outras como Educação, Saúde, Saneamento, Habitação e Transporte (para citar as mais importantes).

Considera-se que os três primeiros são serviços de utilidade pública e, portanto, atribuição do Estado. Quanto à Habitação é dever do Estado as segurar à população o acesso à casa própria.

É importante, então, que se analise, mesmo que muito superficialmente, o papel do Estado, enquanto prestador de serviços públicos.

As maiores fontes de recursos do Estado são as tributações. Estes recursos são aplicados, entre outras coisas, na prestação de uma série de serviços de utilidade pública. Dessa forma o Estado é um redistribuidor de renda indireta, já que oferece educação, saneamento básico, serviços de saúde, etc, teórica e prioritariamente, às camadas mais pobres da população que não dispõem de recursos para pagar pelos mesmos. Essas ofertas não são gratuitas porque os recursos públicos a elas destinadas provém das tributações, pagas pelo povo.

Entretanto, o que se observa é que a maioria dos serviços prestados recaem, em quase sua totalidade, nas zonas urbanas e, nestas, naquelas áreas consideradas nobres, incidindo inicialmente nos núcleos centrais das áreas urbanas e se expandindo, à medida em que o capital comercial e financeiro **empurram** a população aí instalada, para novas **zonas residenciais**.

As faixas mais pobres da população permanecem quase sempre desassistidas e, à medida em que são beneficiadas com calçamento de ruas, instalações de água e esgotamento sanitário, luz, etc, ocorre uma valorização da área. Essa valorização acaba atraindo segmentos sociais menos pobres e expulsando aqueles para uma nova fronteira de expansão. Esses ciclos são permanentes.

Os serviços destinados às áreas rurais vêm a reboque dos serviços de infraestrutura econômica e de infraestrutura social urbana.

Destes, o mais importante refere-se à educação. E não entramos aqui em nenhuma consideração qualitativa dos serviços prestados, seja ele qual for. Porém, mesmo a educação é ofertada dentro de um limite tão precário que é necessário algumas observações.

Primeiro porque o ensino dirigido às áreas rurais não têm nenhuma especificidade capaz de adequá-lo à realidade local, não se preocupa com o ano agrícola, que se choca com o ano-escolar e não atenta para as necessidades particulares das comunidades rurais em termos de levar um conhecimento que respeite e valorize o homem do campo, enquanto tal, etc. Segundo, porque, de forma geral, a escolarização nas áreas rurais vai apenas até a 4ª série do 1º Grau.

Entre os diversos problemas que tais fatos acarretam, podemos salientar que, ou a educação não interessa, pois não acrescenta vantagens atrativas capazes de reter a criança (a família, normalmente, prefere o filho no trabalho do que na escola), ou acaba por conduzir alguns para a cidade em busca de complementação dos estudos. Essa última hipótese é pouco significativa, quando se trata de nossa realidade, pois é pequeno o número de crianças das zonas rurais que entram para a 5ª série do 1º Grau. Enfim, sejam quais forem as razões, os benefícios dos serviços de educação para as populações rurais são praticamente insignificantes.

Demos o exemplo da Educação por ser, por assim dizer, o mais abrangente dentre todos os serviços prestados pelo governo às zonas rurais.

Por outro lado, não podemos dizer que nos últimos anos o Espírito Santo não tenha tido as suas zonas rurais contempladas com investimentos em infra-estrutura, mas, basicamente voltados para as necessidades de expansão do capital. Assim, investiu-se em eletrificação rural, estradas vicinais e telefonia rural. É claro que estes programas estendem seus benefícios às populações rurais como um todo, porém não foram elas as visadas primordialmente, nem são aqueles serviços os mais importantes para a população. Os interesses do Capital prevalecem sobre os reais interesses Sociais.

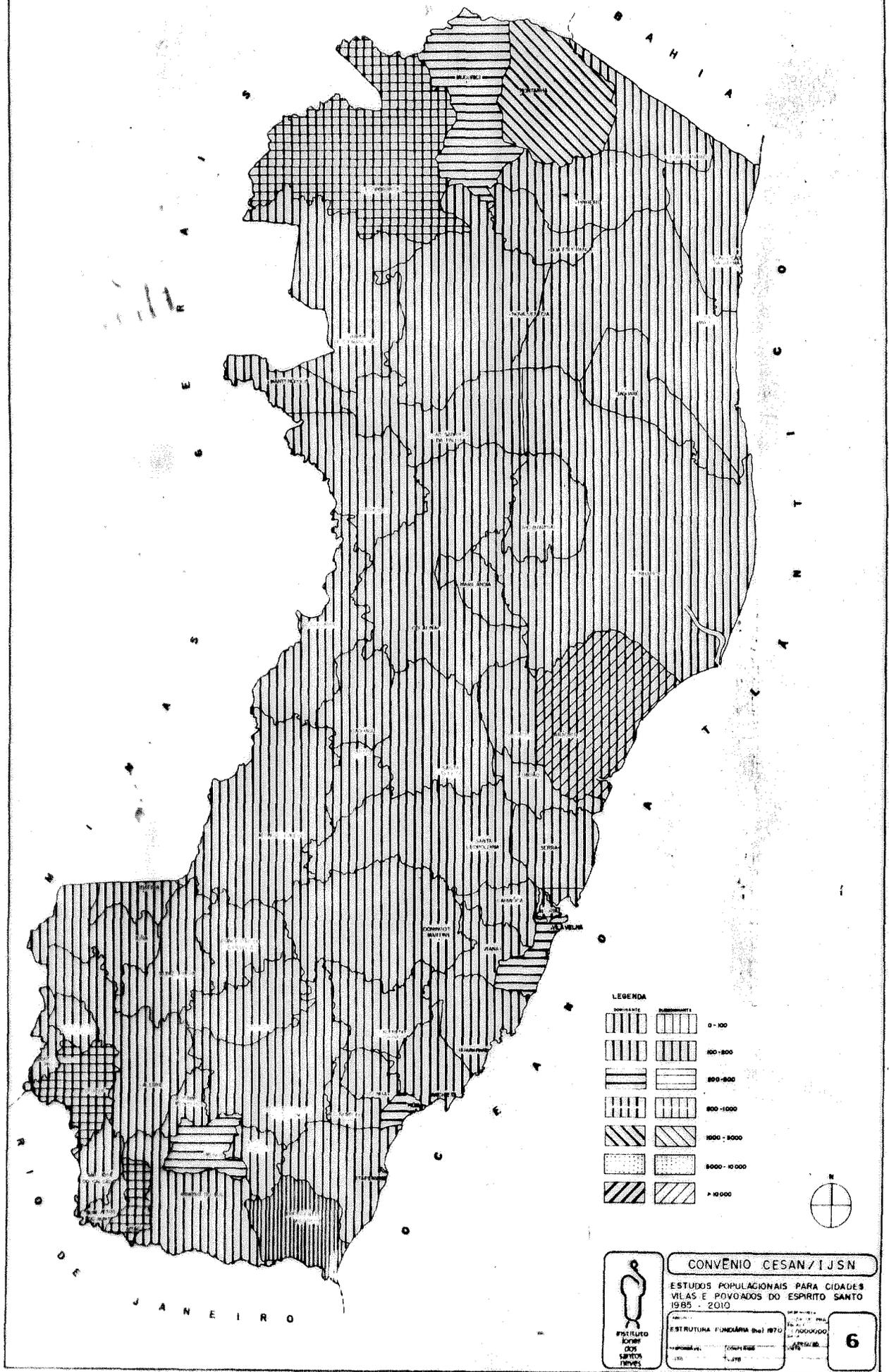
6.7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A análise foi possível graças a uma série de estudos já realizados por diversos órgãos do Estado do Espírito Santo, conforme relação abaixo:

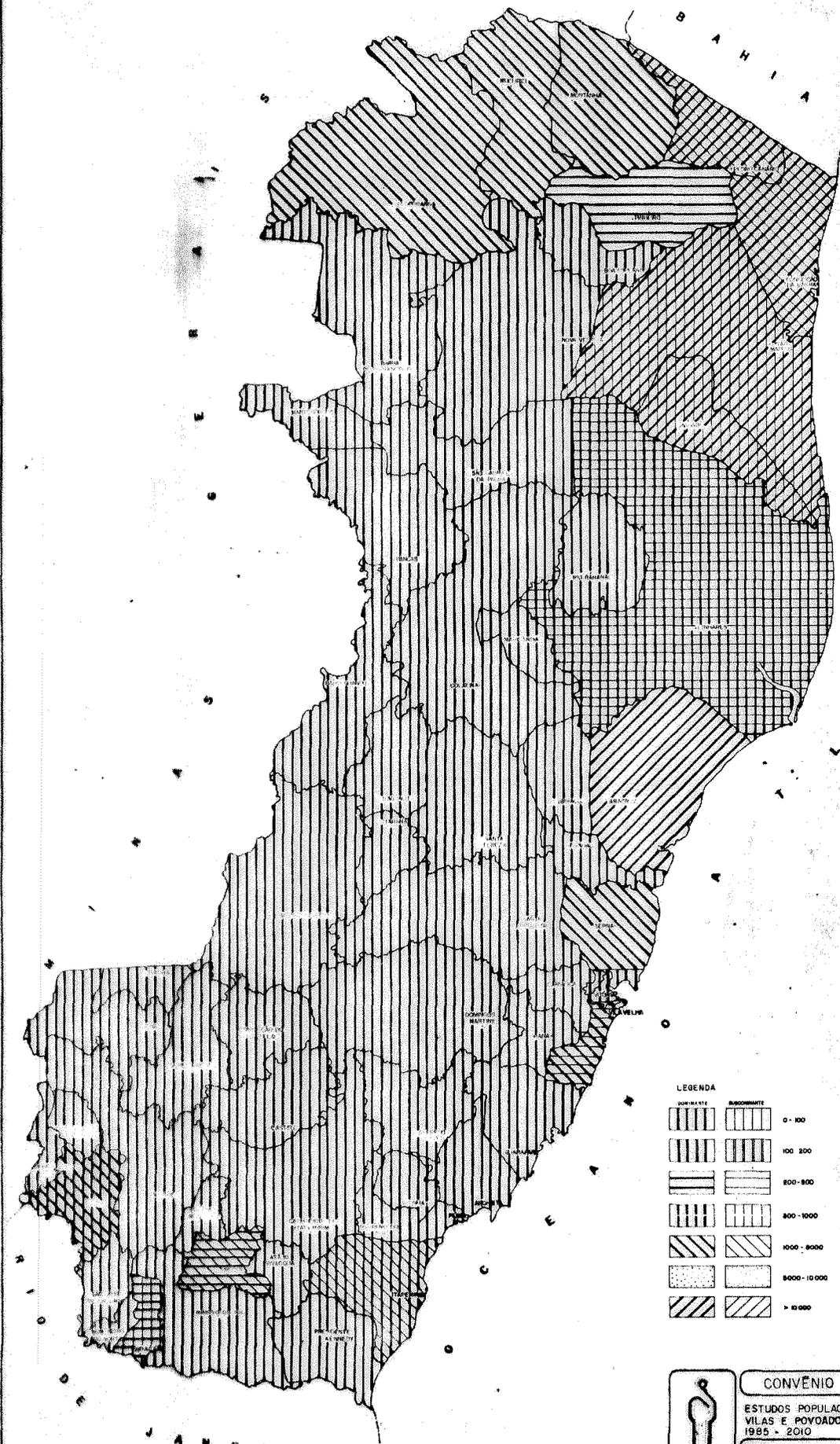
1. COSSETTI, Maria da Penha e TEIXEIRA DE CAMPOS JÚNIOR, Carlos. **Caracte**
rísticas de Áreas de influência da zona do Rio Doce. Instituto Jones
dos Santos Neves.
2. GARCIA SIMÕES, Roberto e outros. **Programa de desenvolvimento regional**
integrado - Região Programa V - Cachoeiro de Itapemirim. Instituto
Jones dos Santos Neves - IJSN, abril/82.
3. **Aperfeiçoamento e atualização de indicadores econômicos para o Espírito**
Santo. NEP - Núcleo de Estudos e Pesquisas - UFES.
4. MORANDI, Ângela Maria e outros. **Programa de desenvolvimento regional**
integrado - Região Programa II - Colatina. IJSN, dezembro/82.
5. PHILIP REYDON, Bastian e outros. **Programa de desenvolvimento regional**
integrado - Região III - Nova Venécia. IJSN, setembro/83.
6. PEREZ DOS SANTOS, Isabel e outros. **Programa de desenvolvimento regio**
nal integrado - Região Programa IV - Linhares, setembro/83.

7. BATISTA, Ângela Maria e outros. **Programa de desenvolvimento regional integrado - Região Programa I - Vitória**, dezembro/85.
8. **Programa de Assistência Técnica do Estado do Espírito Santo para uma definição de um Plano de Desenvolvimento Industrial** - SOMEA - Sociedade para a matemática e l'economia aplicade - COPLAN - Coordenação Estadual de Planejamento.
9. GOBBI FRAGA, Augusto Cesar e outros. **Século 21 - níveis de produção - NP. 01 - desempenho de setores produtivos** - Volumes 1, 2 e 3. Rede Gazeta/UFES/GERES/BANDES/COPLAN - outubro/87.
10. FERRAZ STEHLING, Sandra Maria e outros. **Cenários estadual global e setorial do setor transporte** - PRODEST.
11. SALES, Marília Marina. **Século 21 - Indicadores específicos de níveis de vida - NV. 02.04 - Estratificação dos padrões de saúde**. Rede Gazeta/UFES/GERES/BANDES/COPLAN, setembro/87.
12. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - FIBGE = Do cumentos editados

MAPA XXX



MAPA XXXI



LEGENDA

1985	2010	POPULAÇÃO
[Diagonal lines /]	[Diagonal lines \]	0 - 100
[Vertical lines]	[Horizontal lines -]	100 - 200
[Horizontal lines -]	[Vertical lines]	200 - 500
[Diagonal lines /]	[Diagonal lines \]	500 - 1000
[Diagonal lines \]	[Diagonal lines /]	1000 - 5000
[Stippled pattern]	[White box]	5000 - 10 000
[Diagonal lines /]	[Diagonal lines \]	> 10 000



CONVÊNIO CESAN/IJSN

ESTUDOS POPULACIONAIS PARA CIDADES
VILAS E POVOADOS DO ESPÍRITO SANTO
1985 - 2010

ELABORADO: _____ DATA: _____

ESTRUTURA FUNDADA EM 1950

ESCALA: 1:1000000

7

7.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ao se elaborar a caracterização geral do Estado um dos setores a ser enfocado é o educacional, enquanto um indicador da qualidade de vida da população. Os dados relativos a alfabetização, escolaridade, oferta e demanda escolar, educação profissionalizante, ajudarão a traçar um quadro estatístico da Educação no Espírito Santo.

No entanto, não se pretende realizar um estudo completo da questão educacional no Estado, pois para tanto seria necessário abranger uma investigação da qualidade do ensino ministrado, mostrando o cotidiano da vida escolar. Essa investigação não consta desse trabalho, que, por não ser específico da área não foi além da apresentação de dados estatísticos.

Os dados apresentados neste trabalho bem como o enfoque de análise, foram baseados no trabalho elaborado pelas pedagogas Elizabeth Maria Pinheiro Gama, Maria de Lourdes Salviato e Denise Meyrellis de Jesus e apresentado nos Documentos Básicos - ES - século 21 - "Indicadores Específicos de Níveis de Vida" - NU 02,5 - Estratificação dos Padrões de Educação - outubro de 1987.

7.2. CONDIÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO

O domínio da cultura e da escrita é condição essencial para o exercício pleno da cidadania porque é o instrumento básico necessário à apropriação do saber elaborado.

Os dados aqui apresentados são dos censos demográficos de 1970 e de 1980

e do PNAD de 1985, na dimensão urbana e rural.

Para a melhor compreensão, foram tomados dois grupos etários: os alfabetizados com 15 anos ou mais e os alfabetizados de 7 a 14 anos.

Os dados contidos na Tabela 27 revelam que em 1970 a população de 15 anos ou mais apresenta cerca de 65% de alfabetizados, deixando evidente que aproximadamente 35 em 100 pessoas desse grupo de idade são analfabetas. Esses dados também revelam que a população dessa faixa etária residente em zona urbana é pouco menor que a da zona rural e apresenta 78,21 por cento de alfabetizados. A da zona rural, por sua vez, apresenta 53,43 por cento o que significa que quase a metade da população rural dessa idade é iletrada e, que, o analfabetismo é mais acentuado na zona rural.

Em 10 anos, a população dessa faixa etária sobe 882.374 para 1.240.659 habitantes, crescendo a taxa de alfabetização do Estado para 75,15% (Tabela 27). Aumenta, consideravelmente, a população da zona urbana (de 418.183 para 823.646 habitantes), crescendo ligeiramente seu percentual de alfabetização (82,53%). Na zona rural a população decresce de 464.191 pessoas ali residentes, em 1970, para 417.013 habitantes em 1980 e a taxa de alfabetizados atinge, então 60,58%. A zona rural apresentou, em 10 anos, melhor desempenho que a urbana, apesar de ser mais baixo seu percentual de alfabetizados e que decrescer de aproximadamente 50 para cerca de 40 analfabetos em cada 100 pessoas, nesse período de tempo, não se configura como quadro tão animador.

De 1980 para 1985, observam-se poucas alterações entre a população de 15 anos ou mais, seja em relação ao seu total, seja a respeito dos percentuais de alfabetizados no Estado e nas zonas urbana e rural. A população sobe para 1.418.864 habitantes, dos quais quase 80% são alfabetizados. Sobem, também, as populações das zonas urbana e rural, havendo um aumento nas taxas de alfabetizados que alcançam 84,44% na urbana e 66,27% na rural.

Considerando-se as condições de alfabetização entre as pessoas de 7 a 14

anos, em 1970 (Tabela 27), nota-se que sobre uma população de 370.999 habitantes, apenas cerca de 62% se apresentam alfabetizadas, taxa essa ligeiramente mais baixa de que aquela encontrada para a população de 15 anos ou mais. Embora haja uma população maior na zona rural é a zona urbana que apresenta taxa mais alta de alfabetizados (75,95%). Na zona rural, fica evidente, que praticante e metade da população é analfabeta, já vista, a taxa de alfabetizados aí observados (50,58%).

De 1970 para 1980, não cresce muito a população de 7 a 14 anos, agora constituída de 397.804 pessoas, aumentando consideravelmente a população da zona urbana. Embora cresçam as taxas de alfabetizados em 1980, suas alterações não são muito pronunciadas: o percentual do Estado passa a 69,94 por cento, enquanto as das zonas urbana e rural, passa para 79,07% e 56,33%, respectivamente.

Em 1985, o quadro evidenciado é mais animador, embora não ideal, considerando-se a compulsoriedade da educação para esta faixa etária. A taxa de alfabetizados no Estado alcança 77,82%. Na zona urbana, essa taxa atinge 84,91%, enquanto que, na rural, ela sobe para 68,72%, permitindo inferir um melhor desempenho desta zona sobre a urbana de 1980 para 1985.

Vale ressaltar que as taxas de alfabetizados para a população de 7 a 14 anos, nos anos de 1970, 1980 e 1985 (contrariando o que é dito a respeito do analfabetismo, ou seja, de que suas taxas crescem logo após o grupo etário de educação compulsória), são sistematicamente mais baixas que aquelas encontradas para a população de 15 anos ou mais, seja no Estado ou nas zonas urbana e rural.

TABELA 27

CONDIÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO

ANO	LOCALIZAÇÃO	PESSOAS DE 15 ANOS OU MAIS			PESSOAS DE 7 A 14 ANOS		
		TOTAL	ALFABETIZADOS		TOTAL	ALFABETIZADOS	
			NÚMERO	(%)		NÚMERO	(%)
1970	T	882.374	575.067	(65,17)	370.999	228.599	(61,62)
	U	418.183	327.045	(78,21)	161.429	122.600	(75,95)
	R	464.191	248.022	(53,43)	209.570	105.999	(50,58)
1980	T	1.240.659	932.340	(75,15)	397.804	278.238	(69,64)
	U	823.646	679.729	(82,53)	238.123	188.290	(79,07)
	R	417.013	252.611	(60,58)	159.681	89.948	(56,33)
1985	T	1.418.864	1.123.427	(79,18)	427.565	332.715	(77,82)
	U	907.788	784.709	(86,44)	240.213	203.966	(84,91)
	R	511.081	338.718	(66,27)	187.352	128.749	(68,72)

FONTE: IBGE Censo Demográfico, 1970, 1980

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 1985

7.2.1. OS GANHOS EM ALFABETIZAÇÃO

Uma comparação entre os índices de crescimento da população de 15 anos ou mais e de alfabetização, no Estado e nas zonas urbana e rural, nos anos de 1970, 1980 e 1985 (Tabela 29), demonstra que, globalmente, tem havido alguns ganhos em alfabetização. De 1970 a 1980, por exemplo, enquanto a população total do Estado, nessa faixa etária, cresce 40,60 por cento, a taxa de alfabetizados cresce 62,13 por cento. Nas zonas urbana e rural também há ganhos em alfabetização: no caso da zona urbana, esses ganhos chegam a 107,84 por cento para um crescimento populacional de 96,96 por cento; no caso da zona rural, os ganhos são insignificantes (1,85%), devendo-se considerar, no entanto, que o crescimento populacional foi negativo (-10,16%).

De 1980 para 1985, embora o aumento de alfabetizados (20,49%) tenha sido superior ao crescimento populacional (14,36%), os ganhos totais do Estado em alfabetização foram mais baixos que no período de 1970-80.

Quadro semelhante ocorre com a população da zona urbana no período 1980-85: a população de 15 anos ou mais cresce apenas 10,22 por cento, enquanto o crescimento de alfabetizados é de 15,44 por cento, deixando evidente que os ganhos em alfabetização, neste período, são também bem mais baixos que no período anterior.

Situação diferente pode ser observada na zona rural: cresce o contingente populacional em 22,56 por cento, no período 1980-85, e aumenta mais ainda o número de alfabetizados (em 34,09%), evidenciando mais ganhos em alfabetização nessa zona, agora, que no período 1970-80.

Concluindo, deve-se ressaltar que, embora o grupo de alfabetizados cresça mais do que a população mostrando ganhos em alfabetização mais ou menos expressivos de um para outro período, a situação para uma população que, nessa faixa de idade, não é coberta pela educação compulsória, é preocupante e se constitui em desafio para erradicar o analfabetismo aí observado.

Em números absolutos, a população de 7 a 14 anos, no período 1970-80, cresce de 370.999 para 397.804 habitantes, chegando, em 1985, a um total de 427.565 pessoas. As taxas de crescimento para o Estado, nesses dois períodos, são baixas: 7,22 por cento e 7,48 por cento, respectivamente. Observa-se, porém, aumento considerável do grupo de alfabetizados (21,71%, de 1970-80, e 19,58%, de 1980-85), revelando ganhos em alfabetização pouco mais alto, no período 1970-80 (Tabela 28).

A zona urbana, no período 1970-80, apresenta ganhos em alfabetização bem mais expressivos que no período 1980-85. De 1970 para 1980, enquanto a população cresce 47,51 por cento, o índice de alfabetizados cresce 53,58 por cento. De 1980 para 1985, o crescimento populacional é de apenas 0,88 por cento, enquanto o de alfabetizados alcança 8,32 por cento.

A exemplo do que ocorreu com a população de 15 anos ou mais da zona rural nos períodos 1970-80 e 1980-85, com a população de 7 a 14 anos ocorre o inverso do que se observa na zona urbana: o crescimento da população é negativo no período 1970-80 (-23,80%), sendo também negativo o de alfabetizados (-15,14%); no período 1980-85, a população cresce 17,33 por cento, enquanto o índice de alfabetizados chega a 43,14 por cento. Evidencia-se, portanto, que os ganhos em alfabetização para essa população são mais expressivos na zona rural neste último período.

Duas observações merecem ser destacadas sobre as condições de alfabetização no Espírito Santo aqui analisadas, não só a respeito da população de 15 anos ou mais, mas também no que tange à população de 7 a 14 anos.

Para os dois grupos, são raríssimas as taxas de alfabetização que atingem a faixa de 80,00 por cento ou mais, em qualquer ano tomado como base.

Para os dois grupos, a respeito de terem sido encontrados ganhos expressivos em alfabetização, na zona rural, no período de 1980-85, as taxas de alfabetizados são sistematicamente mais baixas que as observadas na zona urbana, em qualquer ano tomado como base, confirmando que o analfabetismo é mais acentuado na zona rural do que na urbana. Reverter essa situação

tendo como pano de fundo a universalidade e a compulsoriedade da educação é outro aspecto do desafio que se impõe para o ano 2.000.

TABELA 28.

ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS E DE ALFABETIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

ANO	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO		ALFABETIZAÇÃO	
		TOTAL	CRESCIMENTO	TOTAL	CRESCIMENTO
			(%)		(%)
1970	T	370.999	-	228.599	-
	U	161.429	-	122.600	-
	R	209.570	-	105.999	-
1980	T	397.804	7,22	278.238	21,71
	U	238.123	47,51	188.290	53,58
	R	159.681	-23,80	89.948	-15,14
1985	T	427.565	7,48	332.715	19,58
	U	240.213	0,88	203.966	8,32
	R	187.352	17,33	128.749	43,14

FONTE: IBGE Censo Demográfico de 1970, 1980 e PNAD, 1985

TABELA 29

ÍNDICES DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS E DE ALFABETIZAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

ANO	LOCALIZAÇÃO	POPULAÇÃO		ALFABETIZAÇÃO	
		TOTAL	CRESCIMENTO	TOTAL	CRESCIMENTO
			(%)		(%)
1970	T	882.374	-	575.067	-
	U	418.183	-	327.045	-
	R	464.191	-	248.022	-
1980	T	1.240.659	40,60	932.340	62,13
	U	823.646	96,96	679.729	107,84
	R	417.013	-10,16	252.611	1,85
1985	T	1.418.864	14,36	1.123.427	20,49
	U	907.788	10,22	784.709	15,44
	R	511.081	22,56	338.718	34,09

FONTE: IBGE Censo Demográfico de 1970, 1980 e PNAD, 1985

7.3. ÍNDICE DE ESCOLARIDADE

A avaliação das condições de escolaridade nos diferentes anos de uma série histórica objetiva ultrapassar o significado estanque do dado estatístico absoluto e captar a evolução do processo de abertura das oportunidades educacionais, numa perspectiva histórica.

Para que se tenha uma compreensão mais ampla do nível de escolaridade da população do Espírito Santo, três indicadores serviram de referência: taxa de acesso aos 7 anos, taxa de escolaridade dos 7 aos 14 anos e Anos de Estudo de pessoas de 10 anos ou mais.

Os dados apresentados na Tabela 30 mostram a evolução dos índices de acesso à escola aos 7 anos de idade. Vistos em conjunto, permitem notar que a maioria da população desta faixa etária tem tido acesso, muito embora muitas, ainda, continuem excluídas.

Analisados a partir de 1975, os dados revelam que até 1983, poucos foram os ganhos. A um índice de 82,78 por cento em 1975, segue uma queda para 72,36 por cento, no ano seguinte. A partir daí, os percentuais flutuam ano a ano ao redor de 78,00 por cento até 1983, quando, então, sobem até 88,83 por cento em 1985.

Coerentemente, o quadro que se tem de 1975 a 1983 é o de um crescimento populacional de 23,48 por cento, superior ao crescimento da matrícula que subiu em apenas 17,28 por cento. Por outro lado, se tomarmos o ano de 1985, vê-se que, em relação a 1975, o crescimento da matrícula (39,69 por cento) é superior ao da população na mesma faixa etária (30,17%).

Passando à análise das taxas de escolarização dos 7 aos 14 anos (Tabela 31), vê-se que, no período 1975 a 1985 (exceto em 1983), mais de 80,00 por cento da população escolarizável estava matriculada. Analisando em conjunto, o quadro permite concluir que a taxa de escolarização sofreu uma ligeira queda no período considerado. Isto se confirma, quando se verifica que o crescimento da população no período 1975-1985 (de 30,17

por cento) foi superior ao crescimento da matrícula na faixa de 7 a 14 anos (23,92%).

Mesmo considerando a pequena queda na taxa de escolarização, os indicadores de atendimento, quando comparados aos de 1970, revelam que aumentou significativamente a proporção da população que ingressou no sistema escolar. Em 1970, a taxa de acesso aos 7 anos era apenas de 59,89 por cento e a escolarização dos 7 aos 14, de 67,55 por cento (IBGE, 1973). Como se vê, a melhora foi considerável. Vale destacar que, embora altos, esses índices também revelam que existe ainda um contingente de crianças em idade escolar que não chegou a ingressar na 1ª série do 1º Grau.

TABELA 30

ENSINO REGULAR NO ESPÍRITO SANTO: POPULAÇÃO, MATRICULA INICIAL NA IDADE DE 7 ANOS E TAXAS DE ACESSO.
1975/1985.

ANO	INDICADOR	POPULAÇÃO DE 7 ANOS	MATRICULA INICIAL DE 7 ANOS	TAXA DE ACESSO
1975		44.541	36.873	82,78
1976		45.732	35.380	72,36
1977		46.953	35.854	76,52
1978		48.208	38.114	79,06
1979		49.496	38.707	78,20
1980		50.819	40.009	78,73
1981		52.176	41.885	80,27
1982		53.590	41.988	78,35
1983		55.002	43.245	78,62
1984 (1)		56.471	49.406	87,49
1985		57.980	51.508	88,83

FONTE: IBGE. POPULAÇÃO EM 1980
SEDU/ES. MATRÍCULA EM 1980
MEC/SG/SEEG. DEMAIS ANOS

(1) ESTIMATIVAS.

TABELA 31

ENSINO REGULAR NO ESPÍRITO SANTO: POPULAÇÃO, MATRÍCULA INICIAL NA FAIXA ETÁRIA DE 7 A 14 ANOS E TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO. 1975/1985.

ANO	INDICADOR	POPULAÇÃO DE 7 A 14 ANOS	MATRÍCULA INICIAL DE 7 A 14 ANOS	TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO
1975		348.664	305.290	87,56
1976		357.980	311.597	87,04
1977		367.545	317.482	86,38
1978		377.366	325.324	86,21
1979		387.448	335.211	86,52
1980		397.804	335.031	84,22
1981		408.428	339.416	83,10
1982		419.340	339.970	81,07
1983		430.546	338.830	78,70
1984		442.050	362.884	82,09
1985	(1)	453.859	378.322	83,36

FONTE: IBGE - POPULAÇÃO EM 1980
SEDU/ES - MATRÍCULA EM 1980
MEC/SG/SEEC - DEMÁIS ANOS

(1) ESTIMATIVAS

Outro indicador que serve para a avaliação do nível de escolaridade, é a análise das conduções de instrução apresentada pela população nos anos de 1970, 1980 e 1985.

Por condições de instrução, compreendeu-se os níveis de escolaridade apresentados pelas pessoas, tomando-se como critério o grau e a espécie de curso de nível mais elevado por elas concluído.

Para efeito de comparação, considera-se como tendo o elementar completo, em 1980, as pessoas que haviam concluído a 4ª série do 1º Grau, e, em 1985, aquelas que tinham de 4 até 7 anos de estudos.

As categorias 1º ciclo do grau médio e 1º Grau, bem como 2º ciclo do grau médio e 2º Grau, observadas respectivamente para os anos de 1970 e 1980, devem ser consideradas como tendo a mesma significação.

Em 1970, de uma população compreendendo 1.109.401 pessoas (Tabela 32), 72,52% não tem instrução ou a tem inferior à elementar completa. Nessa mesma situação, encontram-se 55,35% da população de zona urbana e 87,59% da de zona rural.

Quase que todo o restante da população, seja da total do Estado ou das zonas urbana e rural (21,24%, 32,43% e 11,42%, respectivamente), tem apenas o grau elementar completo.

Os demais (6,23% da população do Estado, 12,21% da concentrada em zona urbana e apenas 0,98% da localizada na rural) distribuem-se, principalmente, em pequenos grupos com o 1º ciclo ou com o 2º ciclo do grau médio completos, sendo insignificantes os percentuais daqueles que concluíram o grau superior.

Como se pode observar, a zona urbana apresenta melhor desempenho que a rural, principalmente no que se refere a um maior contingente de pessoas com o 1º e 2º ciclo do grau médio completos (5,99% e 5,22%, respectivamente).

De um modo geral, entretanto, o desempenho do Estado como um todo é fraquíssimo no que concerne às condições de instrução de sua população com 10 anos ou mais.

Sobre os que completaram o grau superior, tem-se a observar que seus percentuais são sistematicamente baixíssimos.

Cumprido, portanto, frisar a precariedade que, de um modo geral, caracterizava a situação do Estado em 1970 em relação às condições de instrução de sua população com 10 anos ou mais, na sua grande maioria, com mais de 90,00 por cento sem instrução ou apenas com instrução elementar completa ou incompleta, considerando-se que, na época, grau elementar completo compreendia, regularmente, apenas quatro anos de estudos.

Os dados que retratam as condições de instrução da população com 10 anos ou mais no Espírito Santo em 1980, mostram que houve melhoras em relação ao quadro de 1970.

A população cresce para 1.488.639 pessoas, das quais 49,78 por cento ou não tem instrução, ou não chegam a apresentar a elementar completa. Nas zonas urbana e rural, constata-se, também, uma queda nos percentuais relativos aos grupos nessas condições de instrução (39,85% e 68,57%, respectivamente). Em compensação, aumentam as taxas dos que completaram o grau elementar para 33,21% no Estado, 36,18% na zona urbana, e para 27,59%, na rural.

A zona urbana supera a rural com percentuais mais baixos de pessoas sem instrução ou com instrução elementar incompleta, com maior número de pessoas que concluíram as quatro primeiras séries do 1º Grau e, além disso, com percentuais mais altos expressando o número de pessoas que completaram o 1º ou 2º Grau, bem como o grau superior (respectivamente, 11,81%, 9,82% e 2,33% para 2,62%, 1,12% e 0,10%), percentuais esses também mais altos que os totais do Estado.

Uma comparação entre o desempenho do Estado e das zonas urbana e rural,

TABELA 32

CONDIÇÕES DE INSTRUÇÃO DAS PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS - ESPÍRITO SANTO, 1970 E 1980.

ANO	SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO	TOTAL	GRAUS DE ESTUDO COMPLETO								SEM INSTRUÇÃO OU INSTRUÇÃO INFERIOR A ELEMENTAR COMPLETA.	
			ELEMENTAR		MÉDIO				SUPERIOR		N	(%)
			N	(%)	1º CICLO		2º CICLO		N	(%)		
				N	(%)	N	(%)					
1970	T	1.109.401	235.640	(21,24)	34.408	(3,10)	29.413	(2,65)	5.355	(0,48)	804.585	(72,52)
	U	518.353	168.124	(32,43)	31.044	(5,99)	27.074	(5,22)	5.209	(1,00)	286.902	(55,35)
	R	519.048	67.516	(11,42)	3.364	(0,57)	2.339	(0,39)	146	(0,02)	517.683	(87,59)
1980	T	1.488.639	494.328	(33,21)	128.530	(8,63)	101.428	(6,81)	23.221	(1,56)	741.132	(49,78)
	U	973.717	352.264	(36,18)	115.025	(11,81)	95.635	(9,82)	22.712	(2,33)	388.061	(39,85)
	R	514.922	142.064	(27,59)	13.055	(2,62)	5.773	(1,12)	509	(0,10)	353.071	(68,57)

FONTE: IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO: ESPÍRITO SANTO - 1970, 1980

FUNDAÇÃO IBGE

no que tange à evolução das condições de instrução no período 1980-85 (Tabela 33), demonstra que a situação atual não se apresenta tão distinta.

Cresce a população do Estado para 1.680.812 habitantes com 10 anos ou mais, dos quais, ainda 43,70 por cento se caracterizam como sem instrução ou com instrução inferior à elementar, enquanto 34,14% apresentam anos de estudos correspondentes ao elementar. No total, essa população é pouco mais baixa que aquela de 1980 (77,84% para 82,99% em 1980), o que evidencia o baixo nível de instrução de grande parte da população e confirma um processo educacional-elitista e seletivo.

De 1980 para 1985, decrescem os percentuais relativos às pessoas sem instrução inferior à elementar completa nas zonas urbana e rural (de 39,85% para 33,00% e de 68,57% para 61,68%, respectivamente), mas enquanto se eleva a taxa daqueles que concluíram o elementar, na zona rural (de 27,59% para 32,88%), o que pelo menos era de se esperar, na zona urbana, essa taxa cai, embora ligeiramente (de 36,18% para 34,90%).

Esse quadro deixa evidente que a zona rural continua a apresentar desempenho inferior ao da urbana. E deixa evidente, também, que, no geral, não se pode afirmar que as tentativas de fazer reverter a situação observada em 1980 foram bem sucedidas. Basta ver que na zona urbana continuam a não ter instrução ou a tê-la inferior ou igual à elementar completa, cerca de 68,00 por cento de pessoas com 10 anos ou mais, e na zona rural, 94,56 por cento.

Cumprе frisar que a situação aqui apresentada é alarmante. É bastante alto o número daqueles a quem vem sendo negada a oportunidade de concluir pelo menos o 1º Grau, principalmente se considerar que a obrigatoriedade constitucional de 8 anos de estudo, numa visão otimista, possibilitaria que isso se concretizasse.

TABELA 33

PESSOAS DE 10 ANOS OU MAIS SEGUNDO OS ANOS DE ESTUDO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO EM 1985.

ANOS DE ESTUDO	TOTAL DO ESTADO		URBANA		RURAL	
	N	(%)	N	(%)	N	(%)
Sem instrução e com instrução inferior à elementar	734.574	(43,70)	347.678	(33,00)	386.896	(61,68)
Elementar completa	573.896	(34,14)	367.639	(34,90)	206.257	(32,88)
Com 8 anos de estudos	101.298	(6,03)	83.449	(7,92)	17.849	(2,84)
De 9 a 11 anos	191.011	(11,36)	176.580	(16,76)	14.431	(2,30)
12 anos ou mais	76.349	(4,54)	75.426	(7,16)	923	(0,15)
Anos não determinados	3.684	(0,22)	2.761	(0,26)	923	(0,15)
TOTAL	1.680.812	-	1.053.533	-	627.279	-

FONTE: IBGE. PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, 1985. Vo. 9, Tomo 5.

7.4. ENSINO REGULAR - 1º E 2º GRAUS

O ensino regular de 1º e 2º Graus no Espírito Santo - conforme representam as tabelas revelam alguns aspectos que merecem ser destacados:

- . 76,3% dos estabelecimentos de ensino se localizam na área rural;
- . 21,8% da clientela estudantil é atendida nas escolas da área rural;
- . 55,6% dos estabelecimentos de ensino são escolas unidocentes, que atende a uma média de 35 alunos por escolas.

Esses números demonstram a precariedade do ensino regular no Estado, uma vez que as escolas unidocentes (maioria absoluta dos estabelecimentos) apresentam várias deficiências. Geralmente, nos aglomerados rurais a demanda de crianças na faixa etária escolar é muito pequena, não se registrando um número suficientes para se formar turmas seriadas. Assim as escolas rurais, denominadas de unidocentes, reúnem numa mesma sala, alunos das 4 primeiras séries do 1º Grau, com uma única professora. Além disso, a precariedade dessas localidades não atraiem para lá professores habilitados, pois, quem se dispõe a ministrar essas aulas, tem mais que se responsabilizar pela confecção da merenda, limpeza da escola, preenchimento de fichas escolares, etc. desempenhando, então, as funções de servente, faxineira, secretária, etc.

Um outro agravante do ensino na área rural que se pode observar é que as escolas oferecem somente o curso elementar (antigo primário) ferindo assim, a Constituição que garante ensino público e gratuito nas 8 primeiras séries de ensino (1º Grau - 8ª série).

No entanto, nas áreas rurais, a criança é levada a paralisar seus estudos ao terminar a 4ª série do 1º Grau, considerando-os como conclusão de fase escolar. Isto faz com que as perspectivas das crianças da área rural, sejam bem mais restritas que as área urbana.

Isso não quer dizer que o ensino na área urbana ofereça excelentes

condições de funcionamento. Apesar da oferta de escolas de 1º Grau completo e de 2º Grau, ela é bem abaixo da demanda. Sabe-se que deste número registrado 338.066 alunos - no 1º Grau, a grande maioria se situa nas quatro primeiras séries. Pode-se deduzir este fato, através do número de alunos de 2º Grau - 58.846 - cerca de 20% do 1º Grau. Apesar de não se dispor de dados sistematizados de alunos que interromperam o curso, supõe-se que bem poucos desses alunos do 1º Grau estão na 5ª/8ª série, pois das 1.130 escolas existentes na área urbana, 693 oferecem apenas as quatro primeiras séries do 1º Grau.

Assim, conclui-se que tanto na área urbana como na área rural, são urgentes as ações na área educacional, visando a melhoria da qualidade de vida da população capixaba.

TABELA 34

TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE PRÉ, 1º E 2º GRAUS - 1987.

TOTAL GERAL DO ESTADO

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	LOCALIZAÇÃO	TOTAL GERAL	ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DE PRÉ, 1º E 2º GRAUS														ESCOLAS PLURIDOCENTE		ESCOLAS UNIDOCENTES	
			TOTAL	PRÉ	PRÉ E 1ª/4ª	PRÉ E 1ª/8ª	PRÉ 1ª/4ª 2º GRAU	PRÉ 1ª/8ª 2º GRAU	PRÉ 5ª/8ª 2º GRAU	1ª A 4ª	1ª A 8ª	5ª A 8ª	1ª/4ª E 2º GRAU	1ª/8ª E 2º GRAU	5ª/8ª E 2º GRAU	2º GRAU	PRÉ	1ª a 4ª	PRÉ	1ª a 4ª
FEDERAL	T	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-
	U	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
	R	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
ESTADUAL	T	3417	655	67	107	75	2	29	1	137	120	25	6	37	36	13	1	903	12	1846
	U	596	563	62	98	65	1	28	1	119	77	23	5	35	36	13	-	26	3	4
	R	2821	92	5	9	10	1	1	-	18	43	2	1	2	-	-	1	877	9	1842
MUNICIPAL	T	1111	286	111	42	25	-	2	-	60	29	7	-	3	3	4	7	38	104	676
	U	320	241	98	39	20	-	2	-	40	28	4	-	3	3	4	6	6	41	26
	R	791	45	13	3	5	-	-	-	20	1	3	-	-	-	-	1	32	63	650
PARTICULAR	T	230	220	26	92	30	-	20	-	2	3	10	4	5	10	18	-	-	3	7
	U	213	211	25	90	30	-	20	-	2	3	7	3	4	10	17	-	-	2	-
	R	17	9	1	2	-	-	-	-	-	-	3	1	1	-	1	-	-	1	7
TOTAL	T	4762	1165	204	241	130	2	51	1	199	152	42	10	45	49	39	8	941	119	2529
	U	1130	1016	185	227	115	1	50	1	161	108	34	8	42	49	35	6	32	46	30
	R	3632	149	19	14	15	1	1	-	38	44	8	2	3	-	4	2	909	73	2499

Fonte: DAD/SEDU.

TABELA 35

PARTICIPAÇÃO DA CLIENTELA ESTUDANTIL POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E MODALIDADE DE ENSINO - 1º E 2º GRAUS

ANO BASE: 1987

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	LOCALIZAÇÃO	MODALIDADE DE ENSINO						
		TOTAL	PRÉ ESCOLAR	%	1º GRAU	%	2º GRAU	%
FEDERAL	T	3.698	-	-	-	-	3.698	100,0
	U	2.638	-	-	-	-	2.638	100,0
	R	1.060	-	-	-	-	1.060	100,0
ESTADUAL	T	396.355	25.060	6,3	334.940	84,5	36.535	9,2
	U	293.439	23.698	8,1	233.532	79,6	36.389	12,3
	R	102.916	1.362	1,3	101.408	98,5	146	0,2
MUNICIPAL	T	96.941	18.463	19,0	74.451	76,8	4.027	4,2
	U	75.071	16.046	21,4	55.025	73,3	4.000	5,3
	R	21.870	2.417	11,1	19.426	88,8	27	0,1
PARTICULAR	T	84.555	18.248	21,6	50.145	59,3	16.162	19,1
	U	83.468	18.140	21,7	49.509	59,3	15.819	19,0
	R	1.087	108	9,9	636	58,5	343	31,6
TOTAL GERAL	T	581.549	61.771	10,6	459.536	79,0	60.422	10,4
	U	454.616	57.884	12,7	338.066	74,4	58.846	12,0
	R	126.933	3.887	3,1	121.470	95,7	1.576	1,2

FONTE: DAD/SEDU

7.5. ENSINO SUPERIOR

O ensino superior do Estado é ministrado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) que atende a cerca de 57% da clientela estudantil e pelas Instituições particulares (35% da clientela), municipais (7,5%) e estaduais (1,1%).

Os estabelecimentos de ensino superior se concentram na Capital (Vitória) ou nos municípios de maior porte como Cachoeiro de Itapemirim e Colatina. A única exceção encontra-se no município de Alegre com a Escola Agrícola pertencente à UFES e que se situa no Distrito de Celina.

Na área de conhecimento existe uma predominância da oferta de Ciências Sociais e aplicadas, sendo que as Ciências Agrárias apresentam os menores índices seja de conclusão ou de matrícula (Tabela 37).

As Tabelas 36 e 37 mostram os dados relativos ao ensino superior no Estado no que se refere a Instituições, pessoal docente, clientela, conclusão e matrícula.

TABELA 36
ENSINO SUPERIOR

	1984			1985			1986		
	INSTITUIÇÕES	PESSOAL DOCENTE	ALUNATO	INSTITUIÇÕES	PESSOAL DOCENTE	ALUNATO	INSTITUIÇÕES	PESSOAL DOCENTE	ALUNATO
TOTAL	13	1.703	18.018	14	1.730	18.474	14	1.746	18.923
Universidade	1	1.197	10.163	1	1.216	10.420	1	1.227	10.673
Federal	1	1.197	10.163	1	1.216	10.420	1	1.227	10.673
Estadual	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particular	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Federações e Isoladas	12	506	7.855	13	514	8.054	13	519	8.250
Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estadual	2	64	206	2	65	211	2	66	216
Municipal	3	73	1.344	3	74	1.378	3	75	1.412
Particular	7	369	6.305	8	375	6.465	8	378	6.622

FONTE: MEC/SG/Serviço de Estatística da Educação e Cultura - Ensino Superior - Graduação
Estimativas 84-86, 1985 - Edição Preliminar.

TABELA 37

ENSINO SUPERIOR

CONCLUSÃO EM 1985 E MATRÍCULA EM 30/04/86, POR ÁREA DE CONHECIMENTO E CICLO BÁSICO, ESPÍRITO SANTO - 1986.

ÁREAS DE CONHECIMENTO	CONCLUSÃO EM 1985	MATRÍCULA EM 30/04/86
Ciências Agrárias	40	217
Ciências Sociais e Aplicadas	1.151	6.567
Ciências Humanas	453	2.960
Linguística, Letras e Artes	238	1.710
Ciclo Básico	-	315

FONTE: MEC/SG/SEPLAN/Serviço de Estatística da Educação e Cultura.

7.6. ENSINO PROFISSIONALIZANTE

A educação profissionalizante no Espírito Santo se efetua, principalmente, nos cursos de 2º Grau, no SENAI e no SENAC.

Em relação ao ensino formal (1º e 2º Grau) os cursos de Técnico em Conta bilidade e o de Habilidade em Magistério para o 1º Grau, que são minis trados em todos os municípios do Estado apresentam o maior número de oferta.

No entanto, merece destaque as Escolas Agrotécnicas Federais que oferecem cursos nas áreas rurais de Técnico em Agropecuária, e a Escola Técnica Federal que oferecem cursos de técnico em atividades industriais, localiza da na Capital do Estado.

Existem, ainda, as Escolas de Família Agrícola, e o Centro Integrado de Educação Rural, que investem na área rural, dirigindo o ensino para uma melhor formação agrícola dos seus alunos.

Conforme a Tabela 38 existem 24 modalidades de cursos profissionalizantes sendo que apenas três delas são destinadas ao 1º Grau - Agropecuária, Centro Integrado de Educação Rural e Escola Família Agrícola.

EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE - ENSINO FORMAL - 1987.

CURSOS	NÚMERO DE CURSOS	NÚMERO DE ALUNOS
Habilitação Magistério 1º Grau	95	13.332
Técnico em Contabilidade	97	15.069
Assistente de Administração	31	4.796
Técnico em Mecânica	6	1.326
Técnico em Eletrotécnica	4	768
Técnico em Edificações (escritório e técnico)	3	727
Téc. Processamento de Dados	4	742
Técnico em Secretariado	9	1.022
Aux. Técnico em Serviços Bancários	2	521
Técnico em Agropecuária (1º G)	1	368
Técnico em Agropecuária (2º G)	7	942
Setor Terciário	2	776
Aux. Laboratório Análises Clínicas	4	216
Centro Integrado Educação Rural (1º Grau)	1	131
Escola Família Agrícola (MEPES) (1º Grau)	2	106
(2º Grau)	1	69
Técnico em Química	3	368
Técnico em Enfermagem	2	145
Técnico em Eletricidade	1	240
Auxiliar de Escritório	1	27
Técnico em Agrimensura	1	240
Técnico em Estradas	1	262
Técnico em Metalurgia	1	543
Desenhista de Arquitetura	2	74
Desenhista Mecânica	1	58
TOTAL	282	42.868

FONTE: Cadastro dos Estabelecimentos de Ensino Regular do Estado do Espírito Santo - DAD/SEDU.

O SENAC - Regional do Espírito Santo em seu Plano de Ação, 1986 se coloca "enquanto Agente de Formação Profissional, comprometendo-se a intensificar as Ações Integradas com as demais Instituições e segmentos Sociais e Comunitários". A Diretoria Regional do Espírito Santo vem proporcionando oportunidades de Formação Profissional direcionadas procurando integrar dentro de um processo formativo a mão-de-obra disponível com a realidade do mercado de trabalho.

Assim, a sistemática do trabalho do SENAC-DR-ES, segue a seguinte discriminação.

- Formação Profissional
- Orientação para o Trabalho
- Valorização Profissional
- Desenvolvimento Empresarial
- Integração Interna
- Integração Externa

No ano de 1986, a Diretoria Regional do Espírito Santo atendeu no Centro de Formação Profissional, no Centro de Informática, na Empresa Pedagógica de Hotelaria, na Empresa Pedagógica de Higiene e Beleza, na Unidade Móvel de Ensino e na Teleeducação a um total de 15.200 pessoas assim distribuídas:

TABELA 39

ATENDIMENTO EM PROGRAMAÇÕES POR ÁREAS OCUPACIONAIS E MODALIDADES OPERATIVAS

SENAC - DR - ES

Nº DE ORDEM	ÁREAS OCUPACIONAIS	ATENDIMENTO						
		TOTAL	CFP	CI	EPHE	EPHB	UME	TELEDUCAÇÃO
01	Administração e Gerência	400	175	-	-	-	225	-
02	Armazenamento, Emb. e Ex pedição	70	70	-	-	-	-	-
03	Comunicação	570	245	-	-	-	325	-
04	Escritório	7.475	2.955	-	-	-	4.520	-
05	Higiene e Beleza	670	-	-	-	350	320	-
06	Hospitalidade	500	-	-	440	-	60	-
07	Manutenção, Cons. e Ser ventia	70	70	-	-	-	-	-
08	Propaganda	360	300	-	-	-	60	-
09	Saúde	530	140	-	-	-	390	-
10	Turismo	35	35	-	-	-	-	-
11	Venda	100	-	-	-	-	100	-
12	Informática	270	-	270	-	-	-	-
13	Comércio Artesanal e de Produtos Caseiros	150	150	-	-	-	-	-
14	Áreas Diversas	4.000	-	-	-	-	-	4.000
TOTAL GERAL		15.200	4.140	270	440	350	6.000	4.000

O SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Diretoria Regional do Espírito Santo, possui 06 Centro de Formação Profissional, localizados nos municípios de Vitória, Cachoeiro de Itapemirim, Linhares, Serra e Colatina, nos quais desenvolve educação profissionalizante voltados à área industrial.

Segundo o Relatório Anual SENAI - 1987 as suas áreas de atuação apresentaram os seguintes resultados:

PRODUÇÃO

O quadro abaixo mostra os resultados obtidos nas modalidades Aprendizagem Industrial, Qualificação Profissional e Suprimento, no ano de 1987.

INDICADORES	NÚMEROS
. Candidatos Inscritos	14.423
. Matrículas	9.256
. Rematrículas	1.020
. Evasões	309
. Reprovações	45
. Concluintes	8.731
. Matrículas Residuais (não concluintes)	1.191
. Alunos-Hora	2.781.533

MATRÍCULAS

Em 1987 houve um acréscimo da ordem de 11,5%, 8.305 matrículas em 1986 para 9.256 em 1987.

ALUNOS-HORA

O resultado deste indicador em 1987 foi de 2.781.533a/h e em 1986 2.702.762a/h; houve um acréscimo de 2,9%.

CURSOS DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Esta modalidade de formação profissional desenvolvida pelo SENAI desde 1952 tem como objetivo realizar cursos profissionalizantes a nível de Aprendizagem Industrial, para menores com a idade entre 14 e 18 anos, que tenham concluído as quatro primeiras séries do 1º Grau.

Estes cursos de Aprendizagem Industrial tem equivalência ao ensino de 1º Grau. O aluno ao completar os dois primeiros anos de estudo recebe o Certificado de Conclusão de 1º Grau, e o aluno que completar o terceiro ano de estudos (estágio supervisionado) recebe o Certificado de Aprendizagem Industrial.

O Centro de Formação Profissional Jones dos Santos Neves é, no Espírito Santo, o único Centro do SENAI em que, até então, os cursos de Aprendizagem Industrial não têm equivalência ao ensino de 1º Grau. Nele os cursos ministrados objetivam apenas a formação profissional-Tecnologia e Prática-Profissional de acordo com o conteúdo programático do ofício. O aluno concluinte recebe o Certificado de Aprendizagem Industrial ao completar dois anos de estudos, isto é, um ano no CFP e um ano de estágio numa empresa industrial como complementação de aprendizagem.

CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

São cursos de curta duração que o SENAI desenvolve objetivando a profissionalização, destinado às pessoas com idade a partir de 16 anos, e sem experiência profissional.

O nível de instrução exigido é a 4ª série do 1º Grau ou equivalente.

CURSOS DE SUPRIMENTO (TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL).

Visando melhorar a adequação de atendimento às empresas industriais, este projeto - Treinamento e Aperfeiçoamento Profissional - alcançou, mais uma vez, as três áreas da estrutura organizacional das empresas: Operações, Supervisão e Gerência.

TABELA 40
 QUADRO GERAL DA PRODUÇÃO

MODALIDADE	CANDI DATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍ CULAS	EVASÃO	REPROVADOS	CONCLU INTES	MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS HORA
Aprendizagem Industrial	2.154	578	821	47	45	469	838	2.251.157
Curso Técnico	956	32	-	-	-	-	32	49.558
Qualificação Profissional	3.436	1.087	199	216	-	773	297	264.241
Suprimento	7.877	7.559	-	46	-	7.489	24	216.577
TOTAL	14.423	9.256	1.020	309	45	8.731	1.191	2.781.533

FONTE: SENAI/87 - Relatório Anual - DR - Espírito Santo

TABELA 41

DISCRIMINAÇÃO POR CENTROS PROFISSIONAIS E CURSOS

UNIDADE DE PRODUÇÃO: CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL JERÔNIMO MONTEIRO-VITÓRIA-ES.

CURSOS	CANDIDATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍCULAS	EVASÕES	REPROVAÇÕES	CONCLUIN <u>T</u> ES	MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS HORA
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL								
Ajustador Mecânica	166	34	34	17	-	38	13	14.817
Compositor Manual	21	9	-	4	-	5	-	1.318
Eletricista Bobinador	261	51	30	34	-	11	36	24.714
Eletricista Instalador								
Predial	275	57	35	37	-	27	28	23.042
Impressor Tipográfico	55	16	-	4	-	12	-	2.538
Mecânico de Automóveis	129	32	18	11	-	14	25	11.343
Marceneiro	38	13	-	5	-	8	-	2.713
Padeiro	51	20	11	6	-	25	-	2.957
Soldador a Arco Elétrico	168	42	12	7	-	33	14	5.343
Torneiro Mecânico	334	62	18	21	-	6	53	24.354
TOTAL	1.498	336	158	146	-	179	169	113.139
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL								
Comandos Elétricos	221	58	-	7	-	37	14	7.263
Metrologia	212	57	-	6	-	41	10	3.244
TOTAL	433	115	-	13	-	78	24	10.507

FONTE: SENAI/87 - Relatório Anual - DR - Espírito Santo

TABELA 42

UNIDADE DE PRODUÇÃO: CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL MÁRIO REZENDE - CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES
APRENDIZAGEM INDUSTRIAL.

CURSOS	CANDIDATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍCULAS	EVASÕES	REPROVAÇÕES	CONCLUINTE		MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS HORA
						EDUCAÇÃO GERAL	APRENDIZAGEM		
1ª Fase									
Mecânica Geral	90	46	-	3	-	-	-	43	53.359
Mecânica de Automóveis	96	30	-	2	-	-	-	28	32.736
Eletricista	37	28	-	3	-	-	-	25	29.570
SOMA	223	104	-	8	-	-	-	96	115.665
2ª Fase									
Mecânica Geral	-	-	31	1	2	27	-	28	45.418
Mecânica de Automóveis	-	-	28	1	10	14	-	17	41.303
Eletricista	-	-	20	1	6	9	-	13	30.179
SOMA	-	-	79	3	18	50	-	58	116.900
3ª Fase									
Mecânica Geral	-	-	41	-	-	-	41	-	83.180
Mecânica de Automóveis	-	-	24	-	-	-	24	-	48.840
Eletricista	-	-	35	-	-	-	35	-	71.420
SOMA	-	-	100	-	-	-	100	-	203.440
TOTAL	223	104	179	11	18	50	100	154	436.005

FONTE: SENAI/87 - Relatório Anual - DR - Espírito Santo

TABELA 43

UNIDADE DE PRODUÇÃO: CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EURICO AGUIAR SALLES - LINHARES - ES
APRENDISAGEM INDUSTRIAL

CURSO	CANDIDATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍCULAS	EVASÕES	REPROVAÇÕES	CONCLUINTE		MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS HORA
						EDUCAÇÃO GERAL	APRENDIZAGEM		
1ª Fase									
Marceneiro	7	16	-	-	-	-	-	16	25.251
Mecânico Geral	53	26	-	1	-	-	-	25	33.372
Mecânico de Automóveis	67	27	-	3	2	-	-	22	37.797
Eletricista	15	15	-	4	-	-	-	11	13.703
SOMA	142	84	-	8	2	-	-	74	110.123
2ª Fase									
Marceneiro	-	-	15	2	-	6	-	13	14.840
Mecânico Geral	-	-	22	-	-	11	-	22	26.603
Mecânico de Automóveis	-	-	27	3	-	15	-	24	31.942
Eletricista	-	-	13	1	-	9	-	12	16.589
SOMA	-	-	77	6	-	41	-	71	89.974
3ª Fase									
Marceneiro	-	-	10	-	-	-	10	-	17.072
Mecânico Geral	-	-	23	-	-	-	23	-	37.616
Mecânica de Automóveis	-	-	19	-	-	-	19	-	25.856
Eletricista	-	-	20	-	-	-	20	-	24.738
SOMA	-	-	72	-	-	-	72	-	105.282
TOTAL	142	84	149	14	2	41	72	145	305.379

Fonte: SENAI/87 - Relatório Anual - DR - ESPÍRITO SANTO.

TABELA 44

UNIDADE DE PRODUÇÃO: CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EURICO AGUIAR SALLES - LINHARES - ES

CURSOS	CANDIDATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍCULAS	EVASÕES	REPROVAÇÕES	CONCLUINTES	MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS HORA
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL								
Ajustador Mecânico	25	11	-	3	-	8	-	3.768
Eletricista Instalador Predial	26	16	-	4	-	12	-	4.185
Marceneiro	14	15	-	4	-	11	-	4.191
Torneiro Mecânico	42	16	-	4	-	12	-	5.529
TOTAL	107	58	-	15	-	43	-	17.673

FONTE: SENAI/87 - Relatório Anual - DR - Espírito Santo

TABELA 45

UNIDADE DE PRODUÇÃO: CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL JONES DOS SANTOS NEVES - SERRA - ES
 APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

CURSOS	CANDIDATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍCULAS	EVASÕES	REPROVAÇÕES	CONCLUINTE		MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS HORA
						EDUCAÇÃO GERAL	APRENDIZAGEM		
1ª Fase									
Mecânico Geral	317	95	-	4	-	-	-	91	137.360
Eletricista	73	44	-	1	-	-	-	43	63.316
SOMA	390	139	-	5	-	-	-	134	200.676
2ª Fase									
Mecânico Geral	-	-	66	-	-	-	66	-	120.176
Eletricista	-	-	27	-	-	-	27	-	49.192
SOMA	-	-	93	-	-	-	93	-	169.368
TOTAL	390	139	93	5	-	-	93	134	370.044

FORTE: SENAI/87 - Relatório Anual - DR - Espírito Santo

TABELA 46

UNIDADE DE PRODUÇÃO: CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL - INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - SERRA - ES.

CURSOS	CANDIDATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍCULAS	EVASÕES	REPROVAÇÕES	CONCLUINTES	MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS / HORA
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL								
Ajustador Mecânico	55	15	13	1	-	13	14	7.195
Eletricista Instalador Predial	42	16	-	3	-	13	-	4.902
Maçariqueiro	85	29	13	1	-	41	-	2.833
Soldador e Arco Elétrico	127	28	-	1	-	27	-	3.849
Torneiro Mecânico	200	16	15	1	-	14	16	7.560
TOTAL	509	104	41	7	-	108	30	26.339
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL								
Leitura e Interpretação de Desenho Técnico Mecânico	37	37	-	11	-	26	-	1.872
Metrologia	31	31	-	4	-	27	-	2.067
TOTAL	68	68	-	15	-	53	-	3.939

FONTE: SENAI/87 - Relatório Anual - DR - Espírito Santo

TEBELA 47

UNIDADE DE PRODUÇÃO: CENTRO TÉCNICO DE INSTRUMENTAÇÃO INDUSTRIAL ARIVALDO FONTES - VITÓRIA - ES

CURSOS	CANDIDATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍCULAS	EVASÕES	REPROVAÇÕES	CONCLUINTES	MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS/HORA
CURSO TÉCNICO ESPECIAL								
Curso Técnico de Instrumentação Industrial	956	32	-	-	-	-	32	49.558
TOTAL	956	32	-	-	-	-	32	49.558
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL								
Instrumentista Reparador	521	16	-	-	-	-	16	11.452
TOTAL	521	16	-	-	-	-	16	11.452
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL								
Circuito Digital	16	16	-	-	-	16	-	1.272
Circuitos Elétricos Básicos	15	15	-	-	-	15	-	559
Controle Sequencial	14	14	-	-	-	14	-	556
Instrumentação Básica	16	16	-	-	-	16	-	952
Técnicas de Medidas Elétricas	15	15	-	-	-	15	-	592
Termometria	10	10	-	-	-	10	-	396
TOTAL	86	86	-	-	-	86	-	4.327

FONTE: SENAI/87 - Relatório Anual - DR - Espírito Santo

TABELA 48

UNIDADE DE PRODUÇÃO: DIVISÃO DE TREINAMENTO - VITÓRIA - ES

CURSOS	CANDIDATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍCULAS	EVASÕES	REPROVAÇÕES	CONCLUINTES	MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS/HORA
TREINAMENTO OPERACIONAL								
Análise de Água	45	45	-	2	-	43	-	1.680
Aperfeiçoamento de Motorista	295	295	-	-	-	295	-	5.106
Básico de Eletricidade	31	31	-	-	-	31	-	1.860
Básico Solda Oxiacetilênica	10	10	-	-	-	10	-	840
Comandos Elétricos	12	12	-	-	-	12	-	1.746
Combate à Incêndio	16	16	-	-	-	16	-	240
Confecção de Corpos Cilindricos	4	4	-	-	-	4	-	200
Corte Oxiacetilênico	7	7	-	-	-	7	-	560
Desenho de Tubulações	15	15	-	6	-	9	-	3.093
Direção Defensiva	1.340	1.340	-	-	-	1.340	-	21.185
Economia de Energia	12	12	-	-	-	12	-	456
Introdução a CCQs para Circu lista	43	43	-	-	-	43	-	860
Inspeção, Manutenção de Equipamentos Elétricos	23	23	-	-	-	23	-	856
Instrutor de Treinamento Operacional	13	13	-	-	-	13	-	1.040
Laminação de Aço	30	30	-	-	-	30	-	1.800
Leitura e Interpretação de Desenho Técnico Mecânico	197	197	-	2	-	195	-	13.395
Matemática Básica	100	100	-	-	-	100	-	2.780
Maçanqueiro	53	53	-	-	-	53	-	3.180
Mecânica Básica para Motorista	25	25	-	-	-	25	-	750
Metrologia	216	216	-	-	-	216	-	10.669
Montador de Estrutura e Tubulações	11	11	-	5	-	6	-	915
Movimentos de Produtos Perigosos	13	13	-	-	-	13	-	390
Operador de Caldeira	56	56	-	-	-	56	-	3.341
Operador de Esteira Sistema com Ponte Porte	14	14	-	-	-	14	-	840
Operador de Guindaste	3	3	-	-	-	3	-	120
Operador de Ponte Rolante	28	28	-	-	-	28	-	3.920
Prevenção de Acidentes	24	24	-	-	-	24	-	360
Prevenção e Combate a Incêndio	18	18	-	-	-	18	-	210
Princípios Básicos de Lubrificação	27	27	-	-	-	27	-	432
Pintura Metálica	10	10	-	-	-	10	-	420
Relações Humanas	686	686	-	-	-	686	-	6.894
Seleção de Aços	10	10	-	-	-	10	-	210
Segurança para Operadores de Corte e Solda	16	16	-	-	-	16	-	231
Tecnologia Mecânica	13	13	-	-	-	13	-	718
Telefonista de CPCT	10	10	-	-	-	10	-	320
Tratamento Análise de Água	10	10	-	-	-	10	-	1.440
TOTAL	3.436	3.436	-	15	-	3.421	-	93.057

FONTE: SENAI /87 - Relatório Anual - DR - Espírito Santo

TABELA 49
UNIDADE DE PRODUÇÃO: DIVISÃO DE TREINAMENTO - VITÓRIA - ES

CURSOS	CANDIDATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍCULAS	EVASÕES	REPROVAÇÕES	CPNCLUINTES	MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS/HORA
TREINAMENTO DE SUPERVISORES								
Análise Ocupacional	9	9	-	-	-	9	-	360
Chefia e Liderança	60	60	-	-	-	60	-	1.200
CMS-Conceitos Básicos	24	24	-	-	-	24	-	960
Comunicação na Empresa	17	17	-	-	-	17	-	340
Comunicação e Expressão	25	25	-	-	-	25	-	1.000
Desenvolvimento Interfuncional	75	75	-	-	-	75	-	1.500
Dinâmica de Grupo	12	12	-	-	-	12	-	240
Etiqueta Profissional	103	103	-	-	-	103	-	1.980
Folha de Cálculo	24	24	-	-	-	24	-	960
Gerência de Informações Open Acces	13	13	-	-	-	13	-	520
INDRH	40	40	-	-	-	40	-	1.146
Introdução a CCQS para Circu lista	21	21	-	-	-	21	-	420
Introdução a CCOS para Chefia	24	24	-	-	-	24	-	480
Liderança de Reuniões	9	9	-	-	-	9	-	180
Motivação	40	40	-	-	-	40	-	800
Noções de Supervisão	14	14	-	-	-	14	-	280
Organização e Métodos	7	7	-	-	-	7	-	112
Português	85	85	-	-	-	85	-	3.400
Planejamento e Organização	78	78	-	-	-	78	-	1.544
Processamento de Textos	37	37	-	-	-	37	-	1.480
Prevenção de Acidentes	29	29	-	-	-	29	-	435
Prevenção de Acidente para Membro de CIPA	877	877	-	-	-	877	-	17.230
Primeiros Socorros	601	601	-	-	-	601	-	8.036
Relações Humanas	401	401	-	-	-	401	-	6.894
Relações Humanas para Membros de CCQ	55	55	-	-	-	55	-	1.100
Relações Humanas no Trato com o Público	17	17	-	-	-	17	-	340
Relações Interpessoais	409	409	-	-	-	409	-	8.180
Seminários de Formação Didática	149	149	-	-	-	149	-	6.184
Supervisor de 1ª Linha	30	30	-	-	-	30	-	600
Técnicas de Supervisão	94	94	-	-	-	94	-	1.780
TWI 1ª Fase	24	24	-	-	-	24	-	240
TWI 2ª Fase	76	76	-	-	-	76	-	910
TWI 3ª Fase	95	95	-	-	-	95	-	1.190
TOTAL	3.574	3.574	-	-	-	3.574	-	72.021

FONTE: SENAI/BJ - Relatório Anual - BR - Espírito Santo

TABELA 50

UNIDADE DE PRODUÇÃO: DIVISÃO DE TREINAMENTO - VITÓRIA - ESPÍRITO SANTO

CURSOS	CANDIDATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍCULAS	EVASÕES	REPROVAÇÕES	CONCLUINTES	MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS/HORA
TREINAMENTO GERENCIAL								
Chefia e Liderança	9	9	-	-	-	9	-	144
Desenvolvimento Gerencial	10	10	-	-	-	10	-	150
TOTAL	19	19	-	-	-	19	-	294

FONTE: SENAI/87 - Relatório Anual - DR - Espírito Santo

TABELA 51

UNIDADE DE PRODUÇÃO: UNIDADES MÓVEIS

CURSOS	CANDIDATOS	MATRÍCULAS	REMATRÍCULAS	EVASÕES	REPROVAÇÕES	CONCLUINTES	MATRÍCULAS RESIDUAIS	ALUNOS/HORA
QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL								
Costureiro Industrial	106	106	-	5	-	77	24	13.993
Eletricista de Automóveis	99	94	-	10	-	84	-	10.591
Eletricista Bobinador	87	32	-	3	-	29	-	9.236
Eletricista Instalador Predial	235	117	-	10	-	73	34	25.606
Mecânico de Automóveis	104	54	-	14	-	40	-	14.384
Mecânico Diesel	68	68	-	-	-	68	-	9.596
Mecânico de Refrigeração	102	102	-	6	-	72	24	12.232
TOTAL	801	573	-	48	-	443	82	95.638
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL								
Comandos Elétricos	117	117	-	1	-	116	-	17.660
Comandos Hidráulicos	144	144	-	2	-	142	-	14.772
TOTAL	261	261	-	3	-	258	-	32.432

FONTE: SENAI/87 - Relatório Anual - DR - Espírito Santo

8.

ANTECEDENTES DE PLANEJAMENTO

8.1. PLANEJAMENTO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO

O processo de desenvolvimento econômico que experimentou o Estado do Espírito Santo, a partir da década de 70, através de maciços investimentos de grandes corporações internacionais na área industrial, obviamente viria provocar pressões sobre o setor público, especialmente quanto aos serviços essenciais voltados para o atendimento das necessidades diretamente relacionadas com os problemas da população. Dessa forma, visualizou-se um quadro de futuras demandas por serviços tais como: educação, saúde, segurança, abastecimento de água, etc., que exigiriam contrapartida adequada por parte da administração pública.

Diante deste panorama, o governo do Estado encomendou um diagnóstico de sua situação institucional, que buscou ser abrangente o suficiente para detectar a tendência do crescimento industrial, em particular, e do econômico, em geral. Tal diagnóstico tinha como objetivo projetar o nível de eficiência interventiva que deveria ter a máquina administrativa estadual e quais as correções que deveriam ser efetuadas, a fim de que o Poder Executivo passasse a desempenhar um papel mais efetivo na condução do desenvolvimento estadual.

Diante das previsões de que a capacidade de resposta do setor público, frente às responsabilidades futuras, seria muito pequena, chegou-se à conclusão de que era preciso dotar o Governo do Estado de instrumentos gerenciais e operacionais capazes de torná-lo mais apto a gerir o crescimento econômico.

Assim, foi elaborado o texto da Lei nº 3043, de 31 de dezembro de 1975, redefinindo toda a organização do Poder Executivo e, posteriormente, elaborados os decretos que regulamentaram todas as Secretarias de Estado e órgãos

de administração indireta.

Em termos de organograma as alterações foram muito profundas, podendo ser observado forte ênfase na questão gerencial, ou seja, buscou-se através da melhoria dos serviços-meio um melhor desempenho dos serviços-fim, acreditando-se que os primeiros representavam o maior obstáculo.

8.1.1. INSTITUIÇÕES RESPONSÁVEIS

A Lei nº 3.043 descreve dois tipos de Secretaria de Estado: as de natureza instrumental e as de natureza substantiva. As instrumentais são as que centralizam e provêem os meios administrativos necessários à ação do governo. As substantivas são aquelas de orientação técnica especializada e de execução por administração direta, delegação ou adjudicação, dos programas e projetos definidos ao aprovados pelo Governador do Estado. Cada uma das Secretarias Instrumentais, prestadoras dos serviços - meio - pessoal, administração geral, recursos financeiros e planejamento - ganham um terminal em todas as demais denominados grupos setoriais. Foram criados quatro grupos setoriais: recursos humanos, financeiro, administrativo e de planejamento. A concepção do sistema estrutural, citada na Lei nº 3.043, compreende a existência de uma organização-base, ao nível de Secretaria de Estado, com capacidade normativa e centralizada da qual emanam grupos setoriais como unidades executivas.

Desde a última reforma administrativa de 1975, a estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual não sofre modificação profundas, tendo apenas experimentado pequenas mudanças para adaptá-la aos diferentes estilos de governo. Cabe ressaltar que, a despeito da previsão de um novo impacto na estrutura sócio-econômico estadual, com a iminente duplicação de suas maiores indústrias, não se nota, ao nível de Poder Executivo, indícios de um possível processo de modernização de sua máquina burocrática.

O órgão base do Sistema Estadual de Planejamento - Dec.1494-N de 26.11.80 - é a Coordenação Estadual do Planejamento - COPLAN, entidade da adminis

tração direta, integrante da governadoria do Estado, instituída para promover a Coordenação Geral do Sistema Estadual de Planejamento, compreendendo as atividades de consolidação do planejamento setorial no Plano Geral do Governo, a orçamentação, articulação com os municípios e a prestação de informações técnicas, atendendo às Secretarias de Estado e à Governadoria. O fato de estar ligada à governadoria permite à COPLAN uma maior participação no processo decisório governamental, além de permitir também melhores condições de coordenação intersecretarial das ações de governo.

Objetivando um maior apoio ao planejamento governamental a Lei nº 3.043 criou também a Fundação Jones dos Santos Neves, hoje transformada em Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN, entidade autárquica de apoio operacional da COPLAN. O IJSN tem por objetivos o apoio ao processo de tomada de decisão do Governo ao planejamento governamental, à coordenação dos Programas de Ação do Governo Estadual na área de desenvolvimento urbano e regional, na integração intersectorial, no assessoramento aos municípios, na formulação de diretrizes e propostas de planejamento urbano e regional, bem como na identificação de fontes de captação de recursos.

Vale acrescentar que o IJSN tem um papel fundamental no Sistema Estadual de Planejamento, principalmente na elaboração de projetos para minimizar os efeitos maléficis do impacto industrial no aglomerado urbano da Grande Vitória.

Em nível de planejamento global do desenvolvimento no Estado, pode-se citar também a SUPPIN - Superintendência dos Projetos de Polarização Industrial, entidade autárquica vinculada à Secretaria da Indústria e do Comércio do Governo Estadual. A SUPPIN tem por finalidade estudar e planejar geograficamente as áreas ou regiões de desenvolvimento prioritário para efeito de instalação e ordenação de empreendimentos industriais

adotar as providências para sua efetiva implantação e operação, visando a dinamização da Economia do Estado.

Outra entidade de relevante importância no planejamento estadual é o Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo, instituição financeira de economia mista. O BANDES, como agente financeiro da política de desenvolvimento do Estado, tem por objetivo a prática de todas as operações bancárias privadas de Bancos de Desenvolvimento, compreendendo apoio financeiro a investimentos em infra-estrutura básica, agropecuária, indústria, comércio, serviços, turismo, reflorestamento e outras operações definidas em Programas de Financiamento recomendados pelo Plano de Desenvolvimento Estadual.

8.1.2. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO FUNCIONAL

Em termos de mecanismos de coordenação funcional foi criada pela Lei nº 3.043 a Coordenação do Desenvolvimento Econômico e Social do Estado - CDES. Mais recentemente, através do Decreto 2536-N de 18 de outubro de 1987, foi disciplinado o funcionamento da CDES, como órgão de assessoramento ao governador na promoção de iniciativas dos diferentes órgãos da Administração Pública Estadual.

Esta medida objetiva ampliar a participação crítica dos dirigentes daqueles órgãos nos programas setoriais, evitar duplicidades, integrar ações programáticas e possibilitar a troca de informações e a institucionalização de canais de comunicação entre os dirigentes e o órgão que dirigem.

A CDES se expressa funcionalmente através de reuniões periódicas, convocadas e presididas pelo Governador do Estado, e se subdivide nas seguintes áreas de interesse: Coordenação da Infra-Estrutura Administrativa-COINFRA, Coordenação da Ação Econômica - CAE, Coordenação da Ação Social - CAS e Gabinete ou Secretariado. Além de autoridades do primeiro e segundo escalão do Governo, podem ser convocadas para as referidas reuniões pessoas externas ao serviço público estadual, sendo que o apoio técnico à CDES fica a cargo da COPLAN.

8.1.3. A ATUAÇÃO DO GOVERNO ESTADUAL

Segundo a Lei nº 3.043, o resultado das ações do Poder Executivo deve propiciar o aprimoramento crescente das condições sociais e econômicas da população estadual nos seus diferentes segmentos e a perfeita integração do Estado ao esforço de desenvolvimento nacional.

Neste sentido, não se pode deixar de citar os limites que restringem a atuação do Governo Estadual na condução do processo de desenvolvimento estadual.

Um dos principais obstáculos - de natureza conjuntural - diz respeito aos escassos recursos alocados pelo Governo Federal no Estado do Espírito Santo. Acrescente-se a este fato a atual **operação desmonte** do Governo Federal, retirando de forma abrupta os investimentos na área social, em virtude das mudanças na distribuição dos recursos tributários definidos na nova Constituição.

Outro sério obstáculo à autonomia estadual na condução do seu processo de desenvolvimento está relacionado ao crescente processo de industrialização. As grandes decisões de investimentos industriais no Estado - Siderurgia, Transportes Ferroviários, Celulose, etc., tem sido tomadas fora do Estado, ou seja, são formados verdadeiros enclaves alheios às decisões internas, sem participação do Governo Estadual e da sociedade capixaba.

Os sérios problemas ambientais e sociais, entre outros, reflexos do processo de industrialização, poderiam ter sido minimizados se o Estado tivesse tido uma maior participação nas decisões. Outrossim, o Governo do Estado tem demonstrado sérias preocupações quanto a este aspecto, haja vista que tem tomado medidas em nível político e administrativo, para maior poder de influência naquelas decisões de investimento. Neste sentido também, o governo está elaborando, através do Instituto Jones dos Santos Neves, o Plano Diretor de Desenvolvimento para o Estado, com a participação de vários órgãos estaduais e, inclusive, de representantes das grandes empresas aqui instaladas, tais como: Aracruz Celulose, Companhia Siderúrgica do Tubarão, Companhia Vale do Rio Doce, entre outras.

8.2. PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

8.2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A fim de se estabelecer, para efeito deste estudo, o que se convencionou chamar de **principal**, em termos de programas e projetos governamentais, parte-se inicialmente do pressuposto de que ações principais são aquelas cujos investimentos sejam priorizados ao nível de recursos alocados. Assim, define-se como **principais programas e projetos governamentais** aqueles em que o Governo aloca maior volume de recursos.

Em seguida, definiu-se quais os períodos a considerar-se para fins de análise. Inicialmente foram consideradas as prioridades contidas nos orçamentos anual (1988) e plurianual (88/90), haja vista os dois anos de exercício do atual Governo, e, sendo assim esses os documentos melhor retratam suas prioridades.

Para o levantamento dos programas e projetos, observou-se nos orçamentos anual e plurianual como estavam distribuídos os recursos entre aqueles. Através de um processo comparativo, verificou-se que haveria um valor referencial, a partir do qual seria possível afirmar que determinado programa ou projeto estaria sendo priorizado pelo Governo atual. Assim, listou-se os principais programas e projetos, especificando a natureza das ações, os recursos previstos para o triênio 88/90 e as fontes de recursos. Mais adiante, fez-se uma comparação entre a previsão orçamentária para o triênio 88/90 e o balanço de 1987, a fim de detectar, entre outras coisas, tendências de continuidade e prioridades.

A seguir, com base no documento **Detalhamento do Programa de Trabalho para o exercício financeiro de 1988** do Governo Estadual, tentou-se efetuar o levantamento das áreas de atuação prioritárias dos principais programas e projetos, bem como os objetivos e especificações dos mesmos, a fim de verificar os possíveis rebatimentos com Saneamento Rural. Vale ressaltar que, a partir do referido documento, não foi possível detectar áreas prioritárias de atuação intensiva, uma vez que as informações eram genéricas, em sua maioria e pró-forma quando especificadas. A solução metodológica

encontrada foi complementar essas informações através de levantamentos efetuados diretamente nos respectivos órgãos.

Após visitar alguns órgãos, detectou-se a ausência de informações e dados agregados que pudessem viabilizar uma análise a respeito das áreas que estavam sendo priorizadas no decorrer deste ano e das que foram priorizadas no ano anterior, ou seja, das áreas prioritárias para o atual Governo. Na verdade, concluiu-se que para obter um mapeamento das áreas priorizadas, seja consolidado por **função de governo**, seja por **projetos**, seria necessário dispor-se de recursos de tempo e de pessoal, incompatíveis com as atuais disponibilidades da equipe e com as prioridades do trabalho.

8.2.2. AS PRIORIDADES DO GOVERNO

Abordou-se a questão da prioridade somente do ponto de vista da natureza de ações para o triênio 1988/90, uma vez que não é possível a obtenção de dados fidedignos sobre as áreas de atuação intensiva.

Conforme o Orçamento Estadual para 1988, as despesas financeiras com Recursos do Tesouro atingem o montante de Cz\$ 44.700.515.814,00 (quarenta e quatro bilhões, setecentos milhões, quinhentos e quinze mil e oitocentos e quatorze cruzados) e estão assim discriminadas por categorias econômicas:

	Cz\$ (1,00)	PARTICIPAÇÃO (%)
Despesas Correntes	22.954.797.383	51,3
Despesas de Capital	19.045.718.431	42,7
Reserva de Contingência	2.700.000.000	6,0
TOTAL	<hr/> 44.700.515.814	<hr/> 100,0

Por funções de Governo, estas despesas apresentam a seguinte especificação:

	Cz\$ (1,00)	Participação (%)
Legislativa	847.132.188	1,9
Judiciária	1.297.843.000	2,9
Administração e Planejamento	11.320.157.958	25,3
Agricultura	1.752.169.545	3,9
Comunicação	299.213.703	0,7
Segurança Pública	2.572.277.000	5,8
Educação e Cultura	6.221.720.043	13,9
Energia e Recursos Minerais	43.336.025	0,2
Habitação e Urbanismo	1.957.630.415	4,4
Indústria, Comércio e Serviços	195.502.000	0,4
Saúde e Saneamento	4.433.880.834	9,0
Assistência e Previdência (inclusive trabalho)	3.549.004.578	7,9
Transporte	7.008.648.525	15,7
Desenvolvimento Regional	502.000.000	1,1
Reserva de Contingência	2.700.000.000	6,0
TOTAL	44.700.515.814	100,0

Em termos relativos destacam-se as funções: Administração e Planejamento, Transporte, Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Assistência e Previdência e Segurança Pública. Cabe ressaltar que na função Administração e Planejamento estão alocadas as despesas com Inativos e Pensionistas, transferências ao FUNDAP e pagamento de juros e amortização da Dívida Pública

Estadual.

Contrapondo os projetos previstos para o triênio 1988/90 (Quadro I) aos efetivamente realizados no ano de 1987 (Quadro II) observa-se que as prioridades do Governo atual mantém uma certa continuidade. Dentre essas prioridades, destacam-se as seguintes áreas de atuação: Transporte Rodoviário, Transportes Urbanos, Eletrificação Rural, Saneamento, Habitação para populações de Baixa Renda, Restauração e Construção de Unidades Sanitárias, Obra¹ de Infra-estrutura e Equipamentos Comunitários em Núcleos Habitacionais, Incentivo a Atividade Portuários e Estradas Vicinais. Para que se tenha uma noção de como vêm se desenvolvendo atualmente essas ações, efetuou-se o levantamento das condições atuais de andamento dos principais projetos governamentais. O Quadro II mostra que praticamente a totalidade dos mesmos se encontra em execução (as fontes de recursos estão discriminados nas tabelas em anexo).

Por outro lado, analisando a alocação de recursos pelas diversas Secretarias Estaduais, ao longo dos últimos anos (Quadro IV) constata-se um maior destaque para as Secretarias de Transporte, Educação e Saúde; vindo a seguir as Secretarias do Interior, Segurança e Agricultura. Outrossim, verifica-se que o atual Governo vem aumentando - previsão orçamentária - seus investimentos nas Secretarias de Interior (de 1,6% em 87 para 7,2% em 89) e de Saúde (de 10,2% para 17,0%); por outro lado, reduziu significativamente os investimentos nas Secretarias de Transporte (de 33% em 86 para 10,4% em 89) e de Educação (de 18,1% em 86 para 13,1% em 89).

8.2.3. REBATIMENTO DOS PROJETOS GOVERNAMENTAIS COM SANEAMENTO RURAL

Após análise detalhada dos **Principais Projetos Governamentais** para o triênio 1988/90, verificou-se que, dada a natureza de suas ações, não é possível inferir rebatimentos com Saneamento Rural.

Sendo assim, verificou-se ao nível do Orçamento Plurianual, de forma geral, quais os projetos governamentais que teriam uma relação mais próxima

com o setor Saneamento Rural. Vale acrescentar que esta **relação** de proximidade passa necessariamente por uma compreensão mais abrangente do saneamento. Este é concebido, no presente trabalho, não somente como um dos componentes da infra-estrutura em aglomerados populacionais, mas, e fundamentalmente, um conjunto de ações voltadas para a Saúde Pública.

Dentro dessa visão, o Quadro V apresenta os programas e projetos do Governo Estadual que possuem uma vinculação mais estreita com Saneamento Rural, o total de recursos previstos para os mesmos, bem como as Secretarias Estaduais envolvidas em sua execução. Este **quadro** objetiva destacar os projetos que concentram esforços, para que os problemas sociais relacionados a Saneamento Rural sejam solucionados, uma vez que, ações isoladas apenas resolvem parcialmente a questão.

Abaixo, o detalhamento dos objetivos dos projetos relacionados no Quadro V:

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

- Aumentar a oferta estadual de alimentos, através da incorporação de novas áreas ao processo produtivo e da elevação de produtividade em terras já cultivadas, empregando tecnologias adequadas ao **uso racional do solo e da água**.
- . Aproveitamento de Várzeas e Conservação do Solo e Água em Microbacias Hidrográficas.
 - Implantar ao nível de microbacias hidrográficas, o **uso e manejo adequado dos recursos naturais** e estimular a organização participativa dos produtores, visando otimizar a sua renda e o seu benefício social, tendo como consequência a sua fixação no meio rural.
- . Fiscalização da Biota Nativa
 - Implantar um sistema de fiscalização mais eficiente, promovendo a **preservação de recursos naturais renováveis**; em especial as restingas e manguezais;

- Contribuir para formação de uma mentalidade conservacionista, especialmente no que se refere a **utilização racional dos recursos naturais**;
 - Fazer cumprir o Código Florestal e a legislação pertinente.
- . Recuperação das Matas Ciliares
- Minimizar o assoreamento dos **mananciais hídricos**;
 - Promover o **reflorestamento ciliar** com essência nativas e/ou frutíferas;
 - Incentivar o reflorestamento como prática de **conservação do solo**;
 - Promover a recuperação da **cobertura florestal** outrora existente ao longo dos **rios e córregos**;
 - Municipalizar as ações conservacionistas, através do envolvimento com Prefeituras Municipais, Comunidades e Produtores Rurais.
- . Programa Estadual de Saneamento Rural
- Coordenar e apoiar estudos, programas e projetos destinados à **melhoria** das condições ambientais e de saúde das populações rurais.
- . Abastecimento de Água nas Comunidades de Pequeno Porte
- **Abastecimento de Água** em comunidades com população inferior a 5.000 habitantes.
- . Obras de Saneamento em Geral
- Implementar e ampliar **Sistemas de Saneamento Básico** em comunidades **me**nos desenvolvidas.
- . Obras de Infra-Estrutura e Equipamentos Comunitários em Núcleos Habitacionais.

- Garantir às famílias de baixa renda, na Grande Vitória e no interior do Estado, o custeio direto da infra-estrutura de conjuntos habitacionais, de modo que o custo total unitário incidente na prestação habitacional fique contido dentro de limites aceitáveis.

Haja vista a necessidade de integração das ações de Saneamento Rural com demais ações de Saúde Pública, o Quadro VI apresenta as principais **atividades** governamentais com rebatimentos diretos no Saneamento Rural. Abaixo, as referidas atividades e a explicitação dos seus objetivos:

- . Apoio às Atividades Relativas ao Controle de Agrotóxicos.
 - Manter o controle da comercialização e do uso de agrotóxicos no Estado do Espírito Santo.
- . Coordenação do Programa de Tecnologia Apropriada ao Pequeno Produtor Rural.
 - Coordenar o desenvolvimento de tecnologias adaptadas à realidade do pequeno produtor do Estado do Espírito Santo;
 - Estimular um modelo agropecuário mais autosustentável, menos poluidor do meio ambiente e que priorize a preservação dos recursos naturais.
- . Desenvolvimento de Pesquisas em Pequenos Vales Úmidos e Microbacias Hidrográficas.
 - Verificar os problemas físicos e químicos que ocorrem nos solos de várzeas;
 - Buscar culturas alternativas visando o uso mais racional destas áreas;
 - Relacionar os dados de solos obtidos com os dados climatológicos, com vistas a obtenção de alternativas mais eficientes e criteriosas no uso da terra;
 - Realizar análise de resíduos agrotóxicos nas águas que constituem as bacias hidrográficas.

- . Elaboração e Acompanhamento de Projetos do Provárzea e Microbacias Hidrográficas.
 - Incorporar várzeas não utilizadas ou subexploradas ao processo produtivo, mediante manejo racional dos recursos naturais;
 - Introduzir técnicas de manejo racional de água em microbacias hidrográficas.

- . Preservação dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente e Uso de Agrotóxicos
 - Orientar e conscientizar os produtores rurais para o melhor uso do solo, segundo sua capacidade de uso para técnicas recomendadas de controle à erosão.
 - Incrementar o reflorestamento conservacionista ao nível de pequenos imóveis rurais.

- . Apoiar os Pequenos Produtores em Atividades de Reflorestamento.
 - Promover e incentivar o reflorestamento segundo a capacidade de uso do solo e as técnicas recomendada de conservação, manejo e recuperação dos recursos naturais renováveis;
 - Propiciar a proteção dos mananciais hídricos, através do uso racional do solo;
 - Contribuir para a formação de uma consciência de conservação e uso racional dos recursos naturais, junto aos produtores rurais;
 - Criar fontes alternativas de renda;
 - Atenuar a tendência migratória campo-cidade.

- . Aproveitamento de Várzeas e de Microbacias Hidrográficas.
 - Promover e incentivar o reflorestamento, segundo a capacidade de uso do solo e as técnicas recomendadas de conservação, manejo e recuperação dos recursos naturais renováveis.

- . Consolidação e Preservação de Parques e Reservas Florestais.
 - Promover a preservação de amostras significativas de ecossistemas na turais do Estado;
 - Proporcionar opções de utilização de áreas de recreação e lazer;
 - Despertar a conscientização conservacionista da população;
 - Ensejar a pesquisa sobre os recursos naturais renováveis;

- . Controle e Preservação do Meio Ambiente.
 - Preservar, melhorar e recuperar o meio ambiente.

- . Saneamento do Meio.
 - Promover o conforto das habitações e preservar o meio natural;
 - Garantir condições higiênicas nos estabelecimentos comerciais;
 - Evitar a poluição do solo e dos mananciais de abastecimento d'água e recreação;
 - Controlar e prevenir as doenças redutíveis por Saneamento.

- . Ações de Laboratório em Saúde Pública.
 - Melhorar o atendimento da população no que se refere ao diagnóstico e controle das doenças prevalentes;
 - Apoiar os serviços de fiscalização da Secretaria de Saúde na área de Vigilância Sanitária, Saneamento e Meio Ambiente.

QUADRO I

PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - PERÍODO 1988/1990

		Cz\$ 1,00		
ÓRGÃO	PROGRAMAS/PROJETOS	1988	1989	1990
SETR	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	4.600.032.800	5.919.167.000	8.663.884.000
(DER)	Construção e/ou Recuperação de Estradas Vicinais	699.000.000	1.048.000.000	1.572.000.000
(DER)	Construção e Pavimentação de Rodovias	1.299.170.000	1.900.000.000	2.850.000.000
(DER)	Restauração de Rodovias	2.006.000.000	1.900.000.000	2.511.500.000
	PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	1.200.000.000	100.000.000	-
	Participação Societária do Estado na Companhia de Exploração da Terceira Ponte	1.200.000.000	100.000.000	-
	TRANSPORTES URBANOS	1.224.300.525	815.868.483	1.128.818.000
	Implementação do Sistema de Transporte Coletivo da Grande Vitória	1.110.703.253	400.000.000	500.000.000
SEIN	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	502.000.000	453.400.000	680.780.000
	Participação do Estado no FUNDES - Programa de Eletrificação Rural	502.000.000	453.400.000	680.780.000
	SANEAMENTO	773.495.000	1.100.242.000	1.650.363.000
	Fundo de Água e Esgoto	342.258.000	513.387.000	770.080.000
	Obras de Saneamento em Geral	155.623.000	203.434.000	305.151.000
	Aumento de Capital da Companhia Espírito Santense de Saneamento	169.111.000	253.666.000	380.500.000

Continua

Continuação

QUADRO I

PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - PERÍODO 1988/1990

Cz\$ 1,00

ÓRGÃO	PROGRAMAS/PROJETOS	1988	1989	1990
SEIN	HABITAÇÃO	1.001.222.415	751.834.000	1.127.750.000
	Implantação do Programa de Moradia para População de Baixa Renda	531.222.415	46.834.000	70.250.000
	Aumento de Capital da Companhia Habitacional do Espírito Santo	470.000.000	705.000.000	1.057.500.000
	URBANISMO	951.408.000	1.427.112.000	2.140.668.000
	Obras de Infra-Estrutura e Equipamentos Comunitários em Núcleos Habitacionais	951.408.000	1.427.112.000	2.140.668.000
SEDU	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.031.599.581	1.488.958.682	2.454.088.851
	Fundo Estadual de Educação	1.031.599.581	1.488.958.682	2.454.088.851
SESA	SAÚDE	3.640.350.834	6.060.248.665	10.300.177.930
	Restauração, Adaptação e Ampliação de Unidades Sanitárias	130.256.000	190.500.000	285.750.000
(IESP)	Construção de Unidades Hospitalares nos Municípios de Vila Velha e Cariacica	225.000.000	-	-

Continua

Continuação

QUADRO I

PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - PERÍODO 1988/1990

		Cz\$ 1,00		
ÓRGÃO	PROGRAMAS/PROJETOS	1988	1989	1990
(IESP)	Construção do Hospital Regional de Linhares	140.000.000	-	-
(IESP)	Expansão e Aperfeiçoamento Técnico de Pessoal	190.190.335	323.323.569	872.973.629
SEJU	. PROCESSO JUDICIÁRIO	306.469.600	270.581.000	319.367.000
	Edificações e Equipamentos para o Sistema Penitenciário	205.069.000	100.000.000	50.000.000
SESP	. SEGURANÇA PÚBLICA	2.536.293.700	3.941.233.290	6.653.256.593
COPLAN	. PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	536.634.772	831.461.019	1.292.278.744
	Participação Financeira do Estado no FUNDES - Programa de Operações Especiais	453.200.000	695.000.000	1.068.340.000
	. ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA			
	Incentivo ao Setor Privado através do Fundo de Incentivo às Atividades Portuárias	960.000.000	1.440.000.000	2.160.000.000
SEAS	. ASSISTÊNCIA	443.135.783	565.071.431	926.949.813
SEAG	. CIÊNCIA E TECNOLOGIA	513.653.244	857.504.520	1.449.746.084

Continua

Continuação

QUADRO I

PRINCIPAIS PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA - PERÍODO 1988/1990

Cz\$ 1,00

ÓRGÃO	PROGRAMAS/PROJETOS	1988	1989	1990
SEAG	ABASTECIMENTO	295.864.847	-	-
	Construção e/ou Recuperação de Estradas Vicinais	208.697.927	740.000.000	1.050.000.000

Fonte: Orçamento Plurianual de Investimento - Triênio 1988/1990

Governo do Estado do Espírito Santo

QUADRO II

PRINCIPAIS PROJETOS GOVERNAMENTAIS - PERÍODO 1987

		Cz\$ 1,00
ÓRGÃO	PROJETOS	1987
COPLAN	. Participação Financeira do Estado no FUNDES - Programas Especiais	180.550.482
	. Participação Societária do Estado no Capital da CETERPO	204.000.000
	. Incentivo ao Setor Privativo através do FUNDAP	577.550.379
SEFA	. Participação Financeira do Estado no Capital de Entidades Financeiras	118.117.440
SETR	. Participação Financeira do Estado no FUNDES - Programa de Eletrificação Rural	46.672.843
	. Revitalização e Operacionalização do Transporte Aquaviário	65.728.013
	. Projetos a cargo do DER - Rodovias	1.237.731.758
	. Projetos a cargo do DER - Estradas Vicinais	124.937.902
	. Participação Societária do Estado no capital da CETERPO	200.000.000
SEDU	. Fundo Estadual de Educação	415.774.541
SESA	. Conclusão das Obras dos Hospitais de Carapina e São Mateus	107.542.372
	. Projetos a cargo do IESP	118.133.775
SEIN	. Participação Financeira do Estado no FUNDES - Programa de Eletrificação Rural	104.206.202
	. Obras de Infra-Estrutura e Equipamentos Comunitários em Núcleos Habitacionais	101.990.555

Fonte: Balanço de 1987/Governo do Estado do Espírito Santo.

QUADRO III

SITUAÇÃO ATUAL DOS PRINCIPAIS PROJETOS GOVERNAMENTAIS/OUTUBRO DE 1988

Cz\$ 1,00

ÓRGÃO	PROJETOS	PREVISTO	REALIZADO	SITUAÇÃO ATUAL
SEDU	Fundo Estadual de Educação	1.031.599.581	423.339.075	Em execução
SESA	Restauração, Adaptação e Ampliação de Unidades Sanitárias	130.256.000	1.110.458.000	Em execução
	Projetos a cargo do IESP	555.190.335	140.288.903	Em execução
SEAG	Construção e/ou Recuperação Estradas Vicinais	208.697.927	78.912.300	Em execução
SEJU	Edificações e Equip. para o Sist. Penitenciário	205.069.000	-	Orçam. 89
SETR	Participação Societária do Estado na CETERPO	1.200.000.000	-	Orçam. 89
	Implementação do Sistema de Transporte Coletivo da Grande Vitória	1.110.703.253		Em execução
	Construção e/ou Recuperação Estradas Vicinais	699.000.000	628.431.172	Em execução
	Construção e Pavimentação de Rodovias	1.299.170.000	2.561.627.537	Em execução
	Restauração de Rodovias	2.006.000.000	241.903.002	Em execução
SEIN	Fundo de Água e Esgoto - FAE	342.258.000	-	Paralisado
	Aumento de Capital da CESAN	169.111.000	78.000.000	Em execução
	Obras de Saneamento em Geral	155.623.000	125.000.000	Em execução
	Implantação do Programa de Moradia para População de Baixa Renda	531.222.415	10.000.000	Em execução
	Aumento de Capital da COHAB	470.000.000	70.000.000	Em execução
	Participação do Estado no FUNDES - Programa de Eletrificação Rural	502.000.000	400.000.000	Em execução
	Obras de Infra-estrutura e Equipamentos Comunitários em Núcleos Habitacionais	951.408.000	500.000.000	Em execução

QUADRO IV
EVOLUÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃOS - PERÍODO 1985 a 1989
RECURSOS DO TESOURO

Cz\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	1985 (A) REALIZADA	%	1986 (B) REALIZADA	%	1987 (C) REALIZADA	%	1988 (D) ORÇADA	%	1989 (E) PROP. ORÇAM. GERAL	%
PODER LEGISLATIVO	25.040	1,2	78.255	1,2	323.926	2,0	847.132	1,9	26.997.980	2,3
. Assembléia Legislativa	18.118	0,9	57.652	0,9	252.678	1,6	721.700	1,6	20.678.500	1,8
. Tribunal de Contas	6.922	0,3	20.603	0,3	71.248	0,4	125.432	0,3	6.319.480	0,5
PODER JUDICIÁRIO	36.023	1,7	107.871	1,6	383.173	2,4	680.514	1,5	22.804.786	1,9
. Tribunal de Justiça	35.122	1,6	105.038	1,5	372.834	2,3	664.750	1,4	22.323.369	1,8
. Corregedoria Geral da Justiça	901	0,1	2.833	0,1	10.339	0,1	15.764	0,1	481.417	0,1
PODER EXECUTIVO	2.051.209	97,1	6.473.216	97,2	15.410.905	95,6	40.472.870	90,5	1.143.694.742	95,8
- Área Instrumental	150.676	7,1	584.341	8,3	1.673.420	10,4	3.568.172	8,0	103.592.537	8,7
. Governadoria (Casa Civil, Militar = AGE)	21.057	1,0	72.407	1,1	252.411	1,6	147.136	0,3	17.354.232	0,9
. Procuradoria Geral do Estado	5.015	0,2	16.693	0,3	46.374	0,3	83.071	0,2	1.890.621	0,2
. Procuradoria Geral da Justiça	9.457	0,4	30.110	0,5	98.004	0,6	212.747	0,5	5.596.863	0,5
. Vice-Governadoria	1.386	0,1	42.856	0,6	28.974	0,2	60.371	0,1	679.182	0,1
. Coordenação Estadual do Planejamento	38.700	1,8	136.257	2,0	388.411	2,4	1.097.308	2,4	22.677.208	1,9
. Sec. Extraord. p/ Org. e Desc. Administrativa	-	-	-	-	-	-	42.893	0,1	1.846.692	0,2
. Sec. Estado da Adm. e dos Rec. Humanos	14.410	0,7	93.201	1,4	162.909	1,0	464.512	1,0	14.182.801	1,2
. Sec. Estado da Fazenda	60.651	2,9	192.817	2,9	696.336	4,3	1.460.134	3,3	39.364.938	3,4
- Área Econômica	759.567	36,0	2.719.244	40,8	3.587.998	22,3	13.636.526	30,5	241.746.902	20,3
. Sec. de Estado da Agricultura	50.516	2,4	205.879	3,1	436.798	2,7	1.703.224	3,8	26.856.565	2,3
. Sec. de Estado da Indústria e Comércio	14.627	0,7	53.580	0,8	81.151	0,5	235.502	0,5	4.280.359	0,4
. Sec. de Estado dos Transp. e Obras Públicas	650.199	30,8	2.204.721	33,1	2.813.887	17,5	8.409.783	18,8	124.200.876	10,4
. Sec. de Estado do Interior	44.225	2,1	255.064	3,8	256.162	1,6	3.282.017	7,3	86.409.102	7,2
- Área Social	625.832	29,6	2.146.521	32,2	5.937.129	36,8	13.409.001	30,0	461.187.670	38,5
. Sec. de Estado da Ação Social	16.620	0,8	55.569	0,8	127.187	0,8	674.513	1,5	11.345.864	0,9
. Sec. de Estado da Educação e Cultura	361.921	17,1	1.205.829	18,1	2.928.469	18,2	6.103.687	13,6	156.960.237	13,1
. Sec. de Estado da Justiça	5.483	0,3	20.520	0,3	57.965	0,4	321.511	0,7	10.839.571	0,9
. Sec. de Estado da Saúde	101.732	4,8	430.645	6,4	1.658.596	10,2	3.658.386	8,2	203.294.800	17,0
. Sec. de Estado da Segurança Pública	140.076	6,6	433.958	6,5	1.140.624	7,0	2.572.277	5,8	73.765.095	6,1
. Sec. de Estado do Trabalho	-	-	-	-	24.288	0,2	78.627	0,2	758.418	0,1
. Sec. de Estado para Assuntos do Meio Ambiente	-	-	-	-	-	-	-	-	4.223.685	0,4
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	515.134	24,4	1.023.110	15,4	4.212.358	26,1	9.459.558	21,3	291.167.633	24,4
RESERVA DE CONTIGÊNCIA							2.700.000	6,0	46.000.000	3,9
SUBTOTAL	2.112.272	100,0	6.659.341	100,0	16.118.004	100,0	44.700.516	100,0	1.193.497.508	100,0
TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS (ICM-IPVA)									170.500.000	-
TRANSFERÊNCIAS AO FUNRES									33.700.000	-
TOTAL GERAL	2.112.272	100,0	6.659.341	100,0	16.118.004	100,0	44.700.516	100,0	1.397.697.508	100,0

Fonte: Departamento de Elaboração e Acompanhamento - COPLAN

QUADRO V

PROGRAMAS E PROJETOS GOVERNAMENTAIS COM REBATIMENTOS NO SANEAMENTO RURAL

ÓRGÃO	PROGRAMA	Cz\$ 1,00		
		1988	1989	1990
SEAG	Saneamento	45.622.591	281.800.000	727.000.000
	. Programa Estadual de Irrigação e Drenagem	35.522.591	130.000.000	200.000.000
	. Aproveitamento de Várzeas e Conservação do Solo e Água em Microbacias Hidrográficas	10.100.000	151.800.000	527.000.000
	Preservação de Recursos Naturais Renováveis	48.648.775	78.304.964	126.532.058
	. Fiscalização da Bio Nativa	14.949.808	-	-
	. Recuperação das Matas Ciliares	800.000	-	-
SEIN	Urbanismo	951.408.000	1.427.112.000	2.140.668.000
	. Obras de Infra-estrutura e Equipamentos Comunitários em Núcleos Habitacionais	951.408.000	1.427.112.000	2.140.668.000
	Saneamento	773.495.000	1.100.242.000	1.650.363.000
	. Abastecimento de Água nas Comunidades de Pequeno Porte	84.503.000	126.755.000	190.132.000
	. Programa Estadual de Saneamento Rural	22.000.000	3.000.000	4.500.000
	. Obras de Saneamento Geral	155.623.000	203.434.000	305.151.000

Fonte: Orçamento Plurianual de Investimentos.

Governo do Estado do Espírito Santo.

QUADRO VI

PROGRAMAS/ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS COM REBATIMENTO NO SANEAMENTO RURAL

Cz\$ 1,00

ÓRGÃO	PROGRAMAS/ATIVIDADES	VALOR
SESA	<p>SAÚDE</p> <ul style="list-style-type: none"> . Controle e Preservação do Meio Ambiente . Saneamento do Meio . Ações de Laboratório em Saúde Pública 	<p>6.650.000</p> <p>65.150.000</p> <p>53.300.000</p>
SEAG	<p>PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE</p> <ul style="list-style-type: none"> . Apoio às Atividades Relativas ao Controle de Agrotóxicos 	<p>2.271.400</p>
	<p>CIÊNCIA E TECNOLOGIA</p> <ul style="list-style-type: none"> . Coordenação do Programa de Tecnologia Apropriada ao Pequeno Produtor Rural . Desenvolvimento de Pesquisas em Pequenos Vales Úmidos e Microbacias Hidrográficas 	<p>4.855.500</p> <p>3.105.396</p>
	<p>PROMOÇÃO E EXTENSÃO RURAL</p> <ul style="list-style-type: none"> . Elaboração e Acompanhamento de Projetos de Provárzeas e Microbacias Hidrográficas . Preservação dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente e Uso de Agrotóxicos 	<p>69.111</p> <p>23.135.000</p>
	<p>PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS</p> <ul style="list-style-type: none"> . Apoio aos Pequenos Produtores em Atividades de Reflorestamento . Apoio aos Projetos do Provárzeas e de Microbacias Hidrográficas . Consolidação e Preservação de Parques e Reservas Florestais 	<p>17.405.000</p> <p>1.585.000</p> <p>19.198.947</p>

Fonte: Orçamento Plurianual de Investimentos
 Governo do Estado do Espírito Santo

TABELA 52
 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA
 GABINETE DO SECRETÁRIO
 AGRICULTURA
 ABASTECIMENTO
 ESTRADAS VICINAIS
 CONSTRUÇÃO E/ OU RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS CORRENTES			36.783.000
Despesas de Custeio			36.783.000
Serviços de Terceiros e Encargos		36.783.000	
Outros Serviços e Encargos	36.783.000		
Recursos Ordinários	36.783.000		
DESPESAS DE CAPITAL			171.914.927
Investimentos			171.914.927
Obras e Instalações		171.914.927	
Cota Parte do Fundo Especial	171.914.927		
TOTAL			208.697.927

TABELA 53

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA

GABINETE DO SECRETÁRIO

JUDICIÁRIA

PROCESSO JUDICIÁRIO

EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

EDIFICAÇÕES E EQUIPAMENTOS PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			205.069.000
Investimentos			205.069.000
Obras e Instalações		200.569.000	
OP. de Crédito Interna	160.569.000		
Outros	40.000.000	4.500.000	
Equipamentos e Material Permanente		4.500.000	
OP. de Crédito Interna	4.500.000		
TOTAL			205.069.000

TABELA 54

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO NO FUNDES/PROGRAMA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS CORRENTES			2.000.000
Transferências Correntes			2.000.000
Transferências Intragovernamentais		2.000.000	
Contribuições a Fundos	2.000.000		
Cota Parte do IUEE	2.000.000		
DESPESAS DE CAPITAL			500.000.000
Transferências de Capital			500.000.000
Transferências Intragovernamentais		500.000.000	
Contribuições a Fundos	500.000.000		
Cota Parte do IUEE	300.000.000		
Outras	200.000.000		
TOTAL			502.000.000

TABELA 55

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SUBSECRETARIA

EDUCAÇÃO E CULTURA

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

ADMINISTRAÇÃO GERAL

FUNDO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS CORRENTES			207.796.553
Transferências Correntes			207.796.553
Transferências Intragovernamentais		207.796.553	
Contribuições a Fundos	207.796.553		
Recursos Ordinários	16.643.960		
Cota-Parte da C. Sal. Educação	103.212.856		
Convênios	87.936.737		
DESPESAS DE CAPITAL			823.803.028
Transferências de Capital			823.803.028
Transferências Intragovernamentais		823.803.028	
Contribuições a Fundos	823.803.028		
Cota Parte da C. Sal. Educação	460.561.832		
Convênios	191.019.596		
Op. Crédito Internas	172.221.600		
TOTAL			1.031.599.581

TABELA 56

SECRETARIA DO INTERIOR/GABINETE DO SECRETÁRIO

HABITAÇÃO E URBANISMO

HABITAÇÃO

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

AUMENTO DE CAPITAL DA COHAB

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			470.000.000
Inversões Financeiras			470.000.000
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Comerciais ou financeiras		470.000.000	
OP de Crédito Internas	470.000.000		
TOTAL			470.000.000

TABELA 57

GOVERNADORIA DO ESTADO

COPLAN

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO NO FUNDES/PROGRAMA DE OPERAÇÕES ESPECIAIS

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
ESPECIFICAÇÃO			76.000.000
Despesas Correntes			76.000.000
Transferências Correntes			
Transferências Intragovernamentais		76.000.000	
Contribuições a Fundos	76.000.000		
Recursos Ordinários	76.000.000		
DESPESAS DE CAPITAL			377.200.000
Transferências de Capital			377.200.000
Transferências Intragovernamentais		377.200.000	
Contribuições a Fundos	377.200.000		
Recursos Ordinários	254.000.000		
Cota Parte do IUM	38.000.000		
Convênios	26.000.000		
Op. de Crédito Internas	59.200.000		
TOTAL			453.200.000

TABELA 58

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR

GABINETE DO SECRETÁRIO

HABITAÇÃO E URBANISMO

HABITAÇÃO

ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE MORADIA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESA DE CAPITAL			531.222.415
Investimento			531.222.415
Investimento em Regime de Execução Especial		531.222.415	
Recursos Ordinários	1.222.415		
Convênios	30.000.000		
Outras	500.000.000		
TOTAL			531.222.415

TABELA 59

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR

GABINETE DO SECRETÁRIO

HABITAÇÃO E URBANISMO

HABITAÇÃO

ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS EM NÚCLEOS HABITACIONAIS

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			951.408.000
Investimentos			951.408.000
Obras e Instalações		951.408.000	
Op. de Crédito Internas	951.408.000		
TOTAL			951.408.000

TABELA 60

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR

GABINETE DO SECRETÁRIO

SAÚDE E SANEAMENTO

SANEAMENTO

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA

FUNDO DE ÁGUA E ESGOTO

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			342.258.000
Transferência de Capital			342.258.000
Transferências Intragovernamentais		342.258.000	
Contribuições a Fundos	342.258.000		
Op. Crédito Internas	342.258.000		
TOTAL			342.258.000

TABELA 61

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR

GABINETE DO SECRETARIO

SAÚDE E SANEAMENTO

SANEAMENTO

PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

AUMENTO DE CAPITAL DA CESAN

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			169.111.000
Investimentos			169.111.000
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Industriais ou Agrícolas		169.111.000	
Recursos Ordinários	169.111.000		
TOTAL			169.111.000

TABELA 62

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR

GABINETE DO SECRETARIO

SAÚDE E SANEAMENTO

SANEAMENTO

SANEAMENTO GERAL

OBRAS DE SANEAMENTO EM GERAL

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			155.623.000
Investimentos			155.623.000
Obras e Instalações		155.623.000	
Convênios	30.000.000		
Op. de Crédito Internas	105.623.000		
Outras	20.000.000		
TOTAL			155.623.000

TABELA 63

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
GABINETE DO SECRETÁRIO
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA
PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DO ESTADO NO CAPITAL DA CETERPO

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			1.200.000.000
Investimento			1.200.000.000
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas Industriais ou Agrícolas		1.200.000.000	
Outras	1.200.000.000		
TOTAL			1.200.000.000

TABELA 64

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

TRANSPORTE

TRANSPORTE URBANOS

SERVIÇOS DE TRANSPORTES URBANOS

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DA GRANDE VITÓRIA

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESA DE CAPITAL			1.110.703.253
Investimentos			1.110.000.000
Investimentos em regime de Execução Especial		1.110.703.253	1.110.703.253
OP. de Crédito Internas	1.010.703.253		
Outras	100.000.000		
TOTAL			1.110.703.253

TABELA 65
SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS
ENTIDADES SUPERVISIONADAS
DER
TRANSPORTE
TRANSPORTE RODOVIÁRIO
ESTRADAS VICINAIS
CONSTRUÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			699.000.000
Investimentos			600.000.000
Obras e Instalações		698.000.000	699.000.000
OP. Crédito Internas	500.000.000		
Outras	198.000.000		
DIVERSOS INVESTIMENTOS		1.000.000	
Despesas de Exercícios Anteriores	1.000.000		
Outras	1.000.000		
TOTAL			699.000.000

TABELA 66

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ENTIDADES SUPERVISIONADAS

DER

TRANSPORTE

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			1.229.170.000
Investimentos			1.229.170.000
Obras e Instalações		1.228.170.000	
Cota	Parte do IULCLG	62.000.000	
Ind.	Pela Extr. do Pet. Xisto Gas	367.000.000	
Outras		799.000.000	
DIVERSOS INVESTIMENTOS		1.000.000	
Despesas de Exercícios Anteriores		1.000.000	
Outras		1.000.000	
TOTAL			1.229.170.000

TABELA 67

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS

ENTIDADES SUPERVISIONADAS

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

TRANSPORTE

TRANSPORTE RODOVIÁRIO

RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS

DISCRIMINAÇÃO	ELEMENTO	DESDOBRAMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			2.006.000.000
Investimentos			2.006.000.000
Obras e Instalações		2.005.000.000	
Cota Parte do I.S. Transportes	210.000.000		
Op. de Crédito Internas	500.000.000		
Outras	1.295.000.000		
DIVERSOS INVESTIMENTOS			
Despesas de Exercícios Anteriores	1.000.000	1.000.000.000	
Outras	1.000.000		
TOTAL			2.006.000.000

TABELA 68

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/ENTIDADES SUPERVISIONADAS

INSTITUTO ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA

SAÚDE E SANEAMENTO

SAÚDE

EDIFICAÇÕES PÚBLICAS

CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HOSPITALARES NOS MUNICÍPIOS DE VILA VELHA E CARIACICA

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
Despesas de Capital			225.000.000
Investimentos			225.000.000
Obras e Instalações		225.000.000	
Convênios	225.000.000		
-			
TOTAL			225.000.000

TABELA 69

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/ENTIDADE SUPERVISIONADA
 INSTITUTO ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA
 SAÚDE E SANEAMENTO
 SAÚDE
 TREINAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
 EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO TÉCNICO DE PESSOAL

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			190.190.335
Despesas de Custeio			190.190.335
Pessoal		178.190.335	
Pessoal Civil	133.642.752		
Vencimento e Vantagens Fixas	126.842.752		
Convênios	126.842.752		
Despesas Variáveis	6.800.000		
Convênios	6.800.000		
Obrigações Patronais	44.547.583		
Convênios	44.547.583		
Material de Consumo		2.400.000	
Convênios	2.400.000		
Serviços de Terceiros e Encargos		9.600.000	
Remuneração de Serviços Pessoais	3.200.000		

continua

Continuação

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
Convênios	3.200.000		
Outros Serviços e Encargos	6.400.000		
Convênios	6.400.000		
TOTAL			190.190.335

TABELA 70
 SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE/ENTIDADES SUPERVISIONADAS
 INSTITUTO ESTADUAL DE SAÚDE PÚBLICA
 SAÚDE E SANEAMENTO
 SAÚDE
 EDIFICAÇÕES PÚBLICAS
 CONSTRUÇÃO DO HOSPITAL REGIONAL DE LINHARES

DISCRIMINAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
DESPESAS DE CAPITAL			140.000.000
Investimentos			140.000.000
Obras e Instalações		20.000.000	
Convênios	20.000.000		
Equipamentos e Mat. Permanente		120.000.000	
Convênios	120.000.000		
TOTAL			140.000.000

Fonte: Quadro de Detalhamento da Despesa.
 COPLAN - Coordenação Estadual do Planejamento.